América

revista da pós-graduação da escola da cidade



Dossiê

Memória como reparação: território, museologia e agentes políticos

Artigos

Tempo e participação na construção do patrimônio

Projetos

Pré-existências, memória e lugar

América

revista da pós-graduação da escola da cidade #5 mar. 2026 ISSN 1982-1212 | 2675-9926

Editorial

EDITORIAL REVISTA AMÉRICA #5
MEMÓRIA COMO REPARAÇÃO: TERRITÓRIO,
MUSEOLOGIA E AGENTES POLÍTICOS

> Assim como o arqueólogo remonta, de restos de paredes ainda em pé, as paredes do edifício, e de depressões no solo, o número e a posição dos pilares; e como reproduz de restos soterrados nos escombros os enfeites de parede antigos e as pinturas na parede, também assim procede o analista quando tira suas conclusões sobre o analisado a partir de fragmentos de recordação, associações e manifestações ativas. Ambos mantêm, sem contestação, o direito de reconstruir a partir do acréscimo e da montagem dos restos remanescentes. (Sigmund Freud, Construção na análise. In: ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: Formas de Transformações da Memória Cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p.174-175.)

O quinto número da publicação da América – Revista de Pós-Graduação da Escola da Cidade, intitulada Memória como reparação: território, museologia e agentes políticos, é o desdobramento do 4º Ciclo Aberto Urgências e Insurgências que se realizou no âmbito da pós-graduação Cidades em Disputa, coordenado por Amália dos Santos e Glória Kok, em parceria com a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC). Composta de três seções – Dossiê, Artigos e Projetos –, a publicação se propõe a divulgar artigos e projetos inéditos, submetidos à avaliação cega por pares.

O presente Dossiê reúne seis artigos e uma resenha, de autoras e autores integrantes da REBRAPESC e em parceria, cujo fio condutor percorre movimentos e estratégias de memórias, que foram submetidas a diversas formas de violência e são capazes de descobrir fragmentos, vestígios, pistas em diversos espaços descontínuos da América Latina, tais como o deserto, a periferia, o campo, o cárcere, o bairro de uma cidade, os museus e os memoriais. Na maioria das vezes, são lugares que passaram por traumas e apagamentos.[1]

Na abertura da publicação, o texto "Lutar pela memória duradoura e infinitamente", de autoria do psicanalista e professor da Universidade de São Paulo Paulo Endo, ilumina o conceito de memória, suas estratégias e lutas pelo direito de existir "contra as intempéries do desaparecimento". Nesse contexto, o memorial físico, um sítio de memória ou um centro de memória, que constituem patrimônios públicos, têm o potencial de ancorar as memórias dos sobreviventes que viveram experiências

EDITORIAL REVISTA AMÉRICA #5
MEMÓRIA COMO REPARAÇÃO: TERRITÓRIO,
MUSEOLOGIA E AGENTES POLÍTICOS

> Del mismo modo que el arqueólogo reconstruye —a partir de los restos de muros aún en pie— los muros de un edificio, y a partir de las depresiones en el suelo, el número y la posición de los pilares; y así como reproduce, de los vestigios sepultados bajo los escombros, los antiguos ornamentos y las pinturas murales, así también procede el analista al extraer sus conclusiones sobre el analizado a partir de fragmentos de recuerdos, asociaciones e interferencias activas. Ambos mantienen, sin cuestionamiento, el derecho de reconstruir a partir de la adición y el montaje de los restos remanentes.(Sigmund Freud, Construção na análise. In: ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: Formas de Transformações da Memória Cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p.174-175. tradução nuestra)

El quinto número de la publicación de América – Revista de Posgrado de la Escola da Cidade, titulado *Memória como reparação: território, museologia e agentes políticos*, constituye el despliegue del 4º *Ciclo Aberto Urgências e Insurgências*, realizado en el marco del posgrado *Cidades em Disputa*, coordinado por Amália dos Santos y Glória Kok, en colaboración con la Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC). Compuesta por tres secciones — dossier, artículos y proyectos—, la publicación se propone difundir artículos y proyectos inéditos, sometidos a una evaluación por pares bajo el sistema de doble ciego.

El presente dosier reúne seis artículos y una reseña de autoras y autores integrantes de la REBRAPESC y colaboradores, cuyo hilo conductor recorre movimientos y estrategias de memoria que fueron sometidas a diversas formas de violencia. Estas estrategias son capaces de descubrir fragmentos, huellas y pistas en diversos espacios discontinuos de América Latina, tales como el desierto, la periferia, el campo, la cárcel, el barrio de una ciudad, los museos y los memoriales. En la mayoría de los casos, se trata de lugares marcados por traumas y borramientos.[1]

En la apertura de la publicación, el texto *Lutar pela memória duradoura e infinitamente*, de autoría del psicoanalista y profesor de la Universidad de São Paulo Paulo Endo, ilumina el concepto de memoria, sus estrategias y luchas por el derecho a existir "contra

EDITORIAL REVISTA AMÉRICA #5
MEMÓRIA COMO REPARAÇÃO: TERRITÓRIO,
MUSEOLOGIA E AGENTES POLÍTICOS

> Just as the archaeologist rebuilds the walls of a building from the remains of walls still standing, and determines the number and position of the pillars from depressions in the soil; and just as he reproduces from remains buried in the rubble the ancient wall ornaments and paintings, so too does the analyst proceed when drawing conclusions about the analysand from fragments of memory, associations, and active manifestations. Both maintain, beyond dispute, the right to reconstruct through the addition and assembly of the remaining vestiges. (Sigmund Freud, Construção na análise. In: ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: Formas de Transformações da Memória Cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p.174-175. translation our own)

The fifth issue of América – Graduate Journal of Escola da Cidade, titled Memória como reparação: território, museologia e agentes políticos, is the outcome of the 4º Ciclo Aberto Urgências e Insurgências. This cycle was held within the framework of the Cidades em Disputas graduate program, coordinated by Amália dos Santos and Glória Kok, in partnership with the Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC). Comprising three sections—Dossier, Articles, and Projects—the publication aims to disseminate original articles and projects, all submitted to double-blind peer review.

The present dossier gathers six articles and one review, written by members and partners of REBRAPESC. Its guiding thread traces memory movements and strategies that have survived various forms of violence and are capable of uncovering fragments, vestiges, and clues across the discontinuous spaces of Latin America—such as the desert, the periphery, the countryside, the prison, the city neighborhood, museums, and memorials. In most cases, these are sites that have endured trauma and erasure.[1]

Opening the publication, the text Lutar pela memória duradoura e infinitamente, by psychoanalyst and University of São Paulo professor Paulo Endo, illuminates the concept of memory, its strategies, and the struggles for the right to exist "against the weathers of disappearance". In this context, physical memorials, sites of memory, or memory centers—which constitute public heritage—have the potential to anchor the memories of survivors who endured painful and traumatic

dolorosas e traumáticas. "Hoje penso que um memorial também é um ambiente onde se elabora a possibilidade de esquecer sem culpa e lembrar com saudades", afirma o autor, dando ênfase à experiência de visitar os memoriais. Nesse processo imersivo, o visitante é capaz de "produzir vida em si a partir daqueles que queriam tanto viver e foram impedidos de ter em vida a sua morte morrida e não matada. E que agora, no ato de conhecer, estar e celebrar essas vidas, elas animosamente ressuscitam por nós e em nós".

No depoimento de Mãe Zana de Odé, "A voz das águas: memória e reparação (em debate)", a Iyalorixá fala sobre a destruição de seu terreiro, o Ilê Asé Odé Ibualamo, no dia 15 de dezembro de 2022, pela ação da Prefeitura do Município de Carapicuíba, em São Paulo. A justificativa para o crime cometido foi a necessidade de realização das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo a canalização do Córrego do Cadaval, cujas águas corriam a céu aberto diante do terreiro. Como consequência de tamanha violência, Mãe Zana duvida que seja possível um processo de reparação pleno, porque parte dos laços afetivos, religiosos e espirituais da comunidade do Ilê se romperam com a ausência do "barracão" demolido. Conta a Iyalorixá:

> O que nos sobrou foi o corpo-território, porque a gente só tem o que está guardado conosco. A gente está no processo do transatlântico negreiro, de quando as pessoas vieram nuas e trouxeram apenas as suas memórias. O Ilê Asé Odé Ibualamo e seu povo estão na condição de escravizados no navio negreiro. E a gente ainda está navegando no mar, dentro do navio negreiro. Nós estamos nessa condição hoje.

Nesse processo de aniquilamento do terreiro e de sua comunidade, não existe mais espaço para fazer os encontros, as festas, os rituais, as comidas, as manifestações culturais e compartilhar experiências de vida. Só restaram as memórias ancestrais.

No artigo "Do corpo presente: a experiência de caminhar pela história da cidade", a antropóloga e historiadora Paula Janovich, em sua pesquisa "histórias andarilhas", apresenta o roteiro de caminhada pelo bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, realizando uma rica intersecção entre a experiência do caminhante no território e as produções acadêmicas. Nesse percurso, desvenda, passo a passo, a história da antiga zona de meretrício do bairro, onde as prostitutas sofreram um confinamento, entre 1940 e 1953, nas ruas Aimorés e Itaboca, atual Professor Cesare Lombroso. O Estado, portanto, circunscreveu oficialmente o espaço de controle sobre os corpos de mais de mil mulheres que trabalhavam e ganhavam a vida nas ruas.

Valendo-se de fotografias, publicações e guias, a autora recupera histórias, experiências, materialidades e memórias sensíveis dessas prostitutas que foram apagadas das ruas. "A sensação que tenho cada vez que finalizo um percurso e olho as imagens que alguns participantes compartilham comigo é que existe um texto sendo escrito na rua de forma coletiva e espacial", comenta a autora. Um texto que contribui para conhecermos melhor as histórias invisíveis da cidade de São Paulo.

as intempéries do desaparecimento". En este contexto, el memorial físico, un sitio de memoria o un centro de memoria —que constituyen patrimonios públicos—, tienen el potencial de anclar las memorias de los sobrevivientes que vivieron experiencias dolorosas y traumáticas."Hoy pienso que un memorial también es un ambiente donde se elabora la posibilidad de olvidar sin culpa y recordar con nostalgia", afirma el autor, enfatizando la experiencia de visitar los memoriales. En este proceso inmersivo, el visitante es capaz de "producir vida en sí a partir de aquellos que tanto querían vivir y a quienes se les impidió tener, en vida, su muerte morida y no matada. Y que ahora, en el acto de conocer, estar y celebrar esas vidas, ellas animosamente resucitan por nosotros y en nosotros".

En el texto de Mãe Zana de Odé, *A voz das águas: memória e reparação (em debate)*, la Iyalorixá relata la destrucción de su centro religioso (terreiro), el Ilê Asé Odé Ibualamo, el 15 de diciembre de 2022, por acción de la Alcaldía del Municipio de Carapicuíba, en São Paulo. La justificación para el crimen cometido fue la necesidad de ejecutar las obras del *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), especialmente la canalización del arroyo (*Córrego*) del Cadaval, cuyas aguas corrían a cielo abierto frente al templo. Como consecuencia de semejante violencia, Mãe Zana duda que sea posible un proceso de reparación pleno, ya que parte de los lazos afectivos, religiosos y espirituales de la comunidad del Ilê se rompieron con la ausencia del *barracão* demolido. Relata la Iyalorixá:

> Lo que nos quedó fue el cuerpo-territorio, porque solo tenemos lo que guardamos con nosotros. Estamos en el proceso del transatlántico negrero, de cuando las personas llegaron desnudas y trajeron apenas sus memorias. El Ilê Asé Odé Ibualamo y su pueblo están en la condición de esclavizados en el navío negrero. Y todavía estamos navegando en el mar, dentro del navío negrero. Nosotros estamos en esa condición hoy.

En este proceso de aniquilamiento del *terreiro* y de su comunidad, ya no existe espacio para realizar los encuentros, las fiestas, los rituales, las comidas, las manifestaciones culturales y compartir experiencias de vida. Solo han quedado las memorias ancestrales.

En el artículo *Do corpo presente: a experiência de caminhar pela história da cidade*, la antropóloga e historiadora Paula Janovich, en su investigación *"histórias andarilhas"*, presenta el itinerario de una caminata por el barrio de Bom Retiro, en la ciudad de São Paulo, realizando una rica intersección entre la experiencia del caminante en el territorio y las producciones académicas. En este recorrido, desvela, paso a paso, la historia de la antigua zona de prostitución del barrio, donde las trabajadoras sexuales sufrieron un confinamiento entre 1940 y 1953, en las calles Aimorés e Itaboca (actual Professor Cesare Lombroso). El Estado, por lo tanto, circunscribió oficialmente el espacio de control sobre los cuerpos de más de mil mujeres que trabajaban y se ganaban la vida en las calles.

Valiéndose de fotografías, publicaciones y guías, la autora recupera historias, experiencias, materialidades y memorias sensibles de estas trabajadoras sexuales

experiences. "Today, I believe that a memorial is also an environment where one elaborates the possibility of forgetting without guilt and remembering with longing" the author states, emphasizing the experience of visiting memorials. In this immersive process, the visitor is able to "produce life within themselves from those who wanted so much to live and were prevented from having, in life, their natural death and not a 'killed' death. And now, in the act of knowing, being, and celebrating these lives, they spiritedly resurrect through us and within us".

In the testimony of Mãe Zana de Odé, A voz das águas: memória e reparação (em debate) the Iyalorixá speaks about the destruction of her terreiro, the Ilê Asé Odé Ibualamo, on December 15, 2022, by the action of the Municipality of Carapicuíba, in São Paulo. The justification for the crime committed was the need to carry out works for the Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), specifically the channeling of the Cadaval Creek, whose waters ran openly in front of the temple. As a consequence of such profound violence, Mãe Zana doubts that a full process of reparation is possible, because part of the affective, religious, and spiritual bonds of the Ilê community were broken with the absence of the demolished "barracão' (main hall). The Iyalorixá recounts:

> What we have left is the body-territory, because we only have what is kept within us. We are in the process of the transatlantic slave ship, like when people came naked and brought only their memories. Ilê Asé Odé Ibualamo and its people are in the condition of the enslaved on the slave ship. And we are still sailing the sea, inside that ship. That is our condition today.

In this process of annihilating the terreiro and its community, there is no longer a space to hold gatherings, festivals, rituals, meals, or cultural manifestations, nor to share life experiences. All that remains are the ancestral memories.

In the article Do corpo presente: a experiência de caminhar pela história da cidade anthropologist and historian Paula Janovich, in her "wandering histories" (histórias andarilhas) research, presents a walking route through the Bom Retiro neighborhood in São Paulo. She creates a rich intersection between the walker's experience in the territory and academic production. Along this path, she reveals, step by step, the history of the neighborhood's former red-light district, where sex workers were subjected to confinement between 1940 and 1953 on Aimorés and Itaboca streets (now Professor Cesare Lombroso Street). The State, therefore, officially circumscribed a space of control over the bodies of more than a thousand women who worked and earned their living on the streets.

Drawing on photographs, publications, and guides, the author recovers the stories, experiences, materialities, and sensitive memories of these sex workers who were erased from the streets. "The feeling I have every time I finish a journey and look at the images that some participants share with me is that there is a text being written in the street in a collective and spatial way" the author remarks. This is a text that helps us better understand the invisible histories of the city of São Paulo.

Em "As cartas do cárcere e a linguagem epistolar como instrumento de subjetivação", Giovane Rodrigues Jardim, docente de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Erechim, e a doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel) e docente da rede municipal de ensino de Erechim, Cristiéle Santos de Souza, analisam a linguagem epistolar de dez condenados detidos no Centro de Detención Preventiva y Cumplimiento Penitenciario Especial Punta Peuco (Chile), por crimes contra a humanidade, cometidos durante a ditadura do Chile (1973-1990). As chamadas ***cartas de perdón*** se alicerçam nos modelos mundialmente conhecidos das correspondências de Adolf Eichmann, nazista e organizador do Holocausto, e as da sobrevivente Eva Mozes Kor.

No contexto da ditadura chilena, os prisioneiros elaboraram essas cartas para pedir perdão pelas atrocidades cometidas, manifestando publicamente a responsabilidade, a culpa e o arrependimento pelos crimes. "A partir da leitura dessas cartas, buscamos compreender e delinear as circunstâncias de sua produção, as subjetividades de seus autores e, sobretudo, as ausências, isto é, o que não está dito, o que não seria possível escrever, o que optaram por omitir e as questões que deixaram em aberto", analisam os autores. Esses documentos denunciam os atos de violência ao mesmo tempo que se configuram como uma ação política para a coletividade.

Ana Paula Brito, professora de Museologia no Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE, e Alane Lima, presidenta do Memorial das Ligas Camponesas, assinam o artigo "As memórias de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver em seu centenário no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC)", em homenagem aos 100 anos de vida e de luta pelo direito à terra a Elizabeth Altina Teixeira, nascida em 13 de fevereiro em Sapé, na Paraíba.

No período da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985), seu marido, o líder camponês João Pedro foi assassinado. Diante de seu corpo, ela declara: "João Pedro, eu marcharei a sua luta!". Entrou na clandestinidade (1964-1981) com o nome de Marta Maria da Costa, numa comunidade do Rio Grande do Norte, sendo obrigada a dispersar seus filhos. Somente em 2014, graças aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Elizabeth conseguiu reencontrar sete dos doze filhos e, na comemoração dos seus 100 anos de vida finalmente esteve junto a eles, além de netos, bisnetos e tataranetos.

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), criado em casa de Elizabeth e João Pedro, em 2006, é fruto do esforço coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, configurando-se como um acervo de memórias e histórias preservadas das lutas camponesas no Nordeste. "Memória é força motriz, necessária em sua diversidade para acompanhar as novas dinâmicas sociais das lutas no presente. E ao contemplar a memória como força mobilizadora, não somente acionamos, mas também registramos as memórias do centenário de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver", escrevem as autoras. A exposição que integra o Festival Cultural da Memória Camponesa, em Sapé, na Paraíba, intitulada "Elizabeth Teixeira: 100 faces de uma mulher marcada para viver" lança luz sobre as organizações camponesas,

que fueron borradas de las calles. "La sensación que tengo cada vez que finalizo un recorrido y observo las imágenes que algunos participantes comparten conmigo, es que existe un texto siendo escrito en la calle de forma colectiva y espacial", comenta la autora. Un texto que contribuye a que conozcamos mejor las historias invisibles de la ciudad de São Paulo.

En *As cartas do cárcere e a linguagem epistolar como instrumento de subjetivação*, Giovane Rodrigues Jardim, docente de Filosofía del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Sul (IFRS), campus Erechim, y la doctora en Memoria Social y Patrimonio Cultural (UFPel) y docente de la red municipal de enseñanza de Erechim, Cristiéle Santos de Souza, analizan el lenguaje epistolar de diez condenados detenidos en el Centro de Detención Preventiva y Cumplimiento Penitenciario Especial Punta Peuco (Chile), por crímenes de lesa humanidad cometidos durante la dictadura de Chile (1973-1990). Las llamadas "cartas de perdón" se cimientan en los modelos mundialmente conocidos de las correspondencias de Adolf Eichmann, nazi y organizador del Holocausto, y las de la sobreviviente Eva Mozes Kor.

En el contexto de la dictadura chilena, los prisioneros elaboraron estas cartas para pedir perdón por las atrocidades cometidas, manifestando públicamente la responsabilidad, la culpa y el arrepentimiento por los crímenes. "A partir da leitura dessas cartas, buscamos compreender e delinear as circunstâncias de sua produção, as subjetividades de seus autores e, sobretudo, as ausências, isto é, o que não está dito, o que não seria possível escrever, o que optaram por omitir e as questões que deixaram em aberto", analizan los autores. Estos documentos denuncian los actos de violencia al mismo tiempo que se configuran como una acción política para la colectividad.

Ana Paula Brito, profesora de Museología en el Departamento de Antropología y Museología de la UFPE, y Alane Lima, presidenta del Memorial de las Ligas Campesinas, firman el artículo *As memórias de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver em seu centenário no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas* (MLLC), en homenaje a los 100 años de vida y de lucha por el derecho a la tierra de Elizabeth Altina Teixeira, nacida el 13 de febrero en Sapé, Paraíba.

Durante el periodo de la dictadura cívico-militar de Brasil (1964-1985), su marido, el líder campesino João Pedro, fue asesinado. Ante su cuerpo, ella declaró: "*João Pedro, eu marcharei a sua luta!*". Entró en la clandestinidad (1964-1981) bajo el nombre de Marta Maria da Costa, en una comunidad de Rio Grande do Norte, viéndose obligada a dispersar a sus hijos. Solo en 2014, gracias a los trabajos de la Comissão Nacional da Verdade (CNV), Elizabeth logró reencontrarse con siete de sus doce hijos y, en la conmemoración de sus 100 años de vida, finalmente estuvo junto a ellos, además de nietos, bisnietos y tataranietos.

El Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), creado en la casa de Elizabeth y João Pedro en 2006, es fruto del esfuerzo colectivo de los trabajadores y trabajadoras del campo, configurándose como un acervo de memorias e historias preservadas de las luchas campesinas en el Nordeste. "La memoria es fuerza motriz,

In the article As cartas do cárcere e a linguagem epistolar como instrumento de subjetivação Giovane Rodrigues Jardim, Philosophy professor at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), Erechim campus, and Cristiéle Santos de Souza, PhD in Social Memory and Cultural Heritage (UFPel) and professor in the municipal school system of Erechim, analyze the epistolary language of ten convicts held at the Punta Peuco Special Penitentiary and Preventive Detention Center (Chile). These individuals were imprisoned for crimes against humanity committed during the Chilean dictatorship (1973–1990). The so-called "letters of forgiveness" (cartas de perdón) are grounded in the globally known models of correspondence by Adolf Eichmann, the Nazi organizer of the Holocaust, and those of survivor Eva Mozes Kor.

In the context of the Chilean dictatorship, the prisoners drafted these letters to ask for forgiveness for the atrocities committed, publicly manifesting responsibility, guilt, and remorse for their crimes. "From the reading of these letters, we seek to understand and outline the circumstances of their production, the subjectivities of their authors and, above all, the absences—that is, what is left unsaid, what would not be possible to write, what they chose to omit, and the questions they left open" the authors analyze. These documents denounce acts of violence while simultaneously functioning as a political action for the collectivity.

Ana Paula Brito, Professor of Museology in the Department of Anthropology and Museology at UFPE, and Alane Lima, President of the Memorial of the Peasant Leagues, co-author the article As memórias de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver em seu centenário no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC). This work pays tribute to the 100 years of life and struggle for land rights of Elizabeth Altina Teixeira, born on February 13 in Sapé, Paraíba.

During Brazil's civil-military dictatorship (1964–1985), her husband, the peasant leader João Pedro, was assassinated. Facing his body, she declared: "João Pedro, eu marcharei a sua luta!" She went underground (1964–1981) under the name Marta Maria da Costa in a community in Rio Grande do Norte, forced to disperse her children. It was only in 2014, thanks to the work of the Comissão Nacional da Verdade (CNV), that Elizabeth managed to reunite with seven of her twelve children. In the celebration of her 100th birthday, she was finally with them, as well as her grandchildren, great-grandchildren, and great-great-grandchildren.

The Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), established in 2006 in the former home of Elizabeth and João Pedro, is the result of the collective effort of rural workers. It serves as an archive of preserved memories and histories of peasant struggles in the Northeast. "Memory is a driving force, necessary in its diversity to accompany the new social dynamics of today's struggles. By contemplating memory as a mobilizing force, we not only activate but also record the memories of the centenary of Elizabeth Teixeira, a woman marked for living" the authors write. The exhibition that is part of the Peasant Memory Cultural Festival in Sapé,

suas lutas e compromissos, que foram historicamente marginalizadas e apagadas da história do Brasil.

Na sequência deste Dossiê, "Narrativas da Persistência: Dopinho e a Dinâmica da Memória contra o Esquecimento", a advogada e ativista cultural Jacqueline Custódio discute a eficácia do processo de patrimonialização de bens culturais como gatilhos de rememoração e aprendizagem, principalmente no contexto de memórias traumáticas. A partir desse questionamento, a autora estuda o caso paradigmático do prédio do Dopinho, que funcionou, desde 1966 até aproximadamente 1976, em Porto Alegre, como centro de detenção e tortura dos membros das Forças Armadas e da polícia civil durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Com a democratização do país e no contexto da justiça de transição, a patrimonialização e a musealização do edifício tornam-se essenciais tanto para a manutenção das memórias das vítimas como no combate da impunidade dos agentes militares responsáveis. No entanto, os desafios e as resistências enfrentados nos campos políticos, burocráticos e sociais, impossibilitaram a implementação de memorial, capaz de promover justiça, verdade, memória e reparação. Analisa a autora:

> O Dopinho, primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul, é um exemplo emblemático de como a patrimonialização e a musealização são frequentemente negligenciados pelas políticas públicas. A oscilação entre tentativas de preservação tentativas de preservação e tentativas de apagamento histórico demonstra que, no Brasil, as políticas de memória não são tratadas como questões do Estado, mas sim como agendas do governo, sujeitas às mudanças políticas e ideológicas.

Não à toa esse legado do regime autoritário da ditadura civil-militar, que passou incólume às condenações das violações dos direitos humanos, voltou a assombrar Brasília nas ações perpetradas na tentativa de golpe do ex-presidente Jair Bolsonaro em 8 de janeiro de 2023.

Já no último texto deste dossiê, "Estradas tortuosas para o Memorial DOI-CODI (São Paulo, Brasil), a historiadora Deborah Neves analisa a formação da Operação Bandeirante (Oban) em 1969, por meio de um consórcio formado pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo Exército e por grandes empresas. O órgão foi responsável durante os combates à "guerrilha urbana" por ao menos 7 mil interrogatórios, nos quais as vítimas eram submetidas à tortura, além de 17% dos desaparecimentos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira, tendo, assim, influenciado a violenta política de segurança pública, vigente nos dias de hoje. Em 1970, passou a ser denominado de Destacamento de Operações de Informações (DOI), subordinado ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), cujo o modelo foi difundido de São Paulo para outras cidades brasileiras, organizando um sistema de segurança nacional, que foi desmantelado em 1982.

Nas palavras de Deborah Neves:

> O local das antigas instalações do Oban/DOI-Codi em São Paulo foi reconhecido como patrimônio cultural e sítio arqueológico. Descobertas recentes das inscrições das pessoas que lá foram sequestradas e dos objetos o tornam ainda mais valioso para o estudo da memória das ditaduras; há um desejo de garantir a permanência dos objetos em seu ambiente original e aumentar o acesso público a eles. No entanto, os edifícios permanecem sem uso e com acesso limitado, o que limita sua importância como um lugar de memória e história. A existência de um museu virtual permitirá um acesso amplo e difuso não só aos edifícios, mas também ao conhecimento a partir deles produzido, preservando assim o sítio arqueológico e o patrimônio. Sua vocação museológica já foi expressa. Mas até que a decisão política de instalar o museu-memorial em seu local natural seja tomada, é justo que a sociedade tenha acesso a esse espaço, mesmo que seja virtual.

Em contraposição à recusa do governo do Estado de São Paulo no que tange à criação do Museu-Memorial DOI--Codi que preserve os lugares de memória e da história da ditadura civil-militar brasileira, Neves propõe como saída ao impasse um Memorial Virtual que contribua, de modo definitivo, para o fortalecimento da democracia,

Finalizando o presente Dossiê, a arquiteta Maria Clara dos Santos nos brinda com a resenha "Onde bebem os cães: reflexões sobre memória e território na obra de Assis Brasil", que relata, pelas mãos do escritor paraibano, a vida de um prisioneiro desmemoriado e submetido a condições sub-humanas, que transita repetidamente entre a cela, o pátio e o grito, em uma prisão sem nome. "Quando não se tem memória", esclarece Maria Clara, "só se conhece aquilo que se vive", ou seja, apenas a fugacidade do momento.

A seção de artigos deste número começa com as autoras Juliete Lenoir e Liza Maria Souza de Andrade que tratam do importante papel das plataformas online na ampliação da participação popular a partir do trabalho do laboratório Periférico da Universidade de Brasília. Depois apresentamos o artigo "Mãe Sylvia da Oxalá: luta e história para patrimonializar o primeiro terreiro de candomblé no estado de São Paulo", escrito por Eunice Gonçalves Queiroz e Henrique Cunha Junior. O artigo trata da arquitetura do Axé Ilê Obá, o primeiro terreiro de Candomblé da cidade de São Paulo a ser tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1990. Fechando esta seção temos "Os tempos da fotografia de arquitetura e de paisagens urbanas", escrito por Roberta Felippe Viégas, tratando da relação entre a fotografia de arquitetura e paisagem urbana e o tempo, o texto aborda os diferentes tempos contidos nas imagens.

A seção de projetos é composta por projetas que investigam, refletem e compartilham dos temas de pré-existência, memória e lugar em diferentes escalas, da escala urbana à casa. O projeto "Casa Hospedaria para o Assentamento Contestado", de Leonardo Junior, abre a seção enfrentando o desafio de realizar uma proposição neste contexto rural, considerando as preexistências do assentamento e procurando atender demandas atuais da comunidade. Na sequência, a "Casa de praia no Igarapé do Papagaio", do arquiteto Marcelo de Borborema Correia, outro projeto para uma área rural e de natureza farta que aproveita madeiras nativas de manejo florestal para a estrutura da cobertura que promove as trocas de calor e garante conforto na construção. E logo temos um projeto em contexto urbano

necesaria en su diversidad para acompañar las nuevas dinámicas sociales de las luchas en el presente. Y al contemplar la memoria como fuerza movilizadora, no solo accionamos, sino que también registramos las memorias del centenario de Elizabeth Teixeira, mujer marcada para vivir", escriben las autoras. La exposición que integra el Festival Cultural de la Memoria Campesina en Sapé (Paraíba), titulada E*lizabeth Teixeira: 100 faces de uma mulher marcada para viver*, arroja luz sobre las organizaciones campesinas, sus luchas y compromisos, que fueron históricamente marginalizadas y borradas de la historia de Brasil.

En la secuencia de este Ddosier, ***Narrativas da Persistência: Dopinho e a Dinâmica da Memória contra o Esquecimento***, la abogada y activista cultural Jacqueline Custódio discute la eficacia del proceso de patrimonialización de bienes culturales como activadores de rememoración y aprendizaje, principalmente en el contexto de memorias traumáticas. A partir de este cuestionamiento, la autora estudia el caso paradigmático del edificio del Dopinho, que funcionó desde 1966 hasta aproximadamente 1976, en Porto Alegre, como centro de detención y tortura de miembros de las Fuerzas Armadas y de la policía civil durante la dictadura cívico-militar en Brasil.

Con la democratización del país y en el contexto de la justicia de transición, la patrimonialización y la musealización del edificio se vuelven esenciales, tanto para el mantenimiento de las memorias de las víctimas como para el combate contra la impunidad de los agentes militares responsables. Sin embargo, los desafíos y las resistencias enfrentados en los campos políticos, burocráticos y sociales, imposibilitaron la implementación de un memorial capaz de promover justicia, verdad, memoria y reparación. Analiza la autora:

> El Dopinho, primer centro clandestino de detención del Cono Sur, es un ejemplo emblemático de cómo la patrimonialización y la musealización son frecuentemente descuidadas por las políticas públicas. La oscilación entre los intentos de preservación y los intentos de borramiento histórico demuestra que, en Brasil, las políticas de memoria no se tratan como cuestiones de Estado, sino como agendas de gobierno, sujetas a los cambios políticos e ideológicos.

No es casualidad que este legado del régimen autoritario de la dictadura cívico-militar —que pasó incólume a las condenas por las violaciones de los derechos humanos— haya vuelto a asombrar a Brasilia en las acciones perpetradas durante el intento de golpe del expresidente Jair Bolsonaro, el 8 de enero de 2023.

En el último texto de este dosier, *Estradas tortuosas para o Memorial DOI-CODI (São Paulo, Brasil),* la historiadora Deborah Neves analiza la formación de la Operación Bandeirante (Oban) en 1969, a través de un consorcio formado por el Gobierno del Estado de São Paulo, el Ejército y grandes empresas. El organismo fue responsable, durante los combates a la *guerrilha urbana*, de al menos 7 mil interrogatorios en los cuales las víctimas eran sometidas a tortura, además del 17% de las desapariciones políticas durante la dictadura cívico-militar brasileña, habiendo influido así en la violenta política de seguridad pública vigente en la actualidad. En 1970, pasó a denominarse Destacamento de Operaciones de Información (DOI), subordinado al Centro de Operaciones de Defensa Interna (CODI), cuyo modelo se difundió desde São Paulo a otras ciudades brasileñas, organizando un sistema de seguridad nacional que fue desmantelado en 1982.

En las palabras de Deborah Neves:

> El lugar de las antiguas instalaciones del Oban/DOI-Codi en São Paulo fue reconocido como patrimonio cultural y sitio arqueológico. Descubrimientos recientes de las inscripciones de las personas que allí fueron secuestradas y de sus objetos lo vuelven aún más valioso para el estudio de la memoria de las dictaduras; existe el deseo de garantizar la permanencia de los objetos en su ambiente original y aumentar el acceso público a ellos. Sin embargo, los edificios permanecen sin uso y con acceso limitado, lo que restringe su importancia como un lugar de memoria e historia. La existencia de un museo virtual permitirá un acceso amplio y difuso no solo a los edificios, sino también al conocimiento producido a partir de ellos, preservando así el sitio arqueológico y el patrimonio. Su vocación museológica ya ha sido expresada. Pero hasta que se tome la decisión política de instalar el museo-memorial en su emplazamiento natural, es justo que la sociedad tenga acceso a ese espacio, aunque sea de forma virtual.

En contraposición a la negativa del gobierno del Estado de São Paulo en lo que respecta a la creación del Museo-Memorial DOI-Codi que preserve los lugares de memoria e historia de la dictadura cívico-militar brasileña, Neves propone como salida al impasse un Memorial Virtual que contribuya, de modo definitivo, al fortalecimiento de la democracia.

Finalizando el presente dosier, la arquitecta Maria Clara dos Santos nos brinda la reseña *Onde bebem os cães: reflexões sobre memória e território na obra de Assis Brasil*, que relata, de la mano del escritor paraibano, la vida de un prisionero desmemoriado y sometido a condiciones infra humanas, que transita repetidamente entre la celda, el patio y el grito, en una prisión sin nombre. "Cuando no se tiene memoria", aclara Maria Clara, "solo se conoce aquello que se vive", es decir, apenas la fugacidad del momento.

La sección de artículos de este número comienza con las autoras Juliete Lenoir y Liza Maria Souza de Andrade, quienes abordan el importante papel de las plataformas online en la ampliación de la participación popular a partir del trabajo del laboratorio Periférico de la Universidad de Brasilia. Después, presentamos el artículo *Mãe Sylvia da Oxalá: luta e história para patrimonializar o primeiro terreiro de candomblé no estado de São Paulo*, escrito por Eunice Gonçalves Queiroz e Henrique Cunha Junior. El artículo trata sobre la arquitectura del Axé Ilê Obá, el primer *terreiro* de Candomblé de la ciudad de São Paulo en ser protegido (*tombado*) por el Consejo de Defensa del Patrimonio Histórico, Arqueológico, Artístico y Turístico (CONDEPHAAT) en 1990. Cerrando esta sección, tenemos *Os tempos da fotografia de arquitetura e de paisagens urbanas*, escrito por Roberta Felippe Viégas; al tratar la relación entre la fotografía de arquitectura y el paisaje urbano con el tiempo, el texto aborda los diferentes tiempos contenidos en las imágenes.

Paraíba, titled Elizabeth Teixeira: 100 faces de uma mulher marcada para viver sheds light on peasant organizations, their struggles, and commitments, which have been historically marginalized and erased from Brazilian history. Following the dossier, in the article Narrativas da Persistência: Dopinho e a Dinâmica da Memória contra o Esquecimento lawyer and cultural activist Jacqueline Custódio discusses the effectiveness of the patrimonialization process of cultural assets as triggers for remembrance and learning, especially in the context of traumatic memories. Based on this inquiry, the author studies the paradigmatic case of the Dopinho building, which operated from 1966 to approximately 1976 in Porto Alegre as a detention and torture center for members of the Armed Forces and the civil police during Brazil's civil-military dictatorship. With the country's democratization and within the context of transitional justice, the patrimonialization and museumification of the building become essential, both for maintaining the memories of the victims and for combating the impunity of the military agents responsible. However, the challenges and resistances faced in the political, bureaucratic, and social spheres have made it impossible to implement a memorial capable of promoting justice, truth, memory, and reparation. The author analyzes:

> The Dopinho, the first clandestine detention center in the Southern Cone, is an emblematic example of how patrimonialization and museumification are frequently neglected by public policies. The oscillation between attempts at preservation and attempts at historical erasure demonstrates that, in Brazil, memory policies are not treated as State issues, but rather as government agendas, subject to political and ideological shifts.

It is no coincidence that this legacy of the authoritarian civil-military regime —which remained unscathed by convictions for human rights violations— returned to haunt Brasília in the actions perpetrated during the attempted coup by former president Jair Bolsonaro on January 8, 2023.

In the final text of this dossier, Estradas tortuosas para o Memorial DOI-CODI (São Paulo, Brasil) historian Deborah Neves analyzes the formation of Operação Bandeirante (Oban) in 1969 through a consortium formed by the Government of the State of São Paulo, the Army, and major corporations. During the crackdown on "urban guerrilla" movements, this agency was responsible for at least 7,000 interrogations in which victims were subjected to torture. It also accounted for 17% of the political disappearances during the Brazilian civil-military dictatorship, thereby influencing the violent public security policies still in effect today. In 1970, it was renamed the Information Operations Detachment (DOI), subordinated to the Internal Defense Operations Center (CODI), a model that spread from São Paulo to other Brazilian cities, organizing a national security system that was only dismantled in 1982.

In the words of Deborah Neves:

> The site of the former Oban/DOI-CODI facilities in São Paulo has been recognized as a cultural heritage site and an archaeological site. Recent discoveries of inscriptions left by kidnapped individuals and the objects found there make it even more valuable for the study of the memory of dictatorships; there is a desire to ensure the permanence of these objects in-situ and to increase public access to them. However, the buildings remain unused and with limited access, which restricts their importance as a site of memory and history. The existence of a virtual museum will allow for broad and diffuse access, not only to the buildings but also to the knowledge produced from them, thereby preserving the archaeological site and the heritage. Its museological vocation has already been expressed. But until the political decision to install the museum-memorial in its natural location is made, it is only just that society has access to this space, even if virtually.

In opposition to the São Paulo State Government's refusal to create the Museu-Memorial DOI-Codi —which would preserve the sites of memory and the history of the Brazilian civil-military dictatorship— Neves proposes a Virtual Memorial as a way out of this impasse. This digital initiative is intended to contribute, in a definitive manner, to the strengthening of democracy.

Closing the present Dossier, architect Maria Clara dos Santos offers the review Onde bebem os cães: reflexões sobre memória e território na obra de Assis Brasil. Through the lens of the Paraíba-born writer, she recounts the life of a prisoner stripped of memory and subjected to sub-human conditions, who repeatedly moves between the cell, the courtyard, and the scream in a nameless prison. "When one has no memory" Maria Clara explains, "one only knows what one experiences" that is, only the fugacity of the moment.

The Articles Section of this issue begins with authors Juliete Lenoir and Liza Maria Souza de Andrade, who discuss the vital role of online platforms in expanding popular participation, based on the work of the Periférico Laboratory at the University of Brasília. Next, we present the article Mãe Sylvia da Oxalá: luta e história para patrimonializar o primeiro terreiro de candomblé no estado de São Paulo written by Eunice Gonçalves Queiroz and Henrique Cunha Junior. The article explores the architecture of Axé Ilê Obá, the first Candomblé temple in the city of São Paulo to be listed by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic, and Turistic Heritage (CONDEPHAAT) in 1990. Closing this section is Os tempos da fotografia de arquitetura e de paisagens urbanas written by Roberta Felippe Viégas. Examining the relationship between architectural photography, the urban landscape, and time, the text addresses the various layers of temporality contained within images.

The Projects Section is composed of works that investigate, reflect upon, and share the themes of pre-existence, memory, and place across different scales—from the urban territory to the individual house. The project Casa Hospedaria para o Assentamento Contestado, by Leonardo Junior, opens the section by tackling the challenge of proposing an architectural intervention in a rural context, considering the existing structures of the settlement while addressing the community's current demands. Following this, the Casa de praia no Igarapé do Papagaio, by architect Marcelo de Borborema Correia, presents

periférico, em que o arquiteto João Pedro Manccini propõe uma outra forma de encarar os cursos d'água urbanos a partir dos saberes do Povos Tradicionais de Matriz Africana. E, encerrando o #5 da Revista América temos o projeto elaborado por Otavio Melo para o Centro Cultural Rio-África, desenvolvido para um concurso público internacional que cria, por maio do desenho, um interessante espaço de memória e cultura buscando raízes na cultura afro-brasileira.

O número 5 da Revista América da Escola da Cidade abre um novo momento da publicação, no qual os dossiês de cada número serão responsabilidade de um dos cursos pós-graduação da Escola da Cidade. Começamos pelo curso de pós-graduação Cidades em Disputa, coordenado pelas professoras Amália dos Santos e Glória Kok. As seções de artigos e projetos seguem seu fluxo contínuo com avaliação por pares e submissões em fluxo contínuo. Que o percurso pela memória e território desta edição fomente novas discussões. constantemente e submetemos aos avaliadores respeitando a ordem de chegada do material. A avaliação, no entanto, não tem um prazo pré-definido, dependendo do tempo dos avaliadores.

Amália dos Santos, Glória Kok e Maria Rios

La sección de proyectos está compuesta por propuestas que investigan, reflexionan y comparten los temas de preexistencia, memoria y lugar en diferentes escalas, desde la escala urbana hasta la vivienda. El proyecto *Casa Hospedaria para o Assentamento Contestado*, de Leonardo Junior, abre la sección enfrentando el desafío de realizar una propuesta en este contexto rural, considerando las preexistencias del asentamiento y buscando atender las demandas actuales de la comunidad. A continuación, la *Casa de praia em Igarapé do Papagaio*, del arquitecto Marcelo de Borborema Correia, presenta otro proyecto para un área rural de naturaleza exuberante que aprovecha maderas nativas de manejo forestal para la estructura de la cubierta, la cual promueve los intercambios de calor y garantiza el confort en la construcción. Seguidamente, tenemos un proyecto en un contexto urbano periférico, en el que el arquitecto João Pedro Manccini propone otra forma de encarar los cursos de agua urbanos a partir de los saberes de los Pueblos Tradicionales de Matriz Africana. Y, cerrando el número 5 de la Revista América, tenemos el proyecto elaborado por Otavio Melo para el Centro Cultural Río-África, desarrollado para un concurso público internacional que crea, por medio del diseño, un interesante espacio de memoria y cultura buscando raíces en la cultura afrobrasileña.

El número 5 de la Revista América de la Escola da Cidade abre un nuevo momento de la publicación, en el cual los dosieres de cada número serán responsabilidad de uno de los cursos de posgrado de la Escola da Cidade. Comenzamos con el curso de posgrado *Cidades em Disputa*, coordinado por las profesoras Amália dos Santos y Glória Kok. Las secciones de artículos y proyectos siguen su flujo continuo con evaluación por pares y sumisiones abiertas permanentemente. Que el recorrido por la memoria y el territorio de esta edición fomente nuevas discusiones. Recibimos material constantemente y lo sometemos a los evaluadores respetando el orden de llegada. La evaluación, sin embargo, no tiene un plazo predefinido, pues depende del tiempo de los evaluadores.

Amália dos Santos, Glória Kok e Maria Rios

another project for a rural, nature-rich area. It utilizes native timber from sustainable forest management for a roof structure that facilitates heat exchange and ensures thermal comfort. Next, we have a project in a peripheral urban context, where architect João Pedro Manccini proposes an alternative way of approaching urban waterways, drawing from the traditional knowledge of Afro-Brazilian Communities (Povos Tradicionais de Matriz Africana). Finally, closing issue #5 of Revista América, we have the project designed by Otavio Melo for the Rio-Africa Cultural Center. Developed for an international public competition, it uses architectural design to create a compelling space for memory and culture, deeply rooted in Afro-Brazilian heritage.

Issue #5 of Revista América from Escola da Cidade marks a new chapter for the publication, in which the dossiers of each issue will be the responsibility of one of the school's graduate programs. We begin with the graduate course Cidades em Disputa, coordinated by professors Amália dos Santos and Glória Kok. The articles and projects sections continue their ongoing flow, with peer review and submissions on a rolling basis. We hope that the journey through memory and territory in this edition fosters new discussions. Submissions are constantly received and sent to reviewers in the order they arrive. However, the evaluation does not have a pre-defined deadline, as it depends on the availability of the reviewers.

Amália dos Santos, Glória Kok and Maria Rios

NOTAS

1. CYMBALISTA, Renato. DOI-CODI. Guia dos lugares difíceis de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2019, p. 8.

NOTAS

1. CYMBALISTA, Renato. DOI-CODI. Guia dos lugares difíceis de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2019, p. 8.

NOTES

1. CYMBALISTA, Renato. DOI-CODI. Guia dos lugares difíceis de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2019, p. 8.

Dossiê Pós-Graduação

14 Lutar pela memória duradoura e infinitamente
Paulo Endo

24 A voz das águas: memória e reparação em debate
Mãe Zana

42 De corpo presente: a experiência de caminhar pela história da cidade
Paula Janovich

62 Das cartas de perdão ou da publicidade da dor: A linguagem epistolar no contexto das reivindicações e disputas pela memória no Chile
Giovane Rodrigues Jardim e Cristiéle Santos de Souza

76 As memórias de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver em seu centenário no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas
Ana Paula Brito e Alane Lima

82 Narrativas da persistência: Dopinho e a dinâmica da memória contra o esquecimento
Jacqueline Custodio

96 Estradas tortuosas para o Memorial DOI-Codi (São Paulo, Brasil)
Deborah Neves

112 Onde bebem os cães: reflexões sobre memória e território na obra de Assis Brasil
Maria Clara dos Santos

Artigos

122 Mapeamento online participativo com base nos padrões de projeto
Juliete Lenoir e Liza Maria Souza de Andrade

132 Mãe Sylvia da Oxalá: luta e história para patrimonializar o primeiro terreiro de candomblé no estado de São Paulo
Eunice Gonçalves Queiroz e Henrique Cunha Junior

156 Os tempos da fotografia de arquitetura e de paisagens urbanas
Roberta Felippe Viégas

Projetos

152 Casa Hospedaria para o Assentamento Contestado
Leonardo Junior

166 Casa de praia no Igarapé do Papagaio
Marcelo de Borborema Correia

176 Sabedoria Marginal: a cidade na ótica ancestral-periférica
João Pedro Manccini

188 Projetar na encruzilhada
Otavio Melo

Lutar pela memória duradoura e infinitamente

Paulo Cesar Endo

No escopo de minhas pesquisas, ativismos e interesses dos últimos anos compreendi que a memória é um complexo de interações, correlações de forças e propósitos inscritos em dinâmicas de relações nas quais está em jogo a possibilidade e o direito de existir. A memória, portanto, não se situa em nenhum lugar, espaço e tempo específicos e em nenhuma pessoa particular e determinada.

Para esclarecer isso acho que vale a pena destacar algumas dimensões desse trabalho memorial. Podemos dizer que onde a memória se apresenta com mais vigor, com mais clareza e até mesmo em suas contradições mais profundas é nas lutas que se travam em seu nome.

As lutas pela memória são um campo extraordinariamente rico, composto por pessoas, grupos e comunidades, e suas dimensões são infinitas e muito variadas, certamente, mas elas tem um traço comum que, de certo modo as une: o trabalho pertinaz para que pessoas perdurem enquanto significado, pauta e vocação. Ou seja, para que a vida de algumas assumam a potência simbólica que lhes foi consagrada, quando outros desejaram e atuaram para que essas determinadas vidas não existissem mais.

Em qualquer lugar, em qualquer país, encontraremos os traços, as marcas e as ruínas das que lutam e lutaram pela inscrição da memória, como marcação de existências que afirmaram a urgência em existir hoje e no futuro. Por isso são lutas, pelejas, trabalhos que não tem termo, porque enfrentam a contrariedade de muitos que também trabalham para impedir que certas expressões e formas de vida se manifestem plenamente.

Por isso o seu núcleo aflito é a afirmação, nunca consolidada ou consensual, de que determinadas expressões culturais, religiosas, sexuais, subjetivas e étnicas tem o direito de existir plenamente, sem serem ameaçadas apenas porque trabalham para serem reconhecidas, ouvidas e enxergadas no que desejam ser.

Então, as lutas pela memória estão apoiadas em uma outra reivindicação, que é a reivindicação pelo direito de existir como pessoa, como grupo, como nação, e sabem que sofrem a perene incompletude desse direito.

Nessa perspectiva, tais esforços, não raro, inauguram muitas estratégias – as mais diferentes possíveis –, e se definem também pelas derrotas, ou pela atmosfera de busca continuada presente nos trabalhos de memória.

Conhecemos desde construções de acervos, coleções, arquivos, memoriais e museus até o recolhimento zeloso de depoimentos, fotos, objetos e a preservação custosa de tantos rituais que ressignificam e atualizam os traços das que perduram entre as sobreviventes, vítimas e testemunhas.

Nesse sentido, são infinitas as estratégias memoriais, porque são infinitas as formas de destruir a vida humana, lá onde ela não vale absolutamente nada. E quando a extinção é completa, como no caso de tantos povos e comunidades nas quais o direito de existir foi radicalmente negado, um vazio e terror atormenta o coração ao constatar que sim, a devastação de um povo inteiro é possível, iminente e é levada a cabo todos os dias onde a resistência cessou. Por vezes um ato memorial consiste em persistir, não aceitar a própria comiseração do desaparecimento, banalizando as dores que lhe são coevas.

Qual o lamento pelas pessoas que nunca existiram ou foram reconhecidas em sua memória e que jamais conheceremos? Quem são os não reconhecidos? Aquelas que sequer puderam nos legar sua própria luta para sobreviver como, por vezes, a única história a ser contada. Nem isso. Apenas o impacto de vidas que nasceram e se foram sem terem vivido ou desejado e lutado para sobreviver, as não existentes.[1] É nesse sentido que um sem-número de peças memoriais se debruçam sobre a história dos esforços, trabalhos e lutas daquelas pessoas, comunidades e culturas que foram extintos enquanto desejavam sobreviver.

Jacques Derrida (2001) em leitura refinada de um texto de Freud bastante conhecido e intitulado "Mais além do princípio do prazer" (1921) observa que a pulsão de morte, energia psíquica definidora da vida e morte psíquicas, visa, antes de tudo, o apagamento total, absoluto e sem pistas, de modo que a força bruta orientada quando se impõe subjetiva, social e/ou politicamente, introduz

Assim o ódio, afeto particular e subjetivo, serve de apoio para estratégias políticas de largo alcance para que se crie o objeto odiável, socialmente definido enquanto tal.

uma toxicidade que apaga os traços, as pistas e os indícios que doravante se tornarão dificilmente rastreáveis. Esse seria o fim absoluto e a extinção.

É a destituição dos instrumentos de construção de uma imaginação do futuro que está em jogo; o culto à ignorância que se sobrepõe à vontade de saber, conhecer e se implicar no tempo lento, no qual a compreensão de alguns ou algumas se elabora e justifica a disposição profunda para reconhecer e reagir, quando determinadas formas de vida estão sendo frontalmente atacadas.

A ignorância pulveriza o legado e o pensamento que o elabora e abre as portas para a livre expressão do ódio, afeto sem mediações, que se alivia momentaneamente no ato catártico da destruição para, em seguida, exigir mais destruição que alimenta a boca faminta e vazia dos misantrópicos. O ódio não se esgota no presente e sua ambição é a ausência de futuro para tudo o que não é idêntico, por isso sua utopia é o extermínio.

Assim o ódio, afeto particular e subjetivo, serve de apoio para estratégias políticas de largo alcance para que se crie o objeto odiável, socialmente definido enquanto tal. Esses objetos do ódio são circunstanciais e politicamente determinados categorialmente: negras, judias, imigrantes, indígenas, LGBTQIAP+ etc. Ou subjetivamente: o vizinho, o irmão, o colega de trabalho. A prática eliminacionista sequestra e se serve das categorias identitárias para melhor definir e discriminar seus alvos.

Grupos inteiros são então definidos como os objetos, politica e prioritariamente, autorizados para o livre exercício do ódio e o pleno escoamento da pulsão de morte. Como categorias reconhecidas identitariamente elas serão prioritariamente alvo das políticas públicas de degradação, violência e destruição, no mesmo ato em que serão acusadas de serem obstáculos públicos indesejáveis que impedem a passagem do progresso e das tecnologias; de destruírem o caro conceito de família tradicional e heteronormativa e de obstaculizarem a passagem e consolidação de ditaduras. Como obstáculo das hegemonias essas pessoas serão exponencialmente odiadas, precisamente, porque dificultam sua própria destruição e extinção.

Aquelas pessoas que resistem, as que não aceitam passivamente sua própria destruição serão irremediavelmente odiadas. Como ousa o objeto execrável ainda querer viver?

Ao mesmo tempo creio que nisso reside paradoxalmente também a potência de algo decisivo nas lutas pela memória. Porque não raro um resto de uma ossada repleto de informações pode ser encontrado no deserto um botão de madrepérola puder ser alçado do fundo do mar,[2] um broche poder ser recuperado entre as cinzas de um campo de extermínio.[3]

A memória insiste e se dobra numa infinitude de suspeitas interpondo perguntas lá onde a palavra havia sido calada e agora, recuperada, como possibilidade vindoura e interrogação. É o direito de duvidar, pensar, questionar que passa a assumir o lugar da memória, dessa vez, inspirado pela sobrevivência dos traços das que lutaram, ou daquelas que não puderam lutar para continuar existindo.

Esses trabalhos de constituição da memória como uma plataforma de preservação da existência de comunidades, pessoas e povos guarda então, no seu profundo, um otimismo oculto. A luta pela memória, por mais que dificuldades perdurem nessa preservação, é uma luta que sabe que o ato de buscar constitui em si mesmo um memorial. A ação, o agir memorial faz perdurar a imaginação necessária sobre as mortas que se queria vivas.

Agir para desesquecer[4] é produzir-se enquanto memória, persistência que reinclui a morte nos processos de vida e assim faz recomeçar um ciclo. Para essas pessoas não há página virada da história. Então essa é uma dimensão que considero importantíssima. Essas são lutas que se autossignificam e se autoengendram de certo modo.

Esse é também um âmbito difícil, extremamente dramático, mas eu diria promissor e repleto de esperanças quando tentamos encontrar respostas para a pergunta: Por que lutar? Por que continuar lutando? Talvez porque são nas lutas pequenas e grandes que se elabora o sentido do futuro e a razão de continuar vivendo e trabalhando para produzir esse tempo que, por sua vez, precisa ser imaginado, construído aqui e agora, mas ainda não existe senão como imaginação, abstração e desejo.

Também importam as questões conceituais que instruem estratégias e caminhos. Em geral memória se entende, não só no senso comum, mas também numa certa historiografia e em regiões das Ciências Humanas e Naturais, como aquilo que se estabelece na dinâmica entre o lembrar e esquecer. Dizemos: "vou puxar pela memória", "minha memória está fraca" etc. Memória é sinônimo de retenção (guardar na memória) ou evocação (puxar pela memória).

A complexidade das ações de lembrar, esquecer, des-esquecer, des-lembrar só passam a ser foco de interesse específico no campo interdisciplinar que se abriu para os saberes dedicados aos estudos sobre a memória. Porém, antes, algumas questões confirmavam esse interesse. Não raro determinados testemunhos são escritos, gravados e ou retomados anos, décadas após o ocorrido. Nesse ínterim não havia memória da experiência vivida? O que foi necessário para que em determinado momento um novo objeto memorial surgisse e se impusesse como resto, marca e traço? A memória os guardava e trabalhava no silencia e no esquecimento.

Graças justamente, aos estudos sobre a memória no campo das Humanidades e, sobretudo, graças ao advento dos testemunhos, esse conceito foi se alterando completamente. Posso dizer também, como psicanalista, que graças a saberes e práticas como a psicanálise, esse conceito foi se complexificando muito a fim de incluir outras dinâmicas, outros processos mais sutis e continuados. Por isso hoje, em minha opinião, ele é inteiramente diverso. Quero dizer, ao menos novas contribuições para que ele seja completamente diverso.

Esse conceito renovado de memória inclui de uma maneira importante e mais complexa o esquecimento, não como antípoda, contrário ou antônimo da memória. Ele é um componente profundo da memória. Quero dizer, o esquecimento faz parte das dinâmicas da memória e a possibilita. Darei dois exemplos importantes.

O primeiro é uma apropriação que fiz da leitura de A Interpretação dos Sonhos (Endo; Sousa, 2014) de Freud. Lá ele observa que, por vezes, as pessoas estão falando sobre um sonho em análise. Esse sonho, Freud diz, o analisante não sonhou ontem. Por vezes esse sonho foi sonhado dias, meses ou anos atrás. Porém, numa determinada sessão de análise, ela se lembra desse sonho. A analisante traz o sonho em um contexto específico da clínica na transferência. Aí Freud sugere a pergunta: mas onde estava esse sonho? E em minha interpretação, ele mesmo sugere uma resposta: esse sonho dormia no esquecimento.

Ou seja, o esquecimento é onde a memória dorme, é onde a memória repousa. Ou seja, essa dinâmica que é trazida por Freud, na verdade, acompanha todos os novos conceitos sobre a memória.

o trabalho memorial e a existência de um memorial físico abrem as portas para a possibilidade do esquecimento.

Avanço então para um segundo exemplo. Em minhas pesquisas sobre memoriais em diferentes países, em que realizo uma espécie de peregrinação por memoriais distintos, em lugares e países diferentes persiste uma experiência que tem ficado cada vez mais clara para mim. Penso hoje que uma das funções, entre tantas, dos memoriais físicos, memoriais que existem concretamente, onde há uma sede, há materiais de arquivos, há coleções de objetos, intervenções artísticas, eventos, reuniões, grupos de trabalho etc., enfim um memorial vivo, é que eles guardam e têm muitas funções, muitas tarefas e muitas possibilidades multiplicadas. Mas uma das que acho mais importantes, é que o trabalho memorial e a existência de um memorial físico abrem as portas para a possibilidade do esquecimento. Em que sentido? Ele não é apenas um lugar para lembrar, mas também um lugar para esquecer. E isso é possível experienciar com clareza notável, por exemplo, quando, após muitas lutas pela memória se erige um memorial, um sítio de memória ou um centro de memória e direitos humanos em qualquer lugar.

É possível perceber e encontrar na experiência das pessoas que tiveram relação direta com o tema daquele memorial – seja as que viveram sob ditaduras, tiranias ou ameaçadas de extermínio e por políticas genocidárias ou sofreram efeitos de ações concretas de deslocamento forçado – que, muitas vezes, um diálogo entre as pessoas que viveram aquela experiência direta ou indiretamente, e sua presença e visita, constante ou não, junto àquele memorial é definida se se pode constatar que aquele trabalho memorial comportou a possibilidade do esquecimento.

Para as pessoas que viveram experiências atrozes numa dimensão frequentemente traumática, algo se apazigua quando encontram um lugar onde reconhecem que as suas memórias estão bem guardadas, zeladas e protegidas. Ou seja, o reconhecimento de que suas memórias, de seus entes queridos, do seu grupo social, estão protegidas, acolhidas, como um patrimônio público e coletivo. Os trabalhos de memória a partir desse reconhecimento podem inaugurar uma nova fase na qual se ativa a

permissão pessoal, social e coletiva para que as pessoas possam lembrar, mas também possam esquecer.

Na ausência desses símbolos e trabalhos públicos e perenes, o sobrevivente, familiar, amigo ou pessoa implicada sente, não raro, um dever da perpétua lembrança, porque a preservação de sua dor, por vezes, é o principal ou único indício de que uma atrocidade foi cometida. Desse modo é subjetivamente doloroso e urgente jamais esquecer e se torna imperativo sempre lembrar.

Então, a depender dos trabalhos realizados em torno dos memoriais pode se criar uma belíssima e potente dinâmica entre os memoriais e as sobreviventes. O memorial passa a ser também, e entre outras coisas, um lugar onde se pode ter certeza e confiança de que as memórias pessoais serão veladas como fontes perenes da rememoração, ativadas pelo desejo de recordar, rever, relembrar e desesquecer ainda que sob a forma da repetição, do trauma, da dor insuperável e do esquecimento. O memorial é, portanto, como um lugar no qual se vela um sentido ausente, diria Maurice Blanchot (1980, p.72).

Nesse encontro e diálogo se inscreve um tipo de disposição psíquica nova, que gera um espaço ao mesmo tempo de liberdade e compromisso num lugar onde é possível lembrar e esquecer. Onde a memória pode, muito ativa, trabalhar e onde pode dormir, repousar, descansar no esquecimento.

Eu tenho insistido nisso há alguns anos tentando pensar na qualidade da relação entre os memoriais e as vítimas e sobreviventes. Hoje penso que um memorial também é um ambiente onde se elabora a possibilidade de esquecer sem culpa e lembrar com saudades. E isso é impossibilitado inúmeras vezes para aquelas que viveram experiências traumáticas, experiências cativas pela repetição e entorpecidas pelo colapso do desastre. Então, eu considero um trabalho dos mais importantes e difíceis que o contexto dos trabalhos de memória, representados pelos memoriais pode e, não raro, tem possibilitado e conduzido certamente.

Outra coisa importante é que, do ponto de vista das ciências cognitivas, de uma certa psicologia, a memória é apresentada como uma função. Função psicológica, uma função psíquica, uma função mental. Considero que os argumentos que sugeri até aqui discordam e colocam isso em questão. Creio que as experiências de memória são sempre a tentativa de estarmos juntas, pertinentes e com as outras. Mas a outridade, a alteridade, é também a experiência em que morremos para pertencermos, em que o eu soçobra e de algum modo se desfaz enquanto se nutre do alheio. Nesse sentido a experiência solitária da memória é quase um contrassenso, porque suporia elevar o eu acima da experiência do sujeito que, enquanto tal, precisa se desfazer entre outros. A estética monumental se contrapõe a isso e, justamente por isso, nessa perspectiva é que os monumentos são atormentados pelos antimonumentos ou formas negativas. São derrubados, queimados, pichados e postos ao rés do chão, na horizontal, como efeitos simbólicos das lutas pela memória.

A estética monumental se contrapõe a isso e, justamente por isso, nessa perspectiva é que os monumentos são atormentados pelos antimonumentos ou formas negativas. São derrubados, queimados, pichados e postos ao rés do chão, na horizontal, como efeitos simbólicos das lutas pela memória.

Quando pensamos em resgate de memória, isso nos remete imediatamente a algo que, a princípio, está esquecido. Evocar pela via da lembrança algo que não está imediatamente consciente, presente. Resgatar, nesse sentido, seria deslocar algo do esquecimento para a lembrança, o que tive oportunidade de criticar acima.

Contudo, um outro sentido político também é importante para pensarmos a ideia de resgate das memórias sequestradas. Aquelas memórias que foram impossibilitadas, foram atacadas, foram violentadas e elididas por atos, políticas e decisões de grupos, instituições ou governos.

Resgatar essas memórias tomadas de assalto se torna então um problema político de grande importância. Como abrir os arquivos militares no Brasil? Como alcançar a identificação de tantas desaparecidas, torturadas e ameaçadas políticas e seus algozes impunes no Brasil, cujas vidas estão nesse momento ameaçadas de desaparecer porque estão sequestradas, ocultadas e trancadas? Quais memórias para as vítimas da pena de morte extrajudicial no Brasil cometidas pelas forças de segurança do Estado? Aqui o termo sequestrada ganha outra força e vigor, certamente.

Se por um lado a ideia de resgate não é tão importante para falar das dinâmicas que dominam os afazeres da memória, por outro são muito eloquentes para apontar os sequestradores deliberados, ativos e impunes das memórias. Aqueles que ainda se beneficiam desse sequestro usufruindo de sua impunidade, de seus soldos pelos bons serviços prestados e da vida que puderam viver graças ao trabalho obedientemente realizado de matar, torturar e desaparecer com pessoas.

1. Os memoriais contra as intempéries do desaparecimento

Estive recentemente na antiga prisão de presas políticas em Chacabuco, no deserto do Atacama, no Chile. Duas coisas inesperadas me impressionaram muito. Era a fase final da minha pesquisa sobre memoriais, que levou uns dez anos para ser realizada numa primeira fase e ainda prossegue. E eu queria muito terminá-la no deserto do Atacama. Primeiro porque desejava encerrar na América Latina e, depois, porque tenho grande admiração pelos trabalhos de memória que acontecem no Chile. Mas me surpreendeu também as contradições flagrantes que se demonstram no Chile e, particularmente, no deserto do Atacama.

Vou destacar aqui dois eventos. Em 2023, estive uma vez mais no conhecido Memorial de Calama, que se encontra na Rota 23, entre as cidades de Calama e São Pedro de Atacama. A primeira vez que eu estive na região do Atacama, há 12 anos atrás, o memorial constituía uma paisagem muito rara e comovente. Calama é uma cidade de passagem das turistas em direção a São Pedro. É, sob vários aspectos, a dimensão terrível que se opõe ao maravilhoso que se encontra em São Pedro e arredores. Indo pela Rota 24, há quase vinte quilômetros de Calama, se encontra a maior cratera de estação de cobre do mundo que nubla os céus do deserto com pó, areia e poluentes químicos espalhando toxicidade principalmente na cidade de Calama e comunidades vizinhas. A cidade fantasma em Chuquicamata. também fica dentro da área da zona de extração de cobre pertencente a empresa mineradora nacional (Codelco). Vinte e cinco mil pessoas foram retiradas de suas moradias desde 2003, devido ao risco da contaminação do ar gerados pela extração do cobre. Deixaram para trás um memorial da destruição de regiões desérticas no Atacama, memorial que em breve deve ser destruído para se expandir as atividades da mineradora. É uma cidade fantasma, inviável e mortífera, abandonada por efeito do brutal trabalho de extração de cobre chileno, hoje o maior produto de exportação do Chile.

Em outra direção, na Rota 23, após algumas dezenas de quilômetros rodados, era possível ver uma única edificação no meio do deserto. Pilastras que se levantam do deserto para homenagear os assassinados e desaparecidos da caravana da morte de Pinochet.

Uma montagem arquitetônica em meio à terra plana e infinita do deserto. Trinta e quatro colunas se erguem juntas no meio do nada.

Na primeira vez que estive lá, essa paisagem produzia um efeito performático impressionante. As colunas, representando cada um dos assassinados e desaparecidos, se erguiam do deserto formando um círculo visível à distância. Cada pilastra representando um desaparecido se erguia e se unia a outra ao seu lado, como num grande abraço circular que podia ser visto da estrada. Aquele monumento instigante intrigava as que transitavam pela primeira vez pela Rota 23 a caminho de São Pedro. Como o deserto e em diálogo com ele, o monumento é simples, singelo e vigoroso. Uma montagem arquitetônica em meio à terra plana e infinita do deserto. Trinta e quatro colunas se erguem juntas no meio do nada.

Essa é a lembrança da primeira vez que estive na região do Atacama. Doze anos depois, em 2023 a paisagem é completamente outra. A fazenda eólica construída no deserto, suas dezenas de turbinas monumentais ali instaladas, roubam a atenção visual de qualquer motorista na Rota 23. Turbinas e pás gigantescas e sua hélices atormentam o olhar. As paisagens da planície desértica perdem seu protagonismo e o memorial também. O deserto se obscurece. São os monumentos gigantescos da tecnologia que o pervade e o acanha. Monstruosos monumentos da tecnologia que impõem sua presença, seus valores e inventam suas necessidades. São quilômetros contínuos que fazem desaparecer o delicado e importante memorial de Calama, sua história e seus homenageados.

O mais aviltante é constatar que com milhares de quilômetros de deserto as turbinas não encontraram uma alternativa senão invadir o espaço visual do memorial. É uma agressão e um flagrante abuso contra a memória dos presos, mortos e desaparecidos do Chile. É a evidência de que uma batalha pela memória se trava no meio do deserto e no Chile. E aquele ponto alusivo, eloquente e antes, imediatamente visível, foi ocultado como uma comunidade que se extingue, atropelada pelos argumentos imperativos da tecnologia e do progresso que avança com seus coturnos.





Fonte: arquivo pessoal





Fonte: arquivo pessoal

A antiga salitreira e prisão política de Chacabuco é um memorial em ruínas e sem uma política pública de preservação suficiente no futuro desaparecerá, arruinado ao rés do chão.

Um drama maior se evidencia no importante memorial de Chacabuco, a 120 quilômetros de Calama. Um memorial importantíssimo totalmente largado ao desaparecimento. Foi uma das experiências memoriais mais "abandônicas" que eu já vi, devido à importância e ao tamanho da antiga prisão política de Chacabuco que ali funcionou após 1973. Foi o maior campo de concentração do Chile, no qual foram detidos mais de 1.200 prisioneiros.

No Chile fica evidente que o que vai transformar os memoriais em ruína e depois em pó é uma outra coisa: não é o ataque frontal, não é o sequestro, nem a destruição, mas a indiferença. E a sugestão de que há sempre coisas mais importantes e urgentes. É a ostentação do futuro e do progresso que é convincente o suficiente para defender que a tecnologia é um lenitivo para dores do passado e deve substituí-las, solapá-las, tornando-as patéticas e inúteis. Apenas em 2023 foi inaugurada uma pequena placa que indica que ali foi uma prisão política. Antes era apenas o local abandonado onde funcionou uma antiga salitreira e onde viviam em más condições seus trabalhadores. A antiga salitreira e prisão política de Chacabuco é um memorial em ruínas e sem uma política pública de preservação suficiente no futuro desaparecerá, arruinado ao rés do chão.

Por isso talvez me encantem esses memoriais por vezes defendidos por um grupo, uma comunidade ou por uma única pessoa. Essa singularidade potente que grita e independe de políticas públicas que jamais alcançarão a necessidade de uma política memorial ampla e radical. Um dos trabalhos artísticos mais impressionantes sobre a massificação da morte encontrei em Bogotá, na Colômbia, numa intervenção que Beatriz Gonzalez realizou no cemitério central da cidade. Nos locais que poderiam conter as urnas das mortas, os *columbarios*, a artista pinta inúmeras imagens de assassinatos ilegais cometidos pelo Estado, forças paramilitares e o tráfico de drogas na guerra infinita que se trava na Colômbia há décadas. A repetição das imagens se desdobra na convocação corajosa ao trabalho infinito da memória.

Penso que os trabalhos de memória, as lutas, as pesquisas, os memoriais, todas as estratégias em que se engajam as políticas de memória têm um único vetor que é colocar a teste a nossa humanidade, com todas as estratégias disponíveis. Se somos e seremos capazes de nos importarmos e nos implicarmos com dores e necessidades que não são as nossas, com a existência de outras que não nos são idênticas, e se faremos disso a condição que define a política e seus afazeres, dilemas e propósitos que hoje se degrada abissalmente. Isso é o que se chama proteger um legado.

Fazer nossa a luta de outras, a vida de outras numa espécie de contaminação virtuosa que instrui nossas sensibilidades e nossa forma particular de vivermos juntas. E nisso, acredito, os memoriais têm e terão papel decisivo impondo a importância de coisas e pessoas cuja memória se quer fazer desaparecer, no mesmo torvelinho onde ela se fortalece, se amplia e se consolida.

Por ocasião de uma entrevista para um belo projeto de podcast da pesquisadora Ana Paula Britto,[5] intitulado "Memória pra quê?", ela me pediu que recomendasse às pessoas trabalhos relacionados a memória e minha sugestão naquela ocasião foi: "visitem os memoriais".

Então, para terminar, reproduzo em linhas gerais o que disse a ela na ocasião. É uma recomendação sobre a ética dos afazeres do passado, a inspiração para o futuro que precisamos imaginar e os compromissos do presente, mas é também importante porque os memoriais guardam a sua fragilidade já que dependem também da vida e das pessoas que os frequentam e por eles guardam interesse e preocupação.

Particularmente, hoje tenho interesse pessoal naqueles memoriais que eu chamo de *chicos*, pequenos, que são aqueles mantidos às vezes por algumas pessoas, ou por alguns familiares ou por alguém que considerou importante a preservação daquele pequenino templo em volta de uma lápide, no local da morte de uma pessoa ou mesmo em seus quintais e casas. Resistem apesar da negligência social e estatal.

Por obra desse contato presencial, entre aquele memorial que foi criado, que foi construído, organizado e os pés que caminham até eles e as mãos que os tocam, uma magia pode acontecer. As mortas são restituídas à sua história e futuro e, uma vez mais, enaltecidas como legado. Comete-se e suscita-se uma experiência de vida e morte compartilhada. Aquelas vidas que estão sendo, de algum modo, ali celebradas, homenageadas intimamente, como num ritual pessoal onde se converte de súbito o memorial em lugar de consternação e preces, que possibilita faz a visitante sentí-las como próprias dando-lhes pertinência.

Ir a um memorial também é, sem dúvida, um momento em que algo de nossas experiências de humanidade se coloca em aviso e nossos compromissos para com ela são, ocasionalmente, refeitos e restaurados. E é sempre a constatação de que a morte é a vida acontecendo.

Por vezes, nesses esforços que fazemos para chegar até os memoriais, alguns são distantes, longínquos, difíceis, nos perdemos também nessa busca. Mas quando o encontro acontece entre sobreviventes, familiares, visitantes, ativistas e os memoriais, vidas são suscitadas e experiências são trazidas à tona e reveladas, uma vez mais, como vida, futuro e projeto. Então meu convite é que as pessoas visitem os memoriais, pequenos ou grandes, diminutos ou não, abandonados ou não, e possam ter essa experiência mágica de produzir vida em si a partir daqueles que queriam tanto viver e foram impedidos de ter, em vida, a sua morte morrida e não matada. E que agora, no ato de conhecer, estar e celebrar essas vidas, elas animosamente ressuscitam por nós e em nós.





Fonte: arquivo pessoal



Fonte:
arquivo pessoal

AUTOR
Paulo Cesar Endo é psicanalista, Professor Livre-Docente do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP), Coordenador do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP).

NOTAS

1. Ver sobre línguas indígenas existentes ou próximas da extinção: https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-3a23b0c2-e594-4145-ad26-32fbee5e9203. Ver sobre línguas indígenas extintas ou adormecidas: https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/04/22/as-linguas-indigenas-estao-adormecidas-nao-foram-extintas. Ver sobre línguas indígenas extintas ou em extinção: https://portalamazonia.com/amazonia/conheca-cinco-linguas-indigenas-extintas-na-amazonia/.

2. Remeto as leitoras à trilogia de Patrício Guzmán sobre a ditadura chilena comandada por Augusto Pinochet. Os filmes que compõem essa trilogia são: "Nostalgia da Luz" (2010), "O Botão de Madrepérola" (2015) e a "Cordilheira dos Sonhos" (2019). Em "Nostalgia da Luz", Guzman destacará a busca das Mulheres de Calama em busca dos restos mortais de seus parentes enterrados no deserto do Atacama pelo governo Pinochet. Em "O Botão de Madrepérola", o diretor destacará o achado de botão de madrepérola como prova de que a ditadura chilena lançava ao mar presas e presos políticos. Esse botão incrustrado no vergalhão de ferro é uma pesa memorial destacada na Villa Grimaldi, um dos memoriais mais importantes do Chile e da cidade de Santiago.

3. Em 2012, em conversa com Piotr Setkiewicz, diretor do Centre for Research at the Auschwitz-Birkenau State Museum, ele me dizia que entre os achados recentes em Auschwitz havia sido encontrado um broche provavelmente oriundo do Chile, o que indicaria que latino-americanos também teriam sido incinerados nos fornos crematórios, dando início a uma pesquisa sobre esse achado.

4. Tenho utilizado a palavra desesquecer para nomear e incluir no campo da memória os sonhos como trabalho de desesquecimento. No sonho não se trata de lembranças, certamente. Do mesmo modo que a elaboração onírica opera contra o esquecimento absoluto e desesquece, desfaz o esquecimento e, nesse sentido, revela, em sua narrativa os fragmentos da memória como sua possibilidade potente e em si. Trata-se de uma evocação ao sujeito que dobra a aposta nas pistas, indícios e sinais como começo e/ou recomeço lá onde o sujeito ameaça apagar-se, heteronomatizar-se ou sofrer sob o jugo de suas repetições. Sabemos das instruções da pulsão de morte tão evidentes nos sonhos, porém, ao mesmo tempo, o sonho é a franja que se dispõe a alguma emancipação psíquica como contrariedade aos apelas da pulsão de morte.

5. Realizado em vários episódios, esse projeto coloca em cena diálogos entre diferentes pesquisadoras, ativistas e líderes dialogando sobre o tema da memória. Esse capítulo em especial pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=NIfl3eOaURA.

REFERÊNCIAS

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de janeiro: Relume Dumará, 2001.
ENDO, Paulo; SOUSA, Edson. Itinerário para uma leitura de Freud. *In:* FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos**. Trad. Renato Zwick. Rev. Tec. Tania Rivera. Porto Alegre: L&PM, 2014.
BLANCHOT, M. **L'Écriture du Désastre**. Paris: Galimard, 1980, p.72.

A voz das águas: memória e reparação em debate

Mãe Zana

1. Introdução

O texto que segue é fruto de entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2025, cerca de dois anos e dois meses após a destruição do Ilê Asé Odé Ibualamo, em uma ação criminosa da Prefeitura de Carapicuíba, tendo como justificativa a realização de obras do PAC.[1] Desde o início das ameaças de demolição, Mãe Zana de Odé, Odecidarewa, Iyalorixá do terreiro e liderança nacional dos povos de matriz africana, junto com sua comunidade e parcerias institucionais e políticas, vem realizando uma luta constante pela reparação judicial e o avanço dos debates sobre racismo e intolerância, também no âmbito das políticas urbanísticas.

Na conversa, que durou aproximadamente duas horas, Mãe Zana contou brevemente sobre a formação do terreiro, as transformações pelas quais vem passando há décadas – especialmente em decorrência de perseguições e destruições materiais – e os impactos da demolição para sua família consanguínea e a comunidade. Por fim, ela deixa uma importante reflexão sobre os sentidos e limites das políticas de reparação, ainda incipientes, tanto em função da morosidade com que são aplicadas como pela impossibilidade de recuperar parte do que é perdido nos ataques e pagamentos sofridos.

2. Ilê asé Odé Ibualamo: entre criações e destruições

Eu sou Odecidarewa, mais conhecida como Mãe Zana de Odé. Meu nome social é Zana Meire Oliveira de Jesus, filha de Marina Clarinda Oliveira de Jesus, Mãe Kassailê, e de Edivaldo Pinheiro de Jesus, Seu Edivaldo. Sou Iyalorixá do Ilê Asé Odé Ibualamo, unidade territorial tradicional localizada em Carapicuíba [no bairro de Vila Silviania, região sul da cidade], Zona Oeste da Grande São Paulo. A minha formação é na gestão da qualidade e tenho algumas outras formações como, por exemplo, administração de empresas. E agora, em breve, serei formada também em gestão de tecnologias de políticas públicas. Sou uma mulher negra, periférica, de quase 50 anos, mãe de três filhos: Danilo, David e Vinícius.

O Ilê Asé Odé Ibualamo é uma herança. Eu sou a sexta geração da minha família consanguínea tradicional. O Ilê foi iniciado nessa tradição com os meus tataravós, em Benin e na Nigéria. Meu avô, que é filho de africanos, chega ao Brasil, ainda no ventre de sua mãe, e são separados por consequência do processo da escravização. Depois, já quase na sua fase adulta, ele inicia o primeiro terreiro da minha família aqui no Brasil, que foi na cidade de Canavieiras [sul da Bahia], acho que na década de 1910, por aí, ou um pouco antes. E é passado para minha mãe, que veio para São Paulo. Meu avô, ainda em vida, planta o axé aqui na cidade de Carapicuíba, exatamente no lugar onde resiste até hoje. Após o falecimento da minha mãe, eu sou a próxima herdeira, e já tenho também o próximo herdeiro, que é o Ofacilomy, o Bryan.

A família da minha mãe chegou na Bahia. A família do meu pai – seu pai, seu avô e seu bisavô – chegou no Cais do Valongo [porto de entrada de navios negreiros para tráfico humano, localizado na cidade do Rio de Janeiro]. Uma parte chegou em Cachoeira de São Félix, na Bahia também. Muitos morreram ali naquele rio de Cachoeira. Eu até visitei lá, um tempo atrás, com a Madrinha [Mãe Iraildes, Iyalorixá do Ilê Axé Oyá Nitá Nirê e liderança religiosa e política central da cidade de Carapicuíba]. A Ponte dos Desesperados era onde chegavam as embarcações, e os escravizados que não tinham condições mais de trabalho, eles dispensavam no rio. Provavelmente, alguns da minha família também foram para lá.

E tem duas veias: parte da família do meu avô é do povo banto e parte da família do meu pai é do povo iorubano. Então eu tenho essa mistura tradicional. As duas famílias são famílias tradicionais. A da minha mãe, uma família tradicional que tem essa veia religiosa também, que zela os orixás. E permanece até hoje comigo e com as futuras gerações, com Ofacilomy e outros que vieram. A do meu pai, alguns ainda mantiveram a religiosidade até a década de 1960 e depois não mais.

3. Transformações do Ilê, da Bahia a São Paulo

As transformações do Ilê são diversas, algumas positivas, mas a grande maioria muito, muito extremamente negativas. Vou falar da Bahia para cá, porque lá também houve transformações significativas. Inclusive, de alguma forma, também forçou o meu avô a se preocupar em plantar o axé aqui em São Paulo, já fugindo do processo urbanístico, do avanço urbano, que também já preocupava o meu povo lá em Canavieiras, na Bahia.

Quando o meu avô plantou o primeiro axé para o Ilê, lá em Canavieiras, era nas dependências de uma fazenda. Tinha muita árvore, muito mato, tudo o que era necessário. Ao longo dos anos, das décadas, a fazenda foi vendida e a urbanização chegou muito próxima do terreiro, ao ponto de tomar parte. Aconteceu exatamente o que aconteceu aqui: tomar parte da propriedade. As pessoas vão invadindo ali, vão comprando outros lote, vão construindo, chega a Igreja, chegam outras denominações e vertentes religiosas, que terminam se conflitando também. Mas ainda assim ele mantinha lá.

A cidade foi ganhando calçamento de paralelepípedo. Naquelas épocas – que eu não sei exatamente dizer, se

foi na década de 1940 ou 1950, no período de ditadura –, os macumbeiros eram caçados, e o meu avô, inclusive, foi caçado nesse processo. Caçado como bruxo. Por isso ele se mudou para São João de Panelinha, Camacan, que foi a segunda cidade, antes de vir para Carapicuíba. Ele teve que sair da cidade e literalmente fundar o terreiro lá.

Antes dele sair, teve esse avanço, esse calçamento: eles abriam, tiravam os matos e iam colocando aquelas pedras. Meu avô chegou inclusive a trabalhar na pedreira, quebrando pedra, para calçar a rua que ia passar no terreiro dele. E naquela época eles trabalhavam sem remuneração, para comprar na vendinha da fazenda – não tinha dinheiro. O terreiro era meio que uma senzala. O candomblé era, na verdade, chamado de festa, porque não podia ter candomblé. Quando descobriram que realmente era candomblé, começaram a caça ao bruxo, e ele teve que sair da cidade e abandonar o terreiro.

Ele conseguiu levar de lá a maioria dos pertences – que era o que estava em Carapicuíba. O que torna ainda mais absurda essa demolição! Tem coisas que nem eu conhecia, e o terreiro foi demolido sem eu conhecer, porque meu avô plantou e eu não tinha autorização ainda de tirar. Eu só poderia tirar em 2032, se não me engano, que era quando teria o tempo correto para remover e plantar um terceiro axé aqui no Brasil.

A evolução urbana marcou drasticamente a minha família consanguínea tradicional, porque foi nos expulsando, nos encurralando, até que a gente chega em Carapicuíba – e o processo não mudou. Quando é instalado o Ilê Asé Odé Ibualamo em Carapicuíba, o cenário ainda era propício para se instalar ali, se implantar o axé. Então, ufa! Para o meu avô, para a minha mãe era um alívio. Finalmente, conseguiram achar um lugar para plantar parcialmente – porque já tinha se perdido muita coisa lá –, e parcialmente se plantou o que havia sido resgatado e que a polícia não tinha pego: as joias da minha família, a herança realmente da minha família. E assim foi.

A comunidade se constituiu a partir do terreiro, na Rua Airão, guardando a herança de uma época sombria da ditadura, em que meu avô lutou muito. Eu não lembro se ele chegou a ser preso. Acho que sim, mas as minhas tias não contam, porque têm vergonha disso. Esse povo mais antigo tem vergonha de falar se alguém da família foi preso porque era bruxo e porque não sei o quê... Essa questão também levou a maioria dos irmãos da minha mãe a se afastarem da tradicionalidade, para ter uma vida mais comum, se enquadrarem na sociedade. A minha mãe, que peitava Deus e o mundo – acho que eu tenho a quem puxar –, falou: "Não, a gente vai manter".

O candomblé era, na verdade, chamado de festa, porque não podia ter candomblé. Quando descobriram que realmente era candomblé, começaram a caça ao bruxo, e ele teve que sair da cidade e abandonar o terreiro.

Então meu avô consegue manter a tradicionalidade através de duas filhas: minha mãe e minha tia Bua, irmã da minha mãe, que faleceu. Mas meus tios, que eram ogãs, foram para o Rio de Janeiro quando isso ocorreu – onde também tinha perseguição. Eles foram trabalhar em fábrica, e você não podia ter nenhum sinal. Preto com uma conta no pescoço na ditadura ia morrer.

Na década de 1980, a partir de 1989, a evolução também urbana começa em Carapicuíba e vão abrindo mais ruas. As ruas que eram de terra começam a ganhar asfalto; consequentemente os riachos tornam-se córregos e começam com inundações, a destruir também algumas casas. Depois os governos, com a sua metodologia de "melhor qualidade de vida" para as populações periféricas, chega com o asfalto, o assoreamento dos rios, a colocação de aduelas, a canalização, com a construção, a chegada de algumas fábricas na cidade de Carapicuíba. Tem um polo pequeno, mas é um polo industrial, onde você tem alumínio, tem uma série de elementos que são despejados no Cadaval, que era o rio que alimentava a nossa tradicionalidade cotidianamente.

No caso de Carapicuíba, é um pouco diferente de algumas cidades. Na Bahia, literalmente, os terreiros formaram os bairros. Literalmente. Em São Paulo, o processo de migração chega primeiro, porque os terreiros estavam nas senzalas, dentro das fazendas de café, lá no Cinturão Verde... Depois que as cidades foram se formando, o terreiro era na área rural. Ele passa a ser da área urbana porque a área urbana invadiu a área rural, e o terreiro está lá.

É uma leitura que alguns estudiosos discordam de mim, mas contra fatos não há argumentos. Se você conseguir achar uma foto antiga de qualquer cidade brasileira que tenha um terreiro – qualquer bairro –, você vai ver que o terreiro está lá primeiro do que a fábrica, do que a igreja, do que a prefeitura! Então a cidade engoliu o terreiro. Por isso que eu não costumo dizer que o terreiro constituiu a cidade: porque vai completamente contra o que eu acredito e o que eu defendo. O terreiro não construiu a cidade – até porque não era nossa vontade construir a cidade. A nossa cidade, para nós, é a nossa comunidade.

Essas mudanças, na verdade, nos perseguem desde o período pós-colonial, só mudou o estado. São várias feridas que o progresso e o desenvolvimento causaram.

A cidade usurpou o espaço territorial dos ilês, dos abassás, das roças, e transformou o que era o terreiro do terreiro em cidade. Talvez eu diria que o terreiro do terreiro é a cidade agora. Até onde conseguimos imagens aéreas da região onde estava o Ilê Asé Odé Ibualamo, a gente vê que a cidade está mais afastada no começo. Ao longo dos anos, a vegetação vai sumindo e vão aparecendo as casas, mas o terreiro estava lá! Eu costumo dizer que não dá para dizer que realmente há um quilombo urbano. A urbanização "se aquilombou", entrou para dentro da área dos quilombos. É isso.

Essas mudanças, na verdade, nos perseguem desde o período pós-colonial, só mudou o estado. São várias feridas que o progresso e o desenvolvimento causaram. E tenho certeza absoluta que não foi só na minha família tradicional, mas em toda a minha grande família tradicional que foi transladada para o Brasil dessa forma horrorosa, que sofreu e sofre até hoje essa problemática. **A demolição do Ilê também foi provocada pelo avanço da urbanização e pela metodologia que, no Brasil, é usada para demonstrar ou promover uma falsa qualidade de vida para a periferia urbana.**

E a gente vem lutando. Eu já nasci ouvindo essa luta, sabendo que meu avô tinha fugido da caça aos bruxos. Cresço em meio a essa opressão, que hoje não é mais da caça aos bruxos, mas, se continua caçando a população preta e as suas identidades. Foi exatamente o que eles caçaram. O retrato da demolição do Ilê Asé Odé Ibualamo é um exemplo objetivo dessa caça que nunca terminou, que nunca acabou.

Outra transformação importante é o modo de vida dentro do terreiro, que sofreu alterações muito significativas. Eu fui criada de uma maneira dentro do terreiro. Meus filhos já foram criados de outra. E consequentemente meus netos e os demais que estão por vir serão talvez, se conseguirem, criados dentro minimamente da metodologia tradicional, mas não será, nem de longe, o que eu consegui absorver.

Fui criada aprendendo a colher ervas no quintal – porque tinha muita erva no quintal –, aprendendo a colher feijão, quiabo, criava galinha, bode, tinha um cavalinho, um jeguinho, tinha o rio onde a gente lavava roupa, tinha a bica onde a gente pegava a água para beber – e a gente tinha todo o cuidado, com a sujeira daquela água. Se vinha uma folha seca, a gente tirava a folha e colocava na árvore porque era adubo. Não me recordo nunca de ter colocado uma gota de comida dentro de uma lata de lixo. Na minha época, se sobrava comida, você dava para os peixes – o que era de peixe comer – ou então você dava para o cabrito comer, para as galinhas, para os papagaios. Os ossos dos frangos jamais iam para o lixo: iam sempre para os pés das árvores.

Era sempre muita fartura: meu avô tinha muito mamão macho, pé de abiu, jaca, acerola, cacau, café. Eu nunca comprei café numa venda! A gente tomava café no fundo de casa! E tinha o dia certo, a lua certa. O milho que plantava, o feijão para "debruiá" na hora certa... São ações e interações com a natureza diretamente. Com a chegada da obra, a gente teve que reconfigurar o barracão, perdemos o espaço territorial, a plantação, o lugar de criar bicho. O pé de manga, o pé de jaca, eles arrancaram tudo. A gente ficou sem fruta, sem legumes, sem erva, sem condimento, sem nada. A Sueli [Yabassê do Ilê Asé Odé Ibualamo] fez uns potinhos, umas hortinhas, mas a gente não tem muita habilidade com essas tecnologias novas. Então a gente sofreu um pouquinho para manter essa horta viva. A cozinha tinha uma janela gigante, que a gente teve que reduzir, então a ventilação era menor e as plantas não resistiam muito tempo. Ficavam bonitas por duas semanas e, na terceira, já morriam e tinha que replantar de novo.

No terreiro de hoje, entra tudo ou quase tudo industrializado, porque nós perdemos a área territorial do terreiro para a cidade. A cidade engoliu os terreiros, então não tem mais lugar de plantio. Isso afetou diretamente a identidade alimentar dos povos. Nós estamos lutando muito para colocar o cabrito de volta na alimentação, pelo menos na escola. Está sendo um "quiprocó". E é a carne mais saudável no mundo, que é a carne de caprino, quando criado sem a adição de venenos. Então hoje a gente não tem essa relação mais. Eu não posso proporcionar isso aos meus filhos nem aos meus netos.

4. O Ilê como equipamento público gerador de políticas

Os terreiros que estão nos morros aqui em São Paulo e os que estão em meio às cidades um pouco mais volumosas, como Mauá, Santo André e São Bernardo, estão sofrendo horrores de opressão. Opressão do mercado imobiliário e, a partir dessa lógica da melhor qualidade de vida, do saneamento básico, para atender às questões de qualidade de vida, dos equipamentos públicos de saúde... Parece que escolhem justamente onde estão os terreiros. Por que tem tanta gente ao redor dos terreiros? Porque os terreiros acolhem. Então o número de famílias de baixa renda ao redor do terreiro é muito alto. Se você fizer uma pesquisa, quase todas elas nasceram no terreiro e ali seguem: as crianças ou suas mães são atendidas por aquele terreiro. O terreiro, na verdade, é um equipamento público que já existia antes de qualquer outro ser adotado, pensado, constituído, construído. Eu costumo dizer que o terreiro é o mais antigo equipamento público.

No Ilê, a gente fazia todo o tipo de atendimento, principalmente para mulheres. A mulher procura muito mais o terreiro do que o homem. Os homens que têm no terreiro geralmente são daquela família tradicional, mas as mulheres procuram muito, porque elas se sentem inseguras. Lá em casa, por exemplo, a gente tinha muitas mulheres que sofriam violência doméstica e que o refúgio era o terreiro. Quando a mulher brigava com o marido, ela não corria para a delegacia – corria para o terreiro. Ali o marido não entrava, obviamente, porque sabia que tinha homem para proteger, tinha mulher para proteger, tinha toda essa simbologia da espiritualidade, da força. E ela carregava os filhos junto. Várias vezes, tanto na minha casa como na da Madrinha, as mulheres ficavam pernoitando por dias. Aí não tinha roupa, a gente dava roupa. E as crianças, a gente colocava um do terreiro para levar na escola todo dia, para o pai não ameaçar.

Até que a gente construiu a política da mulher aqui em Carapicuíba – eu, Madrinha e outras parceiras. Construímos o Centro de Referência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Crevim) e conseguimos dar um pouco mais de apoio, porque foi uma psicóloga. Então quando essas mulheres chegavam no terreiro, a gente já tinha para onde encaminhar. E a gente começou a aprender mais sobre a política da mulher também, começou a fazer palestras, orientar... Colocamos as mulheres de terreiro juntas. Os terreiros fazem esse papel.

Tinha também um trabalho com crianças com deficiência. A Adriana, que é uma menina que morava lá no Beatriz, tinha um filho que tinha uma doença degenerativa. Eu atendia ela e a família dela. Ela falou: "Tem tanta criança lá". Então eu falei: "Traz as crianças, vamos fazer um trabalho com elas". Uma vez por mês, ela levava as crianças, a gente fazia chás, conversava com as crianças, os meninos tocavam o atabaque. A música, a dança, a comida diferente, isso fazia muito bem a eles. Só que com a desconfiguração do meu barracão, a gente não conseguiu atender mais, porque o que era uma entrada acessível, virou uma viela depois para o fundo, que não dava para passar a cadeira de roda mais. A gente parou de fazer esse atendimento, mas eu não parei de atender a família, com cesta básica, com legumes, tudo o que a gente ganhava a gente repartia com eles.

Teve também o ciclo de conversa com a juventude. Toda segunda-feira, a gente conversava, antes da reza para Omolu. E falava sobre tudo. Os que estavam na escola, a gente queria saber como é que estavam, se alguém falou alguma coisa, se a diretora reclamou, porque estavam com a corda no pescoço de obrigação, alguma coisa desse tipo. E também ensinando: ainda que nasçam dentro do terreiro, vão tendo contato com o mundo de fora e vão vendo um monte de coisas, então ficam com a cabeça cheia de dúvidas. E vão se sentindo meio diferentes também.

Por exemplo, o Danilo, quando estava na escola, na lancheira dele ia inhame, ovos e pipoca, que eu fazia. De vez em quando, eu mandava uma farofinha de carne de sol também. De alguma atividade no fim de semana no terreiro, sobrava mungunzá, bolo de aipim, cuscuz de tapioca, e eu mandava essas coisas na lancheira. Ia chá de colônia, chá de alecrim... Os outros levavam Danoninho, levava aqueles Mirabel... Eu nunca comprava esses negócios, nunca mandei refrigerante. As crianças lançavam em cima dele para comer também, porque todo mundo tinha tudo do mesmo, só ele tinha diferente. A professora um dia mandou um bilhete perguntando por que eu só mandava esse tipo de comida. Porque é a comida que a gente come em casa! Aí ela soube que eu era uma Iyalorixá e, no final das contas, ela também era do santo, do axé.

É muito difícil você manter a alimentação tradicional! E eu falava muito sobre isso em casa. Os meninos lá em casa quase não comiam merenda da escola – e fui achando isso muito ruim. Até que a gente chamou o prefeito na época, conversamos com ele e começou a comprar comida do quilombo para a escola. Conseguimos mudar a alimentação das crianças aqui em Carapicuíba. Foi uma briga danada, mas a gente conseguiu mudar a alimentação junto com a professora Cida Cavas. Eles começaram a comprar raízes, então de vez em quando tinha um inhame, tinha mais frutas, mais sucos naturais, o feijão não era mais enlatado, não era só sopa, tinha mingau de fubá...

Vai tirando você de um campo que você tem pessoas curadas, saudáveis, dispostas e você vai sendo levado automaticamente para um lugar onde você adoece completamente. Os jovens do terreiro nem sabem o que é droga, porque saem da escola e, até começarem o primeiro emprego, eles estavam em função. A criança trabalha no terreiro. Todas as crianças trabalham, só que é um trabalho gostoso, não é um trabalho de exploração. Muito pelo contrário, a criança vai aprendendo, explorando o próprio espaço onde nasceu, entendendo ao seu redor.

O terreiro proporciona essa vivência para a criança, que, consequentemente, vai se tornar um jovem, sem essas dependências absurdas. E o mundo lá fora acaba jogando eles nessas pegadinhas que muitas vezes não têm volta. A Vitória foi para escola de saia, de turbante, de kelê. Ela estava em processo, e eu fiz o documento avisando para a diretora, com base na lei. As amigas, quando viram ela, disseram: "Meu Deus, que lindo! Que legal!". Ela levava o banquinho para sentar na escola, porque não podia sentar na cadeira que todo mundo sentava. Todo dia, o pai levava ela na escola, com o banquinho dela, a professora já deixava o lugar certinho.

Essa questão da educação dentro do terreiro também é uma das coisas que a gente trata. A questão do aprendizado, da troca do saber. Caruru lá em casa, a vizinhança inteira ia fazer caruru. Não era só a Sueli. Era Ângela, era Doraci, era Maria, era Nice, era Valdivina. Mas elas são da tradição? Não, não são, mas aprenderam com a gente como que corta quiabo, como que corta abóbora, como que limpa o peixe, quais são os temperos... Então deixava tudo pronto. Sueli era só temperando ali, botando no fogo e tal. Era uma noite inteira cozinhando para no outro dia alimentar a favela inteira. E era uma delícia!

O terreiro dá trabalho, porque, se você tem uma roupa para costurar, o terreiro vai procurar uma costureira na sua comunidade, se não tem dentro do terreiro. Geralmente tem. Lá em casa a gente não comprava sabão em mercado, porque faz sabão dentro de casa. O óleo que a gente usa, o dendê, a gente faz o sabão, para a gente e para a comunidade. E também o terreiro é um mercado. "Tem açúcar aí? Tem feijão? Tem farinha?" Tinha uma dinâmica de solidariedade, sempre teve. Tinha a Coquinha, a finada Soraide – que todo mundo já morreu –, o Pai Tauá, o Pai Obá, a Mãe Francisca, que eram os terreiros que iam na minha casa – lá na casa de Mainha – e Mainha ia na deles. Tem muito essa troca. **Então onde tem terreiro as pessoas não passam fome, as pessoas não ficam nus, não ficam doentes e aprendem. Eu desconheço um equipamento público tão completo.**

> Essa questão da educação dentro do terreiro também é uma das coisas que a gente trata. A questão do aprendizado, da troca do saber.

5. O terreiro, as águas e o desmonte da comunidade

A destruição, para mim, começa quando a minha família chegou ao Brasil. Quer dizer, começou em África! E se estendeu para Canavieiras e se estendeu para Carapicuíba. Carapicuíba foi o aterramento do processo demolitório que vem ocorrendo ao longo dos séculos com o Ilê. Passando aqui para Carapicuíba, a nossa proposta sempre foi dizer que o terreiro não era inimigo do saneamento básico, da urbanização. **Mas o terreiro é inimigo – e sempre será – de quem quer calar a voz das águas, de uma forma tão drástica.**

A gente sempre foi contra tamponar o rio. O que a gente queria é que eles fizessem como se faz em várias cidades. A Baixada Santista é toda feita assim, tem aqueles grandes canais. Eles poderiam colocar no Córrego do Cadaval várias passarelas e poderiam ter tamponado com redes de aço, alguma coisa, para evitar que as pessoas jogassem sujeira dentro. E, vez ou outra, um equipamento público poderia monitorar a limpeza, o assoreamento.

Essa conversa foi feita desde quando eu atuo como ativista nessa cidade. A princípio, os outros governos [municipais, anteriores às gestões de Marcos Neves, PV/PSDB, 2017-2020 e 2021-2024, e da atual, José Roberto, PSD] eram mais maleáveis. A gente conversava, então fazia campanha de limpeza, fazia uma série de coisas para evitar exatamente que a condição, que já estava agravada por consequência da obra, piorasse, e consequentemente a gente tivesse que sair dali. Tanto que a Prefeitura fala: "Vocês sempre souberam que tinham que sair dali". Sim, soubemos, mas quem disse que a gente tinha que sair? Eles que não tinham que ter ido lá, fazer o que fizeram. A gente propôs diversas coisas...

Esse projeto que o João materializou existe desde 2004[2]. Eu tenho inclusive atas com esse registro: a gente já se preocupava com essa questão, sabia que o rio

encheria mais, que as enchentes iam se tornar corriqueiras, tudo isso! **Nós também entendemos e estudamos as águas. A gente escuta a água, sabe quando a água fala.** E a gente sabe quando a água fala que vai vir uma tromba d'água maior. A gente sabe quando a água está sufocada e quer mais espaço. O nosso conhecimento tradicional, a tecnologia tradicional compreende com exatidão as condições climáticas severas pelas quais a gente está passando.

E não foi diferente no processo de tentativa de defesa da unidade tradicional aqui em Carapicuíba. Todo o tempo a gente discutia sobre isso, com o governo, com os secretários. Nós fomos criando uma rede de legislações e conselhos, para eles entenderem a importância que era o terreiro estar ali. E os outros demais terreiros da cidade estarem ali. Hoje eu vejo que nós perdemos muito tempo querendo fazer eles entenderem com sentimento, mas, quando se trata de urbanização, não há sentimento envolvido – e a gente levou muito tempo para entender isso. Talvez isso pudesse salvar o terreiro, se eu tivesse entendido isso antes e outros parceiros também.

Quando o prefeito olhou o cenário, viu que o terreiro estava no meio de um monte de casas. Se você pegar a imagem antes, de anos atrás, vai ver que o terreiro começou a ficar protegido por um monte de casas ao seu redor, que foi a área que a gente foi perdendo. Ficou lá no meinho, como se fosse a oca do pajé numa aldeia indígena, e todas as outras em volta. Para ele chegar até o terreiro, teve que construir uma narrativa de que as casas da ponta da rua estavam em perigo. Começou as retroescavadeiras dentro do córrego, para desassorear o córrego e consequentemente torná-lo mais largo, para entrar mais água, e com isso, se viesse uma enchente, ele iria se esparramar muito mais. E ia enfraquecendo ali a base das outras casas.

Ele colocou uma série de pessoas para dizer para os moradores que eles tinham que sair dali, que aquilo estava em risco. Mostrava lá: fator de risco quatro. E diziam que as pessoas tinham que sair porque aquelas casas estavam em perigo. Então o prefeito foi usando uma narrativa pautada na psicologia, para amedrontar, para oprimir. Dizia: "Olha, é melhor você sair. Veja na casa de alguém que você quer ficar, que pode ficar, e depois a gente vê o que faz". E foi com essa narrativa que ele começou a adentrar na área.

Foram demolindo algumas casas, até conseguir chegar no terreiro. Quando chega próximo do terreiro, tinha que inventar alguma coisa, porque nós, quando mudamos a configuração do terreiro, não fizemos de qualquer jeito. A gente chamou um engenheiro para entender a situação. Então o baldrame foi todo muito bem feito. Era a casa mais alta da vila, tratando-se de casa térrea. Tinha toda uma proteção de ferro, de adobe, toda uma arquitetura diferenciada, que não podia cair com a água do rio, a menos que enchesse dez metros de altura, cinco metros de altura... O que eles fazem? Começam a avançar, a escavar as bases: escavaram as sapatas, os quatro cantos do terreiro. Desviaram o curso da água do rio para passar do lado e quase embaixo da sapata. Deixaram a sapata suspensa. Até que a casa começa a rachar inteira.

> O nosso conhecimento tradicional, a tecnologia tradicional compreende com exatidão as condições climáticas severas pelas quais a gente está passando.

Eles pegaram um profissional da Defesa Civil, com as fotos externas, porque ninguém tem uma foto interna do terreiro – eles não entraram no terreiro –, construíram um laudo e disseram: "Tem que ser derrubada aquela casa". Criaram todo um cenário primeiro para depois ir ao Judiciário: "Se o juiz disser que não pode demolir, o problema vai ser do juiz, mas eu sei que vai cair". Quando, na verdade, quem garantia que ia cair? Eles não sabiam que eu já tinha chamado o Rodolfo Moura[3] para fazer o laudo – e que deu tempo, Inshalá! Um dia antes da demolição, Rodolfo conseguiu concluir o laudo – um dia antes da demolição!

Depois de fazerem essas fotos – eu não estava sabendo –, chega uma agente lá e diz: "A senhora tem que sair de dentro de casa porque a gente vai demolir o seu terreiro". Ela chegou com as máquinas – como assim? E me mostrou fotos que eles tinham feito: a cozinha toda torta já, a parede rachada do lado de fora, um cenário de desalento, que qualquer pessoa que olhasse falaria que tem que demolir. Só que eles também não sabiam que eu tinha feito alguns vídeos da máquina escavando o terreiro, que a gente fez pela parte de dentro e por cima também, escondido na laje. Nitidamente dá para ver a ação criminosa deles.

O que levou também eles a fazerem isso – eu acho – é porque a comunidade começou a dizer: "Se o terreiro não sair, a gente não vai sair, vamos todos ficar". Isso foi se proliferando, foi aumentando para a comunidade e, em cada porta que eles batiam, diziam: "Se o terreiro não sair, a gente também não vai, a gente fica com o terreiro". O prefeito entendeu que tinha que tirar o terreiro, ou não iria concluir a obra dele. Foi assim que ocasionou tudo isso. A juíza determinou a demolição imediata – e a Prefeitura não disse que era um terreiro, quando fez a solicitação. Só que a Defensoria Pública, depois, para fazer a defesa, disse: "É um terreiro, tem pessoas dentro, tem crianças, tem idosos, tem material, tem patrimônio, não pode demolir".

A juíza fez vista grossa e mandou demolir. A gente ficou cinco horas acreditando piamente que uma juíza, após saber que se tratava de um território tradicional sagrado e reconhecido pelo governo, ia recuar e não ia demolir. Mentira! A doida mandou demolir o negócio! As máquinas estavam lá, e começou o processo. Eles começaram já a ficar em cima da gente e dando prensa... Eram duas horas da tarde quando chegou a resposta. Às três, três e meia da tarde, eles queriam que a gente já tivesse retirado tudo. Como você tira? E o engenheiro dizia para a gente: "Não pode entrar na cozinha". A vida do terreiro está na cozinha praticamente! Tinha a cozinha, tinha os quartos sagrados lá para o fundo, que a gente não conseguia acessar porque ele falou: "Vocês não vão acessar porque, se vocês forem para lá e isso cair e morrerem, eu perco minha carteira. Depois da demolição, a gente vê o que sobrou e tenta ajudar vocês a retirar". E eu dizia para ele: "Tem coisas embaixo da terra, eu preciso retirar". Ele: "Você é louca, Mãe Zana, não pode! Aqui está tão perigoso, que não pode bater um martelo, se não vai cair tudo em cima da gente".

Só que é engraçado: na hora que começou a demolir, que eles começam a tirar janela, porta, para facilitar a demolição, eles começaram a tirar um bocado de coisa. Eu falei para ele: "Sabe essa madeira que está em cima da tua cabeça aqui? Essa madeira veio da Bahia", que era um jacarandá. Ele falou: "Eu sinto muito, não posso fazer nada. Entre a sua vida e a sua casa, eu prefiro a sua vida". Ele falava o tempo todo isso para mim.

E uma pressão da juíza: "Vamos porque estamos no horário", ela disse isso, "não podemos mais esperar, não dá, não dá, não dá". A rua, cheia de polícia, e foi juntando um monte de gente. A Mãe Iraildes: "Chama o povo pra fazer uma manifestação!". E eu: "Não vou chamar ninguém, Madrinha". E Madrinha: "Não tô acreditando que tô ouvindo isso de você". Mas eu não sei o que me deu. Naquele momento, alguma coisa disse para mim: "Para, respira, senta e deixa eles fazerem o teatro". E é exatamente isso que eu fiz. A vizinha me deu uma cadeira, eu sentei naquela segunda casa da viela, e de lá estava vendo a retroescavadeira demolir, em uns cinco, dez minutos, a vida inteirinha – minha, da minha mãe, do meu avô, dos meus filhos...

Resumindo, não havia mais o que fazer: a polícia invadiu o terreiro e colocou a gente para fora.

Os agentes da Prefeitura começaram a invadir o terreiro: "Vamos, vamos, tira, tira, tira". O que estava no meio do terreiro, foram pegando e levando para fora de qualquer jeito. Quando deu cinco horas da tarde, a agente do juiz falou: "Eles têm que sair". Chamaram a polícia, a rua encheu de polícia. O Danilo se desesperou, queria brigar com a polícia, o Derick também... Enquanto a Defensoria estava comigo, e a gente estava aguardando a resposta do juiz, todos nós acreditávamos que não iria demolir, então eu não chamei ninguém! Nem os filhos, que estavam no trabalho. Falei: "Gente, continua trabalhando, que vai dar tudo certo". Ninguém, em sã consciência, sabendo que era um terreiro, que tinha pessoas lá dentro, que tinha muita coisa para ser tirada – não ia mandar demolir com tudo dentro. Mas nem no meu pior pesadelo, eu jamais imaginava que um ser humano tivesse a capacidade, principalmente tratando-se de um profissional, de fazer uma coisa daquelas. O defensor que estava lá, Danilo, e a doutora Vanessa, falando no telefone, e a juíza: "Não, não, tem que demolir agora".

Desse jeito. E o policial, que me conhecia, falou: "Dona Zana, por favor, não fica com ódio de mim, eu estou sendo ordenado a fazer isso. Pelo amor de Deus, me perdoa". O policial com o olho cheio de lágrima falando para mim, porque ele é de terreiro, eu conheço a Mãe de Santo dele. E ele teve que tirar uma Mãe de Santo de dentro do terreiro. Ele: "Pelo amor de Deus, me perdoa, mas eu sou obrigado a fazer isso, ordem é ordem". Falei: "Não, tudo bem". E o Danilo: "Por que vocês estão invadindo minha casa, eu não sou bandido! Eu não sou bandido. Vocês estão invadindo a minha casa por quê? Deixa eu pegar o meu documento".

6. A impossibilidade da reparação

Hoje, meu filho mais velho me procurou, "Mãe, cadê meu registro de nascimento?" e eu falei "Vinícius, você não tem registro de nascimento mais". Ele precisa tirar o RG, porque ele é caminhoneiro, e vai ficar uma semana sem trabalhar porque precisa tirar outro registro para tirar o novo RG. Estava lá, e agora a gente não tem nada disso. Me pediram a carteira de vacinação, eu não tinha. Falei: "Olha, não tenho. Se o SUS não tem, eu não tenho. Eu guardei mas deram fim". Batizado de amigos, as fotinhos de escola deles, do prezinho, das formaturinhas, os livrinhos, as provinhas – eu guardava tudo, tinha um arquivo grandão assim. Não tem nada. Tudo isso foi demolido. Tudo.

A roupa do time de futebol do Danilo estava lá. Ele saiu do time, desmanchou o time, não quis mais saber do time. E todas as vielas tinham o nome do time dele: UC2T. Os meninos lá: "Danilo, a gente não vai fazer mais o time?". "Ah, não", ele ficou desgostoso. E não quer saber de Carapicuíba. Ele vem aqui na Cohab, por causa do compadre dele... Ele fala para mim: "Mãe, deixa tudo isso pra lá, a senhora vai morrer, vão te matar, eu vou ficar sem mãe! Eu já tô sem casa! Eu perdi a identidade". Se você perguntar para ele, "Danilo, o que você é hoje?", ele fala assim: "Não sei. Porque roubaram a minha identidade, eu não sei quem eu sou".

O Vinícius nem tanto, o David também não, porque eles não estavam lá na hora da demolição. Estavam trabalhando. Mas ele... O Derick ainda superou um pouco, porque estava lá comigo... Mas mesmo assim, Derick é muito revoltado, porque ele queria entrar na cozinha para pegar um tênis. Ele queria entrar para pegar o meu computador e o policial falou para ele: "Não, não, não, tem que sair, tem que sair, tem que sair".

As coisas dos meus filhos, de escola: como eu recupero isso? Os caderninhos deles, os bilhetes da professora, que eu guardei a vida inteira, para mostrar para os netos, sentar num momento divertido – já eles com os filhos deles e a gente mostrando. Não tem foto de aniversário deles, não tem nada, não tem nada! A saída de hospital, que toda mãe guarda, eu não tenho mais, não tem nada disso! Meus filhos não têm nem identidade de fato, que é o registro de nascimento deles, também não têm. Tem que tirar agora. É um documento que a gente não dá tanta importância, mas numa hora precisa e tem que tirar. Tem tantas outras coisas...

Eu nunca mais – nunca mais – vou conseguir reconstruir os laços que a gente tinha com a comunidade. Até porque cada um foi para um lugar. Tem gente que eu nem sei onde está. Esses laços foram quebrados, não serão refeitos mais da forma que eram. Isso é um processo que não há reparação. Outro processo que não há reparação é que os meus filhos nasceram ali – nasceram, literalmente. Foram gerados, nascidos e criados ali e – é o que o Danilo falou – a identidade foi perdida. E ele entende que a identidade dele está perdida ali em algum lugar. E ele fala para mim: "Mãe, eu não vou ali". E ele nunca mais veio. Nunca mais. Nunca mais. Ele tem amigos ali, de infância, que ainda estão por lá. Ele não vai. Porque criou um trauma tão grande para ele – e isso não tem reparação.

Afetou a saúde mental dos meus filhos biológicos, dos meus Filhos de Santo, da minha família inteira. O meu pai morreu, no ano passado, com essa dor. Ele dizia para mim: "Nunca vão te reparar". Quando eu falava, "Ah, painho, tá na Justiça, a gente tá correndo, a Escola da Cidade tá fazendo isso, a gente aquilo", ele dizia, "Filha, ninguém, ninguém pode fazer mais nada. Reconstrua uma nova vida. Agora é uma nova etapa", ele dizia para mim, "porque a nossa tradicionalidade encerrou no Cadaval. **Agora você tem que ter uma nova etapa, é nascer de novo, é plantar um novo axé e seguir uma nova vida.** Porque a vida se encerrou ali e tudo que estava dentro daquele processo de vida que você tinha".

Hoje eu entendo. Eu entendo que ele está certo! Porque tudo que foi perdido ali não é recuperável. Não é! Por exemplo, se eu quisesse fazer o assentamento do Oxóssi da minha Mãe, não tinha como fazer. Porque, com o que foi usado lá [no terreiro demolido], nem existe mais aqui.

Para mim, tem sido tão difícil ouvir de alguns dos Filhos, "Mãe, não tô me sentindo bem espiritualmente" e não poder fazer nada! Todos aqueles amuletos, aquelas coisas que você fez, com tanto carinho, que acompanham um Filho a vida inteira... A Sueli tem quase trinta anos dentro do terreiro. Tudo que era dela foi perdido! Você sabe o que é a pessoa perder, inteirinho, tudo que ela construiu durante esses trinta anos na relação com o terreiro? Quando eu vou conseguir reconstruir isso? Nunca mais! Nunca mais. Graças a Deus, ela está viva. **O que nos sobrou foi o corpo-território, porque a gente só tem o que está guardado conosco. A gente está no processo do transatlântico negreiro, de quando as pessoas vieram nuas e trouxeram apenas as suas memórias.** O Ilê Asé Odé Ibualamo e seu povo estão na condição dos escravizados no navio negreiro. E a gente ainda está navegando no mar, dentro do navio negreiro. Nós estamos nessa condição hoje.

Por incrível que pareça o navio não está materializado aqui, mas está numa memória que é da minha ancestralidade. Eu tenho o mesmo sentimento de uma negra dentro de um navio negreiro, que tem que lutar horrores para chegar viva em terra firme. É o que eu estou fazendo. E espero nos orixás que eu consiga chegar, porque chegando vou garantir que outros tanto comigo cheguem. Se eu não chegar, não vou garantir ninguém, nem a mim mesma.

É impossível, não dá para falar sobre reparação. Para mim, em qualquer coisa que eu for escrever, a página de reparação seria: o título, "Qual é a reparação para o dano causado?", e a folha branca, com um navio negreiro pintado. Nós ainda estamos nesse processo. Quem sabe um dia eu consiga sair desse processo – espero que logo – e pintar uma outra folha, já em terra firme, reconstruindo ou constituindo uma nova perspectiva de vida, para mim, para nosso povo e para a futura geração da nossa família. Nesse momento, nem consigo pensar em futuro. O futuro é Bryan [herdeiro do terreiro], porque está aqui. De Bryan para frente, é incerto, a gente não sabe.

AUTORA
Mãe Zana de Odé (Odecidarewa). Odecidarewa é a quinta geração de sua família consanguínea tradicional, Yalorisá do Ilê Asé Odé Ibualamo (em Carapicuíba, São Paulo), líder comunitária e ativista que trabalha incansavelmente para promover a igualdade e a justiça social para as comunidades tradicionais de matriz africana. Coordenadora estadual de articulação política do Fórum Nacional de Segurança Alimentar Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), onde trabalha para garantir a interlocução entre as comunidades e os espaços de poder público e outros, tanto de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional, bem como para que os direitos individuais e coletivos dos povos tradicionais sejam respeitados, aplicados e constituídos. Idealizadora de projetos de grande impacto, como o 1º Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para Povos Tradicionais de Matriz Africana do Brasil, a Feira Afroempreendedor de Carapicuíba e a Frente Ilê Odé, que luta pela reparação histórica e pelo direito à terra para povos e comunidades tradicionais. Nasceu em Cubatão (São Paulo) e ainda pequena foi para a Bahia, onde passou toda sua infância e início de sua adolescência. Descendente de congoleses e nigerianos transladados para o Brasil no período escravagista, possui uma conexão profunda com a cultura e a história africana e sua identidade de luta pela liberdade de seu povo e garantia de direitos. Com formação diversificada em instituições como Senai, Senac e Uninove, Zana acumulou conhecimentos e habilidades em áreas como gestão da qualidade, design gráfico, gestão estratégica de empresas, gestão de projetos sociais e culturais, editoração eletrônica e gestão e tecnologias de políticas públicas. Já passou por diversos cargos como: direção parlamentar, gestão de projetos culturais e de pesquisas, diretora de projetos em ecosol e escrita legislativa.

NOTAS
1. Para saber mais sobre a história do Ilê, o processo de destruição física do terreiro e as lutas políticas engendradas por sua comunidade e entidades parceiras, acesse https://ileodecau.wixsite.com/frenteileode
2. João Pedro Manccini, arquiteto formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2024, com TCC em que propõe projeto de centro de referência cultural para povos de matriz africana em Carapicuíba.
3. Rodolfo Baesso Moura é o Diretor do Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco da Secretaria Nacional de Periferias (SNP),

De corpo presente: a experiência de caminhar pela história da cidade

Paula Janovitch

Nos últimos anos, explorar a vida e a história das ruas de São Paulo tornou-se uma atividade cultural muito importante. Novas propostas de percursos, derivas e experiências no espaço público têm surgido de todos os lados, fazendo parte dessa "nova vida cultural urbana".

A produção acadêmica também se aventurou no espaço público para experimentar a cidade, não apenas como objeto de pesquisa, mas como espaço de diálogo, ativação de memórias, experimentação com novos recursos pedagógicos, compartilhamento de pesquisas e percursos históricos e a pé pela cidade.

Desde 2016, a ideia de experimentar a cidade e construir itinerários que tragam reflexões e problematizações da produção acadêmica sobre o espaço urbano faz parte dos meus interesses de pesquisa. É uma pesquisa com um recorte bastante singular e desafiador. Costumo chamá-la de "pesquisa em andamento" ou "histórias andarilhas", pois faço parte dos pesquisadores que se lançaram nas ruas e tentam manter uma via de mão dupla entre a experiência no território e a produção acadêmica.

Nessa perspectiva, pretendo apresentar aqui alguns reflexões e aprendizados com um percurso histórico e a pé que venho oferecendo desde de 2017 nas Jornadas do Patrimônio Histórico de São Paulo, em eventos vinculados a Casa do Povo, Arquivo Municipal de São Paulo, CPF Sesc, exposições e com grupos de estudantes universitários.

O conteúdo deste roteiro, que segue anunciado ao longo dos anos com o título de "Prostituição e confinamento na cidade de São Paulo: um percurso pela antiga zona do meretrício do Bom Retiro", busca reconstruir no bairro do Bom Retiro a história do confinamento da prostituição que ocorreu entre 1940 e 1953 em duas estreitas ruas circunvizinhas ao paredão de pedra da linha do trem e a Rua José Paulino: as ruas Aimorés e Itaboca, atual Professor Cesare Lombroso. Toda essa história aconteceu no período do Estado Novo, momento em que São Paulo foi governada pelo interventor federal Dr. Adhemar de Barros. Justificava-se à época que o confinamento era necessário porque havia se espalhado pela área central perturbando a vida das famílias e do comércio fino. Era necessário "limpar" o centro. A escolha do Bom Retiro se deu em parte por ser um bairro próximo ao centro, região acessível ao público masculino que continuaria a frequentar os bordéis e casas de tolerância que se deslocariam para aquelas ruas. O confinamento das prostitutas num lugar determinado da cidade também significou que, pela primeira vez, o Estado regulamentou um espaço de controle, vigilância sanitária e policial sobre a vida e o corpo dessas mulheres.

'Tudo ali é comércio e confecção de roupas femininas. Uma única casa na esquina da Rua Professor Cesare Lombroso com Rua Silva Pinto ainda lembra as antigas casas operárias das fotografias registradas dos anos de 1950

A primeira vez que fui conhecer as ruas da antiga "Zona", onde o baixo meretrício permaneceu por treze anos, não consegui imaginar como contaríamos essa história que aparentemente não tinha quase registro material algum naquelas ruas. A questão que surgiu então foi como construir um roteiro que mostrasse o que estava ausente do espaço urbano.

1. Que zona era essa?

As ruas da antiga "Zona" – Aimorés, Professor Cesare Lombroso, Carmo Cintra e Ribeiro de Lima – são hoje ruas de confecção atacadista. Um mundo de lojas enfileiradas lado a lado nas estreitas ruas paralelas à Rua José Paulino. Tudo ali é comércio e confecção de roupas femininas. Uma única casa na esquina da Rua Professor Cesare Lombroso com Rua Silva Pinto ainda lembra as antigas casas operárias das fotografias registradas dos anos de 1950 pela assistente social Elvira Furlan. Estas imagens do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Serviço Social de Furlan (1955) são um dos raros documentos que temos da Zona do baixo meretrício do Bom Retiro.

A possibilidade de usarmos esses registros de Furlan, assim como outros materiais em formato A4 e plastifica-

dos no percurso a pé tal qual os guias de turismo fazem para mostrar imagens de outros tempos da cidade, já era uma prática do Pisa cidade + pesquisa,[1] coletivo que integro. Em paradas estratégicas que costumamos fazer ao longo dos percursos, compartilhamos os mais variados conteúdos, a fim de dar voz a histórias que "perderam seu lugar de fala".

As paradas ao longo do percurso são formas de mediarmos este diálogo entre passado e presente, recolocando no espaço urbano histórias que foram silenciadas. Basta sobrepor nas ruas registros antigos do lugar ao que existe hoje, e essas imagens realmente ajudam na interpretação e visualização daquilo que se faz ausente na paisagem urbana atual.

Várias das imagens do TCC de Elvira Furlan conduzem o roteiro e marcam a maioria dos dez pontos de paradas que elegemos no percurso da antiga "Zona". Estas dez paradas ao longo do percurso são fundamentais na estrutura e fluxo do trajeto a fim de podermos dar visualidade e contar essa história no espaço, espalhando estrategicamente os pontos de parada por todas as ruas do extinto confinamento.[2]

A primeira parada é onde reunimos o grupo. Normalmente começo no Sesc Bom Retiro, na Alameda. Nothmann, porque é nesse ponto que consigo explicar o deslocamento da prostituição da área central até o momento do confinamento no Bom Retiro. Abro um mapa do século XIX, o coloco no chão, bem no meio do grupo, e vou contando este deslocamento riscando o mapa. Depois deste breve histórico, saímos do Sesc pela AL. Nothmann e atravessamos o pontilhão do trem que faz uma fronteira física entre o Campos Elíseos e o Bom Retiro. Após a travessia, ocorre a segunda parada, na Rua Silva Pinto, esquina com a Rua Aimorés. Este é o momento em que começamos a entrar de fato nas ruas do confinamento, na antiga "Zona". Nesse segundo ponto de parada, começo a usar os registros de Elvira Furlan como guia do que foi o confinamento nos anos de 1940, as mulheres que moraram e/ou trabalharam naquelas ruas e alguns registros de memórias de moradores do Bom Retiro que deixaram suas lembranças sobre estas ruas quando crianças. Avançamos pela Rua Aimorés até a terceira parada no antigo Salão Azul, localizado por meio de "Um conto da Boca do Lixo", do escritor João Antonio (2012), onde um dos participantes sempre é convidado a lê-lo em voz alta para o grupo.

A quarta parada é bem na esquina da Rua Aimorés com a Rua Carmo Cintra. A escolha do lugar se deu pela identificação das fotografias de Chico Vizzoni de sua fotorreportagem "Batida Policial", bem na esquina da Aimorés com a Carmo Cintra. Nesta parada também permanecemos com fragmentos do conto de João Antonio (2012), que captura a vida na "Zona" bem no horário em que as mulheres começavam a acordar. A quinta parada ocorre na calçada em frente ao Posto Estadual Antivenéreo da Carmo Cintra, que também faz parte dos registros fotográficos de Elvira Furlan. Nesta parada, além de Furlan, usamos o material de uma campanha da Secretária Estadual de Saúde Pública sobre a sífilis dos anos 1950.

Depois de conhecermos o Posto Antivenéreo na Carmo Cintra e compartilharmos muitas questões sobre a sífilis e suas metáforas, retomamos a caminhada pela Aimorés até a sexta parada, no número 123, onde, mais uma vez, usamos um registro de Elvira Furlan, um alvará de licença de funcionamento de uma pensão noturna que se localizava exatamente ali. Neste ponto exploramos outras imagens de Furlan do interior da casa, assim como parte da obra "Rua Aimorés", do memorialista Nuto Santanna (1958), que destaca a diversidade da população da "Zona" com um certo viés moralista, próprio da época, sobre a prostituição. A sétima parada ocorre bem em frente à galeria comercial que liga a Rua Aimorés à Rua José Paulino. Neste ponto, uso memórias de antigos comerciantes da José Paulino para falar sobre a convivência dos lojistas de origem judaica com as polacas,[3] que eram clientes das lojas e farmácias do bairro. Aqui também exploramos a arquitetura das fachadas das pensões noturnas e aprofundamos o assunto com o álbum "Mangue" de Lasar Segall (1977).

A oitava parada é bem na esquina da Rua Aimorés com a Rua Ribeiro de Lima. Aqui, conforme as imagens de Elvira Furlan, havia um outro posto antivenéreo particular na "Zona", e há registro de uma planta de casa operária de 1900 do Arquivo Histórico Municipal que nos possibilita perceber as alterações das fachadas nos anos 1940 com a presença do confinamento. Caminhamos então para a nona parada, bem abaixo da placa da Rua Professor Cesare Lombroso e em frente a uma placa de memória paulista em que se explica o motivo pelo qual a Rua Itaboca mudou de nome em 1958, passando a assumir o nome atual, do criminologista Professor Cesare Lombroso. A décima e última parada é no atual Shopping Cesare Lombroso, onde explico o fim da "Zona" em 1953, a pressão de alguns vereadores para que fosse extinta e o conflito que ocorreu





Imagem superior: casa do início do século 20. Rua Prof. Cesare Lombroso. Foto de Paula Janovitch.

Imagem inferior: material do percurso, Rua Aimorés. Fonte: Elvira Furlan, 1955.

As pessoas passaram a prestar mais atenção às fotos plastificadas quando distribuídas para que pudessem olhá-las mais de perto. Elas tomam as fotografias nas mãos, chegam a alinhá-las com as fachadas das lojas e tiram fotos das fotos, ou mesmo selfies, mostrando detalhes que destacam o que falamos.

entre as prostitutas e os comerciantes da Rua José Paulino naquele momento. Nesta última parada, também faço uma aproximação entre o passado daquelas ruas do antigo confinamento com as segregações atuais presentes no território: como essas estratégias de exclusão e moralização permanecem ativas nessa região e participam da lógica da especulação imobiliária da cidade.

2. A "Zona" para além das imagens

O roteiro e pontos de paradas fixos e distribuídos ao longo das ruas proporcionaram o início deste percurso pelo território que já dura nove anos. Porém, ao longo desses anos, à medida que repetidamente mostrava as imagens de Furlan (1955) durante os percursos, fui percebendo que esses registros eram muito mais do que mero material ilustrativo do que estava ausente das ruas.

Começaram a surgir questões muito próximas às que fazemos com o material utilizado na pesquisa acadêmica, como por exemplo: Quem foi Elvira Furlan? Em que contexto as fotografias foram feitas? Como a autora dialogou com essas imagens no seu TCC? Qual seria seu objetivo ao fotografar casas, ruas e pessoas que trabalhavam ali? E outras tantas questões que seguem nas legendas, detalhes das fotos e no corpo do texto do TCC da assistente social.

Se questões fazem as pesquisas avançarem, por que não encontrar uma forma de caminhar com elas pelas ruas da "Zona"? Comecei a imaginar como seria levar estas indagações sobre as imagens do TCC de Furlan para a rua. Como compartilhar destas perguntas tão comuns nos caminhos da pesquisa num percurso pelo espaço público.

Diferentemente da pesquisa acadêmica, que tem um lugar próprio para estas questões ao ativar caminhos no corpo do texto, em um roteiro pelo território esse lugar tem que ser espacial e em pé. É na rua, nas dez paradas de conversas e compartilhamento de conteúdo que a circulação de registros entre os participantes ocorre e transforma o roteiro.

Elvira Furlan passou a ser parte do percurso, não apenas como fonte das fotografias utilizadas, mas com voz própria. A partir dessa nova perspectiva, a forma de expor os registros do seu TCC mudou bastante. Passei a compartilhar questões que iam além das imagens, como por exemplo: a maneira que uma mulher de classe média, assistente social nos anos 1950, percebia uma área de confinamento em que mulheres, como ela, se prostituíam.

Comecei a chamar atenção para as legendas das imagens durante o percurso, como Furlan percebia o que fotografava. As escolhas que fazia ao registrar determinados detalhes das portas das casas, como uma planta de guiné, planta com inúmeras propriedades curativas, mas também de benefícios místicos, "um campo de força". Será que ela estranhava o fato daquelas mulheres terem estratégias próprias de proteção e fé? Será que lhe causava surpresa o fato de terem algum sinal de espiritualidade, como ela mesma poderia ter?

Os comentários e indagações da assistente social, adicionados às observações e questões sobre as imagens antigas sobrepostas nas ruas atuais da "Zona", tiveram efeito imediato. As pessoas passaram a prestar mais atenção às fotos plastificadas quando distribuídas para que pudessem olhá-las mais de perto. Elas tomam as fotografias nas mãos, chegam a alinhá-las com as fachadas das lojas e tiram fotos das fotos, ou mesmo *selfies*, mostrando detalhes que destacam o que falamos.

As novas ativações das imagens plastificadas de Furlan nas ruas parecem criar uma experiência muito semelhante à dos historiadores ao mapearem o passado, não apenas mostrando a ausência do antigo sobreposto ao atual, mas questionando-o por meio do que podemos alcançar, dos fragmentos e atravessamentos do presente: o que de fato vai além das imagens.

O mesmo ocorreu, tempos depois, quando encontrei outras imagens da "Zona" na exposição "SóLove" (2019)



Foto do material do percurso. Exposição Invisíveis, 2019. Foto de Wo Shin-Ting



Divulgação do percurso Jornada do Patrimônio Histórico, 2024. Foto de Maria Clara dos Santos.

com curadoria de Henrique Siqueira e Monica Caldiron na Casa da Imagem. Uma série de registros fotográficos de Chico Vizzoni para uma fotorreportagem de "Uma batida policial" nessas ruas do confinamento nos anos 1950.

As fotografias são lindas, tiradas de vários ângulos das ruas e de áreas internas das casas: das mulheres em várias atividades; durante o dia varrendo a calçada; posando por trás das venezianas das fachadas das casas; acenando de uma janela aberta de uma suposta pensão noturna; com pernas cruzadas e vestido erguido até a altura do quadril dentro de um quarto. Outras mostram a presença masculina: um homem, num clima *voyeur,* abrindo uma destes portas venezianas da fachada das casas, enquanto um outro abre uma outra porta interna da casa. E, finalmente, o registro de um grupo de homens enfileirados e sorrindo ao entrarem num camburão, bem na esquina da Aimorés com a Carmo Cintra, onde ocorre a quarta parada do percurso.

À primeira vista, estes registros fotográficos de Chico Vizzoni causam perplexidade ao serem compartilhados. São imagens profissionais e sedutoras em grandes dimensões. Porém, ao compartilhar essa série repetidas vezes, elas também deixaram de ser apenas registros de como era a "Zona" e foram minuciosamente "sabatinadas".

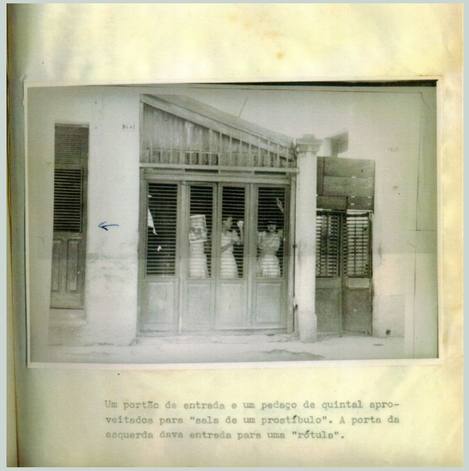
Desta vez, as questões sobre as imagens de Vizzoni não foram propostas por mim. Vieram de observações de uma participante, que ao observar a série de perto, questionou a expressão alegre das pessoas e a perfeição dos registros: "Vocês não acham estranho estes homens presos sorrindo?" "E as mulheres nas venezianas, isso não parece encenado? "Não acham que as imagens de Elvira Furlan são mais verdadeiras do que esta série de Chico Vizzoni?".

Ao revisar as datas dessas imagens no Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, verifiquei que elas de fato eram posteriores ao fechamento da "Zona". No entanto, conforme informado pelos técnicos, as datas dessa série não são precisas.[4] As incertezas quanto às datas e às questões levantadas na rua passaram a ser incluídas na exposição dessas imagens durante os percursos que se seguiram. Não eram mais só fotografias sobre a "Zona", mas uma possível "Batida Policial" encenada em uma "Zona" talvez já extinta.

3. As venezianas da "Zona": a identidade do percurso

Na última Jornada do Patrimônio Histórico de 2024 contratei a arquiteta Maria Clara dos Santos Lima para fazer *flyers* e uma animação para a chamada do percurso pela "Zona". A principal pergunta que ela me fez foi se eu teria algo que simbolizasse a prostituição naquelas ruas para que ela pudesse criar uma marca, uma identidade do percurso. Enviei as imagens de Elvira Furlan das mulheres atrás das venezianas.

As imagens das venezianas são discutidas em várias paradas do percurso. Mas a forma de abordá-las foi se tornando cada vez mais profunda à medida que sua circulação foi se dando entre a pesquisa e o seu compartilhamento nas ruas com os participantes.



Material do percurso: rótula.
Fonte: Elvira Furlan, 1955.



Manequins nas vitrines das ruas. Percurso CPF Sesc - Lubricidades, 2019. Foto de Paula Janovitch.

A quinta parada, realizada na Rua Carmo Cintra, bem em frente ao extinto Posto Estadual Antivenéreo, é a oportunidade de discutirmos a questão da sífilis, das doenças venéreas em geral e o controle dos corpos das mulheres. Até que ponto aquele posto de saúde foi um lugar de tratamento e acolhimento para as trabalhadoras do sexo, ou o que se fazia ali era de fato experimento e controle dos corpos dessas mulheres? Por que só as mulheres eram inspecionadas naquele posto? E o corpo dos homens? Também é frequente que, nesta parada, passado e presente confluam, e surjam associações e questões sobre o HIV e os mais diversos grupos estigmatizados.

Além da fotografia do extinto Posto Antivenéreo do Estado da Rua Carmo Cintra, mostro nessa parada um outro registro, das mulheres atrás das venezianas, na qual existe uma flecha feita à caneta por Furlan com a seguinte legenda: "Uma porta de entrada e um pedaço de quintal aproveitados para ´sala de um prostíbulo´. A porta da esquerda dava entrada para uma ´rótula'".

A princípio me pareceu que a indicação de "rótula" fosse apenas sinônimo de veneziana, como eram chamadas as janelas onde primariamente ficaram as Yayás da pacata Paulicéia em 1820, como lembra Edmundo Amaral (1932, p.66): "Não houve, há setenta anos, olhar de ya-ya paulista que sem não enlanguescesse atraz do seu xadrez ouvindo a ternura de uma serenata de clarineta". E como destaca Garcez (2001, p.95): "através da rótula o pudor e o recato desfaziam-se nas extremadas permanências à janela".

Pelas rótulas, os enamorados também criavam discretos códigos cifrados:

> Uma criada fazia o sinal, entreabria-se uma portada de janela, desenhava-se um perfil por detrás das cortinas de madeira das gelosias. Nesse momento o galente cumprimentava, depois de ter beijado religiosamente a aba do chapéu, desembainhava a espada e dava-lhe diferentes posições clássicas: a meia altura da coxa significava "ternura"; o lenço, desdobrado sobre o guarda-mão, "voltarei amanhã"; erguido até os lábios, como "sois bela!" Para responder a dulcineia dispunha também de um amplo vocabulário. (Garcez, 2001, p.95)

Em 1874, as rótulas foram sendo retiradas das janelas paulistas, segundo Amaral (1934). Porém, seu uso não desapareceu totalmente, migrou para as janelas e portas dos bordeis, casas de tolerância ou pensões noturnas. A partir do final do século XIX, quem ficou atrás das rótulas não foram mais as iaiás enamoradas, mas as meretrizes.

Ao entrevistar Celia Rubenstein, uma assistente social que trabalhou com prostituição nos anos 1960, perguntei se ela sabia o significado de "rótula" na imagem de Furlan. Ela explicou que "rótula" era o lugar onde ficavam as mulheres doentes. As gerentes das pensões noturnas da "Zona" provavelmente encaminhavam os fregueses bêbados para as mulheres que ficavam na "rótula". A doença também deixava seus sinônimos na arquitetura das emblemáticas fachadas da "Zona" nos anos 1950.

Ainda na Rua Carmo Cintra, um participante sempre é convidado a ler um trecho de memória de Berel Aizenstein (2001).[5] O pai de Berel era dono de uma farmácia nessa rua, bem ao lado do Posto Antivenéreo. Quando criança, Berel lembra que todas as casas tinham suas portas da frente substituídas por persianas, permitindo ver o interior das residências. Já no "Um conto da Boca do Lixo" do escritor João Antônio (2012), é possível sabermos que essas venezianas eram verdes. E nas imagens de Chico Vizzoni percebe-se marcas da substituição das fachadas das antigas casas operárias.

Com estas observações, vamos entendendo melhor a profundidade das venezianas na estrutura arquitetônica das fachadas das casas ao caminharmos pelas ruas com essas treliças repletas de histórias.

Antes da pandemia, muitas lojas de confecção dessas ruas estavam abertas aos sábados. Buscava, então, chamar atenção dos grupos para as vitrines com manequins expostas a fim de buscar diálogos que aproximassem o presente do passado, das mulheres atrás das venezianas.

Na oitava parada, quase no final da Rua Aimorés, as venezianas são apresentadas a partir da arte. Mostro várias pinturas do álbum do pintor Lasar Segall, "Mangue" (1977). O Mangue foi uma outra zona de prostituição no Rio de Janeiro, que passou ao longo do século XX por nascimentos e renascimentos, como afirma Virgilio Costa (1999).

Em muitas das gravuras de Segall, as mulheres surgem com seus seios e rostos transpassados nas tabuinhas das venezianas. Em outras, o pintor desenha de um ângulo interno das casas e pinta as mulheres nuas de costas e de frente olhando por entre as persianas. Há ainda as que ficam sentadas nas janelas ou em pé com as tabuinhas em desalinho e seios à mostra. A maioria das mulheres do "Mangue" de Segall têm semblantes tristes e estão envoltas em tons que vão do rosa ao vinho.

Lasar Segall, ao pintar a zona carioca em 1929, celebrada por poetas, músicos e artistas, acaba por trazer ao percurso pela zona paulista dos anos 1940 a relevância da arte para as mulheres por trás das venezianas.

Essa diversidade de referências sobre as venezianas, que teria um lugar próprio na produção acadêmica, se feita de forma literal na rua, poderia ser bastante maçante. Entretanto, ao ser montada e distribuída no espaço e vista de diversos ângulos em abordagens compartilhadas com os participantes, torna-se parte do corpo da própria "Zona". A sensação que tenho cada vez que finalizo um percurso e olho as imagens que alguns participantes compartilham comigo é que existe um texto sendo escrito na rua de forma coletiva e espacial.

4.No lugar das outras: no início identidades inventadas, hoje narrativas em construção

A criação deste roteiro pela antiga zona do meretrício do Bom Retiro tem sua origem num convite do Sesc Santana para o já citado coletivo Pisa. Até 2017, pesquisava um grupo de imigrantes de origem judaica vinculados à prostituição apenas em seus lugares de morte, os cemitérios. Este grupo criou, através de associações juridicamente reconhecidas, cemitérios, sinagogas e sedes sociais em várias cidades da América Latina. Por sofrerem de uma dupla estigmatização, tanto pela comunidade judaica como pela sociedade, criaram estratégias de sobrevivência e preservação de sua identidade tanto na vida como na morte. O que restou de registros materiais de suas associações foram alguns dos seus cemitérios, que se encontram tombados no litoral paulista, em Cubatão, e no Rio de Janeiro, no bairro de Inhaúma.

Em São Paulo, o cemitério israelita desses imigrantes ficava onde hoje é o velório do cemitério municipal "Chora Menino", no bairro de Santana, mas foi desapropriado nos anos 1970. Após o processo de desapropriação, os restos mortais do grupo foram trasladados para o cemitério israelita do Butantã. Por cerca de trinta anos, aproximadamente 200 sepulturas ficaram sem nomes ou datas, apesar de a prefeitura entregar à época uma lista com nomes correspondentes aos números dos exumados do seu pretérito cemitério. Esta lista desapareceu de maneira proposital, impedindo a identificação das sepulturas. Assim, esse grupo permaneceu excluído pelo *estabilishment* judaico, mesmo que integrado ao cemitério da comunidade.

Foi no ano 2000, através de uma discreta iniciativa de reparação histórica promovida pela própria instituição mantenedora dos cemitérios judaicos de São Paulo, Chevra Kadisha, por me da historiadora Beatriz Kushnir (1996), que fui contatada a fim de ajudar na busca por uma outra lista, a fim de identificar as sepulturas do cemitério do Butantã.

À época, trabalhava no Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH-SP) e coordenava o inventário dos cemitérios públicos da cidade. Não foi muito complicado achar entre os atos, decretos e leis o processo que deu origem à desapropriação do cemitério original do grupo no bairro de Santana. Neste processo havia uma segunda lista de nomes com as respectivas datas e números de cada uma das sepulturas trasladadas. Com esta nova lista, no ano 2000, se fez uma celebração no cemitério israelita do Butantã, em que o rabino Henry Sobel inaugurou a colocação dos nomes nas lápides com rituais próprios de um sepultamento judaico.

O roteiro para o evento "Degeneradas" do Sesc Santana, em 2017, teve como proposta criar um percurso

A maioria das mulheres que trabalhavam na "Zona" eram brasileiras, porém suas histórias continuam invisíveis.

sobre a vida e a morte das polacas em São Paulo. O percurso das polacas, começou no Sesc, onde colocamos crachás com identidades inventadas nos participantes. Com estas novas identidades com rostos e nomes em ídiche, língua falada pelos judeus do leste europeu, fizemos o percurso pela vida dessas mulheres na antiga zona do baixo meretrício do Bom Retiro e por alguns lugares de morte, como o cemitério municipal da Consolação, onde há duas sepulturas com placas identificando-as como "das polacas", e onde foi o cemitério original do grupo judaico, o atual cemitério municipal "Chora Menino". Esse primeiro percurso durou um dia inteiro,[6] e seria impossível mantê-lo de forma integral para as Jornadas de Patrimônio Histórico que se seguiram. Então optei por fazer apenas o roteiro pela história da vida das polacas na zona do baixo meretrício do Bom Retiro.

Com o aprofundamento da pesquisa sobre o confinamento e a prostituição estrangeira no período do Estado Novo, novas perspectivas passaram a provocar mudanças no roteiro original de 2017. Caso exemplar destas mudanças são os crachás de identidades introduzidos no primeiro percurso com o Sesc Santana. Apesar dessa proposta oferecer uma dinâmica interessante a fim de aproximar os participantes de uma história repleta de invisibilidades, a dificuldade de ler os nomes grafados em ídiche e o fato de as identidades serem fabulados me deixavam desconfortável por não conseguir dar-lhes realidade no território. Por isso decidi não mais utilizá-los. Só retomei o uso dos crachás quando encontrei registros de identidade reais de aproximadamente trinta mulheres que trabalharam e/ou moraram na "Zona" entre 1940 e 1953.

As pesquisas da urbanista Sarah Feldman (1988) e da assistente social Elvira Furlan (1955) já indicavam que a população da "Zona" variava em torno de 1.300 a 1.400 habitantes. Eram 922 brasileiras, 30 francesas, 25 polonesas e 4 espanholas em 1948. Porém, não se via o rosto dessas pessoas. O que foi possível com esses registros de identidades de estrangeiras. Essas identidades só foram descobertas por conta de dois fatores combinados, um território de exclusão e um período de exceção, a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Momento em que Vargas criou uma legislação específica de controle e vigilância dos estrangeiros no território nacional.

Quando distribuo os registros de estrangeiras no início do percurso para as pessoas caminharem com eles, explico que, ao contrário do que se possa imaginar, aquelas ruas não eram tomadas por polacas e nem francesas. A maioria das mulheres que trabalhavam na "Zona" eram brasileiras, porém suas histórias continuam invisíveis. Os trinta registros que carregamos no pescoço, suas identidades, buscam iluminar o território a partir do que reunimos de suas histórias.

O uso destes registros no percurso também vem se transformando. Andar com histórias reais no pescoço, de fato, não é estar no lugar da "outra", mas uma oportunidade de estar com essa "outra necessária" bem próxima do próprio corpo.

Fui percebendo que tal qual outros documentos que compartilho nas ruas, as pessoas se interessam por entender melhor os registros de identidade que carregam ao longo do percurso. Nessas vivências os participantes parecem transitar entre o "quem sou eu?" e o "quem são elas?".

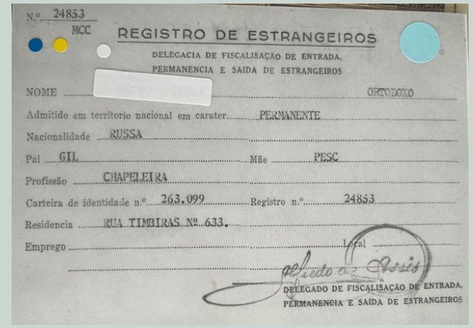
Questões relativas a dados pessoais e profissionais presentes nas identidades surgem com frequência, como: por que nos registros de identidade se declara as profissões como prendas domésticas, chapeleiras, costureiras ou modistas e não meretrizes? Estranhamentos também ocorrem quanto a quantidade de endereços e deslocamentos registrados no verso dos documentos. Identificações espontâneas com dados circunstanciais das fichas também ocorrem com frequência: nomes, datas de aniversário, ou ainda percepções nada ocasionais em que os registros de identidade compartilham dos mesmos endereços de outros materiais apresentados nas ruas durante o percurso.

Várias dessas interações acabam por ser reapropriadas e mais bem exploradas nos novos percursos, como, por exemplo: refletir quais as profissões que uma mulher poderia ter nos anos 1940; se a condição de prostituição poderia ou não ser temporária, uma forma de complementar a renda doméstica; quais estratégias essas mulheres teriam a fim de não serem estigmatizadas ao mostrarem seus registros de identidade; seria melhor se declarar casada ou solteira? Mostro a potência desses documentos, concebidos originalmente para vigiar e controlar estrangeiros, utilizados no percurso para dar visibilidade a pessoas que foram estigmatizadas num território repleto de apagamentos.

O registro de identidade das estrangeiras também se tornou o principal documento para a pesquisa dessas histórias andarilhas cujas fronteiras não se limitam à "Zona". É a partir dessas identidades que acompanho e mapeio o deslocamento dos imigrantes ligados à vida dos divertimentos pela cidade, em suas rotas nacionais, transnacionais e no encontro "entre dois mundos", tanto nos seus lugares de vida como nos seus lugares de morte.

Esse mapa dos deslocamentos dos estrangeiros tem documentos de identidades como guias, e retornam às ruas alterados quando coloco adesivos coloridos que funcionam como legendas indicativas de novos achados em suas trajetórias de vida. Esses adesivos nos crachás permitem que os participantes percebam como esses documentos se transformam à medida que a pesquisa caminha.

O registro de identidade das estrangeiras também se tornou o principal documento para a pesquisa dessas histórias andarilhas cujas fronteiras não se limitam à "Zona".


Nº 24853
MCC
REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALISAÇÃO DE ENTRADA, PERMANENCIA E SAIDA DE ESTRANGEIROS
NOME [redacted] ORTODOXO
Admitido em territorio nacional em carater PERMANENTE
Nacionalidade RUSSA
Pai GIL Mãe PESC
Profissão CHAPELEIRA
Carteira de identidade nº 263.099 Registro n.º 24853
Residencia RUA TIMBIRAS Nº 633.
Emprego Local
DELEGADO DE FISCALISAÇÃO DE ENTRADA, PERMANENCIA E SAIDA DE ESTRANGEIROS

Material do percurso: crachá registro de estrangeira com adesivos. Foto de Paula Janovitch.

5. Rua Professor Cesare Lombroso: o marco do lugar de memória difícil

Um verbete com a história da "Zona" (Janovitch, 2019) faz parte do "Guia dos lugares difíceis de São Paulo" (2019) organizado por Renato Cymbalista. Em sua apresentação, o urbanista comenta que São Paulo é inteira um lugar difícil, porém que não são lugares quaisquer que foram incluídos no livro.

> Estamos falando aqui de dificuldades e traumas coletivos, emblemáticos ou públicos buscando as milhões de histórias de dificuldades e lutas de cada família ou individuo nos mais de 450 anos de história paulistana [...] Estes lugares, que passaram por traumas e apagamentos, na maioria das situações, não conseguem falar por si sós, precisam de uma interpretação, uma mediação e este foi o critério principal para o lugar difícil aparecer no Guia. (Cymbalista, 2019, p.8)

A presença do nome da Rua Professor Cesare L ombroso é um momento do percurso no qual temos um dos únicos registros materiais presentes no território que recuperam a história da antiga "Zona" pelo que dela foi apagado, o antigo nome da rua Itaboca e os treze anos em que a prostituição permaneceu confinada naquelas ruas do Bom Retiro.

O nono ponto de parada do grupo para essa conversa é bem embaixo da placa da Rua Professor Cesare Lombroso, instalada ali em 1958. Leio alto para os participantes o projeto de lei com a justificativa da mudança de nome da antiga Rua Itaboca para Professor Cesare Lombroso, proposta em 1957 pelo vereador Jacob Zveibil:

> Notável criminologista e antropologista, foi Cesare Lombroso, professor da Universidade de Turim. Fixou-se na história da psiquiatria, da criminologia e da medicina legal, como uma das figuras de primeira plana. A sua influência na evolução da criminologia envolveu a mais revolucionária transformação passada por esse ramo da ciência, introduzindo no estudo do criminoso, um conceito biológico. Lombroso abalou os antigos fundamentos da ciência penal. Substituiu o antigo conceito de criminologia que visava o estudo do crime em abstrato, para o estudo concreto do criminoso. Para a nova Ciência penal de que foi o primeiro, embora hoje muitas das suas ideias não sejam aceitas, mas o importante é o estudo do criminoso, que figura penal. Os seus principais livros são: " O Homem Delinquente", " A

Mulher Normal e a Mulher Delinquente, " O gênio e a loucura" [...] ***A mudança do nome da Rua Itaboca, em vista dos antecedentes da rua, se faz necessário, razão pela qual propormos a medida presente***." Projeto de lei n.5.497/1958 (SÃO PAULO, 1958, grifos nossos)

Quando pergunto a antigos moradores do Bom Retiro sobre as lembranças da " Zona", dificilmente alguém identifica de pronto a existência da rua Cesare Lombroso. A maioria me pergunta se estou falando da antiga rua Itaboca.

"As tristes memórias" da rua Itaboca que em 1958 passou por um projeto de "limpeza moral" ao ser renomeada de Professor Cesare Lombroso, também é foco de debates calorosos nos percursos e nas discussões dos coletivos e instituições culturais atuantes no bairro do Bom Retiro.

Por conta desses debates sobre o nome atual da rua vinculado às práticas eugenistas, estigmas de raça e gênero associados ao criminologista Cesare Lombroso, em um dos percursos que fiz, um grupo ligado a Casa do Povo, criou uma campanha nas ruas do Bom Retiro a fim de questionar e explicar quem foi Cesare Lombroso e onde era a antiga rua Itaboca.

As perguntas e textos informativos viraram lambes em português, castelhano, ídiche e coreano com notas explicativas sobre Cesare Lombroso e a história da extinta "Zona" na rua Itaboca.

O fundo dos dois lambes foi tirado de uma ilustração do livro de Lombroso (1923), ***La donna delinquente***[7] com um filtro cor de rosa inspirada nas várias pinturas do "Mangue" de Segall (1977). Nesta ilustração, Lombroso expôs vários rostos de mulheres russas, possivelmente "polacas", como fenótipos relacionados à "mulher delinquente".

Os lambes feitos no parquinho gráfico da Casa do Povo foram fixados nas ruas da antiga "Zona" e em vários muros do Bom Retiro. No percurso que faço os cartazes se transformaram em pequenos cartões postais distribuídos como lembrança ao final do roteiro. O kit "Que zona é essa?" contém quatro postais: duas miniaturas dos lambes e duas imagens da rua Itaboca e Aimorés do TCC de Elvira Furlan.

O muro de pedra da Rua Professor Cesare Lombroso, bem na frente da indicação da rua Cesare Lombroso, também ganhou uma nova placa no período da pandemia, quando não havia pernas para ocupar as ruas. Na placa azul de memória paulistana do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo se lê o que o nome da Rua Professor Cesare Lombroso quis apagar em 1958: "Antiga zona do meretrício, de 1940 a 1953. A prostituição foi oficialmente confinada aqui, quando mais de 1000 mulheres trabalharam nas ruas ao longo deste muro. O nome da antiga rua Itaboca foi alterado para ocultar esse fato em 1958".

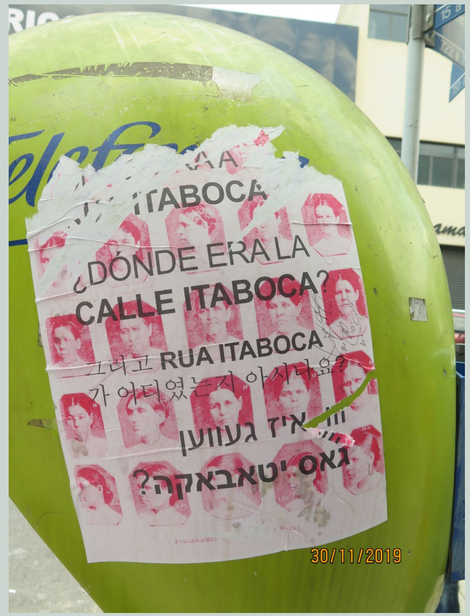
Esse mapa dos deslocamentos dos estrangeiros tem documentos de identidades como guias, e retornam às ruas alterados quando coloco adesivos coloridos que funcionam como legendas indicativas de novos achados em suas trajetórias de vida.

6. Considerações finais

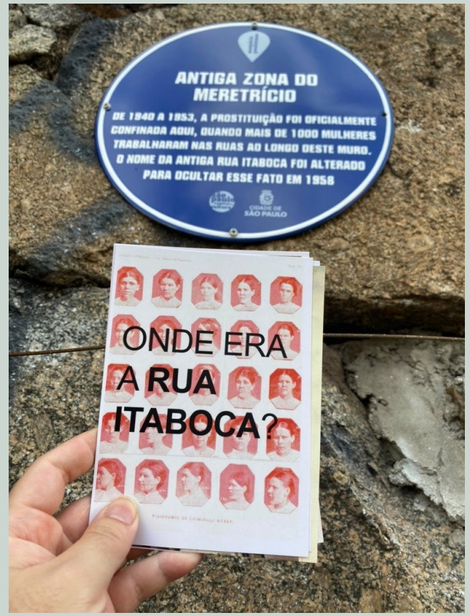
Hoje, a nona parada do percurso, onde as duas placas se encontram frente a frente, já é uma nova referência histórica no Bom Retiro. Quando os guias de turismo e outros pesquisadores percorrem o bairro narrando suas histórias, é para este ponto que se dirigem a fim de contar a história da antiga "Zona" que já se faz visível para além do próprio ativação do percurso.

A visibilidade no território também não ocorreu de forma solitária, a produção acadêmica sobre o assunto já desponta com novas pesquisas sobre a história da "Zona" e os impactos dos Roteiros de memória promovidos nas Jornadas do Patrimônio Histórico.

Luiza Ravanini (2024) ao analisar os roteiros de memória e a diversificação de narrativas da Jornada de Patrimônio Histórico em São Paulo como tema de sua conclusão de curso na FAU/USP, elegeu, em seu capítulo final, uma reflexão sobre o roteiro pela antiga Zona do baixo meretrício do Bom Retiro.







Com início na linha superior esquerda para direita: Lambe afixado no orelhão da rua Aimorés. Exposição Invisíveis, 2019. Foto de Wo Shin-Ting.

Placa azul de memória paulista e cartão postal do percurso pela "Zona", 2023. Foto de Paula Janovitch.

Placa Rua Cesare Lombroso com muro de pedra da linha do trem ao fundo. Percurso Eruv/Casa do Povo, 2023. Foto de Carlos Parada.

Destaco entre as inúmeras contribuições de Ravanini, a análise que fez sobre a validade da prática dos Roteiros de memória como uma atividade que afeta não apenas os caminhantes, mas a prática dos pesquisadores:

> Dessa forma, ao mobilizar o olhar do público para uma história apagada protagonizada por um grupo de mulheres marginalizado, o aqui tratado Roteiro de Memória traz à tona um episódio que enriquece a história do Bom Retiro lançando luz nas relações históricas e espaciais que explicam o presente do bairro e de suas adjacências. O estudo desse roteiro se fez necessário para este trabalho não só como metodologia de pesquisa, que foi fundamental para a sensibilização sobre as diferentes circunstâncias que agem sobre a prática do caminhar in loco, mas também para entender como um Roteiro de Memória pode estar inserido nas dinâmicas da cidade, desafiadoras, complexas e conflituosas. Fica evidente que a prática do caminhar na cidade através da Jornada do Patrimônio histórico não consiste numa simples exposição de fatos isolados no passado, mas na troca de pontos de vistas e na análise conjunta das consequências do passado para o presente da cidade. (RAVANINI,2024, p.191)

Já o trabalho de conclusão de curso de Camila Gabay (2024), "Zona de dia e zona de noite: cotidianos e modos de morar na zona do meretrício do Bom Retiro (1940-1953)", inspirado no percurso pela "Zona", revelou novas reflexões e instigantes contribuições para a história dos treze anos de confinamento.

Gabay, a partir de um diálogo incansável com as mais diversas fontes, das obras partículas do Arquivo Municipal de São Paulo, alvarás de funcionamento das pensões noturnas, registros fotográficos, material de imprensa, TCC de Elvira Furlan e obras ficcionais que também fazem parte do material compartilhado no percurso pela Zona, entrou nas pensões noturnas, contrapôs as casas de tolerância ao modelo da casa burguesa e teceu diálogos inéditos com o território.

pude me "colar" ao território, o que gerou oportunidades de experimentar práticas e estratégias que transformaram o roteiro em uma estrutura maleável e aberta à produção acadêmica e sensível aos diálogos que ocorrem nas ruas.

A partir dessas pesquisas, novas vozes são integradas no roteiro, assim como nessa proposta de pesquisa colada ao território que se alimenta de um diálogo constante entre a produção acadêmica e a cidade.

Ao longo desses nove anos, permanecer em um mesmo território trouxe um aprendizado profundo e transformador. As repetições do percurso, que a princípio poderiam sugerir um certo imobilismo, revelaram-se justamente o oposto. À medida que as repetições ocorriam, pude me "colar" ao território, o que gerou oportunidades de experimentar práticas e estratégias que transformaram o roteiro em uma estrutura maleável e aberta à produção acadêmica e sensível aos diálogos que ocorrem nas ruas. Mesmo que estas ruas da antiga zona do baixo meretrício do Bom Retiro se mantenham quase sem nenhum registro material dos tempos passados, estar de corpo presente no território se torna um ato potente, especialmente quando abordamos histórias e grupos que foram estigmatizados e apagados do espaço público.

AUTORA
Paula Ester Janovitch é mestre em Antropologia pela PUC/SP e Doutora em História Social pela USP. Autora do livro Preso por Trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana (1900-1911), ed. Alameda. Integrante do Coletivo PISA cidade + pesquisa, da REBRAPESC (Rede Brasileira de Sítios de Memória e Consciência) e do projeto DEMONUMENTA/FAUSP. Escreve no seu blog versaopaulo.wordpress.com.

NOTAS

1. O Pisa (cidade + pesquisa) é um coletivo que promove jornadas de conhecimento na cidade de São Paulo. Foi criado em 2015 na FAU-USP. Surgiu de uma disciplina do professor Renato Cymbalista. Os passeios do Pisa caracterizam-se por um trabalho de pesquisa e mobilização de fontes históricas nos percursos pelo espaço urbano.

2. Os dez pontos de parada não são escolhidos aleatoriamente. A proposta é que estejam sempre próximos de referências reais.

3. O termo "polacas" era a maneira que as prostitutas judias do leste europeu eram chamadas, não importando se eram polonesas, russas ou ucranianas.

4. No acervo da Casa da Imagem as fotografias de Chico Vizzoni estão catalogadas entre os anos de 1955 e 1965.

5. Selecionado do acervo de história oral do Arquivo Judaico de São Paulo.

6. Na revista "Contraste" de 5 out. 2017 em um artigo coletivo do extinto SPSafari, atual Pisa, "Mobilizando a cidade como recurso pedagógico: a experiência do SP Safari", há um depoimento meu sobre esse primeiro percurso com o Sesc Santana.

7. Título traduzido para o português como "A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal". A edição deste livro em português não contém imagens. LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente:** a prostituta e a mulher normal. Trad. Antonio Fontoura. Curitiba, 2018.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Edmundo. **Rotulas e mantilhas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.
ANTONIO, João. **Contos reunidos**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
COLETIVOSPSAFARI (atual Pisa). Mobilizando a cidade como recurso pedagógico: a experiência do SP Safari. **Contraste**, São Paulo, v.5, p.200-205, out. 2017.
COSTA, Virgílio. **O mangue**: imagem de libertinagem e pobreza no Rio de Janeiro modernista (1920-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. (Papéis avulsos)
CYMBALISTA, Renato (org.). **Guia de lugares difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.
FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas**: territorialização da prostituição feminina em São Paulo. 180f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
FURLAN, Elvira A. B. **Alguns aspectos da regulamentação da prostituição em São Paulo**. 1955. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1955.
GABAY, Camila. **Zona de dia e zona de noite**: cotidianos e modos de morar na zona do meretrício do Bom Retiro (1940-1953). 188f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
JANOVITCH, Paula. A Zona. *In:* CYMBALISTA, Renato (org.). **Guia de lugares difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.
KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
LOMBROSO, Cesare. **La donna delinquente**: la prostituta e la donna normale. Torino: Fratelli Bocca, 1923.
MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula**: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas, 2001.
RAVANINI, Luiza. **A Jornada do Patrimônio em São Paulo**: os Roteiros de Memória e a diversificação de narrativas. 495f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
SANTANNA, Nuto. **Rua Aimorés**. São Paulo: Tipografia Rossolillo, 1958.
SÃO PAULO. Câmara Municipal de São Paulo. Projeto de Lei n. 5.497, de 1958. Dispõe sobre a denominação de via pública e dá outras providências. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, PMSP.
SEGALL, Lasar. **Mangue**: álbum de croquis e gravuras. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1977.
SÓLOVE. São Paulo: Casa da Imagem, 2019.

Das cartas de perdão ou da publicidade da dor: a linguagem epistolar no contexto das reivindicações e disputas pela memória no Chile

Giovane Rodrigues Jardim e
Cristiéle Santos de Souza

1.Introdução

> *Hay valores que no son transables, nos interesa como sociedad que una tragedia así nunca más vuelva a suceder. Por ello, antes de pensar en perdonar, los victimarios deben hacerse responsables de sus actos, de sus omisiones, arrepentirse genuinamente del daño causado. Entregar información de manera activa de manera de comenzar a reparar el daño. Debemos como sociedad establecer la verdad completa y toda la justicia, nada más y nada menos.*
> Carmen Gloria Quintana, 2016

Em janeiro de 2016, como parte de uma cerimônia ecumênica realizada no interior do Centro de Detención Preventiva y Cumplimiento Penitenciario Especial Punta Peuco, no Chile, dez detentos condenados por crimes contra a humanidade, cometidos durante a ditadura (1973-1990), pediram perdão pelos seus crimes. Esse pedido de perdão, mediado pela iniciativa de lideranças religiosas, se deu a partir da escrita e da leitura pública de cartas, das quais quatro foram publicadas em uma revista de ampla circulação no país. As chamadas *"cartas de perdón"* expuseram manifestações públicas de culpa e arrependimento, em um contexto em que a sociedade internacional discutia, e em certa medida ainda discute, se aqueles que violam direitos humanos podem reivindicar esses mesmos direitos para si.

Profundamente vinculadas a um passado traumático do país, essas cartas também expuseram a face humana daqueles que, julgados e condenados sob forte apelo popular, personificaram a dor e o sofrimento vividos pelo povo chileno sob o julgo da ditadura. A publicação dessas cartas teve forte repercussão junto à sociedade civil chilena e permitiu que questões relacionadas ao perdão, à vingança e ao reconhecimento de direitos tomassem a cena pública. Uma dessas manifestações foi uma carta pública de não perdão assinada por Carmen Gloria Quintana, cujas palavras nos servem de epígrafe.

Neste artigo, partindo de uma leitura dessas cartas e da resposta que receberam, colocamos em discussão o uso da linguagem epistolar como forma de comunicação em contextos em que a memória da dor e o perdão reivindicado ocupam o campo de disputas onde nascem as políticas de memória e as estratégias de esquecimento. Do mesmo modo, discutimos o lugar do perdão em âmbito público na história recente do Chile e o papel das cartas de perdão como instrumentos que permitem aos condenados por crimes contra a humanidade romperem os limites do isolamento e participarem do debate público sobre a memória.

A publicação dessas cartas teve forte repercussão junto à sociedade civil chilena e permitiu que questões relacionadas ao perdão, à vingança e ao reconhecimento de direitos tomassem a cena pública.

2. As cartas do cárcere e a linguagem epistolar como instrumento de subjetivação

Entre as muitas formas de classificar ou de organizar a escrita de cartas estão aquelas que priorizam as condições de enunciação, isto é, as condições físicas, sociais, culturais e psicológicas dos remetentes. Assim, nascem denominações como: cartas do *front*, relativas àquelas escritas em períodos de guerra; cartas de chamada, referentes às escritas por exigência de processos migratórios; e as cartas do cárcere, escritas em condições de privação de liberdade. São essas últimas que interessam à reflexão aqui proposta.

As cartas escritas por homens e mulheres que, por diferentes motivos, foram condenados à prisão e tiveram a sua correspondência mediada por essa condição, trazem em si indícios que permitem uma leitura ampliada da carta como documento, seja por meio de referências textuais às motivações e condições de escrita e circulação das cartas, seja pelas condições materiais em que elas se realizam. Esses indícios contribuem também para que se possa pensar o destino dessas cartas após serem escritas, remetidas e lidas por seus correspondentes, bem como os usos políticos e discursivos que essas cartas podem endossar quando publicizadas (Souza, 2023). As normas e as restrições impostas pelas instituições prisionais ou pela atuação da censura, por exemplo, podem ser um motivo para que as pessoas que escrevem aos presos façam cópias de suas cartas, ou que os próprios presos adotem essa prática. Da mesma forma, essas restrições

As normas e as restrições impostas pelas instituições prisionais ou pela atuação da censura, por exemplo, podem ser um motivo para que as pessoas que escrevem aos presos façam cópias de suas cartas, ou que os próprios presos adotem essa prática.

incitam o uso de meios alternativos para o envio de cartas e bilhetes, assim como podem ou não resultar na destruição de cartas recebidas por meios não oficiais, bem como o arquivamento dessas mesmas cartas quando apreendidas.

Há, contudo, uma tipologia de cartas do cárcere que se apresenta mais como um manifesto do que como uma missiva privada, e que coloca em discussão a ressonância da voz daqueles que, privados de liberdade, buscam tornar públicos os seus apelos. A essa tipologia, que não se restringe ao cárcere, convencionamos chamar de cartas abertas ou cartas públicas. Essas cartas, escritas com o propósito de publicizar a narrativa epistolar, não podem ser lidas como algo impessoal e livre de subjetividades, tampouco possuem um formato único ou um modelo a ser respeitado. Todavia, o que todas elas têm em comum é a busca pela atenção coletiva a uma demanda e a expectativa de um grande número de leitores, para além do destinatário ou dos destinatários originais.

A ausência é o princípio motivador da carta, e é a partir dela que a memória e a esperança ocupam alternadamente a narrativa epistolar. No que concerne às cartas públicas escritas em contexto de reclusão, no entanto, a relação entre memória e esperança sofre um ligeiro desequilíbrio em favor da esperança, uma vez que a busca por reconhecimento se coloca como uma demanda daquele que escreve. Nesse sentido, a ausência, como princípio, não se refere apenas à não presença física do destinatário, mas também à falta de reconhecimento, seja do reconhecimento de direitos, como os de narrar, lembrar e sentir, seja do reconhecimento do "direito a ter direitos" no sentido atribuído por Hannah Arendt (1949/2012).

A expressão "direito a ter direitos" apresentada por Arendt em "As Origens do Totalitarismo" (1949/2012), pensada aqui no contexto das cartas públicas escritas por apenados, traz à tona a necessidade de discutir o entendimento da noção de direitos humanos em uma sociedade constituída por humanos, cuja essência já não pode ser compreendida nos termos da natureza ou da história. De acordo com Arendt (1949/2012, p.259):

> Nesta nova situação, na qual a "humanidade" assumiu de fato um papel antes atribuído à natureza ou à história, significaria nesse contexto que o direito a ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. Nada nos assegura que isso seja possível.

Sendo assim, diante da ausência do reconhecimento de que os apenados, em especial aqueles condenados por crimes contra a humanidade, são indivíduos que pertencem à humanidade, torna-se factível que lhes seja negado o direito a ter direitos, justificando assim a existência dessa demanda em cartas públicas e demais manifestações de caráter reivindicatório promovidas por eles. Se, como defende Arendt, o direito a ter direitos deve ser assegurado pela humanidade, esse direito depende diretamente do entendimento socialmente consensuado do que confere aos indivíduos a condição humana. Daí a necessidade de buscar na subjetividade da escrita em primeira pessoa e no caráter confessional da carta um meio de reivindicar esse reconhecimento.

A linguagem epistolar, nesse contexto, coloca-se como um instrumento de subjetivação do discurso que pode ser fundamentalmente político e reivindicatório. Assim, o reconhecimento da responsabilidade pelo crime converte-se em manifestação de culpa e arrependimento, assim como a voz do perpetrador condenado converte-se em um discurso de alguém que reivindica ser reconhecido como humano. Em outras palavras, a linguagem epistolar tem o potencial de humanizar o esforço de comunicação que decorre de uma luta por reconhecimento (Honneth, 2003; Ricoeur, 2006).

No que concerne a essa luta por reconhecimento, é importante ressaltar que a escrita de cartas públicas com reivindicações ou pedidos de perdão se situa no âmbito do terceiro ciclo de considerações sobre o reconhecimento mútuo discutido por Honneth (2003) em sua "reatualização sistemática" da estrutura das relações sociais de reconhecimento e retomado por Ricoeur em seu "Percurso do Reconhecimento" (2006), isto é, no âmbito da estima social. De acordo com Ricoeur (2006, p.216), "é a existência de um horizonte de valores comuns aos sujeitos que constitui a pressuposição mais importante desse terceiro ciclo de considerações". Além disso, o autor lembra que, para Honneth, as relações de estima variam segundo as épocas, abrindo, desse modo, um "campo de exploração multidimensional das mediações sociais consideradas do ponto de vista de sua constituição simbólica, com a concepção cultural que uma sociedade faz de si mesma constituindo a soma dos valores e dos fins éticos mobilizados a cada vez" (Ricoeur, 2006, p.216). Nesse sentido, ainda que as cartas públicas sejam, como todo documento, sobreviventes do seu tempo, sua leitura e sua repercussão no campo da memória e do reconhecimento no âmbito da estima social dependem diretamente de critérios de tempo e espaço socialmente constituídos.

Como linguagem, a escrita epistolar aproxima as partes do diálogo e adapta-se a diferentes contextos de leitura, como vem fazendo há pelo menos dois mil anos. Trata-se de um instrumento de comunicação que, com o tempo e através do gesto da guarda, adquire sentido como registro e testemunho. No entanto, existem diferenças fundamentais entre as cartas públicas e as cartas publicizadas no que diz respeito ao lugar ocupado por esses documentos/testemunhos no campo das disputas pela memória.

As cartas escritas em diferentes circunstâncias, mas remetidas a um destinatário ou destinatários específicos como correspondência privada podem, através da institucionalização de sua salvaguarda ou por iniciativa dos correspondentes e/ou de seus herdeiros, se tornar conhecidas pelo público em coletâneas publicadas ou pela consulta autorizada pelas instituições custodiadoras. Nessas circunstâncias, esses documentos nascem mediados pelas relações de intimidade e confiança e só passam a habitar o campo das disputas públicas pela memória quando já cumpriram sua primeira finalidade e foram-lhes atribuídos outros valores. Essas são as cartas publicizadas.

Já as cartas públicas, como mencionamos anteriormente, são escritas com a finalidade de comunicar para o grande público, isto é, nascem como documentos para a coletividade. Esse caráter público desconstrói a ideia tradicional de uma carta missiva como um espaço de diálogo privado e atribui a esse documento um caráter declarativo que, por vezes, faz dessas cartas verdadeiros manifestos. Comuns como parte da estratégia de comunicação de movimentos e agremiações de cunho político-ideológico, as cartas públicas tornaram-se conhecidas como documentos de denúncia, de apoio a causas diversas e, até mesmo, de chamada à ação na política. Há, no entanto, cartas públicas que nascem da iniciativa de indivíduos que, movidos pela necessidade de comunicar algo à coletividade, buscam na escrita epistolar um instrumento, sem que para isso tenham que abrir mão do caráter relacional e confessional das cartas privadas. São essas cartas públicas que interessam à reflexão aqui proposta, uma vez que expõem a relação direta entre a luta por reconhecimento e o campo conflituoso onde habitam as políticas de memória e as estratégias de esquecimento.

As cartas de perdão às quais nos referimos no começo deste texto são exemplos dessa tipologia de escrita epistolar e, por tratarem de pedidos de perdão feitos por agentes da ditadura chilena que cumprem pena de prisão em razão dos crimes contra a humanidade cometidos durante a referida ditadura, também se constituem como cartas do cárcere e, portanto, documentos produzidos em um ambiente onde a comunicação acontece sob vigilância e a privação de liberdade imprime a sua marca. Assim, a leitura dessas cartas não pode prescindir da compreensão do lugar ocupado pelo perdão em âmbito público na história recente do Chile, bem como da existência de outras cartas de perdão que permeiam contextos de disputas pela memória e de luta por reconhecimento.

3. A temática do perdão no Chile

A temática do perdão é parte integrante do processo transicional do Chile, que teve início com o fim do regime ditatorial de Pinochet e o restabelecimento da democracia em 1990, caracterizado pela continuidade da organização legal e econômica do antigo regime e, sobretudo, pela permanência de seus agentes com influência no âmbito político. Nesse contexto e na perspectiva do que viria a ser conhecido como "justiça na mediada do possível", o primeiro presidente democraticamente eleito comprometeu-se com o estabelecimento da verdade, instaurando a *Comisión Nacional de la Verdad y la Reconciliación* (CNVR-Chile) em 1990, e, no ano seguinte, após tomar conhecimento do seu informe final, fazendo um pronunciamento público pedindo perdão em nome do Estado. Nas palavras de Aylwin (1991):

> *En mi calidad de Presidente de la República, a asumir la representación de la Nación entera para en su nombre pedir perdón a los familiares de las víctimas. Por eso también pido solemnemente a las Fuerzas Armadas y de Orden, y a todos los que hayan tenido participación en los excesos cometidos, que hagan gestos de reconocimiento del dolor causado y colaboren para aminorarlo. (grifo nosso)*

Este discurso inaugurou um amplo debate sobre o papel e a importância do perdão em âmbito público, bem como evidenciou a confiança dos mobilizadores por memória e direitos humanos na influência da igreja católica e das

igrejas protestantes na política chilena. Embora alguns padres, bispos e pastores tenham apoiado o regime militar instaurado em 1973, institucionalmente, as igrejas se posicionaram contra a ditadura e criaram mecanismos de colaboração e apoio às vítimas. Salvador Allende reunia em seu entorno muitos grupos católicos, entre eles figuras importantes que estavam exiladas no Chile, e, ademais, Aylwin era do Partido Demócrata Cristiano. Portanto, o perdão como uma dimensão pessoal e religiosa foi transposto para o âmbito político e, diferentemente de outros países do Cone Sul em que houve muita desconfiança com o posicionamento das igrejas em relação à ditadura e às suas propostas para "reconciliação", no Chile isso foi uma questão menor. Ao passo que o perdão em nome do Estado inaugurou uma tradição, a partir da qual todos os presidentes pediram perdão ou discutiram a temática, como o fez Michelle Bachelet, em 2017, quando pediu perdão em nome do Estado ao povo Mapuche:

> *Hemos fallado como país. Por eso hoy, en mi calidad de presidente de la República, quiero solemne y humildemente pedir perdón al pueblo mapuche por los errores y horrores que ha cometido o tolerado el Estado en nuestra relación con ellos y sus comunidades.* (Bachelet, 2017)

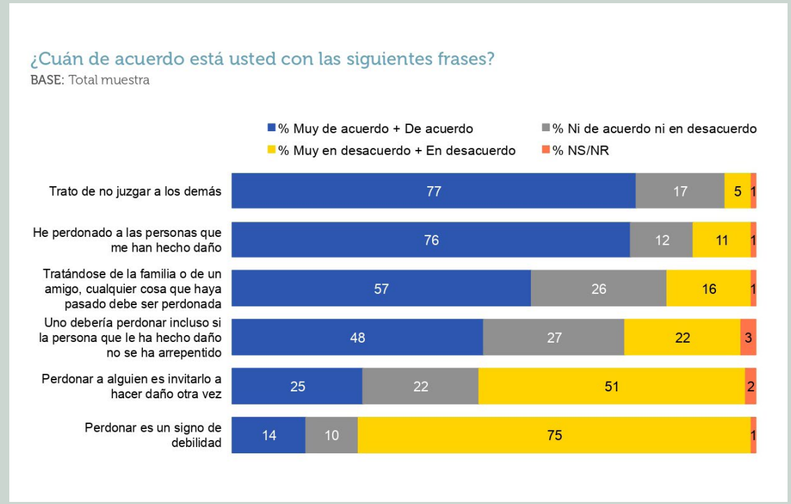
Não só os presidentes da república, mas também organizações e instituições diversas têm marcado o espaço público com pedidos de perdão. Em 2013, a Associação Nacional de Juízes e Magistrados do Poder Judiciário do Chile (ANMC) fez uma Declaración *Pública* (ANMC, 2013, p.1), na qual os juízes abordam o perdão nos seguintes termos: *"[...] sin ambigüedades ni equívocos, estimamos que ha llegado la hora de PEDIR PERDÓN a las víctimas, sus deudos y a la sociedad chilena [...]"*. Dessa forma, embora esteja presente no Chile a consigna "***ni perdón***", não há um necessário entendimento do perdão como impunidade, assim como ocorre na Argentina, tampouco há uma rejeição da ideia de reconciliação, o que existe é a busca pela verdade e a construção de possibilidades para a justiça. Não entraremos no mérito de se o perdão é suficiente, mas importa destacar que no Chile há demandas por perdão e manifestações públicas, inclusive de militares, pedindo perdão. Um desses pedidos de perdão, foi aquele proferido pelo soldado Nelson Bañados Pinto, que admitiu ter fuzilado o missionário Joan Alsina em 1973 (Memoria Viva, 2024). Em entrevista à televisão espanhola, ele afirmou: "***Lo lamento. Que me perdonen, que uno era un mandado***" (Carin, 1998). E foi nesse mesmo depoimento que Pinto tornou conhecidas as últimas palavras de Alsina: "¡***Mátame de frente para darte el perdón!***".

Nessa carta de não perdão, ela expôs não só as suas justificativas para não perdoar, mas também afirmou que há uma expectativa social e política pelo perdão na sociedade chilena.

Para os católicos, o ano de 2016 foi o jubileu da misericórdia ou ano do perdão, de forma que diversas atividades foram realizadas no Chile sobre essa temática, inclusive iniciativas que foram fortemente rechaçadas por associações de familiares e v*ítimas da última ditadura, pois*, em nome do perdão, defendiam anistias e indultos. No mesmo contexto, foi realizada pela Universidade Católica do Chile, durante sua ***Encuesta Bicentenário 2016***, uma pesquisa sobre a percepção do perdão entre os chilenos. A pesquisa foi divulgada destacando que no "Chile há uma alta aceitação do perdão, ato que se considera uma possibilidade e não uma debilidade" (Leighton, 2016, tradução nossa). Na mesma pesquisa, 80% dos consultados afirmaram que o país precisa de mais perdão, assim como 58% responderam que é necessária a pena de morte para crimes graves. O posicionamento dos participantes em relação a algumas questões nos ajuda a compreender o debate sobre o "quem" e o "que" do perdão no Chile, como demonstra a imagem (Fig.1) que segue:

Foi nesse contexto que teve lugar a cerimônia ecumênica realizada no final do ano por ocasião das vésperas do Natal na Prisão de Punta Peuco, onde detentos pediram perdão e leram suas cartas de perdão. Em resposta a essas cartas, uma vítima sobrevivente da ditadura escreveu uma carta aberta, declarando os motivos pelos quais não podia perdoar, apesar de sua formação e educação cristã. Nessa carta de não perdão, ela expôs ***não só as suas justificativas para não perdoar,*** mas também afirmou que há uma expectativa social e política pelo perdão na sociedade chilena.

Gráfico com a síntese das respostas dos participantes a partir de afirmações de estar de acordo, em desacordo, nem de acordo ou desacordo com afirmações postuladas pela entrevista. Fonte: UCA, 2016.



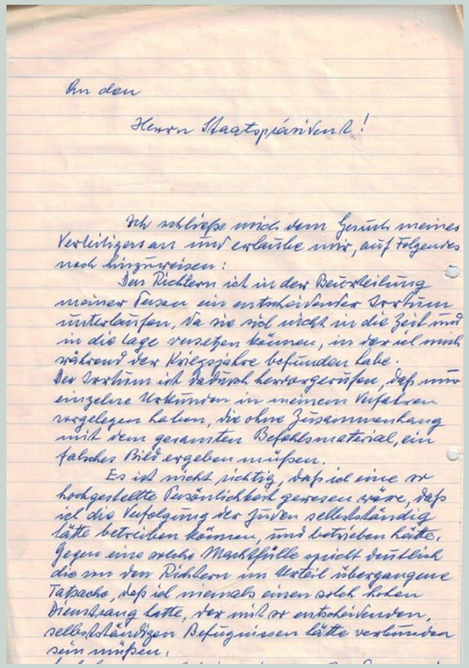
É preciso ter presente, também, que embora o perdão no Chile não esteja necessariamente associado **à** reconciliação ou não seja sinônimo de anistia e indulto, há momentos em que o perdão é relacionado à reconciliação e **à** impunidade. Exemplos dessa associação ocorreram ao menos em dois momentos recentes, a saber: por ocasião do Bicentenário do Chile em 2010, quando o então presidente Sebastián Piñera propôs reuniões que ocorreram em diversas cidades na perspectiva da reconciliação nacional, conhecidas como "mesa para todos", e que o bispo Alejandro Goic Karmelic, então presidente da Comissão Episcopal do Chile (CPECh), defendeu clemência a presos por crimes contra a humanidade; e quando, por ocasião da rememoração dos 50 anos do golpe no Chile em 2023, antecedida em 2021 e 2022 por intensas discussões sobre indultos e anistias aos "presos políticos" do *estallido social* de 2019, a relação do perdão com a impunidade retornou ao debate público através de uma carta coletiva assinada por 27 presos de Punta Peuco.

Antes de nos aproximarmos das cartas de perdão dos presos de Punta Peuco e da carta de não perdão de Quintana, propomos um distanciamento desse contexto mais específico e a familiarização com algumas problemáticas que envolvem cartas públicas e cartas que foram publicadas, e isso a partir de duas cartas que se tornaram mundialmente conhecidas. Entre o que possuem em comum, está o fato de que as duas cartas foram chamadas de cartas de perdão, muito embora não o sejam. Entre as diferenças, uma delas é uma carta privada escrita para um presidente com o intuito de pedir clemência, enquanto a outra configura-se como uma carta pública. Trata-se, portanto, da carta de clemência escrita por Adolf Eichmann ao presidente israelense, em 1962, e da carta de anistia de Eva Mozer Kor, lida e assinada em 1995.

4. Duas cartas mundialmente conhecidas como modelo para pensar

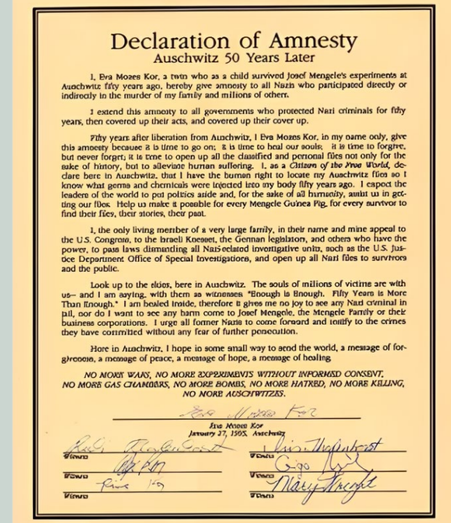
A escrita de cartas públicas não é uma novidade no âmbito do debate relativo à responsabilidade sobre o passado e a culpa pessoal frente a graves violações aos direitos humanos. No que concerne à carta de Eichmann e à carta de Kor, ainda que ambas tenham ganhado publicidade nos termos do perdão, não se tratam, especificamente, de cartas de perdão. Isso porque o perdão, compreendido aqui como uma faculdade humana e um ato privativo de quem sofreu uma injustiça, não pode ser igualado às noções de indulto e anistia, uma vez que, diferentemente desses conceitos, o perdão não exige consequências jurídicas quando manifesto de forma privada ou pública. Assim, é necessário ter presente a diferenciação entre perdão, ainda que manifesto em âmbito público, dos conceitos de anistia, indulto, clemência, misericórdia, entre outros.

Publicizada apenas em 27 de janeiro de 2016 pelo então presidente israelense, Reuven Rivlin, por ocasião do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto,[1] a carta de clemência ou de misericórdia de Adolf Eichmann (Fig.2, 3 e 4) datada de 29 de maio de 1962, pedia que o presidente israelense Yitzhak Ben-Zvi exercesse o seu "direito de misericórdia" (em alemão: ***Gnadenwacht***). Trata-se de uma carta manuscrita em que um prisioneiro condenado à morte, a dois dias de sua execução, dirige-



Eichmanns Gnadengesuch. Fonte: Spokesman Presidency of Israel (DER SPIEGEL, 2016).

"Declaration of Amnesty: Auschwitz 50 Years Later". Fonte: Candles Holocaust Museum.



Declaration of Amnesty
Auschwitz 50 Years Later

I, Eva Mozes Kor, a twin who as a child survived Josef Mengele's experiments at Auschwitz fifty years ago, hereby give amnesty to all Nazis who participated directly or indirectly in the murder of my family and millions of others.

I extend this amnesty to all governments who protected Nazi criminals for fifty years, then covered up their acts, and covered up their cover up.

Fifty years after liberation from Auschwitz, I Eva Mozes Kor, in my name only, give this amnesty because it is time to go on; it is time to heal our souls; it is time to forgive, but never forget; it is time to open up all the classified and personal files not only for the sake of history, but to alleviate human suffering. I, as a *Citizen of the Free World*, declare here in Auschwitz, that I have the human right to locate my Auschwitz files so I know what germs and chemicals were injected into my body fifty years ago. I expect the leaders of the world to put politics aside and, for the sake of all humanity, assist us in getting our files. Help us make it possible for every Mengele Guinea Pig, for every survivor to find their files, their stories, their past.

I, the only living member of a very large family, in their name and mine appeal to the U.S. Congress, to the Israeli Knesset, the German legislators, and others who have the power, to pass laws dismantling all Nazi-related investigative units, such as the U.S. Justice Department Office of Special Investigators, and open up all Nazi files to survivors and the public.

Look up to the skies, here in Auschwitz. The souls of millions of victims are with us– and I am saying, with them as witnesses "Enough is Enough. Fifty Years is More Than Enough." I am healed inside, therefore it gives me no joy to see any Nazi criminal in jail, nor do I want to see any harm come to Josef Mengele, the Mengele Family or their business corporations. I urge all former Nazis to come forward and testify to the crimes they have committed without any fear of further persecution.

Here in Auschwitz, I hope in some small way to send the world, a message of forgiveness, a message of peace, a message of hope, a message of healing.

NO MORE WARS, NO MORE EXPERIMENTS WITHOUT INFORMED CONSENT,
NO MORE GAS CHAMBERS, NO MORE BOMBS, NO MORE HATRED, NO MORE KILLING,
NO MORE AUSCHWITZES.

Eva Mozes Kor
January 27, 1995, Auschwitz

Witness Witness
Witness Witness
Witness Witness

-se ao presidente pedindo sua intervenção, como o último recurso de "um homem que não tem mais nada a perder" (tradução nossa). Nessa carta, Eichmann reafirma não se compreender como culpado pelos crimes que lhe são imputados, como também não ter as responsabilidades que lhe são atribuídas. Em suas palavras: "Sempre agi como um servidor obediente do Reich e como um funcionário de alto nível que seguiu as ordens dos seus superiores. Minha consciência está tranquila em relação às minhas ações" (tradução nossa).

No que se refere à carta de Eichmann, ela foi midiatizada pelos jornais de língua portuguesa como uma carta de clemência, mas, ao transcreverem o trecho em que ele se dirige ao presidente, traduziram como um pedido de perdão nos seguintes termos: "Não posso reconhecer como justo o veredicto do tribunal e peço, senhor presidente, que exerça seu direito de conceder o perdão e ordene que a pena de morte não seja aplicada" (GAZETA DO POVO, 2016; EXAME, 2016; AGÊNCIA FRANCE-PRESSE, 2016; O GLOBO, 2016; DEUTSCHE WELLE, 2016). Em espanhol, por sua vez, a tradução dessa carta utiliza as palavras ***indultarme*** ou ***indulto*** e refere-se ao pedido de Eichmann, como um pedido de ***perdón presidencial*** (DIARIO JUDIO, 2016; PERFIL, 2016; LA VOZ, 2016). Em alemão, há dois termos que podem ser traduzidos para o português como perdão, ***Gnade e verzeihen*** (e em espanhol, ***perdón***). Já a tradução desses termos para o inglês apresenta uma outra perspectiva, isso porque o primeiro corresponde a ***mercy,*** ou seja, misericórdia/clemência no sentido de uma graça exercida; e o segundo corresponde a ***forgive,*** perdoar como uma ação pessoal.

Importa destacar que, como pedido de clemência e misericórdia, em relação à graça que pertence ao presidente, a carta de Eichmann não é um pedido de perdão que corresponda ao debate sobre assumir responsabilidades e/ou comprometer-se com a não repetição. Nesse sentido, Eichmann não reconhece sua responsabilidade, se coloca novamente como alguém que simplesmente seguiu ordens. Por não se reconhecer como culpado, também não reconhece a justiça do julgamento que o condenou e insiste: "Meu único desejo neste momento é pedir clemência, pois tenho plena consciência das graves consequências de meus atos [...]" (tradução nossa).

A carta de Eva Mozer Kor (Fig.5) foi por ela intitulada como *"Declaration of Amnesty"*, assinada e lida em 27 de janeiro de 1995, durante uma visita ao campo de concentração de Auschwitz. A carta de Kor é uma carta pública e não somente uma carta que veio ao conhecimento público. Lida e assinada publicamente, essa carta foi divulgada como uma anistia aos nazistas e um convite público ao perdão.

Eva Mozer Kor foi uma vítima do regime nazista, sobrevivente dos experimentos médicos de Josef Mengele, que se tornou conhecida mundialmente não só por ter perdoado um nazista de quem se aproximou na busca por compreender o que lhe tinha acontecido (Dr. Hans Munch), mas também por ter declarado perdão ao próprio Mengele. Em ***Declaration of Amnesty",*** Kor (2016, p.72) declarou

a anistia de todos os nazistas, em suas palavras: *"I, Eva Mozes Kor, a twin who as a child survived Josef Mengele's experiments at Auschwitz fifty years ago, hereby give amnesty to all Nazis who participated directly or indirectly in the murder of my family and millions of others"*.[2]

Nessa declaração, Kor pede pela verdade e pelo fim dos processos judiciais contra nazistas, bem como, que eles se apresentem e testemunhem os crimes que cometeram. Trata-se, portanto, de uma declaração de anistia (*amnesty*), que é, também, um chamado à responsabilidade. Com o mesmo intento, Kor reivindica para si a autoridade que decorre da condição de vítima para perdoar não só pessoas, mas também governos por protegerem e esconderem nazistas. Importa destacar que Kor escreveu e debateu em diversas partes do mundo a temática e a importância do perdão, de forma que ela não confundiu perdão e anistia, mas optou por tornar pública uma declaração de anistia que, diferente do perdão, se reconhecida, teria implicações legais como, por exemplo, a não imputação penal. Ao declarar seu perdão pessoal, Kor também expressa a expectativa de que seja possível um espaço para o reconhecimento dos nazistas como seres humanos, como destacado no excerto que segue: *"That he, Dr. Hans Münch, had to live with this nightmare for fifty years and that he was sorry to have been a part of it"*[3] (Kor, 2016, p.72).

Essas duas cartas nos oportunizam chaves de leitura para uma abordagem atenta das "cartas de perdão", bem como da carta de não perdão de Quintana, documentos esses que mobilizaram debates públicos, rechaços promovidos por organizações de Direitos Humanos e diferentes posicionamentos institucionais no Chile. São duas cartas distintas em forma e linguagem, mas que foram interpretadas e mundialmente divulgadas como cartas de perdão. A leitura dessas cartas, como um movimento de distanciamento, nos alerta para a necessidade de considerar os usos do texto epistolar para além de seu contexto de produção. Da mesma forma, ressalta a existência de abusos no que se refere aos processos de publicização desses textos, em um ambiente em que nem mesmo as diferenças entre uma carta pública e uma carta privada publicizada são reconhecidas.

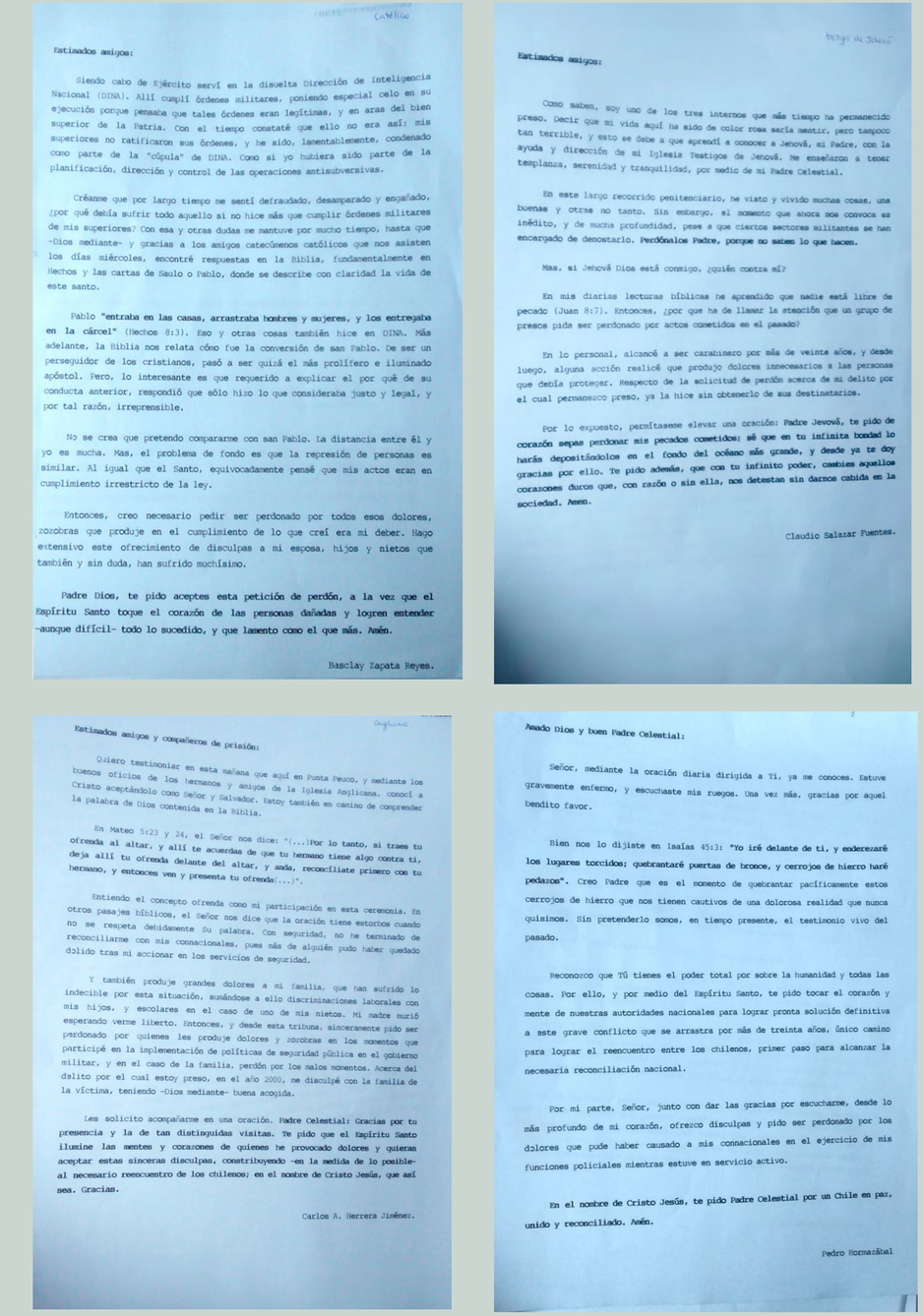
A leitura dessas cartas, como um movimento de distanciamento, nos alerta para a necessidade de considerar os usos do texto epistolar para além de seu contexto de produção.

5. Sobre as chamadas "carta de perdão" e outras cartas no Chile

Em uma cerimônia que reuniu diferentes credos religiosos nas dependências da prisão chilena de Punta Peuco, em dezembro de 2016, ao menos dez presos condenados por crimes contra a humanidade manifestaram aos demais presentes o reconhecimento dos crimes a que foram condenados, falaram das ordens que consideravam legais e dos superiores que não assumiram responsabilidades. Como parte da mesma cerimônia, escreveram cartas de testemunho pessoal e de pedidos de perdão.

Em 2016, a prisão de Punta Peuco abrigava mais de 120 condenados por crimes contra a humanidade, desses, apenas dez tomaram parte do pedido de perdão na referida cerimônia, e somente quatro cartas de perdão foram publicadas. Há, nessa situação, algumas questões em aberto, quais sejam: o porquê da não publicidade das demais cartas, as condições de enunciação dessas cartas e as razões pelas quais apenas um pequeno número de detentos tomou parte desse movimento reivindicatório. Pelas imagens divulgadas na imprensa (Fig.6, 7, 8 e 9), sabemos que essas cartas foram datilografadas e que, em sua parte superior direita, consta uma anotação manuscrita identificando o pertencimento religioso de cada detento/autor, sendo dois testemunhas de Jeová, um católico e um evangélico.

No que concerne à leitura do texto epistolar como um documento indiciário importa ainda discutir algumas questões, a saber: O que o remetente diz de si? Quem é o destinatário? Há reconhecimento de culpa ou responsabilidade? Do que se pede perdão? Afirmam esperar algo além do perdão? Essas questões, entre outras, possibilitam evidenciar elementos importantes para o debate



Testimonios de presos que piden perdón por sus crímenes en ditadura. Fonte: Biobiochile (2016).

ser reconhecido como um ser humano que também é capaz de mudar, de reconhecer seus erros e de lamentar a dor infligida a outros.

público sobre a oportunidade e a possibilidade do perdão, mas também, dos usos e abusos do texto epistolar como instrumento de busca por reconhecimento como condição imediata e como reivindicação no campo da memória.

A primeira imagem (Fig.6) é da carta do prisioneiro católico Basclay Zapata Reyes e tem como destinatário "***Estimados amigos***". O remetente apresenta-se como cabo do Exército que serviu na Direção de Inteligência Nacional (Dina). Afirma que na Dina cumpria ordens que inicialmente considerava legítimas e pelo bem da pátria, mas que, com o tempo, constatou que não era assim. Lamenta ter sido condenado como responsável pela planificação, direção e controle das operações antissubversivas e coloca em debate a relação entre a teoria dos casos isolados e a obediência devida. Afirma ter se sentido enganado, desamparado e abandonado até encontrar respostas nas cartas do apóstolo Paulo e no apoio de amigos catecúmenos católicos que o assistem na prisão.

A partir disso, reconhece suas ações e a possibilidade de arrependimento, muito embora situe seus crimes como resultado de um equívoco de seu pensamento sobre o cumprimento e a legalidade de tais atos. Nesse sentido, afirma Reyes:

> [...] *creo necesario pedir ser perdonado por todos esos Dolores, zozobras que produje en el cumplimento de lo que creí era mi deber. Hago extensivo este ofrecimiento de disculpas a mi esposa, hijos y nietos que también y sin duda, han sufrido muchísimo*.

Perceba-se que ele pede perdão pelas dores e angústias que causou às suas vítimas e também à sua família que sofreu por sua condenação e prisão, mas é um pedido de perdão direcionado a Deus, em suas palavras: "***Padre Dios, te pido aceptes esta petición de perdón, a la vez que el Espíritu Santo toque el corazón de las personas dañadas y logren entender – aunque difícil todo lo sucedido, y que lamento como el que más. Amén***". Pede a Deus que aceite o seu pedido, e que as pessoas prejudicadas entendam que ele lamenta o que fez. Aqui há algo a destacar: ser reconhecido como um ser humano que também é capaz de mudar, de reconhecer seus erros e de lamentar a dor infligida a outros.

A segunda imagem (Fig.7) é da carta de Claudio Salazar Fuentes e traz a inscrição "***testigo de jehová***" na parte superior direita. Como destinatário, o mesmo da carta anterior, "***Estimados amigos***". O remetente apresenta-se destacando que é um dos três internos que está há mais tempo na prisão, e que, embora estar preso não seja um "mar de rosas", não é algo terrível, e isso se deve a ter conhecido Jeová e ter aprendido a ter temperança, serenidade e tranquilidade. Afirma que a cerimônia na qual fez seu pedido de perdão foi um momento inédito e de profundidade, embora setores militantes o tenham denegrido. Com citações bíblicas, destacando que todos podem pecar, questiona por que o pedido de perdão de um grupo de presos chama a atenção. Em suas palavras:

> *En lo personal, alcancé a ser carabinero por más de veinte años, y desde luego, alguna acción realicé que produjo dolores innecesarios a las personas que debía proteger. Respecto de la solicitud de perdón acerca de mi delito por el cual permanezco preso, ya la hice sin obtenerlo de sus destinatarios*.

Na sequência, ele faz uma oração em que pede a *Padre Jehová* que perdoe os seus pecados cometidos, mas também pede que mude os corações duros, que, com razão ou sem razão, "nos detestam sem nos dar um lugar na sociedade". Aqui há um elemento de destaque: é que a respeito do perdão do delito pelo qual está preso, ele afirma já ter pedido perdão e não o ter obtido pelas suas vítimas. É importante destacar, também, que ele menciona a solicitação de perdão como se respondesse a alguém que espera por isso, como também afirma conhecer sobre as repercussões do ato ecumênico realizado e as responde.

A terceira imagem (Fig.8) é a da carta do anglicano Carlos A. Herrera Jiménez e tem como destinatários "***Estimados amigos y compañeros de prisión***". Ele apresenta-se como alguém que conheceu Cristo e o aceitou como Senhor e Salvador e que está no caminho para entender sua palavra. Citando a Bíblia, destaca que para isso precisa reconciliar-se e que a cerimônia tem um sentido de oferenda. Com quem precisa se reconciliar? Ele afirma que ainda não se reconciliou totalmente com seus compatriotas, uma vez que mais de uma pessoa pode ter sido prejudicada por suas ações no serviço de segurança. Destaca, também, ter causado muita dor à sua família, como as discriminações de que seus filhos e netos são vítimas no trabalho e na escola. A partir disso, Jiménez afirma:

> *Entonces, y desde esta tribuna, sinceramente pido ser perdonado por quienes les produje dolores y zozobras en los momentos que participé en la implementación de políticas de seguridad pública en el gobierno militar, y en el caso de la familia, perdón por los malos momentos. Acerca del delito por el cual estoy preso, en el año 2000, me disculpé con la familia de la víctima – teniendo Dios – mediante buena acogida.*

Nessa passagem de sua carta há pelo menos duas questões a serem destacadas: primeiro, que ela declara ter sido escrita para ser lida em uma tribuna; segundo, sobre o crime pelo qual está condenado, ele afirma já ter se desculpado com a família da vítima que o desculpou. Por fim, Jiménez propõe uma oração em que se dirige ao "Padre Celestial" em agradecimento e pede que ele ilumine as mentes e os corações daqueles a quem ele causou dor e que desejam aceitar as suas desculpas, "contribuindo para o necessário reencontro dos chilenos".

A quarta imagem (Fig.9) é do evangélico Pedro Hormazábal e tem como destinatário: "***Amado Dios y buen Padre Celestial***". Hormazábal dirige-se a Deus como senhor e apresenta intimidade e constância de oração, destacando que esteve doente, dá graças por ter melhorado. Segue com uma oração citando o antigo testamento, destacando que quer pacificamente quebrar as correntes de ferro que os mantêm "cativos de uma realidade dolorosa que nunca desejamos". Em suas palavras: "***Sin pretenderlo somos, en tiempo presente, el testimonio vivo del pasado***". Pede a Deus que toque o coração e a mente das autoridades nacionais para ter uma solução rápida e definitiva para este grave conflito que dura trinta anos, para a reunificação entre os chilenos, primeiro passo para a reconciliação nacional. Nas palavras de Hormazábal:

> Por mi parte, Señor, junto con dar las gracias por escucharme, desde lo más profundo de mi corazón, ofrezco disculpas y pido ser perdonado por los dolores que pude haber causado a mis connacionales en el ejercicio de mis funciones policiales mientras estuve en servicio activo.

resultando em grande rechaço por parte de mobilizadores por memória e direitos humanos no país, como também pelo próprio poder judiciário.

Como demonstra o excerto transcrito acima, a carta de Hormazábal *não só compartilha com as demais de uma dimensão religiosa, como é dirigida a Deus. Ademais, há nessa carta um sentido de espera de uma ação e/ou decisão por parte de autoridades nacionais para algo descrito como uma solução final para o conflito, o que deixa em aberto diversas interpretações como, por exemplo, a existência de solicitações de benefícios carcerários como foi proposto na "mesa para todos" no contexto do bicentenário do Chile em 2010, resultando em grande rechaço por parte de mobilizadores por memória e direitos humanos no país, como também pelo próprio poder judiciário.*

No final de 2016, uma outra carta ganhou repercussão e pautou debates sobre o perdão no Chile, trata-se da carta pública de Carmen Gloria Quintana, intitulada "¡Por ***qué no puedo perdonar!***"[4]. Essa carta foi noticiada, citada e transcrita por diversos veículos da imprensa (EL DÍNAMO, 2016; PIENSA CHILE, 2017; LA IZQUIERDA DIARIO, 2017; THE CLINIC, 2016; RADIO UNIVERSIDADE DE CHILE, 2017; FEMINISMO AUTÓNOMO, 2016) que destacaram a vida profissional de Quintana e o fato de ela ter sido vítima dos agentes de Pinochet em 1986, quanto teve mais de 60% do seu corpo queimado. A carta de "não perdão" de Quintana nos oportuniza pensar nessa temática a partir do ponto de vista da vítima autorizada e reconhecida, que, assim como fez Eva Mozer Kor, deu a conhecer o seu posicionamento pessoal em uma carta pública.

Trata-se de uma carta pública de resposta aos presos de Punta Peuco, com um destinatário em aberto, uma vez que se dirige a diversas outras instituições que ela também precisaria perdoar dadas as suas responsabilidades com o que lhe aconteceu e com o que aconteceu a outras vítimas da ditadura. Quintana apresenta-se como mulher, esposa, mãe de três filhas e uma profissional e pessoa feliz por estar viva, mas diz sentir raiva quando falam em perdão, pois, apesar de querer perdoar genuinamente, ela não consegue. Enfatiza, ainda, que isso não se deve a um desejo de vingança, como procuram estigmatizar as vítimas da ditadura. Lembra de sua trajetória para narrar como o Estado já não lhe garantia seguran-

ça, fala do silêncio da censura e dos assassinatos durante a ditadura. Descreve as circunstâncias em que foi espancada e queimada pelos militares chilenos, o assassinato de seu companheiro, as sequelas que marcam seu corpo e a sua busca por compreender o ocorrido ao longo de quarenta anos de cirurgias e terapias de reabilitação física e psíquica. Expressa que se sentia culpada por ter ido protestar, pela dor causada a sua família, e fala do perdão em relação a si mesma e aos que de certa forma a culparam no passado.

Ao mencionar o que deveria perdoar, Quintana situa ainda a questão do exílio, do Banco do Chile, da impunidade no Chile, da cumplicidade dos tribunais e da própria Comisión de Prisión Política y Tortura (CPPT)[5] etc., trazendo não só acontecimentos da ditadura, mas da própria transição e do tempo presente que tem causado dor e sofrimento. Dentre essas questões está a prisão especial para condenados por crimes contra a humanidade e o fato de que poucos perpetradores cumprem penas efetivas. Por fim, questiona: "¿Cómo es posible que se piense en perdonar a criminales contra la humanidad que nunca se han arrepentido?". Nessa perspectiva, enfatiza que o pedido de perdão dos presos de Punta Peuco não garante que eles tenham entregado informações, ou que tenham colaborado com a verdade e a justiça. Assim, defende o perdão como uma necessidade pessoal, mas que tem condições. Nas palavras de Quintana (2016):

> *Por ello, antes de pensar en perdonar, los victimarios deben hacerse responsables de sus actos, de sus omisiones, arrepentirse genuinamente del daño causado. Entregar información de manera activa de manera de comenzar a reparar el daño. Debemos como sociedad establecer la verdad completa y toda la justicia, nada más y nada menos. Aunque esto implique que las penas sean efectivas de acuerdo a los estándares internacionales de respeto a los DD. HH. Para vivir en un país donde todos podamos ejercer nuestros derechos y obligaciones por igual, donde la Justicia no sea sólo una palabra, donde cada cual tenga lo que le corresponde, con el objeto de restaurar el orden social. Solo así habrá reconciliación.*

Ao se dirigir à sociedade chilena, Quintana defende o perdão como uma questão e uma necessidade pessoal, sobre a qual não lhe devem perguntar enquanto esses requisitos mínimos não forem atendidos. Quintana não vive mais no Chile, o que faz com que suas cartas públicas sejam o meio encontrado por ela para manter-se presente no debate e nas lutas por memória e justiça no país.

Dos autores das quatro cartas de perdão, somente Carlos A. Herrera Jiménez continua na prisão de Punta Peuco cumprindo prisão perpétua, sendo que Claudio Salazar Fuentes, ainda no final de 2016, ganhou liberdade condicional, noticiada pela imprensa com menções a sua carta de perdão (24 HORAS, 2016; T13, 2016). Basclay Zapata Reyes faleceu em 2017 devido a um câncer, aos 71 anos de idade, o que foi noticiado pela imprensa com ênfase no fato de ele não ter dado informações (FORTÍN, 2017; 24 HORAS, 2017; COOPERATIVA, 2017; UOL, 2024). PEDRO Hormazábal faleceu em 2018, aos 79 anos, devido a uma doença terminal, o que foi noticiado com ênfase nas expressões "torturador arrependido" (EL MOSTRADOR, 2018) e "*carabinero* que pediu perdão" (CNN CHILE, 2018; LA TERCERA, 2018; EL MOSTRADOR, 2018).

Nesse sentido, essas cartas de perdão tiveram um papel importante na forma como a sociedade e a imprensa têm se referido a eles, bem como ao fato de terem ou não se comprometido com a verdade e a justiça no sentido da responsabilidade para além do crime pelo qual cumpriam pena. Essas cartas de perdão foram escritas em um momento de fragilidade decorrente da situação de saúde, da idade avançada e da ausência de familiares, sendo que dois desses presos vieram a falecer alguns meses depois da publicação de suas cartas de perdão.

É preciso ter presente, ainda, que estavam presos em Punta Peuco mais de 130 condenados, e que essas cartas de perdão são, também, um discurso para o público interno, ou seja, um convite aos demais "amigos" e "companheiros de prisão". Essa é uma perspectiva pouco presente no debate público sobre as cartas do perdão e que se defronta com a dificuldade ainda presente, não só no Chile mas também nos demais países da região, com o reconhecimento do caráter humano dos condenados por crimes contra a humanidade, de seu direito a ter direitos apesar das atrocidades que possam ter cometido, e ainda, para além de terem ou não se arrependido e pedido perdão.

6. Considerações finais

Para uma melhor compreensão das quatro cartas de perdão e da carta pública de Quintana, foi preciso ter presente o contexto transicional do Chile e a relevância das declarações públicas de perdão, dos pedidos de desculpas e do próprio reconhecimento do perdão como uma possibilidade. Da mesma forma, foi preciso buscar nas singularidades da linguagem epistolar o lugar ocupado pelas cartas nos processos de reivindicação de direitos e

Quintana não vive mais no Chile, o que faz com que suas cartas públicas sejam o meio encontrado por ela para manter-se presente no debate e nas lutas por memória e justiça no país.

de pedidos de perdão empreendidos por apenados. Assim, considerando que a escrita epistolar tem o potencial de humanizar o esforço de comunicação que decorre de uma luta por reconhecimento, pudemos compreender a escolha pela carta como um instrumento de comunicação desses indivíduos privados de liberdade.

Embora haja nas cartas de perdão diferentes expressões de arrependimento, de modo geral, seus autores consideram a possibilidade de ter causado dor e angústia a outras pessoas, mas o pedido de perdão restringe-se ao crime pelo qual foram condenados. Trata-se do reconhecimento público da culpa e de expor as razões pelas quais cometeram esses crimes, expondo, também, a linha tênue existente entre o explicar e o justificar. Nesse contexto, o debate público e as publicações na imprensa evidenciaram exigências para que fosse possível o perdão a agentes que cometeram crimes contra a humanidade, o que implicaria na efetiva colaboração com a verdade e a justiça. A compreensão desse movimento ajuda a explicar o porquê da problemática das cartas de perdão quando não associadas ao compromisso de contribuir com a reparação demandada pelas vítimas e por seus familiares.

A partir da leitura dessas cartas, buscamos compreender e delinear as circunstâncias de sua produção, as subjetividades de seus autores e, sobretudo, as ausências, isto é, o que não está dito, o que não seria possível escrever, o que optaram por omitir e as questões que deixam em aberto. Poucas são as informações sobre o processo de escrita, se houve alguma versão prévia manuscrita ou alterações nos textos após sua leitura na cerimônia. Essas questões também geram curiosidade sobre as razões pelas quais outras cartas não foram publicadas e sobre a influência de agentes externos nessa seleção.

Utilizamos duas cartas mundialmente conhecidas, de um perpetrador e de uma vítima do regime nazista, para oportunizar ao leitor tanto um distanciamento quanto uma familiarização com problemáticas que transcendem o contexto chileno no qual as cartas públicas de perdão estão situadas. A carta de clemência de Eichmann possibilitou-nos pensar na questão da responsabilidade pessoal e coletiva, na recusa da culpa e na justificativa de que apenas "seguia ordens". As cartas de perdão, diversamente, apresentam o reconhecimento da culpa e da responsabilidade pessoal, mas insistem na ação pela obediência, uma vez que seus autores insistem em afirmar que entendiam não estar fazendo nada ilegal, ou seja, entendem que legal é sinônimo de certo e que explicar isso ajudaria uma compreensão de suas ações e melhor consideração sobre sua situação. Já a carta de anistia escrita por Kor oportunizou pensar no posicionamento pessoal da vítima em relação ao perdão, mas também em sua necessidade de tornar pública sua decisão de perdoar. A carta de "não perdão" de Quintana é semelhante, ela procura dar as razões pessoais do seu não perdão, trata da sua necessidade e vontade de perdoar, e dá publicidade ao que considera serem as condições para que o perdão venha a ser possível.

As cartas de perdão, assim como a carta aberta de Quintana, oportunizaram tanto uma melhor compreensão sobre os usos e abusos da escrita epistolar no que se refere à reivindicação por consideração e respeito no âmbito social e político quanto sobre as oportunidades jurídicas que se tornaram possíveis no Chile a partir da mobilização da opinião pública, seja favorável ou desfavorável ao seu conteúdo e divulgação. E ainda, em um país em que o perdão não é necessariamente associado com a reconciliação e que diversos militares já pediram perdão, as cartas de perdão podem ser entendidas como um veículo de comunicação e de trabalho da memória que marcou o debate público e impactou as considerações sobre esses sujeitos para a posteridade. Na intersecção entre a escrita epistolar e os pedidos públicos de perdão como luta por reconhecimento e como reivindicação de direitos, essas cartas de perdão e "não perdão" são importantes fontes para pesquisas futuras, sobretudo, por possibilitarem trazer para o presente e enfatizar a dimensão humana de presos para além da gravidade dos crimes que cometeram, como sujeitos que também se preocupam com os seus familiares e com as consequências de suas ações sobre eles e, ademais, com a memória pública.

AUTORES
Giovane Rodrigues Jardim é doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Erechim. E-mail: giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br.

Cristiéle Santos de Souza é doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e docente da rede municipal de ensino de Erechim-RS. E-mail: cristiele.hst@gmail.com.

NOTAS

1. O dia 27 de janeiro marca a libertação do campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, pelas forças soviéticas. Em 2005, a ONU assinalou que anualmente esta data seja considerada como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.
2. Tradução nossa: "Eu, Eva Mozes Kor, uma gêmea que, quando criança, sobreviveu aos experimentos de Josef Mengele em Auschwitz há cinquenta anos, por meio deste documento, concedo anistia a todos os nazistas que participaram direta ou indiretamente do assassinato da minha família e de milhões de outras pessoas".
3. Tradução nossa: "Que ele, Dr. Hans Münch, teve que viver com esse pesadelo por cinquenta anos e que lamentava ter feito parte dele".
4. A título de esclarecimento, cabe informar que não inserimos uma imagem da carta de Quintana, pois só tivemos acesso a ela a partir das transcrições publicadas na imprensa, de forma que essa carta nomeada pela imprensa como "carta aberta" não possui nestas transcrições elementos formais como data, assinatura, destinatário, local etc.
5. A CPPT, também conhecida como Comisión Valech, foi criada em 2003 no Chile para determinar quem são as pessoas que sofreram privação de liberdade e torturas por razões políticas, por atos de agentes do Estados e pessoas a seu serviço, no período entre 11 de setembro de 1973 e 10 de março de 1990 (CHILE, 2003).

REFERÊNCIAS

ADOLF EICHMANN: Gnadengesuch an Israels Präsident. **Der Spiegel**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.spiegel.de/fotostrecke/adolf-eichmann-gnadengesuch-an-israels-praesident-fotostrecke-134011.html. Acesso em: 7 mar. 2025.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo:** antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE MAGISTRADOS DE CHILE (ANMC). Declaración de la Asociación de Magistrados. **El Mostrador**, set. 2013. Disponível em: https://media.elmostrador.cl/2013/09/Declaraci%C3%B3n-de-la-Asociaci%C3%B3n-de-Magistrados.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

BUSTOS, Pablo. Punta Peuco: revelan testimonios de presos que piden perdón por sus crímenes en dictadura. **BioBioChile**, 23 dez. 2016. Disponível em: https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2016/12/23/punta-peuco-revelan-testimonios-de-presos-que-piden-perdon-por-sus-crimenes-en-dictadura.shtml. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARTA INÉDITA DE OFICIAL nazista Adolf Eichmann é revelada por Israel. **Gazeta do Povo**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/carta-inedita-de-oficial-nazista-adolf-eichmann-e-revelada-por-israel-66rd13lomvfkqr4nnbw195z3k/. Acesso em: 7 mar. 2025.

CARTA INÉDITA DO NAZISTA Eichmann para Israel é revelada. **Exame**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://exame.com/mundo/carta-inedita-do-nazista-eichmann-para-israel-e-revelada/. Acesso em: 7 mar. 2025.

CHILE. Ministerio del Interior. **Decreto 1040 Crea Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, para el esclarecimiento de la verdad acerca de las violaciones de Derechos Humanos en Chile**. Santiago, 26 set. 2003. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=217037. Acesso em: 10 mar. 2025.

CHILE. Presidencia de la República. **Presidenta anunció el Plan de Reconocimiento y Desarrollo Araucanía**. Santiago, 24 mar. 2017. Disponível em: https://www.gob.cl/noticias/presidenta-anuncio-el-plan-de-reconocimiento-y-desarrollo-araucania/. Acesso em: 10 mar. 2025.

CORTE SUPREMA CONFIRMÓ libertad condicional para uno de los internos de Punta Peuco que pidió perdón. **T13**, Santiago, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.t13.cl/noticia/politica/corte-suprema-confirmo-libertad-condicional-uno-internos-punta-peuco-pidio-perdon?utm_ Acesso em: 9 mar. 2025.

EICHMANN PEDIU clemência antes de sua execução por crimes no Holocausto. **O Globo**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/eichmann-pediu-clemencia-antes-de-sua-execucao-por-crimes-no-holocausto-18552850. Acesso em: 7 mar. 2025.

EL "TROGLO", otro torturador de la dictadura, muere sin reconocer sus crímenes ni dar información. **Fortín Mapocho**, Santiago, 5 dez. 2017. Disponível em: https://www.fortinmapocho.cl/2017/12/05/el-troglo-otro-torturador-de-la-dictadura-muere-sin-reconocer-sus-crimenes-ni-da-informacion/. Acesso em: 9 mar. 2025.

EL DISCURSO con el que Aylwin pidió perdón a las víctimas de la dictadura en nombre del Estado. Publicado pelo canal Diario Financiero, 19 abr. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_7CDsR7Lw04. Acesso em: 21 fev. 2025.

EX AGENTE DE LA DINA Basclay Zapata fallece mientras cumplía condena en Punta Peuco. **24 Horas**, Santiago, 3 dez. 2017. Disponível em: https://www.24horas.cl/nacional/ex-agente-de-la-dina-basclay-zapata-fallece-mientras-cumplia-condena-en-punta-peuco-2579958?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 mar. 2025.

FALLECE EN PUNTA PEUCO ex suboficial de Carabineros que pidió perdón por sus crímenes. CNN **Chile**, Santiago, 9 set. 2018. Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/fallece-en-punta-peuco-ex-suboficial-de-carabineros-que-pidio-perdon-por-sus-crimenes_20180909. Acesso em: 9 mar. 2025.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ISRAEL DIVULGA CARTA inédita do nazista Eichmann com pedido de clemência. **Correio Braziliense**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2016/01/27/interna_mundo,515445/israel-divulga-carta-inedita-do-nazista-eichmann-com-pedido-de-clemenc.shtml. Acesso em: 7 mar. 2025.

ISRAEL DIVULGA PEDIDO de clemência de criminoso nazista. **UOL Notícias**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2016/01/27/israel-divulga-pedido-de-clemencia-de-criminoso-nazista.htm. Acesso em: 7 mar. 2025.

ISRAEL VAI REVELAR carta inédita do nazista Eichmann. **UOL Notícias**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2016/01/27/israel-vai-revelar-carta-inedita-do-nazista-eichmann.htm. Acesso em: 7 mar. 2025.

KOR, Eva Mozer. **The power of forgiveness**. Las Vegas, NV: Central Recovery Press, 2016. E-book.

KOR, Eva Mozer. **Declaration of Amnesty** [27 jan. 1995]. Disponível em: https://candlesholocaustmuseum.org/educational-resources/declaration-of-amnesty.html. Acesso em: 10 mar. 2025.

LABARCA, Francisca. FALLECE EX SUBOFICIAL DE CARABINEROS QUE CUMPLÍA CONDENA EN PUNTA PEUCO. **La Tercera**, Santiago, 9 set. 2018. Disponível em: https://www.latercera.com/nacional/noticia/fallece-ex-suboficial-carabineros-cumplia-condena-punta-peuco/313722/. Acesso em: 9 mar. 2025.

LEE LA CARTA de perdón escrita por reo de Punta Peuco que recibió libertad condicional. **24 Horas**, Santiago, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.24horas.cl/nacional/lee-la-carta-de-perdon-escrita-por-reo-de-punta-peuco-que-recibio-libertad-condicional-2233731?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 mar. 2025.

LEIGHTON, N. Chile há uma alta aceitação do perdão, ato que se considera uma possibilidade e não uma debilidade. **El Mercurio**, 21 nov. 2016. Disponível em: http://impresa.elmercurio.com/Pages/NewsDetail.aspx?dt=2016-11-21&dtB=21-11-2016%20 0:00:00&PaginaId=11&bodyid=1. Acesso em: 10 mar. 2025.

NELSON VICENTE BAÑADOS PINTO. ***In:*** Memoria Viva. Disponível em: https://memoriaviva.com/nuevaweb/criminales/criminales-b/banados-pinto-nelson-vicente/. Acesso em: 10 mar. 2025.

MORRE BASCLAY ZAPATA, torturador da ditadura de Pinochet. **UOL**, São Paulo, 4 dez. 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2017/12/04/morre-basclay-zapata-torturador-da-ditadura-de-pinochet.htm?. Acesso em: 9 mar. 2025.

MUERE REO de Punta Peuco que se había arrepentido de su crimen. **El Mostrador**, Santiago, 9 set. 2018. Disponível em: https://www.elmostrador.cl/dia/2018/09/09/muere-reo-de-punta-peuco-que-se-habia-arrepentido-de-su-crimen. Acesso em: 9 mar. 2025.

MURIÓ EL EX AGENTE de la Dina Basclay Zapata. **Cooperativa**, Santiago, 3 dez. 2017. Disponível em: https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/dd-hh/murio-el-ex-agente-de-la-dina-basclay-zapata/2017-12-03/173307.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 mar. 2025.

PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE. **Documento Resultados Encuesta Bicentenario uc – GfK Adimark 2016.** Encuesta Bicentenario, 2016. Disponível em: https://encuestabicentenario.uc.cl/publicaciones/documento-resultados-encuesta-bicentenario-uc-gfk-adimark-2016/. Acesso em: 20 fev. 2025.

PUNTA PEUCO. Carmen Gloria Quintana: "A mí no me pidan el perdón". **La Izquierda Diario**, Santiago, 9 jan. 2017. Disponível em: https://www.laizquierdadiario.com/Carmen-Gloria-Quintana-se-refirio-al-perdon. Acesso em: 9 mar. 2025.

CARTA ABIERTA de Carmen Gloria Quintana tras la misa del perdón en Punta Peuco. **El Dínamo,** Santiago, 26 dez. 2016. Disponível em: https://www.eldinamo.cl/pais/2016/12/26/carmen-gloria-quintana-carta-perdon-punta-peuco/. Acesso em: 9 mar. 2025.

CARMEN GLORIA Quintana: ¡Porqué no puedo perdonar!. **Piensa Chile,** Santiago, 6 jan. 2017. Disponível em: https://piensachile.com/2017/01/06/carmen-gloria-quintana-no-puedo-perdonar/. Acesso em: 9 mar. 2025.

QUINTANA, Carmen Gloria. Carta abierta de Carmen Gloria Quintana ante el perdón a los violadores de DD.HH. **Feminismo Autónomo**, Santiago, 30 maio 2017. Disponível em: https://feminismoautonomo.cl/carta-abierta-de-carmen-gloria-quintana-ante-el-perdon-a-los-violadores-de-dd-hh/. Acesso em: 9 mar. 2025.

QUINTANA, Carmen Gloria. Carta de Carmen Gloria Quintana. **La Nueva Mirada**, Santiago, 11 jan. 2024. Disponível em: https://lanuevamirada.cl/carta-de-carmen-gloria-quintana/. Acesso em: 9 mar. 2025.

LA POTENTE CARTA de Carmen Gloria Quintana sobre el perdón de los presos del Punta Peuco. **The Clinic**, Santiago, 25 dez. 2016. Disponível em: https://www.theclinic.cl/2016/12/25/la-potente-carta-de-carmen-gloria-quintana-sobre-el-perdon-de-los-presos-del-punta-peuco/. Acesso em: 9 mar. 2025.

POR QUÉ NO puedo perdonar. **Diario Uchile**, Santiago, 5 jan. 2017. Disponível em: https://radio.uchile.cl/2017/01/05/carmen-gloria-quintana-por-que-no-puedo-perdonar/. Acesso em: 9 mar. 2025.

REVELAN LA ÚLTIMA CARTA de Adolf Eichmann. **Perfil**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://www.perfil.com/noticias/internacional/revelan-la-ultima-carta-de-adolf-eichmann-20160127-0009.phtml. Acesso em: 7 mar. 2025.

REVELAN LAS CARTAS de perdón de cuatro presos de Punta Peuco: "He aprendido que nadie está libre de pecado". **The Clinic**, 24 dez. 2016. Disponível em: https://www.theclinic.cl/2016/12/24/revelan-las-cartas-de-perdon-de-cuatro-presos-de-punta-peuco-he-aprendido-que-nadie-esta-libre-de-pecado/. Acesso em: 10 mar. 2025.

REVELAN MANUSCRITO con solicitud de indulto del criminal nazi Eichmann. **Diario Judío**, 27 jan. 2016. Disponível em: https://diariojudio.com/noticias/revelan-manuscrito-con-solicitud-de-indulto-del-criminal-nazi-eichmann/151312/. Acesso em: 7 mar. 2025.

REVELAN UNA CARTA de indulto enviada por el criminal nazi Adolf Eichmann. **La Voz**, 27 jan. 2016. Agência EFE. Disponível em: https://www.lavoz.com.ar/mundo/revelan-una-carta-de-indulto-enviada-por-el-criminal-nazi-adolf-eichmann/. Acesso em: 7 mar. 2025.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento.** Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SABHUEZA, Ana María. Habla Mayor (R) Herrera Jiménez, procesado por el Caso Tucapel. **La Tercera**, 1999. Disponível em: https://www.archivochile.com/Derechos_humanos/tj/dd_hh_tucapel0024.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, Cristiele S.de. **Legado e reconhecimento:** trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes (1936-1945). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

UN EX SOLDADO admitió que asesinó a un cura español. **Clarín**, 16 mar. 1998. Disponível em: https://www.clarin.com/ediciones-anteriores/ex-soldado-admitio-asesino-cura-espanol_0_r1awBD1k8hg.html. Acesso em: 10 mar. 2025.

As memórias de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver em seu centenário no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

Ana Paula Brito e Alane Lima

1. Introdução

Esse texto é um diálogo aberto, um emaranhado de informações e relatos da observação participante de duas mulheres pesquisadoras, mães, pardas, nordestinas, militantes da memória e dos direitos humanos, intelectuais, parceiras que o interesse em comum pelo fortalecimento do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas uniu.

Provocações teóricas e metodológicas da Educação, da História, da Museologia e das Ciências Sociais ajudaram a iluminar caminhos de respostas diante de inquietações e ousadias que essas duas intelectuais que vos falam possuem. No texto, propomos conversar com você, estimada pessoa leitora, de braços dados com a escrevivência de Conceição Evaristo, carregando um estandarte freiriano do esperançar, que age. Nesse caminho proposto, convidamos você a tomar assento e a também falar durante nossa conversa. Se precisar, faça pausas, temos consciência de que conhecer memórias traumáticas afeta. Mas permita-se sentir e nomear o que sente, ao encontrar nossas memórias sobre o centenário de uma mulher marcada para viver. Esperamos que também possam sentir alegria, pois para o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) foi uma grande alegria poder articular esse centenário, o reencontro de toda família, festejar a vida, a força da mulher e o reconhecimento nacional que, pouco a pouco, o legado de Elizabeth Teixeira tem recebido.

Ao longo da conversa, vamos lhes dizer quem para nós é dona Elizabeth, lhes falar sobre o trabalho hercúleo que é feito no MLLC para preservar a diversidade de memórias das Lutas pelo direito à terra, demonstrar a importância do fazer coletivo em iniciativas de memorialização e musealização de memórias traumáticas, apresentar os principais atos que marcaram a atividade e lhes convidar a refletir sobre a participação e atuação das mulheres nas Lutas camponesas. Mulheres que passaram a vida dedicando-se ao ideal coletivo, mesmo tendo lhes custado um "preço" muito alto.

Vamos lhes contar sobre as homenagens a Elizabeth, no bojo do Festival Cultural da Memória Camponesa, realizado de 13 a 15 de fevereiro de 2025 na cidade de Sapé, zona rural do estado da Paraíba. E você poderá também visualizar imagens[1] feitas pela equipe de comunicação do memorial, que nesse encontro material que aqui propomos, estão organizadas de modo a também falar, seja pela reprodução das imagens, seja pelas ausências sinalizadas e marcadas pelo trabalho de editoração feito.

Elizabeth Teixeira chega aos 100 anos com a língua afiada quando o assunto é a Luta pela reforma agrária no Brasil. Nos encontros com ela – entrevistas para programas de História Oral, documentários, ou mesmo em visitas feitas pela equipe do MLLC a sua residência –, percebemos que quando o tema é evocado, sua expressão facial, seu tom de voz, sua disposição física muda. Seu corpo reage de um modo diferente quando o termo "reforma agrária" entra em cena.

A psicóloga Ecléa Bosi, de vasta produção intelectual, tem uma obra que muito dialoga com o assunto que evocamos. Em "Memória e sociedade: lembrança de velhos" (1997), Bosi propõe análises sobre a memória dos velhos e elementos que ativam a memória, mesmo em processos degenerativos próprios da idade há conteúdos que permanecem.

No caso da Elizabeth, mesmo diante da fragilidade da memória no auge dos seus 100 anos, a palavra "reforma agrária" convoca sua mente e seu corpo a se colocar em movimento, ainda que de modo limitado. Como pesquisadoras, podemos sugerir que assistimos sua reação verbal e não verbal em resposta a ativação de sua memória, carregada de traumas pelas violências que a Luta pela reforma agrária causou a ela e sua família.

A psicanálise tem muito a contribuir com essas investigações no bojo dos chamados "gatilhos mentais e emo-

cionais", mas nos parece importante registrar, inclusive para estimular novas investigações, que vimos uma senhora frágil que tem momentos significativos de lucidez e mobilidade, quando sua memória sobre a "reforma agrária" é ativada. O tema que tem acompanhado os seus 100 anos, agora que sua "vida funcional" é limitada, é percebido por nós como adrenalina que a deixa presente nas conversas e encontros coletivos.

Mas sigamos, pois temos um convite a fazer diante do compartilhamento de memórias que segue: convidamos você a ler e se aproximar desses conhecimentos históricos. Mas sobretudo, sugerimos que possa dar passagem ao sentir, sem medo de que o sentir possa comprometer seu entendimento intelectual e sua leitura crítica. Comungamos da ideia de que pensamos, também, com o coração. E vale lembrar que temos uma rede de nervos e neurotransmissores entre o coração e o cérebro. Não à toa há muitos alertas da filosofia africana, que sugerimos não desconsiderar: pensamos, também com o coração.

2. Elizabeth Teixeira: uma mulher marcada para viver

Elizabeth Altina Teixeira é uma mulher nordestina, mãe, educadora, camponesa, líder das Ligas Camponesas e viúva de João Pedro Teixeira, referência na Luta pela reforma agrária no país. No filme "Cabra marcado para morrer" (1984), do cineasta Eduardo Coutinho, produção audiovisual histórica que conta a história das Ligas Camponesas e do assassinato de seu marido, Elizabeth interpretou a si mesma. O filme começou a ser gravado em 1962, foi interrompido por causa da repressão ditatorial (1964-1985) e só foi finalizado após a redemocratização.

Por seu compromisso com as Lutas camponesas, em atuação política pelo direito à terra, contra as violências praticadas pelos latifundiários, por acesso à educação e a moradia digna para as famílias camponesas, Elizabeth foi sendo popularmente conhecida na região nordeste do Brasil como "mulher marcada para viver" ou "mulher da terra".

Os relatos da própria Elizabeth[2] registram seu envolvimento precoce com as questões que atravessam melhores condições de vida das populações do campo. No leito de morte de seu marido, ela se comprometeu publica e oficialmente , ao afirmar "João Pedro, eu marcharei a sua luta".

Arregimentando forças ao vivenciar o luto pelo marido, e pouco tempo depois, pelo suicídio de sua filha mais velha, Elizabeth assumiu a frente do Movimento das Ligas Camponesas.[3] As autoras Lourdes Bandeira, Rosa Godoy e Neide Miele (1997) destacam que Elizabeth articulou com ousadia e coragem outras frentes de reivindicações dos camponeses/as, articulando por exemplo, a Luta pela terra, reivindicações com respaldo legais por direitos trabalhistas, por saúde e educação no campo.

o bojo dessas e de muitas outras disputas, o Brasil ia pouco a pouco se aproximando do cenário que favoreceu o golpe civil-militar de 1964.

Um fato a ser destacado, de acordo com a própria Elizabeth,[4] é que durante o período que esteve à frente do Movimento das Ligas, houve o aumento da participação de mulheres nas atividades das ligas.

Cabe ainda mencionar que a década de 1960 foi um período de intensas disputas políticas por reformas sociais, entre as quais, a reforma agrária. No bojo dessas e de muitas outras disputas, o Brasil ia pouco a pouco se aproximando do cenário que favoreceu o golpe civil-militar de 1964. No entanto, Elizabeth já registrava na documentação do Movimento das Ligas Camponesas que, mesmo antes da ditadura iniciada em 1964, o povo do campo já sofria perseguição e censura.

No livro "Eu marcharei na tua luta" (1997), organizado por Bandeira, Godoy e Miele, Elizabeth registra o cenário de violência e repressão não somente contra ela, mas a todas as pessoas que se organizavam para reivindicar na região. De acordo com Elizabeth, "[...] colocaram um coronel dentro de Sapé, coronel Luiz de Barros, com um contingente de policiais para bater em camponês, mesmo antes do golpe militar" (Bandeira; Godoy; Miele, 1997, p.101).

Viúva de João Pedro, cuja memória foi sendo elaborada coletivamente como mártir do movimento, e sendo presidenta das ligas, Elizabeth enfrentou com coragem todos os desafios que a vida e a maldade dos homens lhe impuseram. Resistiu às constantes ameaças de morte por seguir na Luta pela reforma agrária.

Sua maternidade também foi atingida pela repressão política. Como líder camponesa, Elizabeth viu um de seus filhos sofrer um atentado e ser ferido e sentiu a dor de perder uma filha vítima de suicídio provocado pelo medo da violência cometida contra sua família. Cercada por ameaças, foi forçada a se separar de suas crianças para que pudessem sobreviver.

Após a tragédia que assolou a família, os dez filhos de Elizabeth foram separados para morar em cidades, estados e até países diferentes, sem qualquer contato com sua mãe. Ela só pode continuar com um deles, que depois de haver sido acolhido, foi recusado e devolvido para ela. Elizabeth foi obrigada então a ir para a clandestinidade e viver em outro estado, Rio Grande do Norte, para não ser assassinada, e assim se arriscar e voltar à Paraíba para resgatar a criança, que passou a morar com ela.

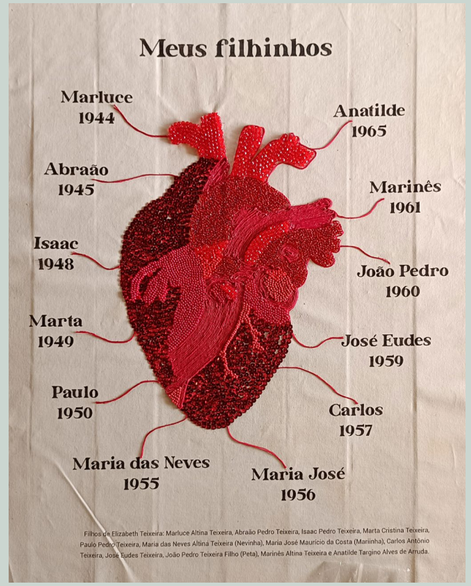
Elizabeth nunca esqueceu os seus "filhinhos" como sempre menciona. Esse coração, bordado a muitas mãos para a exposição, produzido na sala da casa onde morou com seus filhos, nós mulheres mães, que furamos o tecido, passamos fios e pedrarias, lembramos em roda como essa mulher nos inspira com sua força e resiliência. Conversamos sobre a criatividade de Elizabeth em cantar coco, numa mesa repleta de crianças, para "enganar" a fome de seus filhos por não ter comida para oferecer. E falamos sobre os desafios que nós mulheres temos hoje, em criar pessoas que se importem com histórias como essa, do coco na mesa com pratos vazios.

Como mães, não conseguimos não sentir um pouco dessa dor. E acreditamos ser necessário registrar nesse texto: sentimos dor ao operar com essas memórias de violências, e não há nenhum problema nisso. Quando uma mãe é violada no seu direito de maternar, toda a sociedade deveria sentir algo e agir. Conhecendo a história dessa mãe, que na iminência do luto pelo marido e por sua primogênita, foi obrigada a deixar levarem seus filhos para não serem assassinados, o que você sente? Do lado de cá, nós sentimos um nó no estômago e uma revolta no peito.

Ainda que desconhecendo a história por trás da imagem acima, você acha que essa foto convoca algo? Repare bem, estimada pessoa leitora, estamos aqui para te sugerir olhar bem a imagem e nos dizer o que vê. Talvez sua resposta possa ser "vejo uma mulher, rodeada de crianças com expressões tristes vestidas de preto". Você se identifica com algo da imagem? Foi sensibilizado ou tocado por outro sentimento? O que a imagem demonstra, para você? Força? Fragilidade?

A mulher no centro da foto tem o olhar baixo e somente uma das dez crianças encara a câmera – o que essa menina pensava? Saiba, querida pessoa leitora, que a foto anterior dessas crianças reunidas foi tirada com dona Elizabeth e João Pedro pouco tempo antes de o líder camponês ser assassinado.

Em diversos testemunhos orais, Elizabeth afirma que certo dia, com o acirramento das ameaças de morte a seu marido, João Pedro mandou chamar um fotógrafo para registrar a família. Elizabeth afirma que seu marido dizia: "Eu sei que o nego vai morrer e que essa luta ficaria abafada igual fogo monturo. Mas quando ela [Elizabeth] se levantasse mais tarde, caboclo, não tinha água que apagasse esse fogo". A foto foi um registro que João Pedro queria deixar para seus filhos/as, para que pudessem se lembrar dele.



Painel "Um coração, muitos amores", de Ana Paula Brito. Tela bordada por mulheres na Comunidade Barra de Antas para a exposição Elizabeth Teixeira. Fonte: Foto do Acervo MLLC.



Elizabeth Teixeira com seus filhos e filhas após o assassinato de seu marido. Foto de autor desconhecido. Fonte: Acervo MLLC.



Último registro da família de Elizabeth e João Pedro Teixeira antes de seu assassinato, em 1962. Fotode autor desconhecido. Fonte: Acervo MLLC.





Ambas as fotos: da esquerda para a direita, Elizabeth Teixeira em reencontro inédito com seus filhos e filhas, em 2014, e com suas filhas e filho no seu centenário, em 2025. Foto de autor desconhecido. Fonte: Acervo CEV-PB.





Da esquerda para a direita, Elizabeth Teixeira com seus netos e netas e com seus bisnetos e tataranetos, em seu centenário. Foto: Acervo MLLC.

São duas imagens que antecedem separações traumatizantes para a família Teixeira e que marcaram uma história de violência que todo brasileiro e toda brasileira deveria conhecer e se importar.

Vendo essas duas imagens – a primeira de 1962, de Elizabeth viúva com seus filhos, e a segunda, de aproximadamente 1961, de Elizabeth com sua família completa, incluindo seu marido, que foi assassinado pouco tempo depois do registro –, ficamos nos perguntando o quanto de dor carrega o olhar da menina que encara a câmera na fig. 2.

Esse aparelho, a máquina fotográfica, pode ter marcado a memória de sua separação das pessoas que iriam protegê-la, seu pai e sua mãe? São duas imagens que antecedem separações traumatizantes para a família Teixeira e que marcaram uma história de violência que todo brasileiro e toda brasileira deveria conhecer e se importar.

Somente em 2014, no âmbito de ações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), essa mãe, Elizabeth Teixeira, reencontrou sete de seus doze filhos. E somente em seu centenário, fevereiro de 2025, encontrou com seus filhos/as, seus netos/as, bisnetos/as e tataranetos.

Mesmo durante o período que viveu na clandestinidade (1964-1981), quando, para sobreviver, teve que assumir o nome de Marta Maria da Costa, Elizabeth foi incansável na Luta pela dignidade do povo, pelo acesso à educação e por melhores condições para o povo do campo. No seu centenário, moradores da comunidade de São Rafael, no Rio Grande do Norte, onde ela morou durante os dezessete anos de clandestinidade, entraram em contato com o MLLC para informar o quanto sua atuação na região foi importante e que iriam em caravana para fazer uma justa homenagem a essa mulher inspiradora.

Nada foi capaz de deter o ímpeto por justiça social e por melhores condições de vida e trabalho para a população do campo que habita em Elizabeth Teixeira. Uma mulher marcada para viver, que segue inspirando diversas gerações do campo e da cidade. Sua história nos faz entender a importância de se importar uns com os outros e não desistir de lutar. Na exposição organizada pelo MLLC para seu centenário podemos conhecer um pouco mais sobre essa mulher marcada para viver, vejamos a seguir.

Exposição temporária Elizabeth Teixeira: 100 faces de uma mulher marcada para viver

Mantendo uma dinâmica de trabalho coletivo que é realizado no memorial, também nessa materialidade de preservação de memórias, a curadoria da exposição foi participativa, tecida horizontalmente e carregadas de idas e vindas no processo de feitura.

Articulando a equipe que trabalha no dia a dia da instituição[5] com uma turma de amigos e apoiadores técnicos[6] do memorial, foram muitas as conversas realizadas para definir o que deveria constar na exposição na opinião de cada um, além das pesquisas em arquivos e acervos privados, dos desafios com as limitações e qualidade das imagens históricas e dos dilemas sobre como comunicar as histórias de violência preservando à família já tão historicamente explorada em suas dores. Foram muitos os percalços até a conclusão do trabalho. Não apenas pelos escassos recursos para tal empreitada, mas também porque até o último momento da abertura da exposição, pessoas entregavam ao memorial documentos e objetos importantes para essa história. Nesse sentido, dispor de um plano de acervo e de um plano museológico com critérios bem definidos tem sido muito importante para a instituição em momentos como esse. Mas voltemos à exposição.

A narrativa da exposição está em primeira pessoa, são palavras da própria Elizabeth, coletadas de livros, depoimentos, testemunhos, entrevistas, cartas, entre outros registros. Pois entendemos que o memorial, assim como museus e outros equipamentos culturais deveriam ser, amplifica as vozes dos protagonistas dessas histórias.

Nossa proposta é possibilitar que, ao visitar a exposição, as pessoas possam se aprofundar na biografia de Elizabeth Teixeira e conhecer o que foi o Movimento das Ligas Camponesas, a partir de sua vida de Lutas. Ao conhecer marcos da vida de Elizabeth, compreendemos também momentos históricos do país, sendo possível ainda visualizar a contemporaneidade das Lutas camponesas.

A narrativa seguiu a seguinte estrutura: Ambiente 1 – Elizabeth, de menina a mulher; Ambiente 2 – Elizabeth mãe; Ambiente 3 – Elizabeth invadida por tragédias; Ambiente 4 – Elizabeth marcada para viver; Ambiente 5 – Elizabeth nas telas; Ambiente 6 - Elizabeth(s) lutadora(s); Ambiente 7 – Elizabeth inspiradora.

Sobre essa experiência, cabe compartilhar uma especificidade do MLLC. As exposições têm sido realizadas a partir de uma curadoria coletiva, com muitas vozes, ideias, vontades, desafios e com protagonismo, sobretudo, das camponesas e dos camponeses que fazem a

instituição. Pois ao longo das experiências museais empreendidas no espaço, entendeu-se que quem vive o museu em seu dia a dia são as pessoas que mais conhecem esse corpo vivo.

Nas experiências de exposições temporárias realizadas, há um deslocamento de poder da figura central de uma pessoa curadora para uma equipe interdisciplinar, que atua respeitando o protagonismo dos agentes locais. Nesse processo, descentralizado, ouvimos as ideias de todas as pessoas envolvidas no projeto de curadoria.

Em um primeiro momento, são acolhidas todas as ideias de como e do que expor. Todas as propostas são registradas e amadurecidas em reuniões e posteriormente compiladas pela museóloga da equipe. Uma apresentação da proposta unificada é então apresentada, discutida, ajustada em suas nuances, amadurecida com o historiador, responsável pela consolidada pesquisa iconográfica e de conteúdo, e com as educadoras do grupo, para dar então prosseguimento.

O trabalho gráfico da exposição caminhou em sintonia com os traços da arte feita para a identidade visual do festival, pelo artista Shiko, pois a exposição foi um dos braços do festival que apresentaremos a seguir. Como pode ser observado no canto esquerdo da fig. 8, há Elizabeth de perfil, rodeada por flores e pássaros. Em sintonia com as vibrantes cores da arte, todo o desenho gráfico da exposição, feito por Daniela Lira, utilizou esses seres vivos da natureza que acompanharam a narrativa de e sobre Elizabeth.

No trabalho de expografia, coordenado por Maria Botelho, superamos desafios da materialidade do imóvel que recebeu a exposição, casa tombada como patrimônio histórico, cuja fragilidade material exigiu que fossem preservadas as paredes de barro, conhecida popularmente como "pau a pique", uma construção vernacular a base de barro e madeira.

Outros elementos, como a incidência de luz direta, o calor, a ausência de pontos de eletricidade e demais peculiaridades, exigiram criatividade e bastante vontade de fazer acontecer uma exposição que ocupou toda a casa. A principal estratégia foi realizar painéis suspensos por ferros e madeira, em bases de sacos de estopa com terra e grãos. No formato, os painéis às vezes se movem com o vento, comunicando artisticamente a flexibilidade dessa memória preservada.

Outro grande desafio foi como comunicar as tragédias que assolaram a vida de Elizabeth, sem fazer disso o ponto mais importante a ser destacado de sua jornada. Pensamos inicialmente em reservar um cômodo emblemático da casa para sinalizar essas histórias mais intensas de violência. Nos referimos ao cômodo onde ela dormia e onde supostamente foi encontrada morta a sua filha mais velha, Marluce, que se suicidou em 1962, aos 18 anos.

Nesse ambiente foram compiladas as principais tragédias ocorridas no seio da família Teixeira, o assassinato de João Pedro, o suicídio de Marluce, as ameaças à Elizabeth e a violência da separação de seus dez filhos. Mas na montagem da exposição, debatemos que, efetivamente, toda a exposição é marcada por tragédias que acometeram Elizabeth e sua família.

Nesse sentido, cabe aqui compartilhar que os alertas da museologia de memórias traumáticas (Brito, 2023) foram realmente significativos para a concepção desses conteúdos de dor na exposição, tais como:

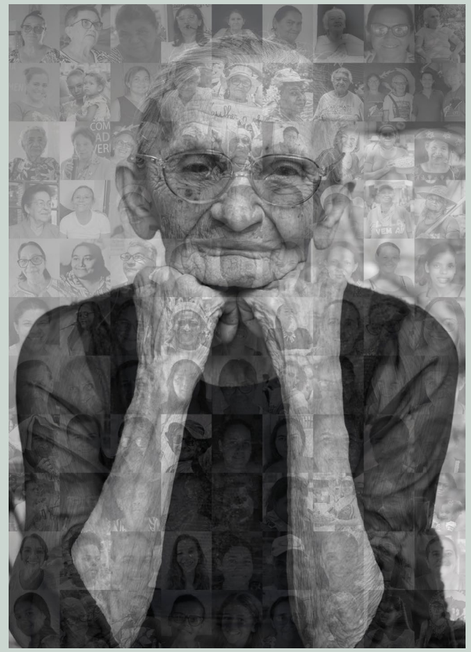
> não revitimizar a família, explorando imagens de violência e situações de intensa vulnerabilidade como, por exemplo, a foto de João Pedro assassinado no chão, a foto de uma das crianças nua, entre outras;
> apresentar contextos históricos e sociais importantes para que o público entenda os fatos com elementos que o apoiem em leituras críticas dos fatos narrados;
> respeitar a diversidade de gênero na linguagem da exposição, entendendo que os textos a serem produzidos precisam ser acessíveis ao público;
> não singularizar a memória, mas apresentá-la como plural e sempre passível de disputas no presente.

Esses foram alguns dos cuidados que tivemos na concepção, montagem e comunicação da exposição. Sinalizamos um espaço central do imóvel cujo conteúdo é mais denso de memórias traumáticas, mas entendemos que todos os cômodos apresentam memórias de dor, mesmo as mais sutis, como a carta que Elizabeth escreve aos seus "filhinhos" relatando o seu pesar por não ter podido estar com eles. Nesse documento histórico, compartilhado com sua letra, na exposição, vemos um efeito da violência continuada que Elizabeth sofreu ao longo dos anos por não ter podido ver seus "filhinhos" crescerem.

Há que se destacar, nesse contexto de atravessamento de dor, mas também de pluralidade, o painel das cem faces das mulheres camponesas, que compõem juntas em mosaico o rosto de Elizabeth Teixeira. Inspiradas no painel visto no Museu do Aljube, em Portugal, montamos uma homenagem às mulheres que seguem nas Lutas.



Imagens da exposição Elizabeth Teixeira: 100 faces de uma mulher marcada para viver. Fonte: Acervo MLLC.



Painel "100 faces de Elizabeth Teixeira". Arte de Daniela Lira. Fonte: Acervo MLLC.

3. O Festival Cultural da Memória Camponesa

Durante os dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 2025 o MLLC junto com os movimentos e organizações sociais do campo, realizou o primeiro Festival Cultural da Memória Camponesa, que teve como subtema "Centenário de Elizabeth Teixeira". Este evento foi um marco histórico para aqueles que lutam por reforma agrária. Foi o momento de dar centralidade à pauta da reforma agrária tão sonhada por Elizabeth Teixeira.

Durante esses três dias ocorreram momentos importantes para a história brasileira e o campesinato nacional. No primeiro dia, a instituição atuou no âmbito da reparação social à família Teixeira, com uma programação restrita aos familiares. O dia foi voltado para atividades de acolhimento a uma família impactada diretamente pela violência unificada de famílias latifundiárias aliadas ao aparelho do Estado. Foi também o momento de Elizabeth mãe, avó, bisavó e tataravó conheceu os seus. Ouvir que seus e suas filhos/as, netos/as e bisnetos/as continuam sua Luta e reconhecem a grandeza dessa mulher marcada para viver. Alguns colaboradores do memorial participaram da atividade. A preocupação sempre foi de não explorar a dor da família e atuar com o desenvolvimento do seu programa institucional de justiça e reparação, como previsto no Plano Museológico do MLLC.

No segundo dia do festival, foi oficialmente aberta a exposição temporária "Elizabeth Teixeira: 100 faces de uma mulher marcada para viver". A exposição apresentou diversas faces dessa mulher que dedicou a vida pelo coletivo. A narrativa da exposição considerou uma linguagem em primeira pessoa, graças à pesquisa feita; os painéis e demais elementos da exposição compartilharam falas de Elizabeth coletadas de livros, testemunhos orais, documentos oficiais e demais fontes históricas. O objetivo da curadoria foi que cada pessoa visitante pudesse estar em diálogo direto com as memórias da centenária.

Neste dia a programação também contou com lançamentos de livros, cordéis e do Acervo Digital Memória e Documentação das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba,[7] disponível para acesso em https://www.ligascamponesas.org.br/acervo/. O projeto, feito em parceria com o



Marcha camponesa, em 2025, na Comunidade Tradicional Barra de Antas. Fonte: Acervo MLLC.



Palco principal do Festival da Memória Camponesa, em 2025, na cidade de Sapé, Paraíba. Fonte: Acervo MLLC.

MLLC e a Universidade Federal da Paraíba, foi coordenado pela professora Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Os presentes na celebração realizaram uma marcha em memória daqueles que dedicaram suas vidas por melhores condições de vida no campo, caminhando pelas ruas da Comunidade Tradicional de Barra de Antas. Entre os cartazes, em alusão ao momento histórico que o Brasil vivia na disputa pelo Oscar do filme "Ainda estou aqui", cartazes com dizeres como "Ainda estamos aqui" e "Aqui tem um povo marcado para viver" destacavam a resistência camponesa diante do histórico silenciamento que a memória pública oficial inflige à classe camponesa.

O dia foi finalizado com a entrega simbólica do ofício da solicitação de tombamento federal do imóvel onde funciona o MLLC ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A casa já tem reconhecimento patrimonial oficializado pelo Instituto do Patrimônio Histórico do estado da Paraíba. Mas entendendo a importância dessa história para o país, o MLLC reivindica o tombamento nacional. No bojo do centenário, 1.128 pessoas assinaram uma petição[8] para que o Iphan reconhecesse a importância patrimonial deste lugar de memória.

No último dia do festival, a Feira Cultural da Agricultura Familiar Camponesa marcou a data. Uma celebração marcada visualmente por diversas cores, formas, alimentos e flores que dão vida à nossa existência enquanto seres. Um momento singular para valorizar os produtos da reforma agrária e promover o diálogo sobre a memória e história da Luta pela terra.

Diante de um grande palco montado no centro da cidade de Sapé, um coro de vozes ecoou veemente entoando "Elizabeth, cadê você? Viemos aqui só pra te ver". E ela, aos 100 anos, atendendo a voz do povo, compareceu ao ato político, que contou com a presença de agentes de Estado, como o ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil, Carlos Fávaro.

Elizabeth Teixeira subiu ao palco, e em sua fala, exigiu que haja reforma agrária, nos convocou ao comprometimento, à dedicação e à Luta por melhores condições para o povo camponês. Outras autoridades locais, estaduais e nacionais também tiveram espaço para se expressar e todo o povo foi agraciado com muita música e atividades culturais.

O festival foi um momento histórico, pois foi a primeira vez depois das Ligas Camponesas que se realizou um ato unificado pelos movimentos e organizações sociais na Luta pelo direito à memória e reparação. Essa unificação, há que se registrar, deve muito à capacidade de mobilização de Elizabeth Teixeira.

4. O poder da reparação da memória pública

O Festival Cultural da Memória Camponesa não foi apenas uma celebração do passado, mas uma oportunidade de fortalecer o compromisso com a reforma agrária e com a justiça social E de provocar a classe trabalhadora a continuar a Luta pela terra, pela educação e pela dignidade de homens e mulheres do campo. Foi uma oportunidade coletiva para pensarmos a Luta como uma tarefa coletiva, que exige memória, organização e persistência.

Há ainda que se mencionar a necessidade de entendermos, coletivamente, que o processo de reparação da memória não é isento de tensões. Reviver o passado reacende muitas vezes conflitos e expõe fraturas sociais ainda não sanadas, exigindo um equilíbrio delicado entre o direito à verdade e a necessidade de reconciliação. Há diferenças importantes entre indenizações e reparações que precisam ser consideradas. A reparação exige um compromisso ético e político com a complexidade histórica, evitando simplificações, com olhar e ação crítica as implicâncias que as violações do passado mantêm no presente.

A reparação, quando conduzida com responsabilidade, não apenas restaura a dignidade às vítimas, mas também constrói pontes entre gerações, fortalecendo a conexão da Luta do passado com a justiça no presente e futuro. Essa justiça ocorre também quando organizações, como o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, conseguem produzir, planejar e construir instrumentos de

organização que preservam e garantem a continuidade das Lutas trazendo suas diversas faces.

Desta forma, entendemos que uma das funções sociais do MLLC é dedicar-se à justiça e reparação, como um equipamento cultural camponês que fomenta o direito à memória de uma classe que é historicamente marginalizada no Brasil.

Durante o evento, o atual ministro da Agricultura, Paulo Teixeira, anunciou a desapropriação de parte da Fazenda Antas, para formalização do futuro Assentamento Elizabeth Teixeira, localizado no entorno da casa onde morou Elizabeth e sua família.

Ao cumprimentar a centenária, como presidenta do memorial, Alane apresentou o ministro a Elizabeth e disse: "Olha Elizabeth, esse aqui é o ministro, ele vai fazer a reforma agrária", ao que nossa centenária, que tanto batalhou por isso, respondeu: "Muito bom, quero ver mesmo é conseguir fazer". Rimos todos. Mas a resposta dessa lutadora centenária, carregada de lucidez em sua contestação, deveria entristecer todo o povo brasileiro.

A desapropriação de parte da Fazenda Antas pelo Estado e sua nomeação "Elizabeth Teixeira" é uma indenização e uma reparação histórica para o campesinato. Este território, lugar de memória da repressão aos camponeses, terra em que muitos foram violados na defesa da dignidade do trabalho no campo, a partir de 14 de fevereiro de 2025, possui um novo registro histórico, o de terra que homenageia as Lutas de Elizabeth Teixeira.

Na comunidade de Barra de Antas, em pesquisa realizada em 2023, a maioria dos moradores se identificaram como agricultores e não como camponeses. O medo da perseguição aos "camponeses" é ainda real no seio da comunidade. Em nossa leitura, é mais uma herança da ausência de responsabilização a crimes políticos no Brasil. Cabe sinalizar que, até março de 2025, somente o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi responsabilizado pela Justiça brasileira, pelos crimes cometidos durante a ditadura.

Diante desse legado autoritário, que preconiza o medo e que se mantém forte entre o povo do campo, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas oferta criticidade, amor, perseverança e Lutas.

Você já deve ter notado a grafia incomum da palavra "Luta" usado nesse texto, e talvez até se incomodado com ela. A letra maiúscula utilizada aqui e no Plano Museológico do MLLC, bem como em outras publicações institucionais, nos convoca a dar uma maior expressão a esse termo. Palavra enfatizada pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesas como um termo que carece sempre de destaque: Lutar, verbo que é uma ação contínua da classe camponesa. Palavra que ilumina nomes, rostos e desejos de muitos que nos antecederam e força para os que permanecem em ação, continuando as reivindicações por dignidade ao povo do campo.

> A reparação exige um compromisso ético e político com a complexidade histórica, evitando simplificações, com olhar e ação crítica as implicâncias que as violações do passado mantêm no presente.

Para isso, entendemos que a memória é força motriz, necessária em sua diversidade para acompanhar as novas dinâmicas sociais das Lutas no presente. E ao contemplar a memória como força mobilizadora, não somente acionamos, mas também registramos, as memórias do centenário de Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver. Tinta no papel, história registrada e com ela e, diversos outros ativos memoriais, seguiremos comunicando a importância da defesa dos Direitos Humanos. E que essa defesa cabe a todas as pessoas.

Nos despedimos de você que nos acompanhou até aqui. E saiba que, ao ter acesso a essas memórias compartilhadas, tu te tornas, assim como nós, um guardião dessas memórias.

AUTORAS
Ana Paula Brito é historiadora e museóloga. Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora de pós-doutorado da Universidade de São Paulo (Fapesp, processo 2023/13497-2). É coordenadora da Rebrapesc e colaboradora do MLLC desde 2019.
Alane Lima é camponesa e pedagoga com aprofundamento em Educação do Campo. É mestranda em Geografia na Universidade Federal da Paraíba, com bolsa pela Capes. Foi também presidenta do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de 2019 a 2025.

NOTAS

1. As imagens compartilhadas neste artigo são do Acervo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, registradas por fotógrafos que voluntariamente executaram a cobertura fotográfica do festival. Na impossibilidade de especificar a autoria individual, registramos a colaboração de todos: Weverton Rodrigues, Carla Batista, Diego Resende, Alane Lima e Alexia.
2. Elizabeth concedeu muitas entrevistas ao longo de sua vida pública. Algumas delas podem ser acessadas em audio e vídeo, como a entrevista concedida por ela ao jornalista Eduardo Homem em meados de 1980, disponível em: https://www.instagram.com/acervodovideopopularpe/reel/DGTLlpRxti1/, acesso em 01/04/2025; Bem como em transcrições e análises de obras como: ROCHA, Ayala A. Elizabeth Teixeira: mulher da terra. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2016.
3. Saiba mais sobre o Movimento das Ligas e Lutas Camponesas e sobre o Memorial das Ligas Camponesas em: RODRIGUES, Weverton Elias Santos. A memória camponesa em disputa: uma perspectiva dos direitos humanos na experiência do memorial das ligas e lutas camponesas. Dissertação de mestrado. João Pessoa/PB, 2024.
4. Entrevista de Elizabeth Teixeira concedida à Eduardo Homem, registrada pela Equipe da TV Viva em meados de 1980. O material audiovisual foi digitalizado e é disponibilizado para acesso pelo Acervo de Vídeo Popular de Pernambuco.
5. Alane Lima e Weverton Oliveira. Do memorial, também participaram da exposição, Gilmar Estevam e Ozenildo Ramos, Maria José e Adriana Cruz no apoio alimentar e no bordado do coração.
6. Ana Paula Brito, Átila Tolentino, Daniella Lira, Maria Botelho e Sandra Santana.
7. Fruto do projeto "Geografia Agrária e Cartografia Histórica Crítica: refazendo e representando o percurso das lutas sociais no campo paraibano através de um acervo digital das Ligas e Lutas Camponesas", desenvolvido na UFPB com financiamento do CNPq – Processo Nº 313238/2017.
8. Disponível em:https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/leandro_grass_tombamento_do_memorial_das_ligas_e_lutas_camponesas_pelo_iphan/?cJjxlub&utm_source=sharetools&utm_medium=copy&utm_campaign=petition-1740908-tombamento_do_memorial_das_ligas_e_lutas_camponesas_pelo_iphan&utm_term=cJjxlub%2Bpo. Acesso em: 17/03/2025.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
BRITO, Ana Paula**. Museologia de memórias traumáticas:** a produção acadêmica da museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020). Dissertação (Mestrado em Museologia) –. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto AlegreRio Grande do Sul, 2023.
CABRA MARCADO Para Morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Mapa Filmes do Brasil; E.C. Filmes,, 1984. Documentário de Eduardo Coutinho. Duração: 1h 59119 min., color.
DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Rio de Janeiro: Livraria da TravessaPallas, 2006.
LIMA, Alane *et al*. **Plano museológico Museológico do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas: 2023-2027**. João Pessoa: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, 2023.
MARIA, Lourdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa Maria (Org.). **Eu marcharei na tua luta!** A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.
MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas no Brasil** – 1969. *In:* STEDILE, João Pedro (orgOrg.). **História e natureza das Ligas Camponesas** – 1954- 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira:** mulher da terra. João Pessoa: Editora. Universitária da UFPB, 2016.
RODRIGUES, Weverton Elias Santos. **A memória camponesa em disputa:** uma perspectiva dos direitos humanos na experiência do memorial das ligas e lutas camponesas. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba,. João Pessoa,/PB, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34869.
TOLENTINO, Átila Bezerra. **A ferida colonial, os museus e as lutas no campo:** insurgências e práticas decoloniais no memorial das ligas e lutas camponesas. Tese (Doutorado em Sociologia) –. Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba,. João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32931.

Jacqueline Custódio

Narrativas da persistência: Dopinho e a dinâmica da memória contra o esquecimento

1. Introdução

Este artigo constitui um desdobramento de uma pesquisa de mestrado que analisou em que medida o processo de patrimonialização de bens culturais é suficiente para transformar tais bens em elementos propiciadores de rememoração e aprendizagem, sobretudo no contexto de memórias traumáticas, configurando-se, assim, como uma política pública de reparação simbólica.

A pesquisa adotou a abordagem metodológica do estudo de caso, tendo como objeto o prédio do Dopinho, em Porto Alegre, um local emblemático utilizado como centro clandestino de detenção e tortura durante a ditadura militar. A coleta de dados baseou-se em fontes primárias, incluindo análise documental e entrevistas semiestruturadas, e secundárias, como pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, a fim de traçar um panorama histórico detalhado do objeto de estudo. Foram feitas ainda análises de reportagens na mídia e o exame dos discursos dos diversos atores envolvidos. O referencial teórico adotado abrangeu conceitos relacionados à memória, musealização, patrimonialização e justiça de transição, contribuindo para a interpretação crítica dos dados coletados.

A ditadura civil-militar no Brasil encerrou-se em 1985, mas a reparação simbólica só ganhou destaque nas políticas estatais e nas reivindicações de familiares de vítimas na década de 2000. A transição democrática foi lenta e marcada por crises políticas e econômicas, além da resistência das Forças Armadas, que viam a distensão como uma ameaça ao poder (Resende, 2015).

Nesse cenário, a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) refletiu os interesses do Regime Militar, falhando como mecanismo de busca pela verdade. Segundo José Carlos Moreira da Silva Filho, a anistia foi interpretada como um apelo ao esquecimento, inclusive das torturas e desaparecimentos forçados (Silva Filho, 2010, p.194-195). Apesar de suas limitações, representou um avanço na retomada do Estado Democrático de Direito, resultado de quinze anos de mobilização popular (Mezarobba, 2006).

Somente em 1995 houve um avanço significativo, com a promulgação da Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos (Brasil, 1995), resultado da incansável luta dos familiares das vítimas, que se organizaram em movimentos e associações para exigir o reconhecimento oficial dos crimes cometidos pelo Estado. Essa lei também estabeleceu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP),[1] dando impulso ao movimento de consolidação da defesa dos Direitos Humanos no país (Mezarobba, 2006).

Já no século XXI, foi criada a Comissão Nacional da Verdade(CNV), [2] durante o governo Dilma Rousseff, o que significou progresso no que dizia respeito às políticas de reparação simbólica. A CNV teve o objetivo de investigar violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988, reforçando a necessidade de preservar a memória e promover a verdade histórica. No entanto, o alcance da reparação proposta nas leis 9.140/1995 e 10.599/2002[3] era exclusivamente financeiro e dizia respeito aos anistiados políticos e, em caso de falecimento, às suas famílias (Custódio, 2021).

A reparação simbólica é marcada pelo projeto Memorial de Anistia no Brasil, em 2008.[4] Contudo, cabe esclarecer que ações esporádicas de reparação simbólica ocorreram anteriormente. A própria declaração da condição de anistiado político expressa na Lei da Anistia pode ser considerada um pedido de desculpas do Estado e o reconhecimento que houve a perseguição política daquele cidadão (Miranda; Melo, 2013).

2. Os centros clandestinos de detenção

É compreensível que, nesse contexto de uma justiça de transição incompleta, a reparação simbólica não tenha alcançado a importância devida no processo de redemocratização. A justiça de transição, definida como um conjunto de medidas jurídicas e políticas que se expressam em quatro dimensões – promoção da justiça, fornecimento da verdade e construção da memória, reparação dos sobreviventes e seus familiares, e reforma das instituições perpetradoras de violações contra os Direitos Humanos (Esteves; Almeida, 2021) –, busca enfrentar os legados de regimes autoritários e consolidar uma cultura democrática.

Contudo, quase quatro décadas após o término da ditadura, observa-se que poucos espaços vinculados a esse período histórico estão em funcionamento ativo. Em sua maioria, esses locais resultam de longos processos de mobilização da sociedade civil, como o Memorial da Resistência de São Paulo (SP) ou o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, localizado na Comunidade Tradicional de Barra de Antas Sapé (PB).

Mais difícil ainda, foi a identificação dos centros clandestinos de detenção, obviamente, pelo caráter de ilegalidade e ocultação das ações praticadas. Segundo notícias veiculadas na época de funcionamento da CNV, "pelo menos 17 centros clandestinos de tortura funcionaram no país durante a ditadura militar [e], dos centros clandestinos, também chamados de 'casas de morte', 7 foram mapeados e 10 ainda estão em fase de pesquisa e aprofundamento" (Ipea, 2014).

Os centros clandestinos existiam para a prática de tortura e assassinatos de presos políticos fora de instalações oficiais, no âmbito da política de repressão das Forças Armadas, com o conhecimento e a aprovação das instâncias de comando. Outra característica marcante dos centros clandestinos foi a colaboração de civis nas atividades ilegais e nas práticas de graves violações de Direitos Humanos realizadas nesses locais. Esses centros eram estruturados em imóveis disponibilizados por particulares, de forma a dar cobertura às ações praticadas por esses grupos (CNV, 2014).

Sobre as consequências e impacto do uso dos centros clandestinos, o Relatório da CNV aponta:

> De uma maneira geral, a escolha desses locais tornava a posição do preso político mais frágil – e com sensação ainda maior de impotência, contribuindo para a ocultação dos torturadores e, principalmente, da cadeia de comando, assim como para a eliminação de pistas que levassem à identificação dos militantes presos e às circunstâncias em torno das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados. (CNV, 2014, p.792)

No citado relatório, na seção que introduz o tema da estrutura clandestina utilizada naquele período, um centro de detenção nesses moldes é mencionado como provavelmente o primeiro a ser estabelecido:

> Os centros clandestinos [...] operaram por aproximadamente uma década, dos primeiros anos após o golpe de 1964 – quando se destacou o "Dopinha" [sic], em Porto Alegre –, com registro de funcionamento, pelo menos, desde 1966 até os anos de 1975, 1976. (CNV, 2014, p.792)

Outra característica marcante dos centros clandestinos foi a colaboração de civis nas atividades ilegais e nas práticas de graves violações de Direitos Humanos realizadas nesses locais.

3. Dopinho e o centro clandestino de detenção

Inicialmente, há de se salientar que o relatório da CNV utiliza a denominação do centro clandestino no gênero feminino, mas este artigo opta pelo masculino, fundamentando-se na pesquisa da autora em sua dissertação (2021). Até então, a forma feminina era popularmente empregada. Entretanto, durante as entrevistas, um representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) afirmou que o uso correto era "Dopinho", justificando-o pela origem ligada ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), cujo nome é masculino (Custódio, 2021).

A estrutura repressiva no estado do Rio Grande do Sul tinha como ponto central o Dops/RS, localizado na capital, e as Seções de Ordem Política e Social, que funcionavam como filiais no interior do estado. Em Porto Alegre, de 1964 a 1982, o órgão ocupou um andar inteiro do Palácio da Polícia[5] e por ali passaram inúmeros presos políticos (Bauer, 2006). Em paralelo, surgia "uma espécie de estrutura administrativa, composta por civis e militares, que executava atividades de repressão política", ocupando um casarão dos anos 1930, na Rua Santo Antônio, nº600, no familiar Bairro Bom Fim (Custódio, 2021, p.57). A pesquisadora Caroline Bauer assim define o Dopinho: "[...] um órgão paramilitar, integrado por membros das Forças Armadas e da polícia civil, responsável por investigações paralelas às realizadas pelo Dops/RS – em alguns casos, realizadas conforme interesses particulares de seus membros" (Bauer, 2006, p.82).

O local era oficialmente reconhecido como a sede do Serviço Central de Informações do Exército, considerado o precursor do temido Sistema Nacional de Informações (SNI), amplamente associado ao período de repressão. Contudo, além de desempenhar essa função, o espaço também abrigava um centro de detenção e interrogatório. Foi devido à morte do sargento Manoel Raymundo Soares, sob tortura, que o Dopinho, como grupo paramilitar, e sua sede vieram à tona, expondo à população essa forma de violência do Estado (Custódio, 2021).

O assassinato do sargento ficou conhecido como o "Caso das Mãos Amarradas", por ele ter sido encontrado morto, às margens do Rio Jacuí, com as mãos amarradas às costas. O episódio foi reconhecido como o "primeiro assassinato político de que se tem conhecimento no Brasil, cometido pelas forças de segurança e repressão" da ditadura civil-militar (CPI/Alrs, 2011 p.3). As informações havidas no Relatório Tovo, inquérito levado pelo promotor Paulo Cláudio Tovo, foram fundamentais na investigação e na comprovação de que o sargento foi morto sob tortura, decorrente da atuação de agentes públicos a serviço da ditadura civil-militar (Custódio, 2021).

Apesar de as atividades desempenhadas na sede do Dopinho terem sido oficialmente encerradas em 1966, a atuação do grupo paramilitar seguiu atuando até, pelo menos, a década de 1970, de acordo com os relatórios da CNV (2014, p.812). Além do registro no inquérito policial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no contexto do "Caso das Mãos Amarradas", houve outra menção ao Dopinho registrada em 1978, com a reabertura do caso pelo oficial da Aeronáutica Mário Ranciaro. Várias informações e relatos sobre o Dopinho feitos pelo oficial podem dar a dimensão do que ele representou: de acordo com Ranciaro, "era um órgão conhecido por esquadrão da morte em nosso país" (Arquivo Nacional, 1982, p. 275) e que tinha estreita ligação com a Agência Central de Inteligência estadunidense conhecida como CIA (Central Intelligence Agency) (Custódio, 2021).

A história do Dopinho retornou à sociedade através do levantamento de informações feito pela CNV, instalada em 2012 e finalizada em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Também nesse período, começou a consolidar-se a ideia de transformar o local em memória material, no bojo das ações que vinham sendo propostas para a reparação simbólica às vítimas da violência do Estado.

4. PRÉDIO DO Dopinho como Centro de Memória ICO LISBOA

A patrimonialização de um bem requer a identificação de critérios socialmente construídos para reconhecer sua simbologia dentro de um grupo, influenciados pelo poder de decisão, contexto histórico e, no contexto das ideologias dominantes, o que deve ser lembrado ou esquecido (Chuva, 2017).

No Brasil, a formação do patrimônio cultural, iniciada no Estado Novo, buscou consolidar uma narrativa oficial por meio da seleção de elementos, como edificações, que simbolizassem uma identidade nacional e construíssem uma "memória nacional" (Chuva, 2017). Nesse sentido, a arquiteta e professora Márcia Chuva destaca essa temática.

> A noção de memória [deve ser compreendida] como resultado de um trabalho socialmente construído, produtor de identidades e definidor de pertencimentos. Se a memória está sempre marcada pelo tempo passado, é o tempo presente – de quem a constrói – que faz escolhas, pela experiência de seu próprio tempo, referenciadas no seu passado. Desta forma, "memória coletiva é não somente conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder" (Le Goff, 1984b, p.46). (Chuva, 2017, p.28)

É partindo dessa compreensão, que se deve entender as várias fases da tentativa de patrimonialização e musealização do prédio do Dopinho. O prédio abrigou o primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul, operado durante a ditadura civil-militar brasileira e sua transformação em sítio de memória enfrentou desafios políticos, burocráticos e sociais.

O casarão localizado na Rua Santo Antônio, carrega uma história marcada por profundas transformações ao longo das décadas. Construído originalmente nos anos 1930 para servir como residência familiar, o imóvel de dois pavimentos passou por diversas reformas e ampliações nas décadas de 1940/1950 e 1970 (Baretta, 2015). Conforme registros de propriedade, o casarão pertencia à família Panichi desde 1963, conforme consta no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre (Pereira, 2020, p. 68).

Após sua desativação como centro clandestino de detenção em 1966, a relação do imóvel com a ditadura civil-militar foi gradualmente apagada, assumindo novas funções desvinculadas de seu passado. A partir de 1994, dados da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) indicam que o casarão passou a abrigar atividades comerciais (Pereira, 2020). Nesse período, foram solicitados Estudos de Viabilidade Urbanística (EVU) para empreendimentos como creches, oficinas automotivas, clínicas e centros geriátricos (Porto Alegre, 1994), refletindo tentativas de integrar o imóvel à dinâmica urbana.

Em 2009, a regularização da planta para fins comerciais evidenciou mudanças estruturais acumuladas. A reforma foi aprovada em 2010, consolidando essa transformação (Baretta, 2015). Entretanto, pedidos de demolição em 2011 e 2013 foram negados pelo órgão de proteção do patrimônio (Porto Alegre, 1994). Apesar dessas iniciativas, o casarão manteve sua estrutura básica, mas sofreu descaracterizações que contribuíram para distanciar ainda mais sua identidade histórica de sua função como espaço de repressão.

Diante do destino incerto do imóvel, o Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça[6] iniciou uma campanha para transformá-lo no Centro de Memória Ico Lisboa, alinhando-se à proposta de preservar e ressignificar esse espaço histórico. As ações em prol da preservação e musealização da antiga sede do Dopinho ganharam força especialmente com a instalação da CNV. Entre seus objetivos, a Comissão buscava "identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de Direitos Humanos" (Brasil, 2011).

No Brasil, iniciativas de reconhecimento da memória exigiram habilidade para lidar com percepções conflitantes e narrativas controversas sobre o patrimônio e sua interpretação (Poloni; Funari; Marchi, 2019). Nesse contexto, articulou-se um esforço crescente para transformar o imóvel, considerado o primeiro centro clandestino de detenção do país, em um sítio de memória. A proposta de tombamento e estabelecimento desse sítio foi formalmente apresentada por integrantes do Comitê Carlos de Ré, em 18 de dezembro de 2013, durante um ato-show no próprio prédio.

Para justificar a importância do projeto, foram destacados documentos e resoluções internacionais, como o PNDH-3, as recomendações do IPPDH, a Resolução 2005/66 da Comissão de Direitos Humanos da ONU e a Resolução da XX Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (RAADH) (Porto Alegre, 2014). A Resolução tratava da

> Criação de um memorial sobre as violações dos Direitos Humanos e as vítimas da Operação Condor e outros episódios de coordenação repressiva ilegal no continente Sul-americana será construída em Porto Alegre/Brasil.[7] (Mercosur, 2011)

Havia uma confluência de vontades entre os três entes federativos. No entanto, as mudanças políticas ocorridas em 2015 enfraqueceram significativamente o apoio ao projeto de transformação do Dopinho em um centro de memória. Com a entrada de uma nova administração estadual, houve a retirada de recursos financeiros destinados ao projeto, além da interrupção do processo de tombamento do imóvel. Em 2017, a mudança alcançou a administração municipal, que também demonstrava descompromisso com a preservação da memória histórica no contexto das violações de Direitos Humanos e foi praticamente paralisado, com a eleição de um governo de extrema direita, em 2019 (Custódio, 2021).

5. Dopinho e os processos de apagamento

Apesar do arquivamento do processo de tombamento no âmbito municipal e da negativa de proteção por parte do governo estadual, desde 2017, estava em curso a instrução do tombamento do imóvel pela União, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e resultado do esforço da Comissão Carlos de Ré e do empenho do Ministério Público Federal (Custódio, 2021). A partir de 2019, as diretrizes e posicionamentos do governo federal levaram ao enfraquecimento de políticas públicas voltadas à implementação da justiça de transição. Nesse contexto, houve tentativas de reformular a percepção sobre a ditadura, suavizando sua abordagem oficial e buscando a sua ressignificação.

Portanto, no período de 2019 a 2022, com referência ao tombamento que tramitava pelo Iphan, o processo não só teve pouca movimentação, como sofreu boicote direto da então superintendente do órgão regional gaúcho. O parecer mais relevante para a instrução foi o histórico, uma vez que a casa, por si só, não apresenta uma arquitetura excepcional que justifique sua proteção. Esse ponto foi destacado no parecer arquitetônico, que acrescentou um adendo sobre a relevância do imóvel em âmbito nacional.

No entanto, a superintendente apenas considerou o parecer arquitetônico e desqualificou o estudo histórico e contextual, colocando o documento sob sigilo, situação que permaneceu até 2021. Nesse ano, foi solicitado acesso ao documento para a realização de pesquisa acadêmica, período no qual a superintendente já havia sido exonerada (Custódio, 2021).

No que diz respeito à atuação dos proprietários, além dos pedidos de demolição do imóvel ao longo do tempo, em 2016, foram realizadas reformas que descaracterizaram parcialmente o local, incluindo a instalação de uma piscina no pátio, continuando um processo de apagamento de sua identidade histórica. Na época de uma nova reforma da casa, a placa de identificação, instalada na calçada em frente ao prédio pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, em 2015, no âmbito do projeto Marcas da Memória, foi removida pelos proprietários em julho de 2020 (Custódio, 2021).

> O prédio abrigou o primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul, operado durante a ditadura civil-militar brasileira e sua transformação em sítio de memória enfrentou desafios políticos, burocráticos e sociais.



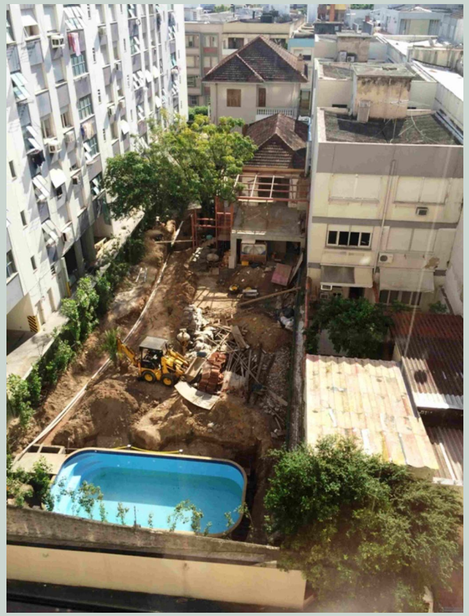


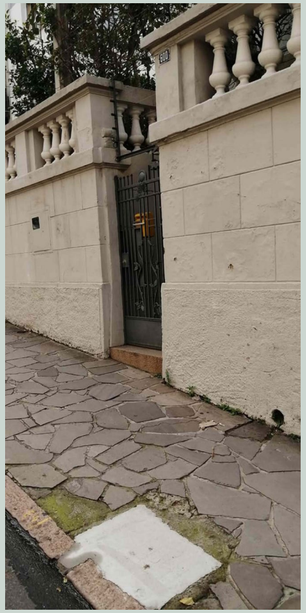


De cima para baixo: Início do ato-show promovido pelo Comitê Carlos de Ré. Fonte: SITE COMITÊ CARLOS DE RÉ DA VERDADE E JUSTIÇA, 2013.

Performance teatral do grupo Ói Nóis Aqui Traveiz no ato-show, no corredor por onde entravam os automóveis levando os presos diretamente para o interior do terreno. Fonte: MENEGHETTI, 2013.

Manifestação nos muros do Dopinho. Fonte: FRANCIOSI, A. Agência RBS, 2014.



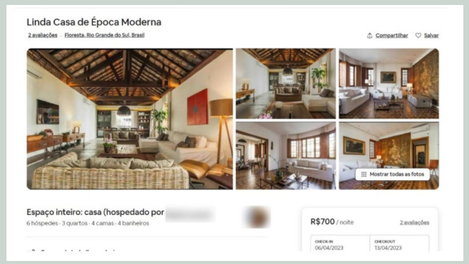


Colocação da piscina no pátio do imóvel, apesar das restrições devidas à proteção do imóvel como bem de estruturação. Fonte: JORNAL SUL21, 2016.

Local onde havia sido instalada a placa de identificação do Dopinho na calçada em frente ao imóvel, dentro do projeto Marcas da Memória em 2015. Fonte: Carlos Raimundo Pereira, 2020



Fachada da casa completamente reformada. Fonte: Carlos Raimundo Pereira, 2020



Anúncio do Dopinho na plataforma de acomodações temporárias. Fonte: Sul21, 2022



Fachada da casa novamente com palavras de ordem, destacando seu passado durante a ditadura civil-militar e chamando a atenção dos transeuntes para sua memória histórica. Fonte: Jonathan Heckler. Agencia RBS, 2024

Uma tentativa extrema de apagamento veio à tona em agosto de 2022: o casarão da Rua Santo Antônio, nº600, estava em uma plataforma online que disponibiliza acomodações temporárias. A possibilidade de aluguel na plataforma tornou-se pública através de comentários de pessoas que buscaram o local e depararam-se com uma

> [...] casa tem uma energia péssima, vários pichos [sic] na frente com a palavra "sangue", a casa estava toda manchada de pingos vermelhos e na frente uma placa da prefeitura dizendo que neste local morreram muitas pessoas torturadas pela ditadura, pois é um ex-Dopinho. (Vasconcellos, 2022)

O caso do Dopinho é emblemático por evidenciar um processo de apagamento das memórias da ditadura por parte do poder público, seja por meio da negativa ou protelação do tombamento, seja por outros entraves que impedem a implantação de um centro de memória no imóvel. Por outro lado, é necessário considerar a posição dos proprietários, que iniciaram um processo de transferência da propriedade para o município, mas que permaneceu inconcluso, por conta das ações do poder público. Atualmente, possuem um imóvel que resiste bravamente ao negacionismo e ao revisionismo dos tempos atuais, sem, no entanto, poder usufruí-lo com base apenas em seu valor de mercado (Custódio, 2021).

6. Dopinho, Investida E Resistência

Conforme evidencia a história do imóvel que abrigou um centro clandestino de detenção, o "Dopinho" segue como um símbolo de um período de graves violações dos Direitos Humanos no Brasil e em parte da América Latina. Apesar dos inúmeros esforços para apagar essa memória, como demonstrado, o imóvel permanece como um marco das atrocidades cometidas durante a ditadura.

O potencial do prédio para atuar como uma âncora das memórias da ditadura brasileira é ampliado pela atuação de mobilizações sociais e grupos dedicados ao estudo e à promoção de atividades relacionadas a esse período, como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e o projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Essa resistência é fundamental no combate ao revisionismo de cunho ideológico[8] e ao negacionismo,[9] que tiveram um crescimento exponencial, especialmente a partir dos anos 2010.

De acordo com as pesquisadoras Fernanda Lunkes e Silmara Dela Silva (2020), a emergência de discursos de apologia à ditadura tomou corpo em meados de 2015, a partir das manifestações que tinham como mote a corrupção, mas que na prática, objetivavam o enfraquecimento do Governo de Dilma Roussef, reeleita em 2014. As pesquisadoras consideram que esse foi o momento em que a polarização radicalizou-se, por conta dos efeitos sociais e políticos decorrentes das manifestações de 2013, e, com base nas reflexões de Flávio Casimiro, apontam as ***fake news*** e as narrativas revisionistas como instrumentos utilizados nos "discursos da direita" (Lunkes e Silva, 2020, p.357).

A memória sobre a ditadura civil-militar no Brasil tem sido alvo de disputas que refletem diferentes perspectivas sobre o passado. A construção dessa memória coletiva não se dá de maneira linear ou neutra, mas atravessa processos de seleção, apagamento e ressignificação dos fatos históricos, segundo o professor Marcos Napolitano (2015). O professor argumenta que a memória hegemônica sobre a ditadura brasileira se consolidou em torno da ideia de uma "resistência democrática" e de uma "sociedade vítima" do regime autoritário. No entanto, essa visão começou a ser desafiada a partir das manifestações de 2013, com o crescimento do revisionismo histórico e da influência de narrativas alternativas que minimizam ou justificam as ações da ditadura civil-militar.

A construção da memória não é um processo passivo, mas sim um campo de disputa em que diferentes grupos tentam legitimar suas versões do passado. Napolitano (2015) aponta que, apesar da tendência de as versões dominantes serem aquelas dos "vencedores", a memória sobre a ditadura no Brasil se estruturou a partir de um consenso liberal-democrático, destacando a repressão estatal e a resistência dos opositores ao regime militar. Contudo, a partir da década de 2010, observa-se um esforço de reconstrução da narrativa por setores de extrema direita, que buscam reabilitar a imagem dos militares e deslegitimar os relatos das vítimas da repressão.

Dentro dessa disputa, a historiadora Maria Helena Capelato (2016) faz uma distinção essencial entre o revisionismo histórico e o ideológico. Enquanto a revisão histórica baseada em metodologia acadêmica contribui para o aprimoramento do conhecimento sobre o passado, o revisionismo ideológico desconsidera padrões científicos e manipula dados para atender a interesses políticos. Essa prática tem sido observada em discursos que negam a existência da tortura e das execuções promovidas pelo Estado durante a ditadura, assim como na tentativa de equiparar as ações de grupos armados da esquerda à violência institucional do regime (Custódio, 2021).

O filósofo Paul Ricoeur (2007) contribui para essa discussão ao apresentar o conceito de "memória manipulada". Para ele, a memória coletiva pode ser moldada por interesses ideológicos, distorcendo a compreensão dos fatos históricos e influenciando a identidade coletiva. Ricoeur destaca que a manipulação da memória ocorre através da seleção de eventos que reforcem determina-

da visão de mundo, relegando ao esquecimento aqueles que contradizem a narrativa dominante. Esse fenômeno ficou particularmente evidente em ações de censura, remoção de conteúdo histórico de currículos escolares e discursos oficiais que minimizavam os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura (Custódio, 2021).

No caso específico do Dopinho, diversas medidas foram adotadas para impedir sua transformação em um centro de memória. Entre essas ações, destacam-se a negativa ou protelação do tombamento pelo Iphan, a remoção do site da Comissão Estadual da Verdade/RS, a restrição de acesso a documentos históricos, a falta de vontade política para a desapropriação do imóvel, bem como a justificativa de insuficiência de recursos financeiros, apesar da existência de mecanismos como a Transferência de Potencial Construtivo.[10] Ademais, houve a queima de arquivos do Dops/RS em 1982 e o desmantelamento do Sistema Estadual de Direitos Humanos, reforçando a tentativa de invisibilização da história e dos crimes cometidos durante a ditadura (Custódio, 2021).

A disputa pela memória da ditadura civil-militar continua a influenciar o debate público e as políticas de preservação histórica. A difusão de narrativas revisionistas gera impacto na forma como a sociedade compreende seu passado e, consequentemente, suas escolhas políticas e sociais no presente. Dessa forma, a construção de uma memória coletiva equilibrada e embasada em pesquisas acadêmicas rigorosas é essencial para a consolidação de uma cultura democrática e do respeito aos Direitos Humanos.

A difusão de narrativas revisionistas gera impacto na forma como a sociedade compreende seu passado e, consequentemente, suas escolhas políticas e sociais no presente.

7. Dopinho, patrimonialização e musealização

A patrimonialização e a musealização são processos essenciais para a preservação e transmissão da memória histórica. Sobre a situação do Dopinho, o vereador de Porto Alegre, Pedro Ruas destacou que, após a posse de Ivo Sartori (no governo do estado) e Nelson Marchezan Jr. (administração municipal), a pauta perdeu espaço devido a diferenças ideológicas, agravadas pela falta de desapropriação do imóvel e pela alegada escassez de recursos. A revogação da Lei Complementar nº 601/2008[11] por uma nova legislação em 2019 também reduziu a proteção do imóvel, permitindo alterações que comprometem sua autenticidade histórica (Custódio, 2021).

Dessa forma, o imóvel não foi devidamente patrimonializado, apesar de ser classificado como bem de estruturação, uma proteção mais instável, por estar incluído na lista de bens inventariados de Porto Alegre.[12] Daí a importância da musealização, que ultrapassa a patrimonialização, pois não se limita à proteção, mas também busca transmitir o significado do bem histórico. Segundo Desvallées e Mairesse (2011), a musealização transforma um espaço em um objeto de estudo e reflexão, possibilitando novas interpretações. No campo da museologia, esses dois conceitos são frequentemente abordados em conjunto. Isso pode ser observado no Dictionnaire encyclopédique de muséologie (Desvallées; Mairesse, 2011) e na publicação Conceitos-Chave da Museologia (2013), baseada nesse dicionário e editada em português. Sobre este último, o conceito estabelecido é o seguinte:

> De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um "objeto de museu" que se integre no campo museal. (Desvallées; Mairesse, 2011, p.56-57).

De acordo com Mairesse (2011), a patrimonialização visa preservar e proteger o patrimônio cultural de uma sociedade, enquanto a musealização assume um papel mais dinâmico, voltado para a interpretação e transmissão do conhecimento. Embora a patrimonialização faça parte do processo de musealização, ela não o abrange completamente. Ainda segundo Mairesse, tudo o que está musealizado também está patrimonializado, mas o inverso nem sempre é verdadeiro. Enquanto na patrimonialização a ação está orientada para a proteção contra a destruição do patrimônio, na musealização, além da preservação, há um esforço intencional de comunicação e transmissão do conhecimento (Desvallées; Mairesse, 2011, p.254). Isso não significa que a patrimonialização seja incapaz de comunicar os bens culturais às gerações futuras. Ela possui essa capacidade, mas se diferencia da musealização pelo seu potencial comunicativo, que, neste último caso, envolve processos mais complexos (Julião, 2020).

Apesar das diferenças, ambos os processos atribuem novas funções culturais aos objetos, conferindo-lhes uma propriedade simbólica por meio de apreciação e seleção, o que lhes garante um caráter de distinção e excepcionalidade, influenciando a percepção social (Lima, 2014). Seguindo no campo do simbolismo, Bourdieu (1989) entende que o poder simbólico consagra e distingue grupos por meio do conhecimento e reconhecimento. Nesse sentido, a seleção e consagração de bens culturais refletem disputas de memória (Lima, 2014), como a negação do reconhecimento do prédio do Dopinho como espaço de interesse público.

Como pondera Seligmann-Silva (2013, p.43): "a memória não é apenas um 'bem', mas encerra ainda uma carga espectral que gostaríamos muitas vezes de esquecer – ou enterrar, como fazemos com os nossos mortos". Entretanto, os lugares de memória ligados às ditaduras na América Latina apresentam um paradoxo: ao mesmo tempo em que remetem à violência estatal e a um passado doloroso, também possibilitam a elaboração do luto, favorecendo novas interpretações históricas e a reparação simbólica (Custódio, 2021).

A ausência de políticas efetivas para musealizar o Dopinho compromete sua ressignificação e sua função como instrumento de reparação simbólica. Segundo Fabri (2013), a visibilidade do passado repressivo depende de políticas públicas que garantam a preservação e a interpretação dos espaços históricos. Sem essas ações, há o risco de apagamento da memória, como evidenciado pela falta de acesso ao imóvel e sua descaracterização física.

A experiência internacional demonstra que locais de memória podem desempenhar papel fundamental na conscientização sobre violações de Direitos Humanos. Conforme Sodaro (2019), museus memoriais promovem a cultura dos Direitos Humanos e ajudam a evitar a repetição de injustiças do passado. No entanto, sem um compromisso governamental sólido, a patrimonialização isolada não garante a função social do Dopinho como espaço de reflexão e aprendizado histórico.

O Dopinho, primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul, é um exemplo emblemático de como a patrimonialização e a musealização são frequentemente negligenciadas pelas políticas públicas.

8. Conclusão

A implementação efetiva da justiça de transição no Brasil foi comprometida pela presença de militares no processo de redemocratização, o que assegurou a impunidade dos agentes responsáveis pelas graves violações de Direitos Humanos durante a ditadura. A Lei da Anistia, concebida como um instrumento de reconciliação, consolidou esse cenário ao impedir a responsabilização dos perpetradores da violência e perpetuar o silêncio sobre os crimes cometidos pelo Estado. Esse contexto de transição limitada resultou em uma política de reparação incompleta, na qual os avanços foram majoritariamente impulsionados pela luta dos familiares das vítimas e da sociedade civil.

A efetivação plena da justiça de transição requer a implementação de uma política de memória estruturada e contínua, aliada a medidas concretas de reparação simbólica. Isso inclui a preservação de locais históricos associados à repressão, o reconhecimento oficial das violações cometidas e a promoção de iniciativas educacionais que garantam a transmissão dessa memória às futuras gerações. O Dopinho, primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul, é um exemplo emblemático de como a patrimonialização e a musealização são frequentemente negligenciadas pelas políticas públicas. A oscilação entre tentativas de preservação e tentativas de apagamento histórico demonstra que, no Brasil, as políticas de memória não são tratadas como questões de Estado, mas sim como agendas de governo, sujeitas às mudanças políticas e ideológicas.

Nessa perspectiva, a luta pela preservação do Dopinho evidencia a fragilidade das políticas de Direitos Humanos no país. A ausência de uma política de memória consolidada exemplifica, sobretudo, a permanência de um risco subjacente constante de retrocessos e revisionismos que relativizam os crimes da ditadura. Para evitar que tais violações voltem a ocorrer, é essencial que a reparação simbólica seja reconhecida não apenas como uma forma de justiça para as vítimas e seus familiares, mas também como um instrumento fundamental para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Portanto, o compromisso com a memória e a verdade históricas constitui um imperativo ético e político para a construção de uma sociedade que rejeite a violência do Estado e tenha os Direitos Humanos como princípios inegociáveis da democracia.

AUTORA
Advogada, especialista em Direito Público, bacharel em Artes Visuais e formada em Medicina; ativista pela preservação do patrimônio cultural, tendo sido coordenadora do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio/RS (2016/2020) e do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro/RS (2020-2023) e coordenadora adjunta do Núcleo RS/ICOMOS Brasil, mestra no PPG Museologia e Patrimônio/UFRGS, com inúmeros cursos na área de patrimônio cultural. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional/UFRGS. Conselheira representante da Região Sul no Conselho Nacional de Políticas Culturais (MinC, 2023/2025). Parecerista em editais de cultura nas três esferas governamentais.

NOTAS

1. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi a primeira Comissão de Estado criada especificamente para lidar com os legados da ditadura. Criada em 1995 e instalada em 6 de janeiro de 1996, a CEMDP possui um conselho formado por sete membros "de livre escolha e designação do Presidente da República", conforme art. 4º da Lei nº 9.140/1995: um deputado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, uma pessoa ligada às vítimas da ditadura cujo nome deve constar do Anexo I, um representante do Ministério da Defesa, um membro do Ministério Público Federal e três pessoas indicadas pelo Presidente da República. Teve sua primeira reunião em 8 de janeiro de 1996 (Brasil, 2007, p.37).

2. A Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida pela Lei nº 12.528/2011.

3. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

4. Criado pela Portaria MJ nº 858 de 13 de maio de 2008, no âmbito de atuação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o projeto Memorial da Anistia Política no Brasil, com vistas à preservação e à difusão da memória política dos períodos de repressão contemplados pela atuação da referida comissão.

5. O Palácio da Polícia é a sede da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e situa-se, ainda hoje, no mesmo local, a Avenida João Pessoa, nº 2050, Porto Alegre/RS.

6. O Comitê Carlos de Ré é uma agrupação de cidadãos e entidades, um coletivo civil independente, democrático, republicano, pluralista, aberto e apartidário, que luta por Verdade e Justiça (Comitê, 2012). Carlos Alberto Tejera de Ré, também conhecido por "Minhoca" foi militante político, primo Luiz Eurico Tejera Lisbôa (Ico Lisbôa) e sua primeira participação foi na Aliança Operário Estudantil e, mais tarde, na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Faleceu em maio de 2011 (Sul21, 2011).

7. A XX Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados ocorreu em Buenos Aires, na Argentina, entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 2011. A resolução trata da "creación de un memorial sobre las violaciones de derechos humanos y las víctimas de la Operación Cóndor y otros episodios de coordinación represiva ilegal en el continente sudamericano a ser construido en Porto Alegre/Brasil".

8. O revisionismo é um conceito mais complexo, identificável em dois tipos: o historiográfico e o ideológico. O primeiro reconhece o legítimo e necessário trabalho da historiografia. Já o ideológico reúne autores politicamente interessados em manipular dados e desvirtuar fatos em nome de interesses específicos dados a priori (Napolitano; Junqueira, 2019).

9. O negacionismo não tem como objetivo revisar e ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruí-lo. As táticas são conhecidas: disseminação de falsidades e adulteração de fatos e processos históricos (Napolitano; Junqueira, 2019).

10. A Transferência de Potencial Construtivo (TPC) permite que o município transfira o direito correspondente à capacidade construtiva de áreas vinculadas ao sistema viário projetado, à instalação dos equipamentos públicos arrolados no § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 434/1999 e à preservação de bens tombados, como forma de pagamento em desapropriação ou outra forma de aquisição. Ou seja, é um ativo financeiro valioso para o mercado imobiliário e para a administração pública, que tem sido utilizado em Porto Alegre preservação do patrimônio cultural. (Porto Alegre, 2021)

11. Lei Municipal nº 601 de 23 de outubro de 2008, que regulamentava o inventário do patrimônio cultural de bens imóveis do município.

12. Em Porto Alegre, um imóvel pode ser listado como bem inventariado de estruturação ou de compatibilização, configurando níveis distintos de proteção. Diferentemente de outros municípios, a lei municipal não prevê apenas a identificação e registro, mas também atribui camadas de proteção aos bens culturais. Assim, a Lei nº 12.585/2019 traz a classificação dos bens em seu art. 3º: I – de Estruturação é a edificação que, por seus valores, atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem na qual se localiza, consistindo em um bem de preservação; II – de Compatibilização é a edificação que expressa relação significativa com a de Estruturação e seu entorno, sem gerar qualquer gravame ou ônus administrativo sobre a propriedade urbana.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Serviço Nacional de Informações. Reabertura do caso mãos amarradas tenente reformado FAB Mario Ranciaro. **Dossiê**, v.1, 18 mar. 1982. Disponívl http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/82022216/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82022216_an_01_d0001de0001.pdf . Acesso em: 13 out. 2025.

BARETTA, J.R. **Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2015. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279726. Acesso em: 27 jan. 2025.

BAUER, Carolina Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º Andar**: terrorismo de Estado e ação da polícia política do departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7422/000543916.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1995. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9140-4-dezembro-1995-348760-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria MJ nº 858, de 13 de maio de 2002. Cria, no âmbito de atuação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o projeto Memorial da Anistia Política no Brasil, com vistas à preservação e à difusão da memória política dos períodos de repressão contemplados pela atuação da referida Comissão. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2002. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-858-2008_209741.html. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à memória e à verdade.** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CAPELATO. M. H. R. História do Brasil e revisões historiográficas. **Anos 90** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.23, n.46, p.21-37, jul. 2016.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: 27 jan. 2025.

COMITÊ CARLOS DE RÉ DA VERDADE E DA JUSTIÇA. **Blog do Comitê Carlos de Ré**, Porto Alegre, 28 ago. 2012. Quem somos. Disponível em: https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/about/. Acesso em: 17 fev. 2025.

CUSTÓDIO, Jacqueline. **Dopinho, entre evocar e apagar**: as disputas de memória relativas ao DOPS/RS. 2021. 150f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/236147#. Acesso em: 17 fev. 2025.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Dir.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

ESTEVEZ, Alejandra Magalhães; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1º BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella – Salvador (Bahia). Dossiê "Lugares de memória e de consciência na América Latina". **Revista Tempo**, v.27, n.1, jan.-abr. 2021, p.144-164. Disponível em: https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2021v270108. Acesso em: 27 jan. 2025.

FABRI, S. M. Lugares de memoria y marcación territorial: sobre la recuperación de los centros clandestinos de detención en Argentina y los lugares de memoria en España. Cuadernos de Geografía, **Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 22, n.1, p.93-108, jan.-jun. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). CNV mostra que pelo menos 17 centros clandestinos operaram na ditadura. **Participação em Foco,** 7 abr. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/direitos-humanos/996-cnv-mostra-que-pelo-menos-17-centros-clandestinos-operaram-na-ditadura. Acesso em: 27 jan. 2025.

JULIÃO, L. O desafio da comunicação nos museus universitários. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.l.], v.9, Especial, p.13-23, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/32082. Acesso em: 3 fev. 2025.

LIMA, D. F. C. Musealização e patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. ***In:*** ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LUNKES, F.; DELA SILVA, S. "Lembrar é resistir"(?): Discursos sobre o regime militar em disputa. **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v.19, n.3, p.348-364, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1705. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1705. Acesso em: 1 fev. 2025.

MERCOSUR. Acta nº 02/11. XX Reunión de Altas Autoridades en Derechos Humanos y Cancillerías del MERCOSUR y Estados Asociados. Buenos Aires, 2011. Disponível em: https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2014/09/XX-RAADDHH.acta.rev.3.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro**: a anistia e suas consequências: um estudo de caso brasileiro. São Paulo: Humanitas, 2006.

MIRANDA, A. T. P; MELO, E. C. O direito à memória e à verdade como direitos essenciais ao processo de democratização do país. ***In:*** ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. 22, 2013. GT Justiça de Transição: Verdade, Memória e Justiça. Florianópolis: Funjab, 2013.p. 195-211. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/publicacao/unicuritiba/livro.php?gt=131. Acesso em: 21 jan. 2025.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antítese**, v.8, n.15 esp., p.9-44, nov. 2015.

NAPOLITANO, M.; JUNQUEIRA, M. A. Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos. **Negacionismos e Revisionismos**: o conhecimento histórico sob ameaça. Evento científico do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 7- 9 maio 2019.

OLIVEIRA, Antônio. RS perde um militante político e social. Morre, aos 60 anos, Carlos Alberto Tejera De Ré. **Sul21**, Porto Alegre, 11 maio 2011. Disponível em: https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-noticias-2/2011/05/rs-perde-um-militante-politico-e-social-morre-aos-60-anos-carlos-alberto-tejera-de-re/. Acesso em: 17 fev. 2025.

PEREIRA, Nadine M. **Usos do passado, usos do presente**: o centro clandestino de repressão Dopinha em Porto Alegre (1964-2018). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

POLONI, Rita Juliana Soares; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; DE MAMANN MARCHI, Darlan. Patrimônio, mudanças e memórias traumáticas: a Arqueologia da Repressão e da Resistência. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n.3, p. 51-62, 2019.

PORTO ALEGRE, **Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa)**. Publicado em 19 ago. 1994. Disponível em: https://expedientes.procempa.com.br/consultapublica/c71bffd0966c8d338fb4a1e6c72be2fe.Acesso em: 14 jul. 2021.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Fazenda. **Centro de Memória Ico Lisboa "Dopinha"**. Processo nº 001.013059.14.9. Porto Alegre, 2014.

PORTO ALEGRE. Portal de Licenciamento. Escritório de Licenciamento – Transferência de Potencial Construtivo (TPC). Atualizado em 5 ago. 2021. Disponível em https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos . Acesso em: 17 fev. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **O Caso das Mãos Amarradas.** Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Apuração da morte do Sargento do Exército Manoel Raymundo Soares. Memória do Parlamento. Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=dNwh7ggKohg%3d&tabid=6492. Acesso em: 24 jul. 2020.

RESENDE, P. DE A. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.2, n.2, p.36-46, 29 abr. 2015.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. **Psicologia USP**, v.27, n.1, p.49-60, 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/114752. Acesso em: 12 set. 2021.

SILVA FILHO, J. C. M. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia no Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. ***In:*** **Repressão e memória política no contexto ibero-americano**: estudos sobre o Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

SODARO, A. Tradução de Cristina Meneguello. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. **Revista Percursos**, Universidade do Estado de Santa Catarina, v.20, n.44, p.207-231, 13 mar. 2020.

VASCONCELLO, Hygino. Dops: Antigo centro de tortura oferta hospedagem e choca turista no RS. Nossa Viagem. **Portal UOL**, 4 ago. 2022. Disponível em: https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/08/04/dops-antigo-centro-de-tortura-oferta-hospedagem-e-surpreende-turista-no-rs.htm. Acesso em: 1 fev. 2025.

Estradas tortuosas para o Memorial DOI-Codi (São Paulo, Brasil)[1]

Deborah Neves

1. Introdução

Em 2024, o Brasil comemorou 60 anos do golpe que instalou uma ditadura civil-militar de 21 anos. Entretanto, o clima de apreensão era generalizado diante das ameaças à democracia e do avanço da extrema direita, fenômeno que ameaça as conquistas da civilização e dos Direitos Humanos no Ocidente, incluindo a União Europeia.

A situação tem exigido que as forças progressistas assumam uma postura clara na rejeição às ditaduras e à violência que ainda se perpetua nas políticas de Estado devido ao legado de regimes autoritários; no entanto, no Brasil ainda é um desafio rejeitar publicamente a ditadura. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, impediu que ministérios promovessem atos oficiais de repúdio à ditadura em 31 de março de 2024.

Apesar dessa interrupção de um debate público liderado pelo governo federal, houve declarações públicas de sete ministros de Estado. Também houve mobilizações da sociedade civil para relembrar a data e exigir a reintegração da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que dentro dos princípios da Justiça de Transição – Memória, Verdade e Justiça –, se enquadra na categoria da "verdade". No eixo da memória, as demandas de rememoração reivindicam a criação de pelo menos três museus sobre o tema, a serem instalados em locais utilizados para a repressão durante a ditadura: o antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no Rio de Janeiro, a Casa da Morte, em Petrópolis, e as antigas instalações da Oban/DOI-Codi, em São Paulo.

Nesta comunicação, meu foco será o último caso. Criado em 1969 por um consórcio formado pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo Exército e por grandes empresas, o DOI-Codi foi inicialmente denominado Operação Bandeirante. Foi instalado nas dependências do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado da Polícia do Exército, a apenas um quilômetro do local para onde seria posteriormente transferido, na Rua Tutoia, 921, ocupando metade da 36ª Delegacia de Polícia e um anexo nos fundos do imóvel. Esse orgão foi responsável por ao menos 7 mil interrogatórios, todos com algum grau de tortura, e por 17% dos desaparecimentos políticos durante a ditadura no Brasil. A delegacia ainda está em funcionamento e, apesar de algumas mudanças estruturais, o complexo é muito semelhante à sua forma da década de 1970.

A criação da Operação Bandeirante (Oban) e a estrutura de repressão nacional liderada pelo DOI-Codi

A Operação Bandeirante (Oban) foi estabelecida em junho de 1969 como uma estrutura militar não institucional que operou de forma clandestina e ilegal, com o objetivo de enfrentar a "guerrilha urbana" no contexto da crescente oposição ao regime, particularmente evidente em 1968. Este período foi caracterizado por marchas e protestos, reunindo multidões, desafios às restrições às liberdades políticas e oposição às políticas de exceção, que permaneceram em vigor por mais tempo do que a promessa inicial quando da deflagração do golpe em 1964.

O ano de 1969 foi fundamental para a organização desse sistema clandestino de repressão, como evidenciado pela deserção do Capitão do Exército Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Lamarca subtraiu armas do Quartel de Quitaúna, na cidade de Osasco, na região metropolitana de São Paulo, em janeiro. Esse episódio trouxe à tona as fraquezas inerentes aos sistemas de investigação empregados pela polícia e pelo Exército. A incapacidade de antecipar ações de oposição criou o contexto necessário para que o novo aparato fosse estruturado:

> [...] nossas polícias, acostumadas até então a enfrentar, somente, a subversão praticada pelo PCB, PC do B e pela AP,[2] foram surpreendidas e não estavam preparadas para um novo tipo de luta que surgia, a Guerrilha Urbana. Até dentro das Forças Armadas, sentiu-se que elas não estavam preparadas para enfrentar com os meios disponíveis e as técnicas usadas, até o momento, a Guerrilha Urbana. (Pereira, 1978, p.4)

A Oban nasceu como resposta a essa fraqueza, diagnosticada após o triunfo da audácia de Lamarca, que expôs o regime e sua ineficiência. O nome da operação militar não é aleatório: bandeirantes foram expedicionários contratados pela Coroa Portuguesa durante o período colonial para explorar terras e descobrir minas de pedras e

metais preciosos; foram responsáveis pela expansão do território português para além dos limites acordados no Tratado de Tordesilhas, cujas práticas já haviam sido denunciadas pelos jesuítas no século XVI por conta do uso da violência e da escravização de povos indígenas e pessoas pretas aquilombadas. O termo também é usado para se referir a indivíduos nascidos no estado de São Paulo, e é frequentemente empregado como sinônimo de "paulista" (Waldman, 2018). Dado que a operação foi concebida e desenvolvida em São Paulo, é improvável que se trate de uma coincidência.

A evocação aos bandeirantes na formação e operação de uma força paramilitar dentro do Exército Brasileiro em 1969 exemplifica a natureza ambivalente do termo, traçando um paralelo com a ambiguidade em torno da ditadura: enquanto alguns os veem como heróis, outros os condenam como criminosos. Godoy (2014, p.117-118) afirma que havia uma percepção dentro das Forças Armadas de que órgãos como a Oban poderiam ser considerados "como algo a ser temido ou odiado", porque "a existência do próprio Estado em si está em jogo". É o mesmo argumento empregado por quem percebe os bandeirantes como heróis. De fato, pode-se argumentar que o Brasil não seria o mesmo país hoje, em termos de sua extensão territorial, sem seus esforços. Do ponto de vista dos militares, que estavam alinhados com as visões de Maquiavel, o fim justificava os meios. O golpe foi posteriormente apresentado como uma revolução e saudado como um meio de "salvar o Brasil".

Os bandeirantes contemporâneos eram agentes do Estado, operando dentro das várias forças de repressão do estado de São Paulo. Essas incluíam a Polícia Civil e, em particular, a Polícia Militar, bem como as forças militares, nomeadamente o Centro de Informação do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). Eles eram empregados em "missões", realizando tarefas que haviam sido encomendados para executar, de maneira semelhante à observada durante o período colonial. Seu papel era voluntário, sem obrigação de servir na Oban.

Financiados pela iniciativa privada, os bandeirantes contemporâneos recebiam "recompensas (...) gratificações [que] chegavam como salário complementar, emprego paralelo, vantagens pessoais e ajuda material" (Souza, 2000, p.13). A operação recebeu veículos, incluindo carros e caminhões, além de combustível e outros recursos, garantidos por captação de recursos organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

No entanto, o DOI-Codi de São Paulo era inquestionavelmente o mais proeminente e influente no país, conduzindo até mesmo operações fora do estado de São Paulo.

(Fiesp), que recebeu contribuições de uma série de empresas, incluindo bancos (Itaú, Mercantil), fabricantes de veículos (Scania, Volkswagen, Ford, Chrysler, De Nigris) e distribuidoras de combustíveis (Ultragaz) (Brasil Nunca Mais, 1985; Casado; Otávio, 2013). Além disso, a imprensa (Folha da Manhã) e outras fontes não identificadas forneceram apoio. É necessária uma investigação mais aprofundada para determinar a lista completa de colaboradores.[3]

O feito inaugural significativo da Oban foi a apreensão, o assassinato e o subsequente desaparecimento de Virgílio Gomes da Silva, proletário e ativista da Ação Libertadora Nacional (ALN) que orquestrou o sequestro de Charles Burke Elbrick, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, entre 4 e 7 de setembro de 1969. Em 29 de setembro, Virgílio foi preso por agentes da Oban no centro de São Paulo, transportado para as instalações da Oban e submetido à tortura que o levou à morte; o corpo permanece desaparecido – o primeiro do regime – até os dias atuais. O sucesso desta operação contribuiu para o prestígio da recém-criada operação, marcando o início do processo de desmantelamento da ALN. Esse processo resultou inicialmente na perda de Virgílio e, posteriormente, em novembro de 1969, de Carlos Marighella, que foi morto em uma emboscada organizada pelo Dops.

Em pouco mais de um ano, a Oban realizou 111 incursões nas instalações de organizações de esquerda, designadas como "aparelhos", e encaminhou 412 indivíduos para a execução de processos judiciais. Além disso, o grupo desmantelou e prendeu líderes de várias organizações, incluindo a VAR-Palmares, a Ala Vermelha do PC do B, a Frente Armada de Libertação Nacional e a Frente Estudantil pela Luta Armada (Joffily, 2013, p.49-50).

Consequentemente, a Operação Bandeirante foi considerada um sucesso e pavimentou o caminho para sua institucionalização dentro do Exército, sob a designação de Destacamento de Operações de Informações (DOI), subordinado ao Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) em setembro de 1970, para ser "[...] o órgão operacional responsável pelo combate às organizações subversivas-terroristas que operam na Zona de Defesa Interna II [...]" cuja "[...] missão é desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações [de esquerda], bem como impedir sua reorganização" (Pereira, 1978, p.16, 20).

Ademais, o DOI-Codi foi estabelecido em outras cidades brasileiras, incluindo Rio de Janeiro, Recife e Brasília, em 1970, bem como Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza, em 1971, e Porto Alegre, em 1974, organizando um sistema de segurança nacional. No entanto, o DOI-Codi de São Paulo era inquestionavelmente o mais proeminente e influente no país, conduzindo até mesmo operações fora do estado de São Paulo.

O DOI-Codi foi formalmente dissolvido por uma Portaria Interministerial em 18 de janeiro de 1982. No entanto, continuou a funcionar como uma agência de inteligência, operando sob a designação Subseção de Operações (SOP), função que detinha desde 1977. Foi totalmente dissolvido em 1991, com a Polícia Civil e Militar retomando suas funções em seu corpo original sem qualquer forma de sanção (Godoy, 2015.)

2. O contexto de retorno à democracia

A transição para a democracia começou em 1979 com a promulgação da Lei n. 6.689/1979, comumente chamada de Lei de Anistia, aprovada como resultado de um processo que envolveu a mobilização da sociedade civil e uma votação particularmente contenciosa no Congresso. Concedeu anistia a todos os indivíduos que haviam sido perseguidos por razões políticas, bem como àqueles que haviam cometido quaisquer crimes políticos ou "conexos". Esse termo é significativo porque foi a base legal para a concessão de anistia a agentes estatais que perpetraram violações de Direitos Humanos. A autoanistia declarada pelos militares impediu a possibilidade de punição legal para os responsáveis, apesar de tais crimes serem definidos como imprescritíveis no Direito brasileiro.

O início dos anos 1980 foi caracterizado por uma série de manifestações em larga escala organizadas por grupos da sociedade civil, que exigiam eleições diretas. Em resposta às atrocidades cometidas pela ditadura, organizações da sociedade civil passaram a denunciar publicamente o regime, exigindo reparações para os ex-prisioneiros políticos, as famílias dos mortos e desaparecidos e a preservação da memória da história recente de violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro.

Reconhecer lugares de memória ligados à ditadura como patrimônio cultural foi uma das formas de alcançar a reparação política e social. Três locais significativos na cidade de São Paulo foram objeto de pedidos de tombamento (Neves, 2012): em 1983 o edifício do Teatro Oficina, que representa um importante local de manifestação artística de resistência cultural e intelectual; o Arco do Presídio Tiradentes, tombado em 1985, um remanescente do antigo edifício que foi demolido em 1973 – essa estrutura operou como prisão desde pelo menos 1840, servindo como local de comércio de pessoas escravizadas e como prisão política durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a subsequente ditadura militar; e os edifícios da antiga sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, conhecido como prédio da Maria Antônia, que têm significado histórico devido à sua associação a Batalha da Maria Antônia, marco no ativismo estudantil, reconhecido como patrimônio em 1988.

Após um hiato de onze anos, o Condephaat retomou o tombamento de um lugar de memória associado à ditadura, em 1999. Trata-se do prédio que abrigou a Delegacia de Ordem Política e Social, por aproximadamente 45 anos. Essa instituição foi um dos principais instrumentos da repressão brasileira ao longo do século XX e foi estabelecida em São Paulo em 1920. Ademais, esse modelo também foi disseminado no Brasil durante o período do Estado Novo, como ocorreu no caso da Oban. Apesar da extinção do Dops em 1983, o edifício foi utilizado pela Polícia Civil até 1997. A sede do Dops era o único local tombado que havia sido usado para fins de repressão estatal, já que o Presídio Tiradentes fora demolido em 1973. Como resultado dos esforços dos familiares das vítimas da ditadura e ex-prisioneiros, o Memorial da Resistência de São Paulo foi instalado neste edifício desde 2008. Não obstante as alterações introduzidas por um projeto de renovação sem escrúpulos que obliterou evidências da ocupação do Dops e dos prisioneiros, o museu continua sendo a única instituição em São Paulo dedicada a preservar a memória da resistência da população durante o período republicano, com foco particular no período da ditadura (Neves, 2018; Valle, 2012).

O DOI-Codi foi tombado quinze anos depois, e os erros cometidos na preservação do Dops não poderiam ser repetidos. Ainda, era essencial compreender o significado da preservação como um passo preliminar crucial na criação de um museu que elucidasse a história do mais importante órgão repressivo da ditadura brasileira.

O DOI-Codi foi tombado quinze anos depois, e os erros cometidos na preservação do Dops não poderiam ser repetidos.

América Latina a partir da década de 2000. A região já havia testemunhado a musealização de locais onde atos criminosos tinham ocorrido (Esma, na Argentina, e Londres 38 no Chile, por exemplo), inspiradas pela designação de Auschwitz pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1979.

Em 2004, na conjuntura política que incluiu o tombamento e a decisão de transformar o *Casino de Oficiales* (Esma) em um museu, o então governador Geraldo Alckimin rejeitou a proposta de estabelecer um museu no antigo DOI-Codi (Gaspari, 2004). A questão foi posteriormente revisitada pelo Governo do Estado de São Paulo em 2008, na inauguração do Memorial da Resistência, instalado no antigo Dops. Naquela época, o vice-governador Alberto Goldman, que foi perseguido e preso durante a ditadura, sugeriu ao então governador José Serra que o DOI-Codi fosse transformado em um memorial, argumentando que a história do órgão era "muito pior" do que a do Dops (Aragão, 2008).

As circunstâncias políticas para o debate sobre o tombamento e a criação de um museu no antigo DOI-Codi tornaram-se propícias após a instalação da Comissão Nacional da Verdade em maio de 2012. Em agosto, o Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão expressou ao Condephaat seu apoio ao tombamento, enfatizando a "relevância das medidas de criação de espaços de memória sobre graves violações dos direitos humanos" como um "importante mecanismo de concretização do princípio da não repetição" (Weichert, 2012). O estabelecimento de um museu no local foi tacitamente endossado como um meio de alcançar a justiça de transição, um objetivo fundamental do Gabinete do Procurador.

Em setembro, a jornalista Monica Bergamo publicou uma nota em sua coluna de jornal na qual informou que José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça (1999-2000) e membro da Comissão Nacional da Verdade, pediria que o governador Geraldo Alckimin tombasse o DOI-Codi. No entanto, o discurso do ministro se estendeu além do marco histórico do local; ele afirmou que "não é possível que naquele local ainda funcione uma delegacia. Temos que respeitar a memória dos que lá tombaram" (Comissão vai..., 2012). Dois dias depois, Bergamo publicou que Dias afirmou ter recebido um telefonema do governador indicando interesse no assunto (Bergamo, 2012), representando uma mudança em relação à postura adotada em 2004. Consequentemente, em 10 de outubro, Claudio Fonteles, ex-presidente da CNV, emitiu o Ofício n.306/2012-CNV, que foi dirigido ao governador. Nesta carta, fez uma recomendação:

> (...) dando, inclusive, sequência a entendimentos anteriormente encetados, promova Vossa Excelência alteração na destinação dessa área para que se constitua em espaço continuadamente aberto ao público, a que se tenha conhecimento amplo das mazelas do período histórico vivido, sob o regime ditatorial, a tanto se promovendo atividades artísticas e culturais, expressões vivas do resgate da Memória, da Verdade e da Justiça. (CNV, 2012)

O pedido de tombamento foi instruído por Neves (2013), que indicou o tombamento e medidas adicionais, como a articulação entre diferentes níveis de governo e seus órgãos executivos, "a fim de elaborar uma política pública para a recuperação, valorização e promoção das memórias do período da mais recente Ditadura Civil-Militar". Neves também enfatizou que "a mera preservação do ponto de vista do patrimônio cultural é insuficiente para produzir o impacto social positivo pretendido". À sugestão de tombamento seguiu-se a de conversão em um museu, com base em dois documentos: um interno, o "Plano Nacional de Direitos Humanos 3" e outro externo, os "Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória". O último foi assinado pelo Brasil no âmbito do Mercosul em 2012. (Neves, 2013:134-135).

Em voto de relatoria ao Condephaat, a conselheira Silvana Rubino, professora da Unicamp, expressou seu apoio ao tombamento proposto, enfatizando o significado histórico dos edifícios, a despeito de méritos arquitetônicos ou da adesão a princípios como originalidade e autenticidade. Ela destaca que a encenação do suicídio de Vladimir Herzog nessas instalações teve um impacto transformador na história brasileira, precipitando mobilizações sociais generalizadas e greves de trabalhadores que conduziram ao final da ditadura. Rubino conclui dizendo que, embora não seja competência do Condephaat determinar usos, é necessário que "o tombamento seja a medida inicial se fazer desse espaço um memorial aberto ao público", de modo que o "sentido desse tombamento deve ser a criação de um lugar de memória, verdade e justiça" (Rubino, 2013). O Condephaat deliberou favoravelmente ao tombamento em 27 de janeiro de 2014.

Após o tombamento, a instalação do museu, compromisso assumido pelo então governador Geraldo Alckimin, não foi cumprida devido a preocupações com as possíveis consequências políticas em realocar a delegacia. Embora esta decisão tenha sido favorável aos interesses dos moradores do bairro – que se manifestaram em abaixo-assinado contra o fechamento da delegacia, em última análise, tendeu a ser um erro político de Estado.

Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional.

Uma década depois, as advertências emitidas por Neves e Rubino ainda ressoam; elas observaram que o processo de tombamento constituía apenas a fase inicial do trabalho da memória. As recomendações apresentadas pela Comissão Nacional da Verdade permanecem não cumpridas. Os edifícios do DOI-Codi ainda não foram transformados em um memorial dedicado a contar a história do órgão, da ditadura e dos mais de 7 mil indivíduos que foram mantidos lá, dos quais pelo menos 79 morreram (Godoy, 2015, p.482).

3. Reconhecimento como patrimônio cultural e a concepção da ideia de um museu

A luta para preservar a antiga sede do DOI-Codi começou em 2010. O pedido de tombamento, apresentado em abril de 2010, foi assinado por Ivan Akselrud Seixas, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes[4], que foi preso aos 16 anos junto com seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, assassinado sob tortura no DOI-Codi em 1971. O pedido foi endossado por organizações da sociedade civil e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Condepe), órgão colegiado da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Na carta solicitando o tombamento do DOI-Codi, Seixas justifica "devido à sua importância histórica e ao relevante papel didático que o referido prédio tem para as gerações de jovens brasileiros, que ignoram as atrocidades ali cometidas". Ele enfatiza que o tombamento "garantirá a preservação deste importante documento físico de nossa História recente" (Seixas, 2010).

Após um exame inicial das evidências disponíveis na solicitação de tombamento, a autora deste artigo, na função de responsável técnica pela instrução do processo administrativo, propôs o seguinte:

> (...) preservar o local onde foi o Doi-Codi é estabelecer um nexo entre passado e presente e para manter a lógica do lugar de memória, seria interessante que ali se mantivesse o uso para a polícia e local de uso coletivo, como um memorial ou centro de estudos referenciados da violência, permitindo que a conotação do local não se perca. (NEVES, 2010, p.9)

A proposta tinha precedentes: em 1995, Luiz Paulo Costa, que ali foi torturado em 1975, solicitou formalmente ao então governador Mario Covas a transformação do antigo DOI-Codi em um museu (Ottoboni, 1995, p.C3), mas não recebeu resposta. Ademais, a conceituação de locais de memória passou por uma evolução considerável na

4. Um Grupo de Trabalho para a construção coletiva do Memorial DOI-Codi

Apesar de a proposta de memorial no local não ter se concretizado, escolas e pesquisadores iniciaram pedidos de visitas mediadas ao local, lideradas por Neves a partir de 2016. Os pedidos são consequência da intensificação da crise política no Brasil a partir de 2013, que foi ainda mais exacerbada por divisões dentro do Congresso Nacional. Estas deram origem a um cisma marcante na sociedade brasileira. É possível situar esse momento político em relação à estrutura organizacional partidária de extrema direita, fenômeno que só ocorreu anteriormente no Brasil na década de 1930 com a formação da Ação Integralista Brasileira.

Em 2016, foi apresentada uma queixa formal pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo sobre o abandono do edifício, que posteriormente levou à instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público Estadual. Em 2017, consequentemente, o Ministério Público convocou a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), responsável pelo estudo do tombamento e conservação do edifício, para "[...] a elaboração de parecer acerca da viabilidade de imediata implantação de projeto de uso e aproveitamento do prédio onde funcionou o Doi-Codi (atualmente desocupado), como local de memória aberto à visitação pública visitação pública" (Ministério Público Estadual, 2017).

A coordenadora da UPPH, Valéria Rossi, pediu então a Deborah Neves que elaborasse estudos de viabilidade; Neves, por sua vez, propôs convidar o Núcleo de Preservação da Memória Política, o Instituto para Estudos da Violência de Estado, o Memorial da Resistência e o Laboratório de Arqueologia Pública da Unicamp e a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, visando a construção conjunta de possibilidades de uso parcial dos edifícios. Em março de 2018, formou-se o embrião do que se tornou o Grupo de Trabalho Memorial DOI-Codi, constituído a partir de reuniões sucessivas e construção de planos para a musealização do espaço.

O GT decidiu que o foco principal do projeto do memorial deveria ser a pesquisa arqueológica, em virtude da previsão constante na Resolução de Tombamento, que visava proteger o edifício de intervenções similares às promovidas no prédio do Memorial da Resistência e que levaram ao apagamento de marcas físicas deixadas por presos e a demolição de celas construídas pelo Dops. Em 2019, a proposta de pesquisa arqueológica foi elaborada de forma participativa entre os membros do GT, baseada em documentos do processo de tombamento e nos testemunhos de sobreviventes. Devido à pandemia, o trabalho passou a ser realizado online, inaugurando uma nova experiência na coleta de testemunhos, realizada por Neves em parceria com o Memorial da Resistência, representado por Julia Gumieri, historiadora e pesquisadora do museu. O trabalho de coleta priorizou os idosos, mulheres e pessoas que ainda não haviam deixado seu registro. Até agora, trinta testemunhos foram registrados e estão sendo mantidos no Memorial da Resistência, até que o Memorial DOI-Codi seja estabelecido.

Como resultado do trabalho do grupo, o local foi georreferenciado e foram feitos levantamentos georadar no terreno e em duas construções do complexo para identificar e datar alterações estruturais. Em 2021, Neves localizou as plantas originais de dois prédios onde ocorreram prisão e tortura e o confronto com a edificação atual mostrou o quão pouco o espaço havia mudado do ponto de vista estrutural. Realizou-se também um trabalho de digitalização 3D de dois edifícios que permite a visita virtual e iniciou a criação do memorial virtual DOI-Codi (memorialdoicodi.unifesp.br).

Após três anos de tentativas, no final de 2022, obteve-se o financiamento para as escavações, pesquisa forense e arqueologia pública por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), complementado pela Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp. Com recursos limitados, a pesquisa contou com pesquisadores e trabalhadores voluntários, acompanhados por uma equipe de filmagem da Manjericão Filmes, que também se voluntariou para trabalhar na pesquisa, realizada entre 2 e 14 de agosto de 2023 e atualmente produz um documentário intitulado "Arqueologia da tortura", para publicizar os resultados dos trabalhos de arqueologia e do GT Memorial DOI-Codi.

O trabalho foi realizado em três frentes arqueológicas: histórica, forense e pública. A parte histórica foi realizada por Andres Zarankin e sua equipe, que encontraram objetos como louças, frascos de perfume, embalagens de chocolate e doces, jornais da década de 1970 que podem ajudar a explicar o cotidiano do antigo complexo e materiais de construção que mostram as mudanças feitas no espaço. Um tinteiro de vidro também foi encontrado perto do local onde os detidos eram registrados, ligando o objeto aos testemunhos de sobreviventes e aos formulários de registro nos quais as impressões digitais daqueles que foram levados para lá foram registradas.

A pesquisa forense realizada por Claudia Plens e sua equipe, com base na prospecção estratigráfica das paredes, identificou uma inscrição reproduzindo um calendário para os meses de outubro e novembro, datados de 1970 ou 1981, no banheiro do segundo andar. Das janelas de prospecção investigadas para vestígios biológicos, duas reagiram com luminol, mas após análises laboratoriais o resultado foi inconclusivo, abrindo caminho para se pensar estratégias de conservação para espaços como este e também melhorar as técnicas de identificação; dada a história do edifício, é provável que seja um traço de violação de direitos humanos.

Por fim, a arqueologia pública foi coordenada por Aline Carvalho e Fernanda Teixeira Lima; durante os doze dias de trabalho, cerca de 900 pessoas foram atendidas em visitas mediadas, cinco oficinas com escolas públicas de ensino fundamental, duas oficinas de formação de professores, uma oficina de arqueologia forense, cinco mesas-redondas em parceria com o CPC/USP e o Sesc. Também foi realizada uma visita com 18 sobreviventes que compartilharam com os pesquisadores as memórias sobre os edifícios e suas experiências de trauma.

O impacto do trabalho na imprensa nacional e internacional (foram mais de 120 produções como matérias, podcasts, entrevistas, reportagens em rádio, TV, jornais e mídias sociais) contribuiu para a visibilidade do trabalho, que atraiu moradores e visitantes de outros estados, além de visitas da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e do Ministro de Direitos Humanos e da Cidadania.

O trabalho envolve parcerias com instituições estabelecidas no campo cultural em São Paulo, utilizando estruturas e recursos pré-existentes, permitindo baixos custos com alto impacto científico e social das atividades.

As atividades construídas coletivamente ao longo de sete anos vêm sendo divulgadas por meio das redes sociais, com destaque para o Instagram, onde são mantidos os perfis @arqueodoicodisp e @memorialdoicodisp, que juntos possuem mais de 5 mil seguidores.

A publicação da plataforma Memorial Virtual DOI-Codi pretende preencher a lacuna na existência física do museu-memorial[5] não para substituí-lo, mas para engajar mais pessoas na pesquisa e na batalha por sua instalação definitiva. Uma visita virtual, independente ou guiada, não tem o mesmo impacto que estar fisicamente presente no espaço. A Declaração de Quebec (Icomos, 2008) inclui o conceito de "espírito do lugar", "os elementos físicos e espirituais que dão significado, valor, emoção e mistério a um lugar", dando-lhe um significado específico que não existe em outro lugar e não pode ser substituído. Gabi-Dolff Bonekämper (2002), por sua vez, fala da experiência insubstituível de estar presente em lugares de memória, que têm um efeito completamente diferente sobre as pessoas do que qualquer livro, filme ou imagem.

No caso do Memorial Virtual DOI-Codi, o equipamento poderá se tornar uma importante ferramenta para reforçar a urgência de criação de equipamentos nos prédios da Rua Tutoia.

A pesquisa de Neves, portanto, visa extrair e sistematizar dados para evitar o senso comum no desenvolvimento do Memorial Virtual e sua tarefa de sustentar a mobilização em torno do memorial físico. As atividades são desenvolvidas sob a ótica da Nova Museologia (Teixeira, 2022), e concordamos com Pasqualucci (2020) que "se o museu pode emergir em função de um problema comunitário e promover ações sociais que desencadeiem uma consciência crítica e social, atualmente temos uma oportunidade única".

O museu virtual garantirá o acesso a fontes documentais primárias e visa manter o trabalho curatorial em exposições virtuais. Pesquisadores, artistas e outras partes interessadas são convidados a contribuir para a construção coletiva do memorial virtual. Levy (1996), por exemplo, postula que o virtual existe como um canal de poder e, consequentemente, como um canal de realização. No caso do Memorial Virtual DOI-Codi, o equipamento poderá se tornar uma importante ferramenta para reforçar a urgência de criação de equipamentos nos prédios da Rua Tutoia. O Memorial Virtual tornará as imagens do edifício públicas e acessíveis, proporcionando uma experiência imersiva e divulgando a pesquisa científica que foi realizada ao longo de um período de seis anos.

5. Conclusões

Em 10 de junho de 2024, o coletivo foi reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) como um Ponto de Memória por desenvolver

> programas, projetos e ações de museologia social, pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território, visando à identificação, registro, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial, contribuindo para o reconhecimento e a valorização da memória social brasileira[6].

Esse reconhecimento foi importante porque formalizou o funcionamento do Grupo de Trabalho, possibilitando sua participação nas políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal para o setor museológico. Foi também uma validação oficial das atividades desenvolvidas, o que conferiu proteção aos membros do grupo e ao seu trabalho.

Neves está comprometida com a criação do museu virtual, que inclui a participação de alunos de graduação em história e desenvolvimento de software e o trabalho de voluntários em pesquisa de documentos e mineração de dados. Sob a supervisão dos professores Renato Cymbalista e Leandro Velloso, os alunos do curso de Design da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e de Design da USP desenvolveram soluções que serão utilizadas na plataforma virtual. Fernanda Lima está trabalhando para equipá-lo com um banco de dados que vinculará as várias mídias contendo informações e conhecimentos gerados sobre o DOI-Codi. O Grupo de Trabalho está empenhado em obter financiamento para produzir um documentário e desenvolver um plano museológico com base num inventário participativo. Todos os trabalhos desenvolvidos até agora são financiados pelas principais agências públicas brasileiras de fomento à pesquisa, em oposição às negativas do setor privado. A associação entre ciência e sociedade civil é o que tem construído essa política pública.

O local das antigas instalações do Oban/DOI-Codi em São Paulo foi reconhecido como patrimônio cultural e sítio arqueológico. Descobertas recentes das inscrições das pessoas que lá foram sequestradas e dos objetos o tornam ainda mais valioso para o estudo da memória das ditaduras; há um desejo de garantir a permanência dos objetos em seu ambiente original e aumentar o acesso público a eles. No entanto, os edifícios permanecem sem uso e com acesso limitado, o que limita sua importância como um lugar de memória e história. A existência de um museu virtual permitirá um acesso amplo e difuso não só aos edifícios, mas também ao conhecimento a partir deles produzido, preservando assim o sítio arqueológico e o patrimônio. Sua vocação museológica já foi expressa. Mas até que a decisão política de instalar o museu-memorial em seu local natural seja tomada, é justo que a sociedade tenha acesso a esse espaço, mesmo que seja virtual.

Enquanto o Governo do Estado de São Paulo recusa a criação do museu, o GT Memorial DOI-Codi vem cumprindo recomendações e demandas requeridas desde a década de 1990, antes mesmo de sua instalação física. Não há outro destino para este local do que o Memorial e a sociedade brasileira precisa dessa instituição para fortalecer a democracia, que está constantemente sob ameaça.

NOTAS

1. Tradução da versão original do texto em inglês publicado nos anais da XXI Conferência Internacional MINOM "Repensar as museologias e as heranças territoriais no(s) sul(es). Alianças transdisciplinares para sociedades mais justas", realizada em fevereiro de 2024, na Catania, Sicilia, Itália.
2. O Major do Exército fazia alusão às atividades institucionais de organizações de esquerda não armadas, característica da sociedade brasileira desde o início do século XX. Referia-se particularmente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista (PC) e à Ação Popular (AP), uma organização política de esquerda extraparlamentar ligada às alas progressistas da Igreja Católica.
3. O projeto, intitulado "A responsabilidade das empresas por violações de direitos durante a ditadura", está sendo conduzido atualmente sob a coordenação do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Os recursos são provenientes do Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado entre o Ministério Público Federal e a Volkswagen do Brasil S.A. Isso se deve ao papel da empresa na colaboração com a ditadura brasileira. Até 2023, treze empresas estavam sob investigação: Aracruz (papéis), Cobrasma (metalurgia), Companhia Docas de Santos (logística e transporte), Companhia Siderúrgica Nacional (metalurgia), Fiat (veículos), Folha de S.Paulo (imprensa), Itaipu (hidrelétrica), Josapar (agricultura), Paranapanema (metalurgia), Petrobras (combustíveis), Belgo Mineira (metalurgia), Embraer (aeronáutica) e Mannesmann (metalurgia).
4. Para uma melhor compreensão dos movimentos de resistência brasileiros contra a ditadura, cf. RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
5. O conceito de museu memorial foi desenvolvido por Neves (2014) e Brito (2019), com base em pesquisas sobre a interseção entre os locais de memória e os museus que os abrigam. Exemplos de museus memoriais incluem o Memorial da Resistência (SP), o Espacio Memoria Ex-Esma (Buenos Aires) e o Sitio de Memoria Ex-SID (Montevidéu). Embora sejam museus, os processos de luta social que foram mobilizados para instalar essas instituições nos lugares exatos onde a história ocorreu significam que o conceito de museu é insuficiente para compreendê-los plenamente.
6. Certificado de Ponto de Memória GT Memorial DOI-Codi, expedido pelo Ibram

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Mariana. Nas velhas celas do Dops, Memorial da Resistência. **O Estado de S.Paulo**, Caderno Nacional, p.A7, 2 maio 2008.

BERGAMO, Mônica. Na pauta. **Folha de S.Paulo**, Caderno Ilustrada, p. E2, 27 set. 2012.

BRITO, Ana Paula Ferreira de. (2019). **Quando o cárcere se transforma em museu**: processos sociais de transformação dos lugares de memórias de dor no Cone Sul. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22643.

CASADO, José; OTAVIO, Chico. O elo da FIESP com o porão da ditadura. **O Globo**, Caderno País, 9 mar. 2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/o-elo-da-fiesp-com-porao-da-ditadura-7794152#ixzz2NX1eUkMT.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Museus não presenciais. Covid-19: Impactos e reflexões na área cultural. **Revista Museu**, 18 maio 2020. Disponível em: https://revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8490-museus-nao-presenciais-covid-19-impactos-e-reflexoes-na-area-cultural.html.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Ofício 306/2012-CNV Criação de locais de Memória, Verdade e Justiça, 10 de outubro de 2012. ***In:*** CONDEPHAAT. **Processo 66578/2012 – Pedido de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia. Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo**.

COMISSÃO VAI pedir tombamento de sede da repressão. **Folha de S.Paulo**, Caderno Poder, p. A13, 25 set. 2012. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/1158735-comissao-da-verdade-vai-pedir-tombamento-de-sede-da-repressao.shtml.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Sites of hurtful memory. **The Getty Conservation Institute Newsletter**, v.17, n.2, p.4-10, 2002.

GASPARI, Élio. Honra ao mérito. **Folha de S.Paulo**, p. A17, 28 mar. 2004.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

ICOMOS. **Québec Declaration on the preservation of the Spirit of the Place**, 4 out. 2008. Disponível em: https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-646-2.pdf.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público Estadual. Ofício PJDH nº 237/2017. ***In:*** CONDEPHAAT. **Processo 76327/2016 – Pedido de informações sobre o estado de conservação do antigo DOI-Codi-II Exército 36ª Delegacia de Polícia**.

NEVES, Deborah R. L. Parecer Técnico UPPH nº GEI-410-2010. ***In:*** CONDEPHAAT. **Processo 66578/2012 – Pedido de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia. Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo**.

NEVES, Deborah R. L. Edifícios da(e) repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização. In: XXI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP. **Anais...** Campinas, SP, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidossociaisatravesdapatrimonializacao.pdf.

NEVES, Deborah R. L. Parecer Técnico UPPH nºGEI-256-2012. ***In:*** CONDEPHAAT. **Processo 66578/2012 – Pedido de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia. Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo**. Disponível em: https://www.academia.edu/108732020/Parecer_de_Tombamento_do_Conjunto_das_antigas_instala%C3%A7%C3%B5es_da_Oban_Doi_Codi.

NEVES, Deborah R. L. **A persistência do passado**: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

Ottoboni, Julio. Ex-preso político pede criação de memorial em SP. **O Estado de S.Paulo**, Caderno Cidades, p. C3, 27 out. 1995.

PASQUALUCCI, Luciana. Era Covid-19: fato museológico, experiência social e compreensão crítica dos conteúdos das mídias digitais. **Revista Museu**, 18 maio 2020. Disponível em: https://revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8485-era-covid-19-fato-museologico-experiencia-social-e-compreensao-critica-dos-conteudos-das-midias-digitais.html.

PEREIRA, Freddie Perdigão. **O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB – Histórico papel no combate à subversão**: Situação atual e perspectivas. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1978.

RUBINO, Silvana Barbosa. Parecer. ***In:*** CONDEPHAAT. **Processo 66578/2012 – Pedido de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia**.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: vida e morte do Delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

TEIXEIRA, Sidélia S. Nova Museologia: aspectos históricos e características. **Cadernos do Ceom**, v.35, n.56, p.87-97, 2022. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6927.

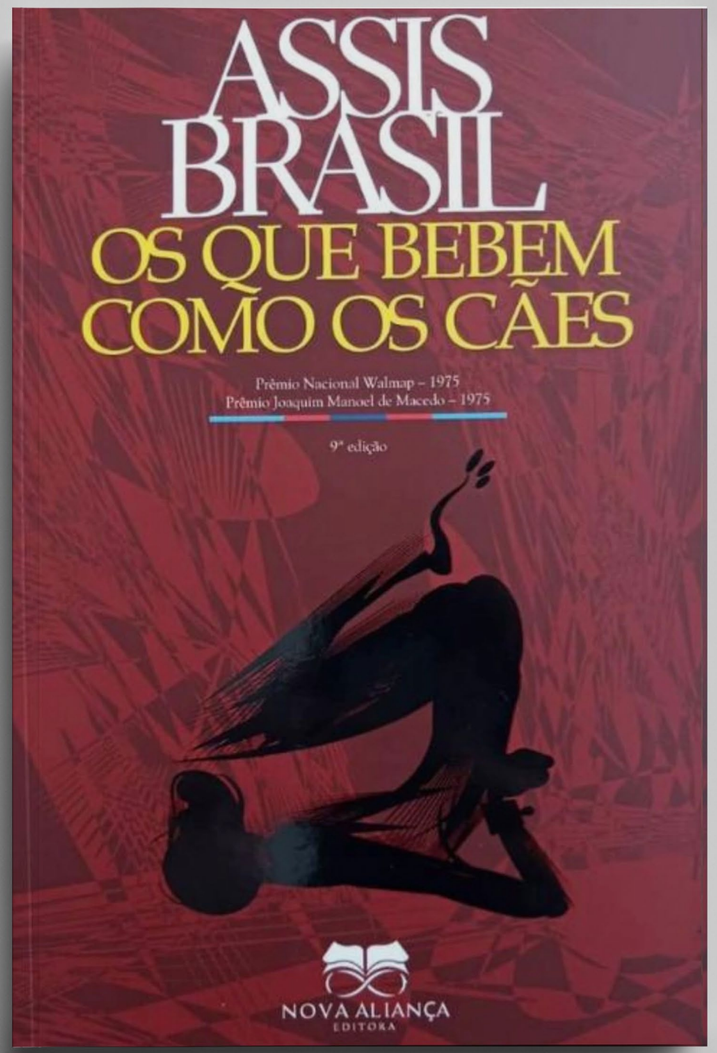
VALLE, Carlos Beltrão do. **A patrimonialização e a musealização de lugares de memória da ditadura de 1964**: o Memorial da Resistência de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

WALDMAN, Thais Chang. **Entre batismos e degolas**: (Des)caminhos bandeirantes em São Paulo. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2018. https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-10102018-150420.

WEICHERT, Marlon Alberto. Ofício 3983/2012. ***In:*** CONDEPHAAT. **Processo 66578/2012 – Pedido de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-Codi-II Exército na 36ª Delegacia de Polícia. Rua Tutoia, 921, Paraíso, Capital. São Paulo**.

Onde bebem os cães: reflexões sobre memória e território na obra de Assis Brasil

Maria Clara dos Santos Lima



1. Introdução

Há não muitos anos atrás, quando o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ainda não era a forma principal de ingressar no ensino superior, cada universidade pelo Brasil tinha seu artifício de seleção própria. No Piauí – um estado que valoriza abundantemente a educação –, o livro "História do Piauí", de Maria José Formiga, passou a ser adotado no ensino fundamental, mais especificamente na quinta série, hoje sexto ano, justamente porque o vestibular, mais adiante, cobraria o conhecimento nativo do próprio estado.

Também entraram no currículo, junto do livro didático, muitos autores piauienses cuja obra literária vale a pena conhecer: O. G. Rego de Carvalho, H. Dobal, Alvina Gameiro, Torquato Neto... A Academia Piauiense de Letras (APL) sempre esteve repleta de joias. E foi, nesse contexto, que surgiu o primeiro contato com a produção do parnaibano Assis Brasil.

O romancista, cronista, crítico literário, ocupante da 36º cadeira da APL, já vendeu mais de um milhão de livros no país inteiro e nos deixou em 2021. Seu romance mais conhecido, "Beira Rio Beira Vida", relata o dia a dia de pobreza dos que vivem às margens do Rio Parnaíba, com foco principal no cotidiano das trabalhadoras sexuais e o sistema ao qual estão submetidas, sobretudo por esse se desenvolver na região do cais, inscrito em um panorama de profundas alterações sociais e urbanas dos anos de 1930 e 1940.

Em um primeiro momento, muito antes de decidir seguir carreira na área da Arquitetura, me encantou como Francisco de Assis Almeida Brasil usava dos espaços, suas transformações e características, para falar sobre a vida. E não são intrínsecas essas duas coisas? Vivendo à margem da sociedade, em um contexto de exclusão social e preconceito, as protagonistas, ao mesmo tempo que estão na beira do rio, também estão na beira da vida, e essa percepção, apesar de triste, é repleta de sutileza, além de carregar uma atualidade impressionante mesmo retratando a cidade de muitas décadas atrás.

Esse relacionamento íntimo, mas não explícito, do autor com a arquitetura, instigou a busca por outros exemplares da sua extensa coleção. "Os que bebem como os cães", livro objeto dessa resenha, recebeu, em 1975, o Prêmio Nacional Walmap e o Prêmio Joaquim Manoel de

Esse relacionamento íntimo, mas não explícito, do autor com a arquitetura, instigou a busca por outros exemplares da sua extensa coleção.

Macedo. Para além, é claro, da sua excelência literária, a trama nos coloca encarcerados junto com o personagem principal: um prisioneiro desmemoriado cujo nome não se sabe de início, em uma prisão sem título, submetido a condições sub-humanas.

O evidente desconforto e a sensação claustrofóbica são atravessados pelas descobertas diárias de um protagonista que, como diz o prefácio escrito brilhantemente por Divaneide Carvalho, ora é o próprio narrador, ora usa o ponto de vista de um autor onisciente. O emprego dessa técnica, a falsa terceira pessoa no singular, compreende duas possibilidades narrativas que dividem, e confundem, as abstrações de quem teve a sua liberdade cercada: a realidade do cárcere e o desejo do mundo externo que, pela ausência de memória, pode apenas ser conjecturado,

Ao refletir sobre um ciclo diário contido em três lugares – a cela, o pátio, o grito – Assis Brasil demonstra em "Os que bebem como os cães" uma aparente vitória da "simplicidade" que não é simplória: os capítulos curtos que encenam uma rotina repetitiva podem, à primeira vista, parecerem enfadonhos, mas à medida que o personagem principal vai sobrevivendo, a visão do leitor também é continuamente descortinada, e, de repente, você se encontra ali, abarrotado de angústia, mas completamente entregue a todas as sensações espaciais que também versam sobre a vida.

2. Desenvolvimento

A narrativa, que começa com o capítulo "a cela", já insere, desde o início, os leitores em um ambiente cujas limitações são claras, embora a visão ali seja turva: "a escuridão é ampla e envolvente, o silêncio total, cortado apenas por aquele velho barulho que parte de seus ouvidos" (Brasil, 2013, p.7). As vedações que definem o cubículo são representações materiais das próprias restrições ***senti-mentais*** em que está submetido o protagonista.

A claustrofobia, segundo o dicionário Michaelis, o medo mórbido de permanecer em lugares fechados, tem origem etimológica bem definida: advém da junção da palavra claustro, do latim ***claustrum***, que significa lugar fechado, e fobia, do grego ***phóbos***, no sentido de medo ou temor. Claustro também define um elemento arquitetônico muito comum em conventos, catedrais, mosteiros e abadias: Capitel (2005, p.31) propõe a disposição cartesiana desse espaço como uma estrutura onde todos poderiam ser vistos de um único ponto, uma espécie de "panóptico simples". A conexão evocada pelo autor com a estrutura criada por Jeremy Bentham não é uma força de expressão: o artifício de vigilância, segundo Foucault (1996), simbolizava o sistema prisional ideal onde, independente do lugar, era possível que quem deveria ser observado, o fosse.

Portanto, o sentimento de isolamento do protagonista, que transborda o ambiente e passa a fazer parte do seu interior, é uma estratégia carcerária que tem por objetivo desumanizar o sujeito aprisionado. Mesmo em constante sensação de vigília, e também por isso, a percepção de estar solitário – outro nome dado a um ambiente da arquitetura prisional, a ***solitária*** – precede a perda gradativa de identidade que é imposta: antes mesmo de aprisionar os réus, os fichamentos policiais transformam pessoas em números, por exemplo.

A percepção que o indivíduo tem de si e de seu pertencimento, ou seja, a sua identidade, é partidária da memória, um instrumento individual, mas ao mesmo tempo social, e que, no caso do protagonista, está ausente, seja na perspectiva mnemônica individual, seja no aspecto do convívio. O não reconhecimento de si, essa escuridão externa que passa a fazer parte da sua própria natureza, é um produto da dinâmica de poder presente nas instituições que regem a sociedade e, portanto, reproduzida pelos ambientes de cárcere.

É Raffestin (1993, p.143) que aponta a não equivalência dos termos espaço e território. Segundo o autor, o espaço precede o território, e o segundo é formado a partir

As vedações que definem o cubículo são representações materiais das próprias restrições senti-mentais em que está submetido o protagonista.

do primeiro através da ação de um indivíduo sintagmático, ou seja, com uma relação de dependência: ao se apropriar de um espaço, de forma concreta ou abstrata, o ator "territorializa" o espaço. Portanto, ao enxergar o território como uma "prisão que os homens constroem para si", o autor situa o espaço como uma matéria-prima do território que vai ser produzido.

Nesse âmbito, não é alheio enquadrar "a cela", espaço para onde retorna sempre o protagonista de "Os que bebem como os cães", como um território, visto que ao mesmo tempo que o indivíduo se apropria daquele espaço – "olhando para a parede em frente ou para a suposta porta, já podia distinguir algo, uma sombra, o obstáculo definido" (Brasil, 2013, p.14) – também está submetido a ele. Ao produzir um território, o inscrevemos em um campo de poder: representar um espaço já é uma forma de controlá-lo, mas quando esse território é também representativo da atuação de sujeitos sobre outros sujeitos, então ele se convenciona em uma construção da realidade para o aprisionado, um cenário, e um instrumento do poder para quem aprisiona.

Da mesma forma é "o pátio", capítulo sempre seguinte à "a cela que, em primeiro momento, parecia simbolizar para o personagem o contato parcial com a liberdade: ao ser colocado de pé, desalgemado e levado para um ambiente repleto de claridade, o protagonista sente um alívio que é prorrogado pela chegada até um tanque onde é

entendemos também as dinâmicas de poder em que ele está submetido no território, e como perder sua memória é, ao mesmo tempo, perder a sua identidade.

posto para beber e se molhar. A água abundante e generosa, como descreve, desce pelo rosto e ele a bebe "com a angústia de quem descobre tarde a sua sede" (Brasil, 2013, p.12).

No entanto, dia após dia, o protagonista passa a entender o pátio como um prolongamento da tortura que vem sofrendo. Arquitetonicamente, a análise do pátio como elemento constituinte de estruturas repressivas vai desaguar nessa mesma conclusão: embora seja percebido como um ambiente símbolo de convivência e relacionamento humano (Consiglieri, 2000), e por isso sua recorrência institucional, quando aplicado em um programa arquitetônico prisional, se constitui em apenas mais uma forma de controle, uma fiscalização amplificada para momentos que deveriam ser de descompressão.

Porém, a tomada consciência do personagem é gradativa: primeiro, ele observa uma longa fila de homens se formando para beber água e para o "banho", mas com os solavancos percebe que, apesar da necessidade, todos estão fazendo forçadamente a mesma coisa, de forma animalesca. Depois, se dá conta que a claridade, antes afetuosa – porque era o oposto do cubículo escuro onde passara a maior parte dos dias –, era uma ilusão: a luz difusa, um clarão que não cedia, não vinha do Sol, era como milhares de lâmpadas enormes. Ou seja, a sua noção de tempo também era manipulada, o que parecia manhã, na verdade, era um cenário.

O esparadrapo colocado na boca dos prisioneiros também muda a percepção do narrador. À medida que o guarda tira a fita de um dos homens e o empurra para o jato de água, evita que ele diga, ou melhor, grite alguma coisa. "O grito", capítulo sempre após "o pátio", é *locus* de uma assimilação do narrador sobre si. Ao ouvir os outros presos gritarem "Mamãe!", "Mãe!", "Maria... Minha Maria", o protagonista percebe que sim, ele tinha um passado, mas também que não podia se lembrar de nada.

Esse artifício do autor que coloca o grito como um lugar, materializado na ação, é uma das maiores surpresas da narrativa. Ao tentar gritar, o protagonista percebe que não tem nome algum na mente, portanto não pode ocupar aquele lugar. Ao entender o termo "mãe" como algo estranho e distante, o narrador nos põe diante da função da memória como um artifício vivo, que ao mesmo tempo que é passado, também se faz no presente. Ao deitar no escuro e silêncio, o personagem não concatena pensamentos, nem reflexões, simplesmente por suas memórias se resumirem a cela, ao pátio, e agora, ao grito (dos outros).

Ao refletir sobre a possibilidade de gritar, o protagonista conjectura se ele é apenas a consciência sofredora de todos aqueles homens, homens sem liberdade, e indaga o que temem tanto os guardas no ato de gritar. Quando finalmente consegue fazê-lo, também compreende a motivação por detrás: gritou porque pôde, porque os outros homens não gritaram, e isso é um outro jeito, muito bonito, de ecoar que a liberdade, ainda que possa prescindir dos espaços, independe deles para existir, e a resistência, ainda que de todos, só precisa da ação de um.

3. Considerações finais

Quando não se tem memória, só se conhece aquilo que se vive. Em "Os que bebem como os cães" a repetição dos ambientes que o protagonista conhece – o pátio, a cela, o grito – evidenciam a rotina monótona do cárcere para o leitor, mas também demonstram que estamos conhecendo a totalidade daquilo que o personagem conhece: ao observar os seus pensamentos que orbitam apenas em função do banho, do pátio, da sopa, da cela, entendemos também as dinâmicas de poder em que ele está submetido no território, e como perder sua memória é, ao mesmo tempo, perder a sua identidade.

Os pensamentos cotidianos do protagonista não transgridem suas necessidades imediatas e limitadas, como a fome e a sede. Embora seja um romance, esse aspecto encena um conceito de Candau (2012, p.5) que reflete a memória como um vínculo aos aspectos conceituais e cognitivos, de forma que sem ela o sujeito está constantemente perdido, vivendo unicamente o momento. Da escuridão que transborda o ambiente da cela e toma conta do protagonista até o grito – não de desespero, mas de esperança –, há um percurso violento e tortuoso comum à realidade. A tortura, em todos os seus métodos, adianta gradativamente o tempo de morrer, portanto se convenciona na forma mais cruel de impor poder sobre outra pessoa.

Mesmo sabendo do destino inevitável de Jeremias, o texto coloca a memória gravitando, indo e voltando, sem amarras, e se materializando no grito. E, dessa forma, alegoricamente, Assis Brasil transborda a interpretação da memória que, além de agente político e forma de reparação, também bebe da mesma fonte que os cães: a esperança.

AUTORA
Arquiteta e Urbanista. Mestranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

FICHA TÉCNICA DA OBRA
Título: Os que bebem como os cães
Autor: Assis Brasil
Editora: Nova Aliança
Cidade: Teresina
Ano: 2013
Número de páginas: 188
ISBN: 978-85-913580-2-1

REFERÊNCIAS

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. Os que bebem como os cães. 9. ed. Teresina: Nova Aliança, 2013.
CAPITEL, Antón. La arquitectura del patio. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.
CANDAU, Joel. Memória e identidade. 1. ed. reimp.. São Paulo: Contexto, 2012.
CONSIGLIERI, Victor. As significações da arquitectura: 1920-1990. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
MICHAELIS. Claustrofobia. Dicionário Michaelis Online. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/palavra/eaaj/claustrofobia/. Acesso em: 25 fev. 2025.
RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. v.29. São Paulo: Ática, 1993.
ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

Mapeamento online participativo com base nos padrões de projeto

Juliette Lenoir e
Liza Maria Souza de Andrade

Na era digital, o papel das plataformas online no fortalecimento da participação popular é crucial. A partir das experiências e metodologia de urbanismo participativo do Laboratório de Assessoria Sociotécnica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), o Periférico, investigamos um Mapeamento Online Participativo (MOP) via aplicativo de celular. O laboratório atua em territórios marginalizados do planejamento urbano, buscando uma adequação sociotécnica entre os processos de projeto e as necessidades locais. As oficinas participativas utilizam padrões espaciais e de acontecimentos e ecossistemas urbanos como parâmetros de projeto, traduzindo a complexidade e transdisciplinaridade do espaço urbano. Isso facilita o diálogo com a comunidade e o mapeamento do contexto nas dimensões social, cultural, afetiva, ambiental e econômica. Inicialmente, a bibliografia e as experiências do Periférico sobre as Linguagens dos Padrões nos auxiliaram no entendimento da metodologia e da lógica dos padrões. Em seguida, realizamos uma revisão de literatura sobre as implicações do uso de tecnologias de SIG no mapeamento participativo e sua interseção com as ciências sociais. Por fim, investigamos critérios para a adequação sociotécnica do MOP com base nos padrões para melhor atender as realidades das comunidades e promover processos mais dialógicos entre os atores.

Palavras-chave: assessoria técnica; assentamento informa; Participação Pública em Sistema de Informação Geográfica (PPSIG).

MAPEO ONLINE PARTICIPATIVO BASADO EN PATRONES DE DISEÑO

En la era digital, el papel de las plataformas online para fortalecer la participación popular es crucial. A partir de las experiencias y la metodología de urbanismo participativo del Laboratorio de Consultoría Sociotécnica de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Brasília (FAU-UnB, el Periférico, investigamos un Mapeo Participativo online (MOP) a través de una aplicación móvil. El laboratorio opera en territorios marginados del planeamiento urbano, buscando una adecuación sociotécnica entre los procesos de proyecto y las necesidades locales. Los talleres participativos utilizan patrones espaciales, y de eventos y ecosistemas urbanos como parámetros de proyecto, traduciendo la complejidad y la transdisciplinariedad del espacio urbano. Esto facilita el diálogo con la comunidad y el mapeo del contexto en dimensiones sociales, culturales, afectivas, ambientales y económicas. Inicialmente, la bibliografía y las experiencias del Periférico sobre los Lenguajes de Patrones nos ayudan a comprender la metodología y la lógica de los patrones. Posteriormente, realizamos una revisión de la literatura sobre las implicaciones del uso de tecnologías SIG en el mapeo participativo y su intersección con las ciencias sociales. Finalmente, investigamos criterios para la adecuación sociotécnica del MOP basada en los patrones para atender mejor las realidades de las comunidades y promover procesos más dialógicos entre los actores.

PALABRAS-CHAVES: consultoría técnica; asentamiento informal; Participación Pública en Sistemas de Información Geográfica (PPSIG).

ONLINE PARTICIPATORY MAPPING BASED ON DESIGN PATTERNS

In the digital age, the role of online platforms in strengthening popular participation is crucial. Based on the experiences and participatory urbanism methodology of the Laboratório de Assessoria Sociotécnica of Faculdade de Arquitetura e Urbanismo at Universidade de Brasília (FAU-UnB), Periférico, we investigate a Participatory Online Mapping (MOP) through a mobile app. Periférico operates in marginalized urban planning territories, seeking a sociotechnical alignment between project processes and local needs. The participatory workshops utilize spatial patterns, events, and urban ecosystems as design parameters, translating the complexity and transdisciplinarity of urban space. This facilitates dialogue with the community and the mapping of the context in social, cultural, affective, environmental, and economic dimensions. Initially, the bibliography and experiences of Periférico on Patterns Language help us understand the methodology and logic of the patterns. Subsequently, we conduct a literature review on the implications of using GIS technologies in participatory mapping and their intersection with the social sciences. Finally, we investigate criteria for the sociotechnical adaptation of the MOP, based on the identified patterns, to better meet community realities and promote more dialogical processes among stakeholders.

KEYWORDS: technical assistance; informal settlement; Public Participation in Geographic Information System (PPGIS).

1. Introdução

O Periférico, Laboratório de Assessoria Sociotécnica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), atua junto às populações excluídas dos processos de planejamento. O direito à moradia digna é visto como a base para todos os outros direitos, notadamente o direito à cidade. Nesse sentido, sem moradia inviabiliza-se o acesso ao trabalho, à saúde, ao saneamento básico, à educação de qualidade, entre outros.

Certificado pelo CNPq, em 2017, como grupo de pesquisa e extensão e, em 2024, como Laboratório de Assessoria Sociotécnica, o Periférico tem suas origens nas práticas extensionistas do Escritório Modelo em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB. Atua em mais de dez territórios no Distrito Federal e entorno, o que formou a base comunitária para abertura, em 2022, da Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Na residência, as equipes de assessoria focaram em cinco territórios urbanos e dois rurais, mas a atuação segue em outros territórios, como o Kalunga, na Chapada dos Veadeiros, por meio de editais de pesquisa e extensão da UnB.

O Periférico busca atuar a partir do Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (Placts), das epistemologias do Sul e da tecnociência solidária. Portanto, as práticas e pesquisas se orientam para as populações à margem do capitalismo, colonialismo e imperialismo (Santos, 2011), integrando-as à ciência e à tecnologia no intuito de "superar o subdesenvolvimento, a dependência e a desigualdade" (Dagnino, 2019, p.37).

Nas metodologias participativas, a etapa de mapeamento é uma importante ferramenta para entender as realidades do contexto local, mas também para facilitar a troca de saberes entre os cidadãos, os técnicos e os poderes públicos. O mapa é um apoio às populações na reivindicação dos seus direitos e construção de cenários com base no contexto específico da comunidade. O mapa é um dos meios de comunicação com as autoridades, constituindo assim uma importante ferramenta a subsidiar as decisões de políticas públicas.

No Laboratório Periférico, o espaço urbano e suas dinâmicas, como objeto complexo, é transcrito em códigos geradores de soluções contextualizadas, chamados padrões espaciais e de acontecimentos, desenvolvidos por Alexander *et al.* (1977), e padrões de ecossistemas urbanos, desenvolvido por Andrade (2014). Entre outras metodologias participativas, os padrões são utilizados como meio de aproximação entre o sujeito sociotécnico (a comunidade), o objeto (o espaço urbano e suas dinâmicas) e o técnico.

No Laboratório Periférico, o espaço urbano e suas dinâmicas, como objeto complexo, é transcrito em códigos geradores de soluções contextualizadas, chamados padrões espaciais e de acontecimentos

Os padrões também formam a base da arquitetura informática e algorítmica já enxergada por Alexander antes da formalização da Linguagem dos Padrões, em 1977. Por serem parâmetros de projetos, os padrões têm a função de gerar estruturas vivas e dinâmicas, mais adaptadas à complexidade do ser humano e da cidade.

Tecnologias, como a internet, celulares e aplicativos, fazem parte do nosso cotidiano e sua inclusão às metodologias participativas do Laboratório Periférico torna-se um desafio. Dados do Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) mostram que a pandemia ampliou o uso de tecnologias e a cobertura internet, mas que as desigualdades anteriores à crise sanitária se acentuaram. Em 2020, nas classes menos favorecidas, para 54% das pessoas o celular é de uso exclusivo e para 44% das pessoas o celular é compartilhado enquanto na classe mais abastada, 90% das pessoas têm um celular de uso exclusivo.[1]

Cientes de que "à medida que a complexidade da tecnologia aumenta, o acesso desta pela comunidade diminui" (Rambaldi *et al.*, 2006), e reconhecendo que a falta de celular, computador ou internet pode excluir pessoas do processo, nos questionamos: como uma tecnologia de mapeamento virtual pode ser inserida no processo participativo em adequação sociotécnica promovido pelo Periférico?

Nosso objetivo, portanto, é investigar a adequação entre a metodologia dos padrões utilizada pelo Periférico e os recursos oferecidos por plataformas digitais de Participação Pública em Sistemas de Informação Geográfica (PPSIG). Nossa metodologia é baseada em uma revisão de literatura, partindo da bibliografia do Laboratório Periférico sobre padrões e complementada por pesquisas em plataformas de artigos científicos e referências das obras revisadas.

Em um primeiro momento, buscamos compreender melhor a metodologia do Periférico, com ênfase no uso

Os atos cotidianos humanos e não humanos podem ser transcritos em um conjunto de padrões de acontecimentos que se repetem

transdisciplinar dos padrões desenvolvidos por Alexander *et al.* (1977) e Andrade (2014). Em seguida, investigamos as implicações da participação por meio digital e a aproximação das Ciências Humanas com as tecnologias de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Por fim, discutimos a adequação sociotécnica do Mapeamento Online Participativo (MOP) com base em fotografias utilizadas como padrões de projeto.

2. Linguagens dos padrões

2.1. Os padrões espaciais e de acontecimentos de Alexander

Inicialmente composta por 253 padrões, a Linguagem dos Padrões, proposta por Alexander *et al.* em 1977 e detalhada por Alexander em "*The Timeless Building*" (1979), demostra, pela observação dos padrões espaciais e de acontecimentos, a complexidade intrínseca dos ambientes naturais e construídos. Tal complexidade é decodificada pelo autor como um todo, resultado de várias ações individuais, inconscientes e recorrentes. Tais ações individuais são localizadas no tempo e no espaço, e todas são profundamente vivas, dinâmicas, em contraponto a algo morto.

"Viva" é uma das palavras que o autor utiliza para descrever um dos aspectos do que ele chama de "qualidade sem nome", necessária às construções naturais e humanas. Ele também propõe as palavras "todo", "conforto", "liberdade", "eternidade", mas sempre contrapondo certos sentidos dessas palavras que não condizem com a "qualidade sem nome". Assim, um todo pode parecer finito, o conforto pode ser perfeito demais, a liberdade às vezes esquece as suas raízes e pode ser artificial ou forçada.

Conforme Alexander, a "qualidade sem nome" se encontra em tudo ao nosso redor, inclusive dentro de nós mesmos. Vivemos momentos privilegiados em que essa qualidade se manifesta e a sentimos no fundo de nós, por exemplo quando rimos ou quando ficamos tristes. Alexander (1979, p.53, tradução nossa) defende que a "qualidade sem nome" está dentro de nós e em nosso entorno e que isso "não é uma analogia, ou uma similaridade. O fato é que cada um cria o outro".[2]

Os atos cotidianos humanos e não humanos podem ser transcritos em um conjunto de padrões de acontecimentos que se repetem: levantar-se, ir ao banheiro, tomar um café na mesa da cozinha etc. (Alexander, 1979). Assim, o que gera a diversidade é o lugar onde acontece essa ou aquela atividade e a disponibilidade cultural da pessoa.

Os padrões de acontecimentos são a primeira investigação a ser feita para entender um lugar, seus padrões espaciais e suas dinâmicas. Eles transcrevem a cultura do lugar. Logo, um padrão de acontecimento não pode ser desvinculado do lugar onde acontece. Alexander (1979, p.74, tradução nossa) escreve que "um edifício ou uma cidade é [...] um sistema vivo, uma coleção de padrões de acontecimentos no espaço em interação e adjacentes, cada um repetindo um certo evento, mas sempre ancorado pelo seu lugar no espaço". [3]

2.2. Os padrões de ecossistemas urbanos propostos por Andrade

Desde a sua tese de doutoramento, a professora Liza Andrade (2014), coordenadora do Periférico, vem desenvolvendo um método transdisciplinar para um desenho urbano sustentável nas dimensões social, econômica, cultural e ambiental. Andrade traz a noção de ecossistema urbano e utiliza os fluxos de água como elemento integrador da dualidade entre as realidades socioespaciais e ambientais, que geralmente têm metas contraditórias.

O conceito de ecossistema urbano começou a ser utilizado no fim da década de 1990 no Cary Institute of Ecosysytems Study, nos Estados Unidos, com o intuito de conectar o habitat construído do ser humano às suas características e dinâmicas físicas, sociais e biológicas (Picket; Cadenasso; Mcgrath, 2013 *apud* Andrade, 2014). Outra vertente do conceito de ecossistemas urbanos, chamada "desenho social urbano", é utilizada por pesquisadores da Espanha para o desenho de espaços ambientais e dinâmicas, visando melhorar a auto-organização dos cidadãos, a interação social dentro de comunidades e suas relações com o meio ambiente. Esse conceito abriu uma nova vertente para a ecologia urbana, na qual se começou a pesquisar uma ecologia da cidade que vai além do estudo da biodiversidade nas cidades. Hoje, a ecologia para a cidade busca soluções ecossistêmicas para tornar as cidades mais sustentáveis (Grove *et al., 2015 apud* Rezende, 2021).

A partir desse novo paradigma, Andrade desenvolve os padrões de ecossistemas urbanos conforme a hierarquia tríplice de organização entre as escalas do planejamento, isto é, o subsistema (a comunidade), o sistema (a cidade) e o suprassistema (a paisagem) (Odim; Barret, 2007 *apud* Andrade, 2014). Assim, primeiramente, selecionam-se os padrões globais ao nível da paisagem, como, por exemplo, a bacia hidrográfica, o que embasa um "desenho urbano sensível à água" e, depois, aplicam-se os "padrões espaciais locais do ecossistema urbano [...] no subsistema da comunidade" (Andrade, 2014, p.516).

Andrade sistematizou ao todo 15 padrões globais que "definem a paisagem e a heterogeneidade espacial dos ecossistemas", 8 padrões globais que "definem a comunidade, os bairros e o agrupamento de edificações" e 13 padrões locais para "agrupamento de edificações ou edificação no lote" (2014, p.521).

2.3. Transdisciplinaridade da linguagem dos padrões

Estima-se que existam hoje mais de 30 mil linguagens dos padrões, aplicadas nas mais variadas áreas do conhecimento, como "filmes, costura, organização, combate aos incêndios e composição musical" (Leitner, 2014 *apud* Finidori *et al.*, 2015, p.2). A partir dos anos 1960, percebe-se os limites das concepções cartesianas de análise/síntese para projetos arquitetônicos cada vez mais complexos (Zetlaoui-Léger, 2013). O Design Methods Movements investiga novas formas de projetar, nas quais a organização e a hierarquização dos dados permitam guiar as decisões. Parte-se dos problemas levantados e do programa de necessidades, na formulação dos quais devem participar os técnicos e os futuros usuários.

No âmbito do Design Methods Movements, Alexander propõe um método que busca solucionar os problemas graças a um modelo algorítmico baseado na lógica e no formalismo da teoria dos grafos e da linguagem informática (Zetlaoui-Léger, 2013). Em 1966, com a publicação de "*The city is not a tree*", Alexander considera esse modelo hierárquico desumanizante e o refuta, frisando que "a solução a um certo nível é suscetível questionar as soluções dadas em outros níveis" (Zetlaoui-Léger, 2013, p.61).

Uma evolução desse primeiro método proposto por Alexander *et al.* é a Linguagem dos Padrões (1977), descrita na sessão anterior. Conforme Finidori *et al.* (2015), em referência à Takashi Iba, essa primeira geração da linguagem dos padrões trata do objeto arquitetônico construído e das atividades que nele acontecem. Tem como objetivo auxiliar na comunicação sobre esse objeto entre as diferentes partes envolvidas na sua concepção e utilização. A segunda geração abrange objetos imateriais na área da programação informática e a terceira geração envolve as formas de interação social, processo esse que não acaba depois da resolução de um problema, mas que sempre se repete de maneira iterativa.

Os padrões de acontecimentos são a primeira investigação a ser feita para entender um lugar, seus padrões espaciais e suas dinâmicas. Eles transcrevem a cultura do lugar. Logo, um padrão de acontecimento não pode ser desvinculado do lugar onde acontece.

A aproximação entre a área de programação algorítmica e a linguagem dos padrões se revela pelo fato de que as interações entre os seres humanos e as tecnologias estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Assim, explica-se o interesse dos programadores em estruturas que reflitam a complexidade da vida humana. No congresso *Object-oriented Programs, Systems, Languages and Applications* (1996), Alexander traz para o público de programadores o conceito de estruturas vivas proposto na teoria da Linguagem dos Padrões. Em *Object-oriented Programs...*, os padrões são o formato de troca e reprodução de blocos de construção informática, resolvendo problemas complexos de comunicação (Finidori *et al.*, 2015).

Na introdução à palestra de Alexander, Cooplien declara que "*focusing on objects had caused us to loose the system perspective*" e a "*preoccupation with design method had caused us to loose the human perspective*" (Alexander, 1996). Uma linguagem dos padrões permite projetar uma estrutura que mantém "*the whole at each step, but gradually introducing differentiations one after the other*" (Alexander, 1996). Conforme Alexander, o ponto chave para os programadores informáticos é o de trabalhar com uma estrutura generativa pois é desse modo que o resultado será adaptado as demandas e contextos específicos.

> *When the generative scheme is carried out, the results are always different, because the generative scheme always generates structure that starts with the exist-*

ing context, and creates things which relate directly and specifically to that context. Thus, the beautiful organic variety, which was commonplace in traditional society, could exist because these generative schemes were used by thousands of different people, and allowed people to create houses, or rooms, or windows, unique to their circumstances. (Alexander, 1996)

A questão de um processo generativo surge nas novas gerações de linguagem dos padrões, e nesse ponto, Alexander (1996) ressalta que se torna uma linguagem mais aparentada à essência das Ciências Computacionais e do código informático. Alexander depositava grandes expectativas na possibilidade de uma apropriação pelas Ciências Computacionais da linguagem generativa que pudesse resolver vários problemas complexos contemporâneos.

3. A inserção das tecnologias de PPSIG no processo em adequação sociotécnica do Laboratório Periférico

3.1. A aproximação das Ciências Sociais com o mapeamento participativo e tecnologias de SIG

Novas tecnologias proporcionam meios inovadores e atrativos de participação social. A revisão de literatura revela que a Pesquisa Pública em Sistema de Informação Geográfica (PPSIG) pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento abrangendo o mapeamento do meio ambiente, a identificação de espécies animais e vegetais, bem como características do espaço urbano, tanto formal quanto informal (Nowak *et al.*, 2020; Austin, 2018; Lisboa Filho *et al.*, 2017; Haklay *et al.*, 2014). Nessas pesquisas, quatro grandes temas são abordados em diferentes graus, de acordo com os objetivos de cada artigo: a relação dos participantes com a ferramenta (treinamento, acesso e divulgação dos dados); a relação do pesquisador com a ferramenta (vantagens e desvantagens para a pesquisa e questões éticas); a comparação das características das plataformas; e a análise de estudos de caso.

A participação voluntária de usuários envolve questões relativas a dados pessoais e possíveis riscos decorrentes da divulgação desses dados e dos resultados sob a responsabilidade do pesquisador (Newman, 2010 *apud* Austin, 2018; Halder, 2014,; Hagen, 2011; Rambaldi *et al.*, 2006; Snee, 2008). No que diz respeito à utilização de tecnologia, em uma época em que o uso de GPS e programas de geoprocessamento era menos difundido, Hagen (2011) relata como os voluntários do assentamento informal Kibera (Kenya), após um receio inicial, ficaram satisfeitos por adquirir novas habilidades, intensificando o sentimento de pertencimento à comunidade local.

no contexto de uma assessoria sociotécnica contra hegemônica, a disponibilidade de um computador é menos provável, enquanto o uso do celular é mais difundido, determinando a necessidade de um acesso ou versão móvel do programa escolhido.

Observamos que há várias ferramentas em constante evolução, conforme o avanço das tecnologias, e que cada ferramenta tem vantagens e desvantagens a serem avaliadas de acordo com os objetivos da PPSIG (Nowak *et al.*, 2020; Lamoureux, 2019). Uma das principais vantagens a ser considerada é a disponibilidade de uma versão móvel, pois o uso de celular, além de ser mais difundido e barato em comparação com outros aparelhos, permite tirar fotografia, anexar documentos e informar a posição GPS em um único dispositivo (Nowak *et al.*, 2020; Basiouka; Potsiou, 2016; Hadler, 2014).

No artigo "Web 2.0 como ferramenta de pesquisa em ciências sociais" (2008), Snee destaca uma série de desafios para o pesquisador, como o processamento de grandes volumes de dados, de acordo com o propósito da pesquisa, e a familiarização com os ambientes inovadores da *Web* 2.0. A autora também chama a atenção sobre a nova relação entre o pesquisador e o sujeito proposta pelas tecnologias e pelas interações da *Web*. Constatou-se, durante a pandemia de Covid-19, que as novas tecnologias têm um alto potencial para o ensino, colaborações transdisciplinares e difusão inovadora, mais transparente e com maior alcance dos resultados e procedimentos de pesquisa (Snee, 2008).

3.2. Características do mapeamento digital participativo em adequação com a prática do Laboratório Periférico

Em contraponto à tecnociência capitalista, cujos benefícios são apropriados por poucos, a tecnociência solidária reivindica processos ancorados no contexto socioeconômico da comunidade, que produz, gera e usufrui uma tecnologia de baixo custo e fácil implementação (Dagnino, 2019; Neder, 2017). Assim, democratiza-se o acesso à tecnologia para reduzir as desigualdades, trazendo os benefícios da produção no ciclo retroalimentado da economia solidária local (Dagnino, 2019; Neder, 2017). Embasado na filosofia de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e na adequação sociotécnica da pesquisa e da extensão, o Periférico aponta formas de atuação em prol de uma cidade social e ambientalmente mais equilibrada no contexto da América Latina.

Em estudos anteriores e ao longo dessa pesquisa, elencamos critérios para adequar o mapeamento online participativo (MOP) às metodologias do Periférico. Observamos que, no contexto de uma assessoria sociotécnica contra hegemônica, a disponibilidade de um computador é menos provável, enquanto o uso do celular é mais difundido, determinando a necessidade de um acesso ou versão móvel do programa escolhido.

Ainda em relação às condições materiais dos participantes, é importante que a plataforma escolhida para implementação do MOP seja gratuita e que seja possível utilizá-la em modo offline para o mapeamento em campo, já que as áreas periféricas nem sempre têm uma boa cobertura de 4G e porque os participantes nem sempre terão um pacote de dados suficiente. No caso de mapeamento comunitário, é relevante que o programa ofereça um questionário pelo qual possam ser formuladas livremente perguntas e respostas sobre os elementos mapeados conforme os objetivos da PPSIG. Além disso, é conveniente que a opção de escolha do fundo de mapa esteja disponível, sendo que o modo de vista por satélite ajudará os participantes na identificação das características familiares no local mapeado, como árvores, praças, caixas d'água etc.

No processo participativo presencial, destaca-se a questão da interação entre os participantes. No mapeamento digital, uma interação possível seria comentar um registro já mapeado – como as aplicações *crowdsource manager and reporter* do ArcGIS afirmam possibilitar, embora não tenha sido possível testar essa função no âmbito dessa pesquisa (Lenoir; Andrade 2021). Os demais aplicativos analisados não disponibilizam essa funcionalidade, portanto, identificamos que o mapa dinâmico (em evolução conforme o aumento dos registros) pode ser uma opção correta de interação (Lenoir; Andrade 2021). Além disso, os participantes podem inserir um novo registro para comentar um registro já mapeado.

A Linguagem dos Padrões e a metodologia do Periférico orientaram a definição das características do Mapeamento Online Participativo (MOP) em adequação sociotécnica.

Por fim, sistematizou-se na Tabela 1 a seguir as plataformas testadas conforme os pontos acima elencados. Plataformas como *Open Street Map*, *Google Earth* ou *My Maps* (*Google*) foram descartadas por não terem versão móvel de participação. Outras plataformas, como *Click on Map* ou mesmo as soluções de API do *Google Maps*, também foram descartadas por necessitarem de conhecimentos em programação informática não aplicáveis no âmbito dessa pesquisa.

Todas as plataformas comparadas na Tabela 1 possuem as seguintes características: questionário com perguntas e respostas definidas livremente; mapa satélite disponível com os registros dos participantes; interface intuitiva; e dados exportáveis nos formatos compatíveis com programas de análise de dados estatísticos (tipo Excel) e geográficos (tipo Qgis).

No *QField*, o plugin *QFieldSync* salva o projeto no formato *GeoPackage* em uma pasta do computador do administrador do projeto. A partir desse ponto, é necessário conectar o celular ao computador, arrastar e copiar a pasta do projeto para o dispositivo móvel. Após a coleta de dados, o projeto deve ser copiado de volta para o computador. Há uma nuvem, *QFieldCloud*, em desenvolvimento, bem como uma versão móvel para o sistema iOS. Sem a nuvem, percebemos que o aplicativo é útil para o

Programa	Mergin Map (Qgis)	QField (Qgis)	MapitGIS	Ushahidi	Kobotoolbox	Monkey Survey
Campos confidenciais	não	não	não	sim	não	não
Edição pelo celular	Android e ios	Android	Android	Android e ios	Android e ios	Android e ios
Tamanho do app (mega)	83	varia	12	16	Instalação não necessária	Instalação não necessária
Modo offline	sim	sim	pago	sim	sim	sim
Armazenamento	100 MB gratuito	dispositivo (QField Cloud em desenvolvimento)	conexão com Dropbox, Google Drive...	dispositivo	5 GB	1 GB
Inserção de fotografias	sim	sim	não	sim	sim	sim
Registro por pontos e polígonos	sim	sim	sim	pontos	sim	sim
Inserção no mapa de camadas do Plano Diretor	sim	sim	não	não	não	não
Código *open source*	sim	sim	não	sim	não	não

Tabela 1 – Comparação entre as ferramentas móveis gratuitas analisadas
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nota sobre Campo confidenciais: Um campo é considerado confidencial quando a resposta somente está disponível para um grupo restrito de administradores e não aparece no mapa coletivo.

pesquisador de campo, mas para fins do mapeamento participativo não se mostra viável, uma vez que os dados coletados ficariam dispersos entre as várias versões do projeto instaladas nos dispositivos dos participantes.

Somente Ushahidi permite que certas respostas sejam confidenciais, o que pode ser útil para a coleta de dados pessoais ou em caso de situações que possam gerar conflitos. O *MapitGIS* não permite a coleta de documento por fotografias ou outros formatos o que limita a sua utilização no contexto dessa pesquisa.

A plataforma *Ushahidi* oferece uma versão básica gratuita por 90 dias, após os quais o aplicativo se torna pago. No entanto, é possível solicitar acesso gratuito em projetos de cunho social provenientes de organizações com orçamento limitado (*grassroots license*), mediante devida comprovação.

O *Mergin Map* também atende aos objetivos dessa pesquisa, embora apresente um custo elevado para armazenamento em nuvem. Em projeto de cunho acadêmico, a licença é concedida gratuitamente, o que pode ser comprovado de maneira simplificada pela vinculação a um email institucional. Até onde foi possível testar, não há campo confidencial no *Mergin Map*, embora exista a perspectiva de programar esse campo para confidencialidade, dado que o formulário é montado no *Qgis*, um programa de código aberto (***open source***) e programável. Além disso, por ser *open source*, o *Mergin Map*, dispõe de uma ampla variedade de arquivos, conforme informado pelo desenvolvedor, e seu uso pelo *Qgis* beneficia-se de muitos tutoriais e fóruns de livre acesso na internet.

Outras duas plataformas de mapeamento digital foram testadas, Survey Monkey e Kobotoolbox. Estas apresentam a vantagem de terem seus questionários acessíveis pela web via link, eliminando a necessidade de instalar um aplicativo no celular e realizar login. Contudo, o Survey Monkey não possui registro geolocalizado o que inviabiliza seu uso nos objetivos dessa pesquisa. O Kobotoolbox, por sua vez, abre no questionário, e o mapa com os registros e os dados exportáveis estão disponíveis via outro link.

4. Considerações finais

A Linguagem dos Padrões e a metodologia do Periférico orientaram a definição das características do Mapeamento Online Participativo (MOP) em adequação sociotécnica. Os padrões (parâmetros de projetos) conectam as vivências dos participantes com o seu ambiente natural e construído, pois traduzem a complexidade das diferentes dimensões da sustentabilidade inerentes ao espaço urbano. Assim, torna-se possível formular diretrizes de planejamento e projeto a partir do conhecimento dos sujeitos sociotécnicos, além da apropriação e contribuição dos moradores envolvidos. Ao integrar a Linguagem dos Padrões de Alexander com a linguagem informática de um aplicativo de MOP, é possível identificar os padrões urbanos que se repetem nas fotografias e respostas dos participantes, os quais refletem a realidade da população e servem de base ao diagnóstico e desenho urbanístico.

As práticas em adequação sociotécnica pressupõem o uso de ferramentas e um processo de projeto que considerem a situação das pessoas com as quais se pretende trabalhar. Acreditamos que um mapeamento via celular pode ser uma alternativa ao computador, permitindo a participação de um maior número de pessoa. Idealmente, o questionário abriria exibindo o mapa em construção para que o processo seja mais dialógico e dinâmico. No entanto, devendo escolher entre as alternativas disponíveis, com suas vantagens e desvantagens, optamos pelo *Kobotoolbox* pela comodidade que oferece em não ter que baixar nenhum aplicativo e pelo seu bom desempenho nos critérios listados na Tabela 1. Muitas pessoas têm restrição de espaço de armazenamento nos seus celulares, e o acesso ao mapa feito pelo website pode oferecer mais informações e dados sobre a pesquisa e a comunidade.

Em todos os casos, o MOP não substitui a necessidade de oficinas de aproximação, apresentação e diálogo sobre os objetivos de uma ação para garantir sua adequação às necessidades da comunidade. A revisão de literatura destaca que apresentar um exemplo de mapa com resultados, na forma como se propõe o processo de PPGIS, pode ajudar os participantes a compreender e se apropriar do processo. Xavier *et al.* (2020) ainda sugerem que a elaboração de tutoriais escritos e gravados, divulgados antes das oficinas, pode ser uma maneira eficaz de introduzir os participantes à ferramenta.

A aproximação entre as pessoas e o SIG pode poupar tempo na coleta de informação no campo e permitir uma maior transparência e participação nos processos de planejamento urbano. No contexto urbano informal, em que as mudanças ocorrem rapidamente, é crucial permitir a atualização dos dados mapeados. Por fim, destaca-se a importância de estabelecer uma relação de confiança, sendo transparente, ouvindo e respondendo às dúvidas e mantendo flexibilidade diante dos imprevistos.

AUTORAS

Juliette Lenoir é doutora em Planejamento e Projeto Regional e Urbano no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB. Mestre em Arquitetura e Urbanismo, formada pela Escola Politécnica Federal de Lausanne, (EPFL) na Suíça em 2015.). Pesquisadora no Periférico, Laboratório de Assessoria Sociotécnica (FAU/UnB). Participa das equipes de dois projetos da Secretaria das Periferias do Ministério das Cidades: "Residência CTS no Programa Periferia Viva: assessoria sociotécnica na ARIS Dorothy Stang" e "Mapa das Periferias" em Santa Luzia, Cidade Estrutural (DF). Participa do núcleo DF do Br Cidades e da Rede Moradia Assessoria no Brasil. Diretora na gestão atual do IAB-DF (Instituto de Arquitetos do Brasil) e participante ativa das últimas 3 gestões. Representou o IAB/DF no CONSAB/DF no período da pandemia (2020/2022) e ajudou a criar o GT Populações Vulneráveis. Atualmente representa o IAB/DF no Comitê de Gestão Participativa (CGP) no processo participativo para renovação do Plano Diretor do Distrito Federal.

Liza Andrade é Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília - UnB. É professora associada e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB (mestrado e doutorado) e coordenadora do Laboratório Periférico Assessoria Sociotécnica. É líder do Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico, trabalhos emergentes" nos trabalhos assessorias sociotécnicas nos territórios populares, na cidade e no campo e com as comunidades tradicionais. Pelo esforço em abrir novos caminhos através da assessoria sociotécnica, alguns dos resultados dos trabalhos são considerados inovação em Tecnologia Social acumulando mais de 50 premiações. É coordenadora do Programa de Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecossistêmica da FAU/UnB, integrado ao Núcleo de Política de Ciência, Tecnologia e Sociedade - NPCTS/CEAM/UnB. É também membro do Grupo de Pesquisa "Água e Ambiente Construído" com o projeto "Brasília Sensível à Água". Atuou no CONSAB/DF no período da pandemia (2020/2022) representando o IAB/DF e ajudou a criar o GT Populações Vulneráveis. Atua no curso de especialização Reabilita desde 2008. Foi Coordenadora de Extensão (2018/2020), membro da Câmara de Extensão da UnB (2016/2020) e do EMAU/CASAS (2013/2020 Proext 2015 Ecoagrovila Renascer). Participa das Redes: BrCidades (Núcleo DF Metropolitano); Moradia-Assessoria no Brasil (USP); Convergência Socioecológica e Nucleação das Residência em Arquitetura e Urbanismo (LabHabitar/UFBA).Atualmente desenvolve a pesquisa (Edital FAP-DF 2021/2023; PPG-FAU 2020/2024) sobre A produção do habitat no território do DF e entorno, os ecossistemas urbanos e rurais e a assessoria sociotécnica: tipologias e padrões espaciais, informalidade, redes solidárias, tecnologia social, agroecologia e lugares saudáveis e sensíveis à água. Atualmente coordena dois projetos de pesquisa e extensão vinculados à Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, o Plano Comunitário de Redução de Riscos e Desastres no Sol Nascente com aplicação de Soluções Baseadas na Natureza - Programa Periferia Sem Risco e Residência CTS no Dorothy Stang - Programas Periferia Viva.

NOTAS

1. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Painel TIC COVID-19, 3ª edição. Disponível em: https://cetic.br/pt/tics/tic-covid-19/painel-covid-19/3-edicao/T7BW/
2. No original: "*[...] is not an analogy, or a similarity. The fact is that each one creates the other*".
3. No original: "*[...] a building or a town is [...] a living system, a collection of interacting and adjacent patterns of events in space, each one repeating certain event over and over again, yet always anchored by its place in the space*".

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher. The origins of pattern theory, the future of the theory, and the generation of a living world. Palestra ministrada no Congresso Object-Oriented Programs, Systems, Languages and Applications – OOPSLA em San Jose, California. Focus, IEEE Software. 1996. Disponível em: https://www.patternlanguage.com/archive/ieee.html . Acesso em: jan. 2024.

ALEXANDER, C. **The Timeless Way of Buildings**. New York: Oxford University Press, 1979.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **A pattern language:** Towns, buildings, construction. New York: Oxford University Press, 1977.

ANDRADE, Liza M. S. de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/18042. Acesso em: jan. 2024.

AUSTIN, Brittany Grace. **Investigating the influence of Esri Story Map Design on participation in sustainability-related activities**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Western Kentucky University, 2018. Disponível em: https://digitalcommons.wku.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3580&context=theses. Acesso: out. 2020.

BASIOUKA, Sofia; POTSIOU, Chryssy. A Proposed Crowdsourcing Cadastral Model: Taking Advantage of Previous Experience and Innovative Techniques. In: Capineri, C, Haklay, M, Huang, H, Antoniou, V, Kettunen, J, Ostermann, F and Purves, R. (eds.) **European Handbook of Crowdsourced Geographic Information.** London: Ubiquity Press. 2016. p. 419–433. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv3t5r09.34?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso: 24.10.2020.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência Solidária**: um manual estratégico. Marília, SP: Lutas anticapital, 2019.

FINIDORI, Helene; BORGHINI, Sayfan G.; HENFREY, Thomas. Towards a Fourth Generation Pattern Language: Patterns as Epistemic Threads for Systemic Orientation. **Proceedings of the PurpIsoc** (Pursuit of Pattern Languages for Societal Change), conferência realizada em jul. 2015 na Danube University Krems, Áustria. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308100015. Acesso: jan. 2024.

HADLER, Buddhadeb. Evolution of Crowdsourcing: Potential Data Protection, Privacy and Security Concerns under the New Media Age. **Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, n.10, p. 377-393, 2014. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/Evolution-of-crowdsourcing%3A-potential-data-privacy-Halder/117c97b33f1c0a47eee4fadb73f69e5fe8046e63. Acesso: jan. 2024.

HAGEN, Erica. Mapping Change: Community Information Empowerment in Kibera. **Innovations/Data Democracy**, v.6, n.1, p.69-94, 2011. Disponível em: https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/inov_a_00059. Acesso: set. 2020.

HAKLAY, M.; ANTONIOU, V.; BASIOUKA, S.; SODEN, R.; MOONEY, P. Crowdsourced geographic information use in government. **Report to GFDRR (World Bank)**. Londres, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263734132_Crowdsourced_Geographic_Information_Use_in_Government_Report_to_GFDRR. Acesso: jan. 2024.

LENOIR, Juliette A. F.; ANDRADE, Liza M. S.de. Um aplicativo de mapeamento online participativo como ferramenta de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. **Revista Indisciplinar**, v.7, n.1. p.272, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1789. Acesso: jan. 2024.

LISBOA-FILHO, Jugurta; SOUZA, Wagner D.; CÂMARA, Jean Henrique de S.; VEGI, Lucas F. M.; GEÖCZE, Zoard A. **ClickOnMap**: A platform for development of Volunteered Geographic Information systems. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318415615. Acesso: out. 2020.

NEDER, Ricardo Toledo; MORAES, Raquel de Almeida. Para onde vai a universidade diante da política de ciência & tecnologia no Brasil. Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América. **Navegando Publicações**, Uberlândia, 2017. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_raquel-min. Acesso: jan. 2024.

NOWAK, Maciej M.; DZIÓB, Katarzyna; LUDWISIAK, Łukasz; CHMIEL, Julian. Mobile GIS applications for environmental field surveys: A state of art. **Global Ecology and Conservation**, v.23, set. 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2351989420302468. Acesso: out. 2020.

RAMBALDI, Giacomo; CHAMBERS, Robert; MCCALL, Mike; FOX, Jefferson. L'éthique dans la pratique pour les praticiens, les facilitateurs, les intermédiaires en technologie et les chercheurs en matière de SIGP. **Apprentissage et action participatifs**, v.54, 2006. Disponível em: http://www.ppgis.net/wp-content/uploads/2015/06/PLA54_Fre_ch14.pdf. Acesso em: set. 2021.

REZENDE, Vinicius S. **Diretrizes para o equilíbrio de ecossistemas urbanas em ocupações informais**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/43038. Acesso: jan. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Épistémologies du Sud. **Études rurales**, 187, 2011. Trad. Magali Watteaux. Disponível em: http://journals.openedition.org/etudesrurales/9351. Acesso: jan. 2024.

SNEE, Helene. **Web 2.0 as a Social Science Research Tool**. ESRC Government Placement, The British Library, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267242239. Acesso: jan. 2024.

XAVIER, G. B.; REIS, G. I.; CASTRO, I.; LUCIO, F. da S.; LIMA-SILVA, F.; DEGROSSI, L. C. Potencialidades e desafios dos mapeamentos colaborativos virtuais no contexto de pandemia. **Uáquiri**, Revista do PPGGEO da Ufac, v.2, n.2, p.142-153, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/3744. Acesso em: set. 2021.

ZETLAOUI-LÉGER, Jodelle. Redécouvrir les travaux du Design Methods Movement. **Les Cahiers de la recherche architecturale et urbaine**, v.28, 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/crau/499. Acesso: jan. 2024.

Mãe Sylvia da Oxalá: luta e história para patrimonializar o primeiro terreiro de candomblé no estado de São Paulo[1]

Eunice Gonçalves Queiroz e
Henrique Cunha Junior

As histórias da cidade de São Paulo são feitas com processos da criação da realidade desejada com a imposição das impressões dos grupos de poder, destruindo e construindo seus ideais e escrevendo e formando a memória pelos apagamentos das histórias com a escrita de uma nova história. Nesse artigo, fruto de pesquisa de mestrado, apresentamos um fragmento do patrimônio cultural da cidade de São Paulo que é o terreiro Axé Ilê Oba, e da fortíssima presença feminina da Yalorixá Mãe Sílvia de Oxalá, que exerceu grande protagonismo social diante dos movimentos negros paulistanos nas décadas de oitenta e noventa, onde acompanhou o processo de restabelecimento democrático do país, exercendo uma forte representação, tanto dos terreiros de candomblé como da população negra junto aos órgãos municipais. Analisa-se a arquitetura do Axé Ilê Obá que foi o primeiro terreiro de Candomblé da cidade de São Paulo a ser tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) em 1990 na gestão desta yalorixá entre os anos de 1986 à 2014 e também obteve a criação do Centro de Cultura Negra, ambos no bairro do Jabaquara. Pretende-se neste trabalho descortinar fatos que comumente ficam ofuscados, possibilitando assim que façam parte da real construção da cidade.

Palavra-Chave: patrimonialização; terreiro de candomblé; yalorixá.

MADRE SYLVIA DA OXALÁ: LUCHA E HISTORIA PARA PATRIMONIALIZAR EL PRIMER TERREIRO DE CANDOMBLÉ EN EL ESTADO DE SÃO PAULO.

Las historias de la ciudad de São Paulo se construyen mediante procesos de creación de la realidad deseada mediante la imposición de las impresiones de los grupos de poder, la destrucción y construcción de sus ideales, y la escritura y formación de la memoria mediante el borrado de las historias con la escritura de una nueva historia. En este artículo, resultado de una investigación de maestría, presentamos un fragmento del patrimonio cultural de la ciudad de São Paulo, que es el terreiro Axé Ilê Obá, y la fuerte presencia femenina de Yalorixá Mãe Silvia de Oxalá, quien desempeñó un papel social fundamental en los movimientos negros de São Paulo en las décadas de 1980 y 1990, donde acompañó el proceso de restablecimiento democrático del país, ejerciendo una fuerte representación, tanto de los terreiros del Candomblé como de la población negra ante los órganos municipales. Este estudio analiza la arquitectura de Axé Ilê Obá, el primer terreiro de candomblé de la ciudad de São Paulo declarado Patrimonio Histórico, Arqueológico, Artístico y Turístico (CONDEPHAAT) en 1990, bajo la gestión de esta yalorixá entre 1986 y 2014. También creó el Centro de Cultura Negra, ambos en el barrio de Jabaquara. Este trabajo busca revelar hechos que suelen pasarse por alto, permitiéndoles así formar parte de la verdadera construcción de la ciudad.

Palabras clave: patrimonización; terreiro de candomblé; yalorixá.

MOTHER SYLVIA DA OXALÁ: STRUGGLE AND HISTORY TO PATRIMONIALIZE THE FIRST CANDOMBLÉ TERREIRO IN THE STATE OF SÃO PAULO.

The histories of the city of São Paulo are made with processes of creating the desired reality with the imposition of the impressions of the power groups, destroying and constructing their ideals and writing and forming the memory by erasing the histories with the writing of a new history. In this article, the result of master's research, we present a fragment of the cultural heritage of the city of São Paulo, which is the Axé Ilê Obá terreiro, and the very strong female presence of Yalorixá Mãe Sílvia de Oxalá, who played a major social role in the black movements of São Paulo in the eighties and nineties, where she accompanied the process of democratic reestablishment of the country, exercising a strong representation, both of the Candomblé terreiros and of the black population before the municipal bodies. This study analyzes the architecture of Axé Ilê Obá, which was the first Candomblé terreiro in the city of São Paulo to be listed by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Heritage (CONDEPHAAT) in 1990, under the management of this yalorixá between 1986 and 2014. It also created the Black Culture Center, both in the Jabaquara neighborhood. This work aims to uncover facts that are commonly overlooked, thus enabling them to be part of the real construction of the city.

Keywords: patrimonialization; candomblé terreira; yalorixá.

1. A construção do patrimônio imaterial da cidade de São Paulo através de mulheres negras

A história oficial da cidade de São Paulo e de seu urbanismo destaca apenas os imigrantes europeus e japoneses. Formulou-se um mito da cidade da imigração italiana no início do século 20 e que incluiu no século 21 os japoneses e asiáticos, contudo, poucas e apagadas são as referências a população negra e muito menos as matrizes culturais africanas presentes na cidade. Sendo que durante quase três séculos a maioria da população da cidade foi composta por africanos e descendentes devido ao escravismo criminoso e no pós-abolição as migrações internas de nordestinos em sua maioria de negros e pardos. Hoje do ponto de vista estatístico existe um reconhecimento da presença de densa população negra em bairros de regiões específicas da cidade, sem contudo, esses dados modificarem o imaginário da cidade quanto a presença de população negra. Existiu o projeto republicano de substituição da mão de obra de africanos pela de imigrantes europeus e que produziu a desqualificação social da população negra para o trabalho da sociedade livre industrial, Cunha Junior, (2022). Sendo que um dos fatores desse projeto do estado brasileiro foi o apagamento da memória social brasileira com relação às populações negras brasileiras. Como a cidade de São Paulo se consagrou como o principal centro industrial do país, essa mentalidade racista e xenófoba da eliminação dos marcadores de população negra obteve grande êxito na cidade. A contestação dessa imagem oficial mesmo nas ciências sociais foi realizada na dissertação de mestrado de Carlos Jose Ferreira dos Santos, sob o título: Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890 - 1915), Santos, (1998). Antes de 1850, a cidade de São Paulo era caracterizada como uma cidade de população negra e força cultural Bantu. Marcador que pode ser apreendido observado a toponímia da cidade.

Sendo que o primeiro registro acadêmico sobre população negra na cidade de São Paulo data de 1945, Bicudo (1945; 2010), trata-se de uma pesquisa pioneira realizada pela socióloga e pesquisadora negra Virginia Bicudo na sua dissertação de mestrado. A dissertação como o título: Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. A primeira formação de sociólogos no Brasil ocorreu em 1936 na Escola Livre de Sociologia Política (não vinculada a Universidade de São Paulo), sendo Virgínia Bicudo a única mulher entre os oitos formandos. O seu trabalho que permaneceu por décadas quase que completamente desconhecido e de acesso dificultado por reformas e mudanças da Escola de Sociologia Política de São Paulo, veio a público somente depois do ano 2000.

> Hoje do ponto de vista estatístico existe um reconhecimento da presença de densa população negra em bairros de regiões específicas da cidade, sem contudo, esses dados modificarem o imaginário da cidade quanto a presença de população negra.

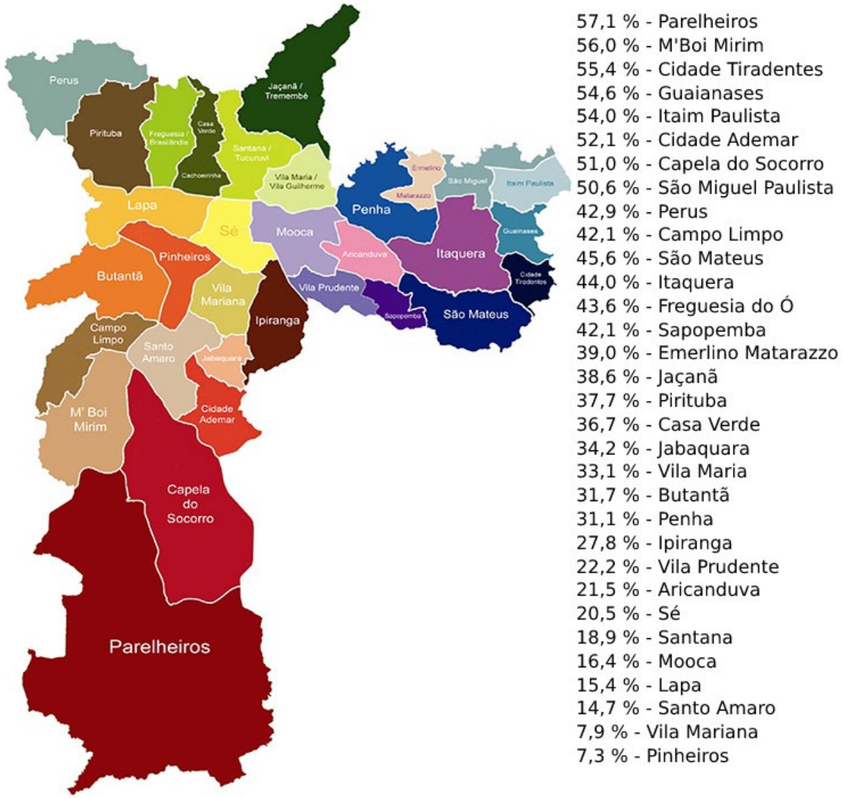
Relativo ao patrimônio cultural da cidade material e imaterial, a presença de mulheres negras é inexistente e são raríssimas as menções as culturas negras, e menos ainda das religiões de matriz africana. Da forma que são produzidos os estudos urbanísticos e geográficos este perfil se repete e mais uma vez as religiões de matriz africana ficam invisibilizadas; se produz na população da cidade de São Paulo a imagem que candomblés, umbandas e igrejas de irmandades negras são coisas apenas de cidades como Bahia, Rio de janeiro e Maranhão.

O Axé Ilê Obá foi o primeiro terreiro de Candomblé da cidade de S. Paulo a ser tombado pelo CONDEPHAAT em 1990. Hoje o terreiro tem a sua continuidade sob a liderança espiritual de Mãe Paula de Yansã, sendo um terreiro existente desde 1950.

A memória histórica da cidade de São Paulo sobre os candomblés e umbandas é confusa. Sendo em 2014 que o Terreiro de Santa Bárbara, na Vila Brasilândia, zona norte da capital paulista, fundado em 1960, recebeu o título de patrimônio imaterial histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e foi de maneira equivocada considerado o terreiro mais antigo da cidade de São Paulo.

2. A cidade de São Paulo e a população negra

As histórias das cidades são feitas com dois processos, a criação da realidade desejada construtivo e com a imposição das impressões dos grupos de poder, destruindo e construindo seus ideais e escrevendo e formando a memória pelos apagamentos das histórias com a escrita de uma nova história. Quando se publica a história da cidade o poder do momento histórico se encontra cristalizado e as forças que construíram a cidade apagadas e sepultadas, os edifícios demolidos e o desejado construído e transformado nos marcos da transformação imposta e muitas vezes irreal como imagem da cidade na sua totalidade. Sempre existem imagens não vis-



57,1 % - Parelheiros
56,0 % - M'Boi Mirim
55,4 % - Cidade Tiradentes
54,6 % - Guaianases
54,0 % - Itaim Paulista
52,1 % - Cidade Ademar
51,0 % - Capela do Socorro
50,6 % - São Miguel Paulista
42,9 % - Perus
42,1 % - Campo Limpo
45,6 % - São Mateus
44,0 % - Itaquera
43,6 % - Freguesia do Ó
42,1 % - Sapopemba
39,0 % - Emerlino Matarazzo
38,6 % - Jaçanã
37,7 % - Pirituba
36,7 % - Casa Verde
34,2 % - Jabaquara
33,1 % - Vila Maria
31,7 % - Butantã
31,1 % - Penha
27,8 % - Ipiranga
22,2 % - Vila Prudente
21,5 % - Aricanduva
20,5 % - Sé
18,9 % - Santana
16,4 % - Mooca
15,4 % - Lapa
14,7 % - Santo Amaro
7,9 % - Vila Mariana
7,3 % - Pinheiros

Mapa das concentrações de populações negras e pardas na cidade de São Paulo. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria da Igualde Racial – 2010.

As falsificações das cidades se cristalizam em registro impressos com precisão apenas do que interessa os grupos de poder, em poder dizer que cidade é deles. A história da cidade é um relato visual e fotográfico que interessa demarcar como existente.

ta, grupos sub representados e grupos de demolições não completamente demolidas porque pessoas são transportadas e relegadas a espaços geográficos novos e transformados em incógnitos.

São Paulo não tem população negra, porque os próprios negros não se sabem negros. Porque a história, a geografia, a arquitetura e o urbanismo e a consciência da memória histórica da cidade foram transformadas em modernos e italianos, depois em industriais e japoneses. São Paulo é em realidade da sua história real uma cidade de populações bantu até 1860. Tornou-se a terra do café e dos bandeirantes como marco da província entre 1890 e 1920. Foi reproduzida como a modernidade e teve num movimento cultural bastante divulgado na história das artes que foi o denominado Movimento de 1922 e que nada realizou na verdade de importante e de impacto na cidade, e tornou-se importante devido o trabalho de ideólogos da Universidade de São Paulo. Virou a terra do café e dos italianos entre 1920 e 1940. Devido não apenas as imigrações italianas, mas principalmente pelo apagamento dos negros existentes anteriormente e omissão da história sobre as nossas migrações internas. Das demolições realizadas as maiores ocorreram entre 1940 e 1960, dando os símbolos as formas do industrial que comando o movimento histórico nos sentidos reais e do imaginário que se quis dar sobre a história, sendo que aparecem de 1970 em diante os japoneses, não tão numerosos, mas com poder de ser parte das partes da cidade.

Como foi realizada a cidade de São Paulo pelo progressivo do sistema de bairros negros, expandidas primeiro no sentido Barra Funda Casa Verde.; noutro sentido de Santo Amaro e também sentido migrante da zona leste da Cidade, que se tornaram de nordestinos, raramente referidos como população negra. As falsificações das cidades se cristalizam em registro impressos com precisão apenas do que interessa os grupos de poder, em poder dizer que cidade é deles. A história da cidade é um relato visual e fotográfico que interessa demarcar como existente. Os historiadores profissionais servem para dar conteúdo documental e científico do que se quer que seja escrito como história. Não existe uma história de maioria negra nas histórias de São Paulo, porque não se deseja que assim seja. A pioneiríssima dissertação de mestrado de 1945, da ilustríssima pesquisadora socióloga e psiquiatra negra Virginia Bicudo que estudas os bairros negros da região de Casa Verde Alta e Freguesia do Ó, desaparece, não citada pelos sociólogos e historiadores marxistas. O trabalho militante e importantíssimo de Carlos José dos Santos, como o título "Nem tudo era italiano", figura como importante contestação sobre a formação da cidade de São Paulo e a população negra existente no início do século passado Santos (1998). Da mesma forma da tese de Maria Nilza da Silva, "Nem Para Todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo", fixou o principal marco de análise da cidade quanto a populações negras Silva (2006). De forma localizada em três Bairros Negros Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardins Ângela, denominados na linguagem urbanística como de periferia, existe o trabalho de Reinaldo Jose de Oliveira que estudou os contextos de desenvolvimento dessas localidades como segregações espaciais da cidade. Oliveira (2008) O trabalho de 2017 de Danilo Sales do Nascimento França é um estudo recente e que atesta os elementos das segregações espaciais urbanas da cidade de São Paulo França (2017).

A ciência nacional se especializou na história da mestiçagem e de tornar invisíveis as populações negras existentes ao longo de toda história negra da cidade de São Paulo.

Na Figura 1 temos o mapa da cidade de São Paulo que marca as concentrações de população negra nesta cidade. O censo de 2010 mostra que 37% da populção se declara preta e parda. Concentração da população – a população negra concentra-se nas periferias da cidade em locais com poucas possibilidades de emprego e menor infraestrutura *per capita* como hospitais e áreas de lazer entre outros. Em locais como parelheiros, a população negra chega a 57,1% enquanto em zonas como Pinheiros este número diminui drasticamente para 7,3% (Fonte: IBGE – Censo 2010).

Durante o escravismo criminoso foi impossível produzir, construir e pensar as cidades sem as populações negras. Duas das principais imposições da dominação histórica foram e continuam sendo em não se pensar a população negra como produtora de pensamento e da ausência de civilização na África. Tudo que o invasor das terras indígena, o português fez e pode realizar no Brasil foi contando com o pensamento e o conhecimento das populações negras. As realizações dependeram do conhecimento tecnológico trazido das civilizações africanas. Tudo que o impositor criminoso desejou fazer ele co-





Foto frotal do terreiro Axé Ilê Obá (esquerda), ao lado, Figura 3 - Foto em perspectiva da sua escadaria para o portão central com destaque para a parede lateral do salão principal (a esquerda na foto), projeto construído em um terreno em alcive. Fonte: Figura 2 e 3 – Fotografias: Nice Gonçalves.

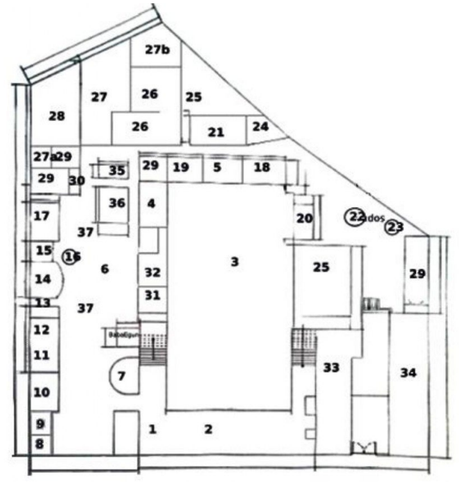


Figura 4 – Planta baixo do terreiro e no Quadro 1 os locais inernos no terreiro com o seu sagrado. Fonte: Figura 4 – Livro: Terreiros tombados em São Paulo – autor: Vagner Gonçalves Silva. Fonte: Quadro 4 - Dados copilados pela autora.

QUADRO 1 - LOCAIS SAGRADOS NO AXÉ ILÊ OBÁ

Número na planta	Local	Entidade
2	Assetamento	Exú e Ogum, Yami, Longagi
7	Quartos	Exú Marabó, Caveira e de Ogum
8		
9		
10	Quarto	Ogum Caboclo
12	Quarto	Oxóssi e Logunedê
13	Assentamento	Exú
14	Quarto	Obaluaê e Nanã
15	Peji	Ossain
16	Poço de assentamento	Oxumarê
17	Quarto	Inhasã e Balé.
18	Quarto	Oxum
19	Quarto	Xangô
20	Quarto	Iemanjá
21	Quarto	Oxalá
22	Iroko	Iroko
23	Tempo	Tempo
24	Obará Meji	Obará Meji
25	Sabagi	Sabagi
37	Sagrado	Árvore

municou a população negra que organizou os canteiros de obra e executou. As populações negras pensaram e executaram grande parte do foi construído nas cidades do estado de São Paulo ao longo da nossa história.

A história brasileira e portuguesa omite que os imigrantes para o Brasil eram de degradados, pessoas analfabetas, desempregadas, penalizados pela justiça e mercenários. Pouco ou nenhum preparo para a agricultura e pecuária tropical e menos ainda para as atividades da engenharia e da construção.

Portugal até 1900, ou seja, muito depois da independência do Brasil, tinha para cada 4 pessoas apenas uma alfabetizada. No período do escravismo criminoso em Portugal apenas 1 em 10 pessoas era alfabetizada. O desenvolvimento de tecnologias e conhecimentos sempre foi ínfimo e mesmo porque o país era pequeno e de cidades pequenas. O acúmulo de riqueza se deu pela pirataria e invasão, ocupação e saque nas terras africanas e brasileiras. O maior fluxo de riqueza foi formado pela invasão e destruições das cidades da região do oceano, indicam que eram cidades estados desprovidas de exércitos, e que a massa da população restante ao massacre das invasões foi escravizada. Nos séculos 15 e 16 a pirataria portuguesa e europeia no atlântico e mediterrâneo foi muito intensa, formando um número grande de fortificações de grupos piratas.

Os missionários da companhia de Jesus: A formação de exércitos paroquiais de ocupação de terras e de fazendas de produção como escravizados é também um ponto obscuro da história africana e brasileira. Os denominados missionários tiveram a autorização em matar, escravizar as populações não cristas. Não conseguimos estudar a dimensão desses feitos, pois poetizamos a missão dos missionários jesuítas como bons cidadãos, os primeiros "civilizadores", homens cultos do Brasil Colônia; Escravizadores criminosos que ficaram com a marca de neutralidade e certa bondade no processo de invasão e ocupação dos territórios. A cidade de São Paulo se edifica da ocupação desses exércitos religiosos em colaboração com os exércitos mercenários bandeirantes. Sendo que os jesuítas produziram edificações que se mantiveram ao longo dos séculos expressando o poder desse grupo entre os demais portugueses. Sem que historiador algum pergunte como se construíram o denominado Pátio do Colégio e o início da vila de São Paulo, como também das demais vilas no litoral e ao longo dos caminhos, entre o mar e costa. A segunda forma estranha nas entranhas do território foram os bandeirantes., esse não tão puros e nem tão "civilizados" como se diz os jesuítas. Sendo que outro segredo da nossa história é que parte dos jesuítas não foram portugueses nascidos em Portugal, eram padres vindos dos domínios portugueses como Cabo Verde e Guiné.

3. O terreiro Axé Ilê Obá: breve história e localização

O Axé Ilê Obá é primeiro terreiro de Candomblé da cidade de São Paulo a ser tombado como patrimônio material e imaterial. O nome em Yorùbá "Axé Ilê Obá" significa "A Força da Casa do Rei" e sinaliza uma instituição de religião africano tradicional. Hoje o terreiro tem a sua continuidade na terceira geração e sob a liderança espiritual de Mãe Paula de Yansã, então suas raízes e continuidade desde 1950 faz parte da realidade paulistana.

Sobre o seu caminho em terras paulistanas, Queiroz (2023) no seu trabalho: Orixás e a sua complexidade sistêmica com Design, Arquitetura e Urbanismo e Arte no terreiro Axé Ilê Obá em São Paulo, faz um resumo das décadas de luta deste povo negro, que o terreiro teve início de suas atividades na década de 1950, no centro da capital paulista, com o Babalorixá Caio de Xangô, na Congregação Espírita Beneficente Pai Jerônimo. Em 1960 a casa reabriu no bairro do Jabaquara, na Rua Mucuri, devido a necessidade de mais natureza, crescimento no número de filhos de santo e entre outros os problemas com a "Polícia de Jogos e Costumes". Em 1965, com recursos próprios e com a ajuda dos filhos de santo, iniciou-se a construção da atual sede que Pai Caio chamava de "Palácio de Xangô". Então em 1975, se fundou oficialmente o Axé Ilê Obá e se transferiu as atividades para a sua nova sede, em uma área de 4.000 m²; em 1990 o terreiro foi tombado pelo CONDEPHAAT de São Paulo, sendo no Estado o primeiro da categoria reconhecido.

> As religiões africanas mantiveram-se fortemente presentes em São Paulo. Na região paulista, como em todo Sul e Sudeste do país durante o século XIX, predominava a presença mais marcante da etnia banto e, em menor grau, mina ou gege, encontradas nas religiões de candomblé de Angola. Os terreiros, onde predomina a tradição étnica dos bantos, se expandem nas regiões urbanas do país [...]. Estes terreiros abrigaram grupos de compositores e músicos que eram perseguidos pela polícia, pois não se admitia, na época, o samba e outras formas musicais da herança musical africana no Brasil. (....). (Correa, 2014, p. 22)

O espaço Axé Ilê Obá, tornou-se referência pela tradição e manutenção do culto e das tradições religiosas de origem negra, assim como pela preservação da cultura brasileira. Principalmente devido a importância do grupo candomblecista como local de acolhimento, ensinamentos e resgate dos valores étnicos e a sua importância como grupo social com a sua participação e apoio na comunidade populacional do entorno.

E apesar da sociedade ter uma visão negativa e excludente sobre o terreiro, produzindo um conflito étnico racial, que se insere nas práticas de racismo estrutural brasileira negacionista sobre a cultura de base africana. Mas, a realidade é que o axé tem um movimento de aglutinar e apoio na sociedade, onde a religiosidade e a cultura estão intrínsecas.

> A religiosidade da macumba preserva o culto aos ancestrais, [...]. O seu panteão de divindades é constituído, entre outras entidades [...], de espíritos de Pretos-Velhos, Pretas-Velhas, Caboclos e, necessariamente, do orixá, fon-gege e yorubá, Exu. Este orixá é imprescindível em qualquer culto que contenha os componentes destas etnias, na medida em que impulsiona as relações entre os homens e os deuses, [...] e, reconstrói e apresenta as novas formas de ser e viver do afro-descendente nas cidades. (Correa, 2014, p.111/112).

Para melhor exemplificar a seguir temos a Figura 2 a qual é uma fotografia frontal do terreiro Axé Ilê Obá, na Figura 3 outra fotografia em perspectiva, se estando dentro do terreiro, da sua escadaria para o portão central com destaque para a parede lateral do salão principal que está à esquerda da fotografia mostrando o seu significativo pé direito, pois o projeto foi feito para um terreno em aclive, mas graças ao seu projeto arquitetônico o salão central está nivelado com as partes internas do terreiro. Na Figura 4 há sua planta baixa e no Quadro 1 o detalhamento dos seus cômodos.

4. O sítio da ressaca

Neste mesmo bairro existe uma casa que conforme relatos dos filhos do terreiro Axé Ilê Obá havia um buraco dentro do seu cômodo. Com referência a sua construção é constatado que a sua técnica construtiva é "Taipa de Pilão", que consiste em socar o barro com a mão de pilão entre pranchas verticais de madeira também chamada de Taipal, formando-se assim as paredes externas com cerca de 50 cm de espessura e as paredes internas eram originalmente de pau-a-pique. Essa técnica de origem árabe foi amplamente utilizada pelos novos moradores paulistas. Sobre ás várias técnicas de construção, Sato (2011) nos acrescenta que a construção com terra crua existe aproximadamente há mais de dez mil anos. Foi utilizada, principalmente, em regiões como a Mesopotâmia (nos Jardins da Babilônia) Egito Antigo, e na Muralha da China, construída em terra no ano de 3.000 a.C. Essa técnica teve origem nos povos, Pisani (2006) árabes e berberes, e recebeu a denominação de taipa de pilão por ser socada (apiloada) com auxílio de mão de pilão. Nas Figuras 5 e 7 há imagem da casa construída com a técnica de Taipa de Pilão, existente atualmente no bairro do Jabaquara e chamado de Sítio da Ressaca, já na Figura 6 a planta baixa com destaque para o local que está a casa.

5. Mãe Sílvia de Oxalá.

Em sua trajetória a força de sua família com a ancestralidade se destacaram em vários momentos como uma bússola direcionando o caminho dos Egydio onde se tem relatos que sua bisavó (Correa, 2014, p.58) Cândida foi avó de Caio Egydio e, com o dinheiro que ganhava no ofício de doceira conseguiu um grande patrimônio, tendo sido uma das primeiras mulheres negras a ter um pequeno capital e possuir imóvel na cidade de Campinas, São Paulo.

Sylvia Egydio mais conhecida como Mãe Sylvia de Oxalá, nascida em 1939 na capital de São Paulo, morou no bairro da Liberdade bairro de negros no início do século, onde temos atualmente a "Capela dos Aflitos" (também conhecida como Capela de Nossa Senhora dos Aflitos que está localizada no bairro da Liberdade, entre a Rua Galvão Bueno e a da Glória). Estudou no Colégio Caetano de Campos e ingressou na Escola de Enfermagem

Essa técnica teve origem nos povos, Pisani (2006) árabes e berberes, e recebeu a denominação de taipa de pilão por ser socada (apiloada) com auxílio de mão de pilão.

da Cruz Vermelha. Sendo a única filha mulher de quatro filhos, onde seu pai era Chefe do Cadastro de Fiscais da Prefeitura e sua mãe possuía um Ateliê de Bordados (em sua casa).

Seu pai faleceu quando ela tinha 14 anos obrigando a Mãe a trabalhar arduamente e inserir os filhos na labuta, conforme relato da própria Mãe Sylvia de Oxalá:

> Minha mãe era bordadeira, bordava para boa parte do Jardim Europa e com isso ela ganhou a vida, quando meu pai faleceu, tivemos uma queda e adaptação da situação, íamos para feira para trabalhar além de vender pipas para todo mundo do bairro, imagina uma mulher com quatro filhos para criar. Meus irmãos foram trabalhar, minha mãe buscou apoio com o Prestes Maia[2] que ajudou meus irmãos a arrumar emprego. Eu naquela época por ser menina minha mãe achava que eu tinha que ter profissão e diploma para trabalhar, tive que aceitar porque naquele tempo era diferente. (Correa, 2014, p.85)

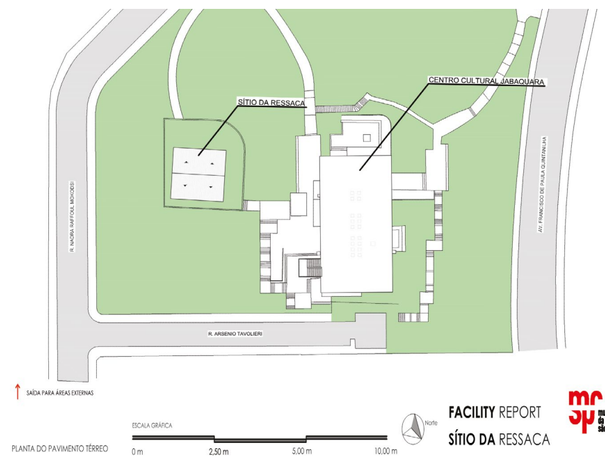
Entende-se aqui a importância e um diferencial da família em direcionar os filhos a ter uma profissão e diploma; o que estruturou o futuro da futura yalorixá e seus irmãos. E o enfrentamento a exclusão também foi um exercício que lhe foi ensinado e exercitado pelos pais, onde segundo seu relato:

> Minha mãe e meu pai foram a base de tudo que eu aprendi, eles não admitiam o racismo, se precisar reagir eles reagiam. Mamãe lia as Revistas do Arquivo Municipal pra gente, lá tinha muita coisa sobre a verdadeira história do negro. Somos descendentes de reis e rainhas foi lá que comecei a aprender tudo isso. (Correa, 2014, p. 93)

Sofreu muita discriminação e exclusão, mas foi sempre adiante na profissão e seu aperfeiçoamento, tendo a família como leme, onde vale destacar que: em 1958 (29







Duas faces da casa no Sítio da Ressaca, e na Figura 6 o mapa da sua distribuição no local. Fonte: Figuras 5 e 7 - https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/pauloduarte/index

Fonte: https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/sitio-da-ressaca/

anos) foi chefiar a ala de pediatria na Cruz Vermelha; Trabalhou Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas – IAPETEC (atual Hospital Ipiranga); Foi especialista em esterilização de materiais hospitalares e em análises clínicas e patológicas pelo Instituto Adolfo Lutz; 1962 - Trabalhou na reestruturação do Hospital Infantil Sabará - Área de Pronto Socorro Infantil.

Dando continuidade aos hábitos familiares de poupança e gestão, nos anos entre 1961 e 1962 comprou um terreno no bairro de Pinheiros e constrói sua primeira casa. Com muito esforço e sabendo também driblar o racismo da vizinhança, que apedrejavam sua construção, mas ela foi na delegacia fazer valer seus direitos.

Inseriu nas suas atividades profissionais o tema de assistência e solidariedade, tendo sido a criadora do Fundo Social de Solidariedade (Governo de Abreu Sodré 1967/71), onde também trabalhou no Gabinete Estadual da Criança na área de Dermatologia Sanitária.

Com o falecimento de sua Mãe em 1971, fica muito abalada e têm um Acidente Vascular Cerebral (AVC) no mesmo ano. Mas com muitas dificuldades e também com muita ajuda em especial de Maria Antunes (sua futura Iamorô) continuou lutando na vida, onde se têm:

Em 1972 na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado forma-se em Graduação em Administração com Ênfase em Comércio Exterior. E entre 1974/1975, especializa-se em Comércio Exterior com a tese intitulada "O comércio dos árabes e os países Africanos". Correa (2014), na área de Comercio Exterior, monta escritório na Rua Marconi em São Paulo, projetando-se para diversos países como comerciante, em especial o continente Africano, bem como, com os Estados Unidos. Engaja-se no Movimento Negro, reafirma e reforça a potencialidade das mulheres negras na diáspora que herda de suas ancestrais.

5.1 Mudança de rumo, tornando-se Yalorixá

No ano de 1981 devido a ser acometida de um segundo AVC desta feita mais forte e com maiores sequelas, Correa (2014) nos relata:

> O derrame sinalizava um chamado dos orixás para a iniciação de Mãe Sylvia que já tinha sido previsto no jogo de búzios por seu tio. Já no primeiro derrame, ela só foi salva, após diversos ebós[3] e bori[4], e se recuperou. Do segundo derrame a recuperação foi lenta e coincidiu com a preparação para a feitura. (Correa, 2014, p.56)

Pai Caio de Xangô veio a falecer em fevereiro de 1985, sendo oito anos após a inauguração Oficial do Axé Ilê Obá, mas, com mais de 35 anos de lutas com avanços e retrocessos para sobreviver desde a fundação da Congregação Espírita Pai Jerônimo no bairro do Brás. Então como ele não tinha herdeiros. Correa (2014) assim, instaurou-se um tenso processo de sucessão, por conta da questão envolvendo tanto a posse religiosa que não estava resolvida, quanto a posse jurídico-legal da propriedade do terreiro. Não tendo deixado herdeiros, o direito à posse passaria aos membros da família que à época não participavam das atividades religiosas da casa.

Sua sobrinha Sylvia Egydio havia sido iniciada três anos antes do seu falecimento; bem segundo as regras de sucessão no axé, temos que Correa (2014), os processos de sucessão e transmissão dos saberes nos terreiros obedecem às regras da precedência por idade de iniciação e da confirmação do oráculo. E se estruturam a partir de um rígido sistema hierárquico ligado à oralidade e à senioridade iniciática. Dessa forma, uma pessoa só poderá exercer o poder, quando atingir sete anos de iniciação e receber, publicamente, em uma cerimônia o status de ebome, é desse grupo, em geral que saem as futuras lideranças religiosas.

Contudo, relato de pessoas que conviviam com Pai Caio de Xangô confirmam que o mesmo iniciou sua sobrinha Sylvia Egydio com o propósito de sua continuidade através da mesma no axé; onde os detalhes e estrutura daqueles que conhecem cada movimento e ritual dentro de um axé fizeram a elucidação dos fatos, onde temos:

> Contudo, apesar de essa controvérsia, instaurar o dilema entre a ruptura marcada pela morte do fundador e a continuidade. Conclui-se que, o que ocorreu foi a confirmação das provas deixadas por Pai Caio e a instituição de uma liderança feminina através de sua sobrinha – Mãe Sylvia de Oxalá. Desta maneira, o terreiro passou por uma reorganização dos rituais e por novas formas de atuação em âmbitos que extrapolaram o religioso e articularam-se com os movimentos políticos, sociais e culturais. (Correa, 2014, p.93)

os processos de sucessão e transmissão dos saberes nos terreiros obedecem às regras da precedência por idade de iniciação e da confirmação do oráculo. E se estruturam a partir de um rígido sistema hierárquico ligado à oralidade e à senioridade iniciática.

Dessa forma, uma pessoa só poderá exercer o poder, quando atingir sete anos de iniciação e receber, publicamente, em uma cerimônia o status de ebome

Mas soma-se a isto que Pai Air José de Oxaguian[5], Mãe Menininha do Gantois[6] e Mãe Jilu[7] confirmarem que era Sylvia a futura yalorixá, onde todos os jogos de búzios se repetiram neste fato.

Após aceitar o fato, restou a Sylvia se reorganizar para dar continuidade ao seu novo momento de vida; se fez o preceito de fechamento do axé por um ano. E sobre ela ser a nova yalorixá muitos filhos não aceitaram, pois ela não tinha a idade de santo, muitos saíram e as dificuldades apareceram, mas isto não a paralisou e ela foi em frente. Então um ano depois:

> Para posse e para as obrigações necessárias, compareceram Pai Pérsio de Xangô, Pai Gitadê, e, para a condução até o cargo, Pai Air de Oxaguian, babalorixá do terreiro Pilão de Prata que tem em comum com o Axé Ilê Obá, o fato de serem originados da Casa Branca do Engenho Velho. Com isso, foi legitimado o cargo e, no dia 12 de fevereiro de 1986, Mãe Sylvia é empossada como yalorixá do terreiro Axé Ilê Obá. (Correa, 2014, 103)

5.2 Mãe Sylvia de Oxalá – mulher negra que foi arrimo do seu grupo

Ao assumir o seu cargo como yalorixá no Axé Ilê Obá resta a agora Mãe Sylvia de Oxalá, conforme Figura 8, gerir com sabedoria, competência, visão estratégica o patrimônio deixado por seu tio Caio Egydio Sousa Aranha. Correa (2014). Faz-se a ressalva doravante, de que há inúmeras outras mulheres negras que certamente tiveram contribuições para a história de luta de uma sociedade mais justa, igualitária, verdadeiramente democrática e antirracista, não só nas esferas institucionais, mas na luta diária de sobrevivência na frígida e extremamente desigual realidade social do Brasil. Dessa maneira, deixamos a memória, a força e o ímpeto dessas mulheres anônimas, muitas vezes esquecidas e silenciadas pela nossa história, que infelizmente, tem sido a história do opressor e do vencedor.

Devido a irmandade que se formou ao redor de Mãe Sylvia, todas as orientações e apoio recebido em especial neste momento de transição, a fez definir que a casa teria raiz do candomblé queto. E resolvida esta primeira questão, e Mãe Sylvia de Oxalá mesmo assumindo o axé restou-lhe as pendências jurídica e a segunda questão era que seu tio não tinha filhos carnais, não deixou testamento então a árvore genealógica da família passa a poder reivindicar direitos.

> As mães-de-santo no candomblé, são potencialmente lideranças e nesse sentido, destaca que: O exercício da liderança da mãe-de-santo implica abnegação, superação da particularidade imediata; e envolve também a função de conservar as raízes da cultura negra e preservar as tradições, o culto e a cultura afro-brasileira para que seja garantida a formação dos membros e a decorrente continuidade do candomblé. (Correa, 2014, p.135)

6. Congregação espírita beneficente pai jerônimo Aché Ilê Obá – tombada pelo CONDEPHATT

Então frente aos diversos interesse e uso a ser dado pelo espaço material e imaterial deixado como herança por Pai Caio Egydio, Mãe Sylvia entra com pedido de tombamento do local. Inclusive foi orientada pelo pessoal de salvador que o tombamento devia ser feito. Correa (2014) O processo do tombamento do terreiro, se deu em 23 de outubro de 1987, encaminha Carta ao Governador do Estado à época Orestes Quércia solicitando a abertura do processo de tombamento, no documento (...) se ressalta a importância da sociabilidade do terreiro e a importância para a manutenção da identidade negra na cidade de São Paulo. A Carta dirigida ao governador, foi anexada documentos históricos sobre a casa. Os documentos foram os seguintes: a) Histórico b) Estatuto c) Declaração de Imposto de renda em nome de Pai Caio d) Planta do imóvel e) Livro "O perfil do Aché Ilê Oba", escrito por ela em 1977 f) Álbum de recortes de Jornais g) Álbum de fotografias h) Abaixo assinado, contendo 470 assinaturas i) Árvores Genealógicas da família religiosa de Pai Caio) Árvore Genealógica da família Egydio.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHATT) é um órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de S.P. criado pela Lei Estadual 10.247 de 22 de outubro de 1968



Mãe Sylvia de Oxalá.
Fonte: Acervo Axé
Ilê Obá

(Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências) - é o órgão responsável pelos estudos e pelos processos referentes ao tombamento de bens no Estado, funciona como um órgão de proteção do Estado aos monumentos de qualidade estética ou histórica. A partir daí um longo caminho se percorreu para o reconhecimento do Axé Ilê Obá fosse reconhecido como patrimônio histórico na cidade de São Paulo, pois fazendo um resumo dos fatos temos:

• 04 de novembro/1987, o pedido de início do processo foi despachado.

• 10 de novembro/1987, o procedimento é encaminhado à historiadora Marly Rodrigues para parecer – vendo relevância.

• 10 de março/1988 é anexado o pedido do Deputado Estadual Jairo Mattos solicitando agilização no procedimento.

• 28 de março/1988, o Presidente do CONDEPHATT determina a agilização dos estudos.

• 09 de maio/1988 o processo é encaminhado ao arquiteto Bernardo José Castelo Branco - vendo relevância

• 09 de maio /1988 autor arquiteto – não vendo relevância

• 26 de outubro/1988, é anexado ofício no qual Mãe Sylvia através de carta endereçada ao Governador Orestes Quércia, solicita a agilização do processo.

• 04 de novembro/1988, o CONDEPHATT solicita um inventário dos elementos materiais do culto, e ainda, o convite a dois especialistas para oferecerem maiores subsídios ao processo.

• O processo é encaminhado ao arquiteto Castelo Branco que cita o Terreiro Casa Branca de Salvador já tombado.

• Foi feito um amplo inventário das peças materiais, o espaço exterior e todos os quartos foram escrutinados.

- 03 de outubro /1989 é anexado um ofício da antropóloga Rita de Cassia - vendo relevância.

• O antropólogo Vagner Gonçalves Silva encaminha um estudo que mostra o empenho de Mãe Sylvia e a importância da continuidade do grupo.

• Parecer do sociólogo Reginaldo Prandi, anexado ao da historiadora Marly Rodrigues - vendo relevância.

• 9 de março / 1990, a então presidente, a antropóloga Josildeth Gomes Consorte, vem ao encontro do que já havia sido levantado, ela coloca que:

> O conhecimento de que já dispomos a respeito dos terreiros paulistas permite-nos perceber que o processo vivido pelo Aché Ilê Obá, em suas linhas gerais, não é muito diversos daquele experimentado por outros candomblés de S.P., origens na Umbanda, na década de 50, mobilidade espacial forçada pelo crescimento urbano ou pela especulação imobiliária, busca de espaço onde possa viabilizar-se, esforço no sentido de legitimar-se; busca de apoio na sociedade mais ampla, no sentido de sobreviver às ameaças de natureza variada. (...), indiscutível o valor cultural do terreiro em questão e a importância da sua manutenção e preservação contra quaisquer ameaças que possam vir a desfigurá-lo. Seria pena expô-lo ao risco de uma desapropriação em razão do crescimento urbano, especulação imobiliária ou de outros interesses.(...) Ao reconhecer a sua importância, ... , não gostaria de ver restrita à este o benefício do tombamento, tomando a liberdade de sugerir ao CONDEPHATT a criação de uma comissão aos pedidos dessa natureza. (Correa, 2014, p.147)

O processo ficou apto para a decisão do colegiado, e Mãe Sylvia se articulou para estar presente nesta reunião. Correa (2014) Como o antropólogo Edgar de Assis Carvalho, havia previsto, a participação e a intervenção argumentativa de Mãe Sylvia, naquela decisiva reunião do conselho, resultou positiva para o processo.

A decisão proferida pelo Conselho em 23/04/1990, deliberou aprovar por maioria de votos, o tombamento da Congregação Espírita Beneficente Pai Jerônimo Aché Ilê Obá, primeiro terreiro tombado no Estado de São Paulo. Correa (2014) o presente guichê marca um fato inédito neste CONDEPHATT. Pela primeira vez é solicitado o tombamento de um templo cujo culto tem origem negra, o Aché Ilê Obá. Isto, mais uma vez, nos coloca diante da necessidade de reflexão a respeito dos critérios de seleção para tombamento. Em uma sociedade pluralista como a nossa, coexistem várias tradições e visões de mundo. Algumas delas são valorizadas pelas elites e legitimadas pelo Estado, enquanto outras – talvez pela inobservância da questão da diversidade (grifo da autora) por parte dos órgãos competentes e por estarem à margem da história oficial e da cultura dominante – são relegadas a segundo plano.

Pela primeira vez é solicitado o tombamento de um templo cujo culto tem origem negra, o Aché Ilê Obá. Isto, mais uma vez, nos coloca diante da necessidade de reflexão a respeito dos critérios de seleção para tombamento

Mais uma vez fez uma grande guerra contra o patrimônio afrodescendente, mas após uma longa batalha travada por Mãe Sylvia, sua irmandade, pessoas com senso de humanidade e legitimidade o Axé Ilê obá é um patrimônio Cultural, continuando o pensamento, Correa (2014), o tombamento do terreiro só foi possível pela ação engajada de Mãe Sylvia e da comunidade do Axé Ilê Obá, junto à sociedade abrangente, apoiada por estudiosos e políticos. Esse ato, como vimos no item anterior, foi divisor de águas na política de patrimônios em São Paulo, e, ainda, responsável pela continuidade desse território.

E Mãe Sylvia de Oxalá aceitou e compreendeu amplamente seu destino e continuou abrindo espaços, lutando contra exclusões e apagamento feitos com tanto requinte e continuidade na sociedade brasileira, onde destacamos. Correa (2014), nesse movimento, partimos sobre os diversos grupos negros que historicamente foram formados, na maioria das vezes, sob condições adversas. (...)Território negro tem sua formatação dada pela cultura. Do Brás ao Jabaquara percorreu a cidade em busca do mato, morada dos deuses, local de axé. Esse território é mítico, recria a África. É político porque engendra práticas que transcendem seu espaço e conquistou visibilidade não só para sua comunidade. É social, nele a família-de-santo concede força necessária para enfrentar vida.

Mas a república conseguiu ser muito excludente e enfática na existência e possibilidades dos negros e seus descendentes. E isto comprova-se nas: Guerra de canudos – a guerra dos ex-escravizados (1896 - 1897); A Revolução federalistas do Sul (1893 – 1895); A Revolta da Chibata (22 a 27 de novembro – 1910); A guerra do caldeirão; A Revolução constitucionalista de 1930. A Coluna preste – as guerrilhas; e as ditaduras.

Os trabalhos de Mãe Sylvia de Oxalá em defesa das tradições e atuação em obras sociais junto à comunidade lhe renderam lutas e homenagens e prêmios, no Brasil e exterior, onde destacamos:

Sítio da Ressaca - No âmbito político, Mãe Sylvia de Oxalá e os movimentos populares do Jabaquara na gestão de Luiza Erundina (1989-1993), obtiveram a criação do Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro. Sobre essa conquista ela lembra que:

> Ali naquele espaço que eles chamam de Sítio da Ressaca, foi um quilombo, que foi importante naquela época em que os negros fugiam vindo de Campinas para o Quilombo do Jabaquara em Santos, ali sempre foi lugar de passagem de negros. (Correa, 2014)

A técnica construtiva empregada neste imóvel foi a taipa de pilão. Depoimento de Mãe Sylvia de Oxalá) mas ninguém reconhece isso, e já são anos de luta, a Erundina foi a primeira que se conscientizou disso e criou o espaço, mas só foi em 1998 que conseguimos homenagear meu tio e a partir daí ele passou a ser o Acervo da Memória e do viver afro-brasileiro Caio Egydio de Souza Aranha, mas até hoje você vê, insistem que ali não era quilombo, mas era tenho provas disso. Fizemos várias atividades lá, levava meus filhos aqui do axé para tomar conta, mas sabe como é essas coisas políticas só com muita briga. Mas tenho fé que vou conseguir"

Criado em 1992, na gestão de Luiza Erundina, o Acervo a partir de 1998, na gestão de Celso Pita (1997-2000), Barrero Junior (2021),passa a se chamar "Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro Caio Egydio de Souza Aranha" em memória à luta de Pai Caio de Xangô, funcionou um período dentro do Sítio da Ressaca ao lado do Centro Cultural do Jabaquara, a partir de 2000 passou a ocupar uma sala do Centro Cultural. As lembranças de Mãe Sylvia remetem a um possível quilombo que existiu na região, mas até hoje esse assunto é silenciado pela história oficial. E no dia 08 de junho de 2018.

Mãe Sylvia, caracteriza-se como liderança política, são mulheres em movimento, são negras, mulheres e mães.

Conforme reportagem na Revista Raça (s/d) o Centro Cultural Jabaquara passou a ser chamado, oficialmente, de "Centro Municipal de Cultura Negra do Jabaquara Mãe Sylvia de Oxalá CCNJ", graças à lei de autoria do vereador Eduardo Suplicy, de nº 16928, sancionada pelo Prefeito de São Paulo, Bruno Covas.

Fala jocosa da Editora Abril - Correa (2014), em 2000, Mãe Sylvia de Oxalá move processo contra a Editora Abril, por ter publicado na Revista Web, edição nº 10, ano 1 de 01 de julho de 2000, sob o título Saravá Mainha, sua foto associada a texto jocoso onde consta: "Saravá Mainha", "Quer saber qual é o seu orixá? Esta mãe-de-santo de carne e osso quebra seu galho online" e também a expressão: "Xii...Acho bom zifiu pagar adiantado...", onde ela supostamente daria consulta ao jogo de búzios online, bem como um pequeno texto de onde constava explicações sobre o candomblé. Dias depois, a Editora tentou explicar o equívoco, justificando que utilizou a foto por engano, sendo que na verdade seria outra yalorixá que de fato atende online. A nota de correção foi feita de forma simples e imperceptível, em texto curto, sem visibilidade, por conta disso, ela resolve processar a editora por danos morais alegando que a matéria é pejorativa e que ela não atende online, muito menos, com finalidades lucrativas. Mãe Sylvia alegou na ação que, a foto reflete brincadeira de mau gosto e que a venda da revista caracteriza exploração comercial com vantagem econômica sobre sua imagem. No processo, a Editora alegou que, explicou-se publicamente o equívoco não causando prejuízo à imagem de Mãe Sylvia. O Juiz, em Primeira Instância, acolheu a alegação da editora e negou o pedido de indenização. Deste modo, ela recorreu à instância superior que em 2005 teve seu pedido acolhido e foi determinado o pagamento de 10 salários mínimos a título de indenização simbólica, não obstante, o ganho da ação, ela recorre novamente ao Superior Tribunal de Justiça, para o aumento da indenização, em 26 de novembro de 2009, o Ministro reconheceu que: "Ora percebe-se que o total da condenação imposta, revela-se ínfimo, ante a gravidade do dano causado, merecendo, assim, parcial reparo, nos termos do entendimento jurisprudencial desta Corte superior". Com isso, o STJ, aumentou a indenização em mais 10 salários-mínimos a seu favor, tendo sido a primeira yalorixá, a receber indenização por danos morais por ter sua imagem associada à imagem e texto de cunho sarcástico. Esse julgado, se tornou referência para as situações que envolvem as religiões de matrizes africanas e sua divulgação de forma racista no ambiente virtual.

Lei das Cotas, Correa (2014) em 2004, ela ingressa em conjunto com diversos órgãos do movimento negro e do Ilê Omi Oju Arô de Mãe Beata de Yemanjá, no Superior Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta contra o sistema de cotas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na ação, o sistema de cotas foi questionado, as yalorixás pretendiam arguir oralmente argumentos em defesa ao sistema de cotas, uma vez que, representam as religiões de origem africana e que, por serem essas religiões resistências culturais, elas possibilitam o enfrentamento das desigualdades raciais e para tanto, o sistema de cotas por elas são reconhecidos como forma de reparação histórica. Assim, ao lado de tantas outras mulheres, e ao lado de importantes yalorixás, Mãe Sylvia, caracteriza-se como liderança política, são mulheres em movimento, são negras, mulheres e mães.

Câmera entrega medalha Anchieta (s/d) Recebeu a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão de São Paulo – 1998, pela Câmara Legislativa do Estado de São Paulo. A Homenageada na exposição Raízes: Mulheres d´África, 2012 do Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Cultura por sua atuação no combate ao racismo junto à sociedade. O Prêmio Luiza Mahin 2012 que **é uma** homenagem ao dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe ofertada através da Câmara Municipal de São Paulo e o Prêmio Niños de la Calle, em Madrid e o Prêmio Humanista, da Universidade de Ciências de Moscou - com reconhecimento internacional da sua atuação em especial na área humanitária onde comprovadamente o Axé tem um braço de acolhimento e inserção da comunidade do seu entorno; com grandes grupos aquém das estruturas sociais.

Sabe-se que ela é uma possibilidade e uma entidade que humaniza o negro de tantos desmandos e desumanizações em especial ao longo do escravismo criminoso e em seus desdobramentos

7. Conclusões

Vale ressaltar a importância das formas urbanas como resultante dos processos de produção do espaço urbano. A produção desde os elementos materiais e imateriais da cultura negra, as histórias de vida da população, as histórias contadas e seus significados, as formas de lazer, as organizações sociais, as plantas nos jardins, as apropriações dos espaços públicos e privados.

A articulação em âmbitos além do religioso por parte da atual liderança religiosa, Mãe Sylvia de Oxalá, possibilitou o tombamento histórico do terreiro, garantindo assim, a continuidade e a consolidação desse território enquanto lugar de sociabilidade coletiva. A despeito das políticas segregacionistas e racistas estruturadas no período do pós-abolição que afetaram os territórios negros, nos debruçamos sobre o movimento do terreiro pela cidade e como se tornou em lugar de referência para a cultura afro-brasileira em São Paulo, projeto arquitetônico com 4.000 metros quadrados da década de cinquenta.

A irmandade ou laços de solidariedade negra é um fator importante a se destaca entre o grupo negro este apoio recíproco. Sabe-se que ela é uma possibilidade e uma entidade que humaniza o negro de tantos desmandos e desumanizações em especial ao longo do escravismo criminoso e em seus desdobramentos, pós abolição, que resistem até hoje em pleno século XXI.

Mãe Silvia foi uma das construtoras de um legado cultural da cidade de São Paulo. Além de líder religiosa influenciou movimentos negros paulistanos durante os anos de 1990 a 2005.

AUTORES
Eunice Gonçalves Queiroz é desenhista Industrial – Projeto de Produto pela Universidade de Guarulhos em São Paulo, com especialização em Comunicação Visual e Computação Gráfica – Modalidade Pré-Impressão pelo SENAC e Pós Graduação – MBA em Gestão de Negócios e Tecnologia pela Fundação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Com experiência em produção gráfica, fotografia, mídias sociais e educadora na ONG - Sociedade Benfeitora Jaguaré na área de tecnologia com grupos em vulnerabilidade social. Atualmente é doutoranda pela Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPGAU com o tema sobre a cultura africana e sua diáspora.

Henrique Cunha Junior é Pesquisador sobre Populações Negras, História da Tecnológica Africana e Urbanismo Africano. Professor titular da área de engenharia elétrica, pesquisa e ensina sobre Planejamento de Energia e as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Tem formação em engenharia (EESC-USP) e sociologia (UNESP-Araraquara), mestrado em engenharia e também em história. Doutoramento em Engenharia pelo Instituto Politécnico de Lorraine – França 1983. Defendeu tese de Livre Docência na Universidade de São Paulo em 1993 e prestou concurso de professor Titular da Universidade Federal do Ceará em 1994. Orientou e co-orientou 30 trabalhos de doutoramento e 52 de mestrados.

NOTAS

1. Este artigo foi desenvolvido dentro das atividades de campo e durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado sobre a patrimonialização do terreiro Axé Ilê Obá em São Paulo – Capital, trabalho desenvolvido na Universidade Federal da Bahia com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que é uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil.
2. Francisco Prestes Maia foi prefeito na cidade de São Paulo nos anos de 1938 a 1945 e em um segundo instante no período compreendido entre 1961 e 1965.
3. Ebô - é um prato de origem africana preparado com milho branco cozido sem tempero. É uma comida sagrada sendo comum sua oferta e uso nos rituais das religiões de origem africana como o Candomblé.
4. Buri é um ritual das religiões tradicionais africanas e diáspora africana como culto de Ifá, Candomblé e outras, que harmoniza e diminui a ansiedade, o medo, a dor e a tristeza trazendo a esperança, alegria e a harmonia.
5. Air José Souza de Jesus - nascido em 20/09/1940, no bairro de Brotas (Salvador/BA), Foi sua tia carnal e espiritual, a grande yalorixá baiana Caetana Américo Sowzer (Lajuomim) quem o criou e o iniciou para o orixá Oxaguiã aos 6 anos. Da Oxum de Iyá Caetana, Pai Air recebeu o nome de BISILOLA, que significa "nascido para a riqueza". Costuma lembrar que foi feito por três filhas de Oxum, uma vez que participaram de sua feitura Tia Massi, então iyalorixá da Casa Branca do Engenho Velho, e Sinhá Margarida (Oxum Gadê), sua mãe pequena.(https://www.pilaodeprata.com.br/pai_air.html).
6. Maria Escolástica da Conceição Nazaré - nascida em 10/fev/1894 no Centro Histórico de Salvador/BA, Mãe Menininha do Gantois, como ficou conhecida sendo a mais famosa do país; inda criança foi escolhida para ser Iyálorixá no terreiro Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê, fundado em 1849 por sua bisavó, Maria Júlia da Conceição Nazaré, cujos pais eram originários de Agbeokuta, sudoeste da Nigéria. Foi uma das principais articuladoras do término das restrições a cultos impostas pela Lei de Jogos e Costumes de 1930, que cobrava taxas pelos ritos, condicionava a realização de rituais à autorização policial e limitava o horário de término dos rituais. . (https://www.geledes.org.br/mae-menininha/?gclid=CJOKCQJWYMITBHDKARISAAJ-9VVUJOMSYD8JBDN5WCTR7EKF9F3CYGPOTAFGW6VV9NKBGUK-DJBSC_GAAKPPEALW_WCB).
7. O Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho - Ilê Axé Iyá Nassô Oká, é um dos mais antigos e respeitados santuários da religião dos Orixás. Deu origem a centenas de outros terreiros, por todo o País. Dele descendem, por exemplo, os famosos templos do Gantois e do Axé Opô Afonjá, cada um deles fonte de inúmeros outros. Daí ser chamada de venerável matriz de "Mãe de Todas as Casas". (https://cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_info.php?idVerbete=1594&idMaisInfo=149).

REFERÊNCIAS

BARRERO JUNIOR, Roger Camacho. **Entre lágrimas, sorrisos e muita luta: a inserção das mulheres nos espaços políticos do Brasil por meio das trajetórias de três militantes de esquerda – Lélia Abramo (1911 –2004), Luíza Erundina de Sousa (1934 –) e Irma Passoni (1943 –)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. 536p.
BICUDO, Virginia Leone (2010). **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** São Paulo: Sociologia e Política. 190 páginas. ISBN 9788562116032 (trabalho de 1945 publicado apenas em 2010).
Câmera entrega medalha Anchieta. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/camara-entrega-medalha-anchieta-e-diploma-de-gratidao-ao-pesquisador-atila-iamarino/ Acesso em 08 mai 2022.
Centro de Culturas Negras do Jabaquara. São Paulo Cultura / Espaços. Centro Cultural Público. Disponível em: https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/2644/. Acesso em 08 Fev. 2024.
CORREA, Renato Pereira; **História e Memória do Terreiro Axé Ilê Obá.** Tese (Mestrado em Antropologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP (Mestre em Antropologia). 2014.
CUNHA JUNIOR, Henrique. História dos Afrodescendentes: disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. **Revista Espaço Acadêmico**- número 212 - Janeiro de 2022.
FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas – USP, 2017.
Revista Raça. HAMALLI 9s/d) Centro de Cultura Negra se torna patrimônio da cidade de São Paulo." Disponível em: https://revistaraca.com.br/centro-de-cultura-negra-se-torna-patrimonio-da-cidade-de-sao-paulo/. Acesso em 08 mai 2022.
Leis Municipais. "Decreto nº 52.242/2011 - **Institui o Prêmio Luiza Mahin em homenagem ao Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe**, previsto na Lei nº 14.636, de 14 de dezembro de 2007." Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2011/5225/52242/decreto-n-52242-2011-institui-o-premio-luiza-mahin-em-homenagem-ao-dia-da-mulher-negra-da-america-latina-e-do-caribe-previsto-na-lei-n-14636-de-14-de-dezembro-de-2007. Acesso em 08 mai 2022.
Oliveira, Reinaldo José de. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.** 2008. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
PISANI; Maria Augusta Justi,Taipas: a arquitetura de terra. **Sinergia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan. jun. 2004
QUEIROZ, E. G. **Orixás e a sua complexidade sistêmica com Design, Arquitetura e Urbanismo e Arte no terreiro Axé Ilê Obá em São Paulo.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 17 Nov 2023.
SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.
SATO, Maria Helena Yamamoto. **Técnicas construtivas em taipa de pilão.** Ano 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3144/tde-26082011-140706/publico/Dissertacao_Marcia_Helena_Yamamoto_Sato_Corpo.pdf. Acesso em 02 fev. 2024.
SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

Os tempos da fotografia de arquitetura e de paisagens urbanas

Bebete Viégas

Este artigo trata da relação entre a fotografia de arquitetura e paisagem urbana e o tempo. São abordados diferentes tempos contidos nas imagens, tais como o tempo histórico de produção das fotos, o tempo em que estas serão lidas, os tempos da memória despertados pelo registro e o tempo de captura. Parte do artigo é dedicado à leitura de uma série fotográfica de Hiroshi Sugimoto intitulada "Theaters", em que o fotógrafo escolhe estender o tempo de captura como parte de uma ideia e não em busca de um resultado visual específico. Por fim, é realizada uma reflexão sobre as escolhas dos tempos de captura na produção das imagens de minha autoria e como o tempo é parte do processo.

Palavras-chave: fotografia; arquitetura; tempo.

THE TIMED OF ARCHITECTURAL AND URBAN LANDSCAPE PHOTOGRAPHY

This article explores the relationship between architectural and urban landscape photography and time. It addresses various temporal aspects present in the images, such as the historical time of the photos' production, the time at which they will be interpreted, the times of memory evoked by the record, and the time of capture. Part of the article is dedicated to reading a photographic series by Hiroshi Sugimoto entitled "Theaters", where the photographer chooses to extend the capture time as part of an idea and not in search of specific visual result. Finally, the article reflects on the choices regarding capture times in the production of my own images and how time is an integral part of the process.

Keywords: photography; architecture; time.

LOS TIEMPOS DE LA FOTOGRAFÍA DE ARQUITECTURA Y PAISAJES URBANOS

Este artículo aborda la relación entre la fotografía de arquitectura y paisaje urbano y el tiempo. Se analizan diferentes tiempos presentes en las imágenes, como el tiempo histórico de producción de las fotos, el tiempo en que estas serán interpretadas, los tiempos de la memoria evocada por el registro y el tiempo de captura. Parte del artículo está dedicada a la lectura de una serie fotográfica de Hiroshi Sugimoto titulada "Theaters", donde el fotógrafo opta por extender el tempo de captura como parte de una idea y no em búsqueda de un resultado visual específico. Finalmente, se reflexiona sobre las elecciones de los tiempos de captura en la producción de mis propias imágenes y cómo el tiempo forma parte del proceso.

Palabras clave: fotografía; arquitectura; tiempo.

1.Introdução

Este artigo investigará a relação entre os registros fotográficos da arquitetura, as paisagens urbanas e o tempo. Incluem-se, dessa forma, vários modos de tempo contidos em uma imagem: o significado de um registro em seu próprio tempo e contexto, a ressignificação desse registro ao longo da história, o tempo de exposição para a realização da fotografia e os tempos da memória contidos nas imagens.

Na fotografia de arquitetura, partimos de alguns padrões mais específicos do que em outros campos da fotografia. A perspectiva, o tratamento da luz e o enquadramento seguem uma linha mais definida, para permitir uma padronização que nos possibilite compreender o projeto e os espaços construídos.

A perspectiva vertical é sempre corrigida, sem apresentar qualquer tipo de distorção. Isto permite ao leitor entender melhor o desenho do edifício em todas as suas particularidades – como na altura do pé-direito, por exemplo. O uso da luz natural em determinados horários é essencial para entender a insolação e a tridimensionalidade da obra, ressaltando volumes e texturas. O enquadramento adequado direciona o leitor para que ele consiga sentir a construção e organizar o projeto em si e em sua relação com o entorno.

De fato, esses cuidados específicos são recorrentes no registro da arquitetura e se tornaram um padrão mundial, que pode ser observado nas publicações voltadas ao meio em questão. Entretanto, é um engano achar que estes padrões engessam o trabalho do fotógrafo.

Com um olhar mais apurado, podemos identificar escolhas como os tempos das imagens, ferramentas importantes nesse processo. No livro "Coleção de Fotografia do Senac" dedicado ao trabalho do fotógrafo de arquitetura Nelson Kon, a organizadora Simonetta Persichetti reflete sobre a relação entre arquitetura e fotografia:

> Falar em fotografia de cidade, fotografia de arquitetura é sempre complicado. Afinal, as duas formas ou as duas temáticas se confundem. Se ao nascer a fotografia se importava ou estava voltada para simplesmente registrar o mundo externo, sem preocupação estética ou de comunicação, na entrada e no decorrer do século XX essa linguagem se transformou. Os fotógrafos deixaram de apenas registrar a cidade para interpretá-la. Quase que um retrato da cidade, com suas belezas, seus defeitos, desvendando o que caracteriza a paisagem urbana. Por outro lado, falar de arquitetura simplesmente como projeto e construção de casas é absolutamente reducionista. A arquitetura trata do espaço e do homem inserido nesse espaço. (Persichetti, 2004, p.7)

Para aprofundar as possibilidades oferecidas pelo tempo, apresentamos no artigo uma breve análise da série fotográfica de Hiroshi Sugimoto intitula "Theaters" na qual ele escolhe o tempo de exposição da fotografia em função da duração do filme projeto na tela do cinema. A decisão de produzir uma imagem rápida ou lenta e a escolha do assunto e do equipamento, entre outros aspectos, trazem resultados muito diferentes. São importantes recursos narrativos, mudando por completo o resultado final.

2. Os tempos da fotografia e da memória

A imagem fotográfica apresenta múltiplas características. Por essa razão, torna-se difícil sintetizá-la. Às vezes, toma-se o caminho mais fácil, de associá-la exclusivamente à essa ou aquela função ou razão, tirando-lhe, assim, a sua inerente complexidade.

Apesar de sua função documental, a fotografia nunca será capaz de registrar a realidade tal como a concebemos. No entanto, ela reproduz, sim, uma outra realidade, aquela que o autor quer e consegue registrar. Uma visão específica, de um observador específico. Esse fato não tira o valor da imagem como fonte de documentação e estudo. Pelo contrário, auxilia na compreensão do sentimento de uma época ou geração. "A caixa preta fotográfica não é um agente neutro, mais uma máquina de efeitos deliberados. Ao mesmo modo que a língua, é problema de convenção e instrumento de análise e interpretação do real (Dubois[1], 1990, p.40-41)".

O autor está mergulhado em um contexto. Possui sentimentos e sensações em relação ao objeto a ser registrado. Com uma análise mais profunda e subjetiva da imagem, pode-se retirar dela muito mais informações do que com uma leitura superficial e objetiva.

Por meio da imagem fotográfica, desencadeia-se um processo de resgate da história perdida. A interpretação da fotografia, em todas as suas possibilidades – não ape-

nas do ponto de vista iconográfico, mas também subjetivo e poético –, auxilia o indivíduo a recriar referências.

Os fotógrafos assumem, desse modo, a função primordial de narradores, pois com seu trabalho constroem uma interpretação sobre o objeto fotografado. Essa interpretação, particular e individual, serve de base para análises futuras.

Nesse sentido, é fundamental compreender o uso da fotografia como narrativa. Sobre esse tema, Walter Benjamin[2] (1985, p.205) discorre:

> Ela não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Qualquer pesquisa histórica deve considerar como ponto de partida o tempo datado do registro. Isso nos coloca em um contexto e em um lugar específicos, fazendo-nos criar relações culturais e políticas.

Afinal, a partir do momento em que algo é registrado em uma fotografia, ele se torna parte do passado, congelado em um registro imutável – como no caso do álbum de família, do registro de um acontecimento histórico, de uma experiência vivida ou de um lugar visitado. Porém, deve-se considerar sempre que as imagens sejam lidas e interpretadas como produtos das escolhas e intenções de seu autor. Em seu livro "Realidades e ficções na trama fotográfica", Boris Kossoy[3] (2022, p. 22) aponta:

> Assim como as demais fontes de informação históricas, as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos. Assim como os demais documentos elas são plenas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, que aguardam pela competente decifração. Seu potencial informativo poderá ser alcançado na medida em que esses fragmentos forem contextualizados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos, culturais enfim) que circunscreveu no tempo e no espaço o ato da tomada do registro. Caso contrário, essas imagens permanecerão estagnadas em seu silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações "artísticas" do passado.

Podemos, então, partir das fotografias para entrar no universo falho, ainda assim fundamental, da memória. O neurologista e escritor Oliver Sacks,[4] dentre tantos outros objetos de estudo, dedicou-se recorrentemente a entender o funcionamento da memória (e em muitos casos da falta dela). Nesses estudos, Sacks propunha reflexões filosóficas sobre como a memória dá sentido à nossa existência, de como nós somos o resultado de uma série de memórias constantemente revisitadas.

> No entanto, ela reproduz, sim, uma outra realidade, aquela que o autor quer e consegue registrar. Uma visão específica, de um observador específico.

Em um texto intitulado "Quando as lembranças nos pregam peças",[5] Sacks trata mais uma vez das construções da memória, da maneira que se dão e de como se modificam com o tempo. Neste texto, ele aponta:

> É espantoso perceber que algumas de nossas recordações mais queridas talvez nunca tenham acontecido – ou talvez tenham acontecido com outra pessoa. Desconfio de que muitos de meus entusiasmos e impulsos, que parecem ser inteiramente meus, tenham nascido das sugestões de outros que me influenciaram, de modo consciente ou não, e depois foram esquecidas. (Sacks, 2013)

Assim o autor reforça a ideia da memória como uma construção subjetiva, que acontece como uma colagem de experiências vividas, experiências contadas e outras ainda "emprestadas". Neste mesmo texto ele conclui:

> Com frequência nossa única verdade é a verdade narrativa, as histórias que contamos uns aos outros e a nós mesmos – histórias que reclassificamos e refinamos sem cessar. Essa subjetividade está embutida na própria natureza da memória e decorre de seus mecanismos e base no cérebro. (Sacks, 2013)

Considerando que a fotografia serve como fonte para o despertar da memória e da reconstrução de emoções e sensações do passado, é importante ter sempre em mente que a fotografia é, dentre outras coisas, também uma ficção. Assim como a memória é uma construção narrativa. Em seu livro "O beijo de Judas", Joan Fontcuberta[6] se dedica a nos apresentar uma série de casos nos quais a fotografia nos engana, com ou sem intenção do autor.

> A fotografia traz em sua natureza, atrelada à sua existência, a ideia do tempo. Tempo que foi, o tempo da memória. E tratar de memória não é tarefa fácil. Quando buscamos por definições, percebemos como é difícil sintetizá-la.

Sobre a relação entre fotografia e verdade, ele afirma:

> Toda fotografia é uma ficção que se apresenta como verdadeira. Contra o que nos inculcaram, contra o que costumamos pensar, a fotografia mente sempre, mente por instinto, mente porque sua natureza não lhe permite fazer outra coisa. Contudo, o importante não é essa mentira inevitável, mas como o fotógrafo a utiliza, a que propósito serve. O importante, em suma, é o controle exercido pelo fotógrafo para impor um sentido ético à sua mentira. O bom fotógrafo é o que mente bem a verdade. (Fontcuberta, 2010, p.13)

A fotografia traz em sua natureza, atrelada à sua existência, a ideia do tempo. Tempo que foi, o tempo da memória. E tratar de memória não é tarefa fácil. Quando buscamos por definições, percebemos como é difícil sintetizá-la. Fontcuberta apresenta a seguinte relação entre tempo e memória nas imagens fotográficas:

> Tanto a nossa noção do real quanto a essência da nossa identidade individual dependem da memória. Não somos nada além de memória. A fotografia, portanto, é uma atividade fundamental para nos definir, que abre uma dupla via de ascese para a autoafirmação e para o conhecimento. (Fontcuberta, 2010, p.38)

Conseguimos entender que sem a memória não somos nada, afinal somos resultado das nossas experiências vividas, de nossos aprendizados e afetos ao longo dos anos, de nossas raízes, lugares e amores. E, mesmo com essa compreensão, temos dificuldade em defini-la e enxergar nitidamente seu contorno. Do mesmo modo em que entendemos que ela é a nossa essência, não conseguimos definir ao certo o que isso significa. E justamente na busca por esse entendimento é que Andrei Tarkovski,[7] em seu livro "Esculpir o tempo", nos apresenta a seguinte reflexão:

> O tempo e a memória incorporam-se numa só entidade; são como dois lados de uma medalha. É por demais óbvio que, sem o Tempo, a memória também não pode existir. A memória, porém, é algo tão complexo que nenhuma relação de todos os seus atributos seria capaz de definir a totalidade das impressões através das quais ela nos afeta. A memória é um conceito espiritual! (Tarkovski, 1998, p.64)

No texto "O Marinheiro Perdido",[8] Oliver Sacks apresenta o caso de um homem que perdeu anos de memória e sofre também de perda da memória recente. O autor, mesmo fazendo uma abordagem como neurologista, começa esse relato com questões filosóficas que ele busca responder. O que resta desse homem sem memória? O que ainda o define, se ele não é mais capaz de produzir novas memórias? Ao final do relato, Sacks tenta encontrar algo que faça da sua existência significativa e conclui que isso se dá por meio da memória que ainda lhe resta. Como se existisse guardada ali alguma essência do homem que ele foi. Mesmo para o autor, que nesse contexto trata da memória com uma abordagem científica é impossível não levantar questões de outra natureza, que podemos chamar de espiritual, para usar o mesmo termo escolhido por Tarkovski.

Os poetas, assim como os fotógrafos, têm boas ferramentas para lidar com esse tipo de questão. Certa vez, o poeta Ferreira Gullar[9] se deparou com uma fotografia aérea de São Luís do Maranhão, sua cidade natal. A fotografia tinha então cerca de trinta anos, época em que Gullar ainda era uma criança e morava lá com sua família.

Ele traduziu toda a emoção despertada pela imagem no poema "Uma fotografia aérea". Gullar lembrou de sua casa, de sua família, da venda de seus pais, das brincadeiras que gostava de fazer, da cidade de São Luís do Maranhão. O espaço delimitado pela foto cedeu lugar à memória, e aí, não há limite.

Stephen Shore, em seu livro "A natureza das fotografias" (2014), trata das imagens fotográficas em três níveis: físico, descritivo e mental. Sobre esse último nível, ele diz:

> As imagens existem num nível mental, que pode coincidir com o nível descritivo – aquilo que a imagem mostra –, mas não o espelham. O nível mental elabora, refina e embeleza nossas percepções do nível descritivo. O nível mental de uma fotografia proporciona uma estrutura para a imagem mental que construímos a partir da fotografia (e para ela). (Shore, 2014, p.97)

Essa relação entre nível descritivo e mental fica claro ao nos debruçarmos sobre a poesia de Gullar. A relação do poeta com a fotografia aérea de sua cidade dá-se num primeiro momento no nível descritivo, mas logo é substituído pelo nível mental. O caminho das lembranças que



Fotografia de
Hiroshi Sugimoto,
da série "Theatres".
Carpenter Center,
Richmond, 1993.
Fonte:

A projeção é a única fonte de luz, e devido ao longo tempo de captura das imagens, essa luminosidade que vem da tela e banha todo o ambiente é suficiente para revelar, de maneira delicada, a arquitetura dos espaços.

ele passa a perseguir abarca sensações, cheiros e texturas que já não se encontram representados na fotografia. São construções do nível mental, o que, como coloca Shore, resulta em uma imagem embelezada.

O poeta termina com uma reflexão sobre a permanência da fotografia. Ao final de sua rememoração, ele conclui que podemos rasgar esse papel. Bastaria isso para que ela deixasse de existir. Assim, ele expõe a relação de simultânea potência e fragilidade das imagens.

Do mesmo modo que ela é capaz de despertar tanta emoção, ela é também frágil. E não pensemos apenas nas fotografias impressas. A imagem digital igualmente o é, pois a qualquer momento podemos perdê-la, corromper seu arquivo, e ela então simplesmente deixará de existir, ao menos no nível físico. Mas ela também pode durar até mais do que nós, e ser lida e interpretada por outros que vierem depois da nossa existência. Então, podemos perguntar, que sentidos ela adquirirá?

Para alguém que nunca foi a São Luís, e que com a cidade não mantém nenhuma relação, essa fotografia, diferentemente do que aconteceu com Gullar, não surtirá o mesmo efeito, não trará as mesmas lembranças. A experiência do leitor será outra.

Assim, pegando como exemplo apenas este caso de Ferreira Gullar, podemos enxergar a questão do tempo presente na fotografia em muitos níveis, tais como a importância da data em que a foto foi produzida (dia, mês e ano da captura da imagem); a data em que foi apresentada ao poeta (o tempo contido entre a captura e a leitura da imagem); o tempo da memória (o despertar de lembranças e sentimentos não apresentados figurativamente na imagem); e o tempo do suporte, no caso, uma impressão em papel, que pode desaparecer ou perdurar mais do que nós mesmos.

3. O tempo dos filmes na série "Theaters", de Hiroshi Sugimoto

Nessa série fotográfica de Hiroshi Sugimoto,[10] o autor registra cinemas e ***drive-ins*** norte-americanos, em que o tempo de exposição das imagens corresponde ao tempo da duração dos filmes de longa-metragem que estão sendo projetados naquelas telas. A projeção é a única fonte de luz, e devido ao longo tempo de captura das imagens, essa luminosidade que vem da tela e banha todo o ambiente é suficiente para revelar, de maneira delicada, a arquitetura dos espaços. A tela, por outro lado, recebe luz por muito tempo, e acaba por se transformar em um grande quadro branco, de onde não se vê um único resquício dos filmes ali projetados. Como resultado, a arquitetura do lugar permanece, e a experiência do cinema desaparece.

Com efeito, o longo período de captura da imagem não fica evidenciado no registro final. Para um leitor desinformado, essa é apenas a fotografia de uma sala de cinema, que poderia ter sido realizada em milésimos de segundos. Não identificamos ali borrões ou rastros. Ao optar por fotografar salas cinema sem a presença de pessoas na plateia, Sugimoto elimina o movimento na maior parte do quadro, deixando-o apenas para tela de projeção, que receberá a ação contida no filme, mas essa ação será sublimada pelo excesso de exposição da tela branca à luz e assim a percepção do movimento não será visível ali também.

O tempo está na delicadeza da iluminação, na tela branca que projetava uma imagem em movimento. Pode-se dizer, nesse caso, que a escolha importa mais ao processo do que ao resultado.

> Eu sou um auto-interlocutor habitual. Certa noite, enquanto fotografava no Museu Americano de História Natural, tive uma visão quase alucinatória. Minha sessão interna de perguntas e respostas que levou a essa visão foi algo como: "E se você filmasse um filme inteiro em um único quadro?" A resposta: "Você obtém uma tela brilhante". Imediatamente comecei a experimentar para realizar essa visão. Em uma tarde, entrei em um cinema barato no East Village com uma câmera de grande formato. Assim que o filme começou, ajustei o obturador para ficar aberto. Duas horas depois, quando o filme terminou, fechei o obturador. Naquela noite, revelei o filme e minha visão explodiu atrás dos meus olhos.[11] (Sugimoto, s.d., tradução nossa)

Nesse breve relato de Sugimoto, que encontramos em seu site, ele nos conta do momento em que teve a ideia de iniciar essa série, da curiosidade que o levou a produzir a primeira imagem, antecipar o seu resultado, e do encantamento ao vê-la pronta, que foi tão grande que o levou a produzir tantas fotografias (e depois de um intervalo de 22 anos, fez ainda mais uma série, agora em cinemas abandonados).

O encantamento descrito pelo autor ao ver a primeira imagem da série chega ao espectador, talvez não pelo mesmo motivo, mas simplesmente pela poética contida em cada fotografia, independente agora das escolhas técnicas para sua produção, apenas por serem imagens potentes e vivas.

4. O tempo como processo

O controle da entrada de luz, e seus subsequentes efeitos, são do domínio de todo fotógrafo. Organizamos nossas escolhas de acordo com o efeito desejado na imagem. Mas, cabe perguntar: o que acontece se a longa exposição de uma fotografia não for uma escolha pelo resultado, e sim pelo fazer fotográfico, isto é, pelo processo?

Em algumas imagens não conseguimos saber só através da sua leitura se o tempo de exposição foi longo. Nesses casos, precisamos ter as informações técnicas. Podemos ler uma fotografia que demorou minutos para ser captada e, ainda assim, não ter a presença de rastros e borrões, seja porque o assunto retratado é imóvel, seja porque o fotógrafo escolheu deixá-lo imóvel durante a exposição.

Para pensar a questão compreendo a necessidade de analisar imagens das quais tivesse maiores informações técnicas, tais como, a sensibilidade, a velocidade do obturador e a abertura do diafragma usados na produção dos registros. Por isso, as imagens analisadas são de minha própria autoria.

Nesta fotografia do Museu Brasileiro da Escultura e Ecologia (MuBE), apesar de podermos imaginar um tempo de exposição mais longo, por ser noturna, não temos nenhuma outra evidência na imagem que nos indique o quão longa foi sua exposição. A figura humana, que poderia estar borrada, se apresenta com contornos definidos por escolha da fotógrafa, que orientou a pessoa para que permanecesse imóvel.

Se a figura perdesse sua nitidez, sua pequenez não contrastaria tão fortemente com a dimensão agigantada da escultura de Amilcar de Castro,[12] e não teríamos a compreensão das diferenças de escala. O reconhecimento da ação da pequena figura também contribui como parte importante do registro. A pessoa interage com a escultura, contempla sua dimensão. Ali, é possível identificar que o seu rosto está virado para cima, o que nos faz supor que ela está admirando o trabalho do escultor até seu vértice encontrar o céu.

Aqui sabemos o tempo pelo qual o obturador ficou aberto para a captura: cerca de dois minutos. Mas isso não se apresenta visualmente, ao menos numa leitura mais rápida. Não seria necessário que a fotografia tivesse tão longa exposição. Apesar de ter sido captada com o ISO (sensibilidade) 100, valor mais baixo nas câmeras digitais, e diafragma bem fechado para maior profundidade de campo, ela poderia ter sido registrada em poucos segundos.

A escolha por prolongar a exposição deu-se, então, como processo e não como necessidade técnica. A organização dos elementos da composição e a concentração dedicada à construção da imagem deram-se de maneira mais elaborada e refletida. É preciso estar seguro do que se deseja para produzi-la em tempo tão prolongado, afinal não será possível repetir a ação muitas vezes. A passagem do dia para a noite, como no caso dessa imagem, poderá ser perdida, e o céu não será registrado com a luminosidade desejada.

Nesse outro registro, a opção é exatamente contrária. O ciclista surge levemente borrado, só o suficiente para não ser reconhecível. Dessa maneira, ele representa qualquer ciclista, e não alguém específico. Sua imagem de contornos indefinidos se confunde com os reflexos dos vidros que compõem a cena.

Dessa maneira, percebemos que a escolha da velocidade proporciona, tanto pelo congelamento quanto pelo rastro, imagens que não fazem parte da possibilidade da visão humana. Elas são de outra natureza:

Com justa razão, vê Benjamin[13] nessa fixação do inesperado alguma coisa de surrealista, o retorno de um inconsciente reprimido: o atleta congelado no ar com sua vara de salto, olhos esbugalhados, fisionomia contorcida em expressão estúpida, o corpo sólido e pesado desafiando a lei da gravidade, como as bolas de chumbo flutuantes que se vê em algumas telas de Magritte.[14] A



Escultura de Amilcar de Castro no MuBE, São Paulo, 2021. Fotografia de Bebete Viégas. Fonte: Acervo pessoal.



Avenida Paulista,
São Paulo, 2019.
Fotografia de
Bebete Viégas.
Fonte: Acervo pessoal.



Alberto Giacometti
entre suas
esculturas, 1961.
Fotografia de Henri
Cartier-Bresson.
Fonte:

Henri Cartier-
Bresson (1908-2004).
Fotógrafo francês,
fundamental
referência para
a fotografia
documental.
Autor do texto "O
momento decisivo" e
um dos fundadores
da Agência Magnum.

Mais uma vez, a demora em produzir cada registro em um período curto de luz, ainda disponível ao anoitecer, fez com que cada fotografia fosse mais pensada

foto, sem dúvida, possibilita materializar, pelo menos no domínio do simbólico, um antigo sonho dos místicos: a levitação. (Machado, 1984, p.48)

Analisando as esculturas de Alberto Giacometti,[15] principalmente as do último período, Alberto Tassinari evidencia a importância da falta de nitidez nas figuras humanas produzidas pelo artista, pois é justamente no contorno rugoso das figuras alongadas que ele alcança sua maior expressividade.

Fosse lisa e não inteiramente rugosa, como se à procura de foco diante de uma luz que já nada delimita, o peculiar naturalismo de Giacometti fracassaria. É a busca por um contorno que não existe mais – e justo porque já não existe só se mostra como busca – que faz a singularidade da escultura de Giacometti. (Tassinari, 2001, p.54)

Ao retratar o artista entre suas obras, o fotógrafo Henri Cartier-Bresson optou por fazer um registro um pouco mais longo, que não congelasse o movimento. Assim, deixou o obturador aberto o tempo suficiente para que a figura de Giacometti fosse reconhecível, mesmo que levemente borrada, fazendo referência à própria obra do escultor, cujo contorno não é nítido e definido.

Nessas imagens do Edifício Copan (uma série de 2001), minha escolha também foi pela longa exposição, e o efeito subsequente foi a aberração cromática, que preencheu com cores e vida o edifício. Aqui, o uso estendido do tempo de captura foi intencional na busca por um resultado visual, mas acabou por se incorporar como parte do processo de produção das imagens. Mais uma vez, a demora em produzir cada registro em um período curto de luz, ainda disponível ao anoitecer, fez com que cada fotografia fosse mais pensada. Isso impacta a maneira como o fotógrafo se relaciona com a imagem, no exercício de antecipação de alguns resultados, mas também, na ideia de ser surpreendido por outros efeitos, e a partir daí decidir por eliminá-los ou não.

As fotografias do edifício Pedregulho e do Sesc 24 de Maio têm 23 anos de diferença e as situações vividas durante a captura das imagens foram muito distintas. O edifício, de projeto de Affonso Eduardo Reidy, datado de 1947, naquele momento estava em total abandono de manutenção e era considerado um lugar bastante inseguro para ser visitado. Na mesma semana em que fui contratada para fazer o ensaio para a revista do Instituto dos Arquitetos de Portugal, li nos jornais brasileiros que um fotógrafo francês fora assassinado no edifício para ter seu equipamento roubado. Assim, tive que ser acompanhada por um morador durante toda a produção das imagens, e essa mistura de medo e tristeza se fizeram presentes, ainda assim tive a sorte de encontrar cenas como esta, de uma criança brincando com a bola naquele espaço pensado justamente para ser utilizado como área de lazer, circulação e encontro.

A foto apresenta um leve tremor nas mãos e pés em movimento, deixando nítida a figura do menino, mas reforçando a ideia da ação, da brincadeira. Passados 23 anos, quando fui fotografar o Sesc 24 de Maio, o que encontrei foi um clima de muita alegria, o dia estava quente e a fila para acessar a piscina na cobertura do edifício era enorme, descia pelas rampas de muitos andares, enquanto isso, as crianças brincavam e se refrescavam no espelho d'água. Fiz uma série de imagens dessas brincadeiras e só quando fui selecioná-las percebi a semelhança entre essas duas fotografias. Ambas registraram a postura dos meninos, utilizaram o tempo de exposição suficiente para borrar apenas o que estava se movendo bem rápido e tiveram o contraluz como presença, desenhando silhuetas e contornos.

Durante a elaboração dessa pesquisa, pensando sobre a produção das minhas imagens e o aumento do tempo de exposição que muitas delas apresentam, comecei a desenvolver uma nova série de fotografias, agora mais consciente da escolha dos tempos de captura. Fazendo fotos mais rápidas ou mais lentas de acordo com o assunto e a intenção.

Nesse processo, passei a experimentar outras relações, além da temporalidade contida em cada registro, usei o tempo estendido através da sequência. No caso do díptico do Congresso Nacional, apresento primeiro o espaço vazio seguido pelo espaço preenchido por uma presença fugidia, num exercício de aproximação entre linguagem fotográfica e cinematográfica. A ideia foi propor outras possibilidades de representação dos tempos na fotografia de arquitetura e de paisagens urbanas, criando entre a primeira e a segunda fotografia um intervalo de tempo e ação a ser preenchido pelo leitor da imagem.

Considerações finais



Pedregulho, projeto de Affonso Eduardo Reidy, Rio de Janeiro, 2001. Fotografia de Bebete Viégas. Fonte: Acervo pessoal.



Sesc 24 de Maio, projeto de Paulo Mendes da Rocha, São Paulo, 2024. Fotografia de Bebete Viégas. Fonte: Acervo pessoal.

A busca por reflexão sobre o assunto do artigo surgiu a partir de uma percepção de que ao fazer fotografias eu estava, em muitos casos, prolongando o tempo de captura das imagens, mesmo que esse tempo estendido não se desse por uma necessidade técnica ou pela busca de um determinado resultado estético. Então, passei a me questionar o porquê desta escolha.

Comecei minha trajetória profissional como fotógrafa de arquitetura, trabalhando com uma câmera analógica de médio formato, uma Mamiya RB 67. Esse equipamento levava a um processo mais lento de produção de imagens por conta de algumas características, tais como seu tamanho e peso, expressivamente maiores que de uma câmera de 35mm, seu visor na parte superior, que obrigava o fotógrafo a olhar por cima, com o corpo encurvado e ainda apresentava no visor a imagem espelhada, o que nos obrigava a fazer o exercício de inverter no cérebro os lados para onde queríamos apontar a lente.

Todas essas questões somam à necessidade de fotografar no tripé, a espera pelo horário de luz mais adequado e a economia de fotos tiradas por conta do alto custo de filmes fotográficos. Na janela com que trabalhava (6 x 7 cm), um filme só rendia 1dez chapas. Tudo isso fazia com que a produção das imagens fosse um processo lento se comparado a outras áreas da fotografia e ao uso de equipamentos mais leves.

Com as câmeras digitais, o processo ficou bem mais rápido. Excluiu-se a economia de recursos e a troca de filmes a cada dez cliques, além do equipamento menor e mais leve. A consequência foi o aumento na quantidade de imagens produzidas por ensaio. Porém, não proporcionalmente ao aumento na qualidade das fotografias. No processo de edição, muitas acabavam sendo excluídas.

Hoje, o aumentar o tempo de captura é, para mim, uma escolha de linguagem. O processo lento também é uma opção de observação. Estende o tempo que nos relacionamos com os elementos da cena e a maneira como escolhemos representá-los.

Este processo, ao menos inicialmente, não foi uma escolha consciente, mas resultou em imagens que considero mais poéticas.

De alguma maneira, representa um movimento de resistência ao aumento escalonado na quantidade de imagens produzidas, em contraposição ao tempo cada vez mais diminuto que dedicamos ao lê-las.

As fotografias carregam muitos tempos, essas dimensões de temporalidades compõem grande parte da beleza que cerca uma imagem. Tentar compreendê-las foi o guia desse artigo.



Congresso Nacional,
Brasília, 2025.
Fotografia de
Bebete Viégas.
Fonte:
Acervo pessoal.

AUTORA

Bebete Viégas (Roberta Felippe Viégas) é fotógrafa de arquitetura com escritório em São Paulo, possui publicações em mais de vinte países, entre elas um capítulo dedicado ao seu trabalho no livro "Fotógrafas brasileiras – imagem substantiva". Diretora de curtas-metragens sobre arquitetura, premiados internacionalmente. Formada em Cinema, pós-graduada em Fotografia, mestre em Comunicação e Semiótica e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na FAU-USP. É professora do bacharelado e do tecnólogo em fotografia do Senac desde 2005. Ministra regularmente cursos livres em entidades parceiras como IAB-SP, Sesc e Escola da Cidade.

NOTAS

1. Philippe Dubois (1952 -). Professor no departamento de Cinema e Audiovisual da Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e membro sênior do Instituto Universitário da França (IUF). Autor do livro "O ato fotográfico".
2. Walter Benjamin (1892-1940). Ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo alemão. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica. É autor de "Magia e técnica, arte e política", de 1985.
3. Boris Kossoy (1941 -). Fotógrafo, pesquisador, historiador e professor brasileiro.
4. Oliver Sacks (1933-2015). Neurologista e escritor inglês.
5. Texto que Oliver Sacks escreveu para o jornal The New York Review of Books e que foi posteriormente publicado no jornal brasileiro Folha de S.Paulo, com tradução de Clara Allan, em 2013.
6. Joan Fontcuberta (1955 -). Fotógrafo, escritor, crítico, curador e professor espanhol.
7. Andrei Arsenyevich Tarkovsky (1932-1936). Cineasta russo, nascido na então União Soviética. É autor de "Esculpir o tempo".
8. O texto "O Marinheiro Perdido" está no livro "O Homem que confundiu sua Mulher com um Chapéu", de Oliver Sacks.
9. Ferreira Gullar (1930-2016). Escritor, poeta, crítico de arte, biógrafo e ensaísta brasileiro e um dos fundadores do neoconcretismo.
10. Hiroshi Sugimoto (1948 -), fotógrafo. Cresceu em Tóquio, no Japão, mas estabeleceu-se em Nova Iorque. Suas fotografias são fortemente influenciadas pela obra de Marcel Duchamp, bem como os movimentos Dadaísta e Surrealista.
11. No original, em inglês: *"I'm a habitual self-interlocutor. One evening while taking photographs at the American Museum of Natural History, I had a near-hallucinatory vision. My internal question-and-answer session leading up to this vision went something like this: 'Suppose you shoot a whole movie in a single frame?' The answer: 'You get a shining screen.' Immediately I began experimenting in order to realize this vision. One afternoon I walked into a cheap cinema in the East Village with a large-format camera. As soon as the movie started, I fixed the shutter at a wide-open aperture. When the movie finished two hours later, I clicked the shutter closed. That evening I developed the film, and my vision exploded behind my eyes."*
12. Amilcar de Castro (1920-2002). Artista plástico e designer brasileiro, muito conhecido por suas esculturas. Essa obra apresentada na imagem integrou a exposição "Amilcar de Castro: na dobra do mundo" que aconteceu no MuBE, na cidade de São Paulo, em 2021.
13. Nessa citação o autor Arlindo Machado refere-se a Walter Benjamin.
14. René Magritte (1898-1967). Artista surrealista belga.
15. Alberto Giacometti (1901-1966). Artista plástico suíço.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1995.
BARROS, Manoel de. **Ensaios fotográficos**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2021.
BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. São Paulo: Jorge Zahar, 2009.
BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021.
BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. *In:* BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu, 2019.
BERGER, John. **Modos de ver**. São Paulo: Fósforo, 2022.
BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
BERGSON, Henri. **Matéria e memória.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
CARTIER-BRESSON, Henri. **O imaginário segundo a natureza.** São Paulo: Gustavo Gili, 2004.
CARTIER-BRESSON, Henri. **Ver é um todo.** São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
COSTA, Helouise; SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
COSTA, Lucio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
COTTON, Charlotte. **A fotografia como arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
DELEUZE, Gilles. **Cinema 2 – a imagem-tempo**. São Paulo: Editora 34, 2018.
DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos e o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.
DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas: Papirus, 1990.
ENTLER, Ronaldo. A fotografia e as representações do tempo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.14, p.29-46, dez. 2007.
FERNANDES JR., Rubens. **Labirinto de identidades**: panorama da fotografia no Brasil (1946–98). São Paulo: Cosac &Naify, 2003.
FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Hucitec, 1985.
FONTCUBERTA, Joan. **O beijo de Judas**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.
GAUTHEROT, Marcel. **Marcel Gautherot Brasília.** (BURGI, Sergio; TITAN JR., Samuel (Orgs.). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.
GAUTHEROT, Marcel. **O Brasil de Marcel Gautherot**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.
GREENBERG, Clement. **Arte e cultura**: ensaios críticos. São Paulo: Editora Ática, 1996.
GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**. São Paulo: José Olympio, 2015.
JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1994.
KON, Nelson. **Coleção Senac de fotografia 6**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.
KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
KRAUSS, Rosalind. **O fotográfico**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense e Funarte, 1984.
MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas.** Campinas: Papirus, 1997.
MAMMI, Lorenzo; SCHWARTZ, Lilia Moritz (Org.). **8 x fotografia**: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
MASCARO, Cristiano. **Luzes da cidade**. São Paulo: DBA, 1996.
PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
PERSICHETTI, Simonetta. **Imagens da fotografia brasileira, v.1**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora Senac São Paulo, 2000.
PERSICHETTI, Simonetta. **Imagens da fotografia brasileira, v.2**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora Senac São Paulo, 2000.
ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
SACKS, Oliver. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
SACKS, Oliver. **Quando as lembranças nos pregam peças**. Folha de São Paulo, 2013.
SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Convite à estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
SHORE, Stephen. **A natureza das fotografias**: uma introdução. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
SOULAGES, François. **Estética da fotografia**: perda e permanência. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
SUGIMOTO, Hiroshi. **Theaters**. Disponível em: https://www.sugimotohiroshi.com/new-page-7. Acesso em: 25 fev. 2026.
TARKOVISKI, Andeaei Arsensevich. **Esculpir o tempo.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
TASSINARI, Alberto. **O espaço moderno**. São Paulo: Cosac & Naify edições, 2001.
WENDERS, Wim. **A lógica das imagens**. São Paulo: Editora 70, 2020.
WISNIK, Guilherme; MARIUTTI, Julio. **Espaço em obra**. São Paulo: Sesc/SP, 2018.
WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro**. São Paulo: Ubu, 2018.

Casa Hospedaria para o Assentamento Contestado

Leonardo Costa e
Marina Oba

Intervir em contextos rurais exige atenção às dinâmicas históricas, sociais e ambientais. No Assentamento Contestado (Lapa – PR), a memória coletiva e as relações entre comunidade e território criam um cenário complexo, exigindo abordagens cuidadosas. A interface entre investidores privados e agricultores locais gera tensões quanto a mudanças significativas. O projeto tem como objeto a casa dos antigos administradores da Fazenda Santa Amélia. Construída nos anos 1950 com tijolos cerâmicos maciços, a edificação é central no território não apenas em termos geográficos, mas também em termos históricos e afetivos. A proposta de projeto apresentada neste artigo busca atender às demandas do assentamento quanto à criação de uma hospedaria que equilibre preservação patrimonial e adaptações necessárias. A reutilização das preexistências arquitetônicas do Contestado reduz impactos ambientais e valoriza a história local, oferecendo soluções práticas para a comunidade. A intervenção respeita o passado, conecta-se ao presente e gera oportunidades para o futuro. Projetar nesse cenário exige compreender suas camadas de significado, conflitos e transformações, fortalecendo os vínculos entre comunidade e território e garantindo que a intervenção responda às dinâmicas contemporâneas do campo.

Palavras-chave: rural; assentamento contestado; intervenção.

CASA DE HUÉSPEDES PARA EL ASSENTAMENTO CONTESTADO

Intervenir en contextos rurales exige prestar atención a las dinámicas históricas, sociales y ambientales. En el Asentamiento Contestado (Lapa, Paraná-Brasil), la memoria colectiva y las relaciones entre la comunidad y el territorio crean un escenario complejo que requiere enfoques cuidadosos. La interacción entre inversores privados y agricultores locales genera tensiones en torno a cambios significativos. El proyecto tiene como objeto la casa de los antiguos administradores de la Hacienda Santa Amélia. Construida en la década de 1950 con ladrillos cerámicos macizos, la edificación ocupa un lugar central en el territorio, no solo en términos geográficos, sino también históricos y afectivos. La propuesta de proyecto presentada en este artículo busca satisfacer las demandas del asentamiento en cuanto a la creación de una hospedería que equilibre la preservación del patrimonio con las adaptaciones necesarias. La reutilización de las estructuras arquitectónicas preexistentes de Contestado reduce el impacto ambiental y pone en valor la historia local, ofreciendo soluciones prácticas para la comunidad. La intervención respeta el pasado, se conecta con el presente y genera oportunidades para el futuro. Diseñar en este escenario exige comprender sus capas de significado, conflictos y transformaciones, fortaleciendo los vínculos entre la comunidad y el territorio y garantizando que la intervención responda a las dinámicas contemporáneas del campo.

Palabras clave: rural; Asentamiento Contestado; intervención.

GUESTHOUSE FOR THE PARA O ASSENTAMENTO CONTESTADO

Intervening in rural contexts requires attention to historical, social, and environmental dynamics. In the Contestado Settlement (Lapa, Paraná-Brazil), collective memory and the relationships between community and territory create a complex scenario that demands careful approaches. The interface between private investors and local farmers generates tensions regarding significant changes. The project focuses on the house of the former administrators of the Santa Amélia Farm. Built in the 1950s with solid ceramic bricks, the building is central to the territory –not only in geographical terms but also in historical and emotional terms. The project proposal presented in this article seeks to meet the settlement's demands for the creation of a guesthouse that balances heritage preservation with necessary adaptations. The reuse of Contestado's pre-existing architecture reduces environmental impacts and values local history, offering practical solutions for the community. The intervention respects the past, connects to the present, and generates opportunities for the future. Designing in this scenario requires understanding its layers of meaning, conflicts, and transformations – strengthening the bonds between community and territory and ensuring that the intervention responds to the contemporary dynamics of the countryside.

Keywords: rural; Contestado Settlement; intervention.



Contexto

O sítio de implantação do projeto proposto se encontra na área rural dentro do Assentamento Contestado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento está localizado a cerca de 20 km do centro da Lapa e a 70 km de Curitiba. Tem dimensões municipais, abrangendo uma área de 3.100 hectares. Destes, 1.240 hectares são remanescentes de floresta de pinus e eucalipto, espécies exógenas à flora local. Os demais são divididos entre moradia, produção agrícola e mata nativa.

Durante o século XIX, o território foi residência do Barão dos Campos Gerais (David dos Santos Pacheco), servindo ao comércio tropeiro. Com passado escravagista, a antiga Fazenda Santa Amélia foi adquirida pela Indústria Cerâmica Paraná S.A. (Incepa) em 1986, com foco na produção de lenha para fornos de cerâmica. A empresa manteve a posse das terras até 1999, quando foram desapropriadas por conta de dívidas e destinadas a ações de reforma agrária.

No âmbito do território do Contestado, destaca-se uma centralidade onde se concentram as edificações e os espaços de uso comunitário, fundamentais para a vida da comunidade. Entre as edificações educacionais, destacam-se o Centro Educacional Contestado, que oferece ensino fundamental e médio, e a Escola Latino-Americana de Agroecologia (Elaa), que inclui centro administrativo, alojamento, refeitório e cozinha. Ademais, evidencia-se a abrangência de todos os níveis de escolarização no assentamento, com os anos iniciais do ensino fundamental sendo oferecidos pela Escola Municipal do Campo Contestado, e os anos finais, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) sendo ministrados pelo Colégio Estadual do Campo Contestado. As demais instalações coletivas compreendem a sede da Cooperativa Terra Livre, a Unidade Básica de Saúde (UBS) Florescer Francisca Roberta – Chica Pelega, a Plenária, a Casa de Sementes, a Mercearia e os Correios. Ainda, a paisagem construída é formada por edificações de interesse patrimonial, como o conjunto de silos e o Centro Cultural Casarão. Além desses espaços, há a casa dos antigos administradores da Fazenda Santa Amélia, objeto de estudo deste trabalho.

A construção se encontra em estado crítico: o telhado desmoronou em três pontos diferentes, o que faz com que a chuva atinja o interior da casa, bem como algumas portas e janelas estão avariadas, com vidros quebrados e dobradiças destruídas. Alguns cômodos estão sendo utilizados improvisadamente para depósito de material escolar e lixo reciclável.

O objetivo do projeto compreende a recuperação da estrutura da casa dos administradores da antiga fazenda e sua conversão em hospedaria, visando atrair um público turístico interessado em usufruir de trilhas e cachoeiras no Contestado ou em participar de eventos do assentamento. O programa ainda prevê um restaurante, de modo a atender a casa hospedaria e também o público externo.

A nova estrutura possibilitaria a aproximação entre o assentamento e a população das cidades vizinhas, estimulando o diálogo entre as realidades urbana e rural, bem como a geração de empregos e inserção dos assentados no mercado de trabalho. Além disso, a hospedaria e o restaurante poderiam auxiliar no fomento da economia local ao servir de vitrine aos produtos produzidos no assentamento, gerando visibilidade às produções das famílias locais.

Ressalta-se que o Assentamento Contestado possui notoriedade nacional e internacional devido à sua história de luta e suas conquistas de infraestrutura. Dessa maneira, entende-se que é relevante voltar-se a essa comunidade e produzir uma proposta arquitetônica que possa servir de vitrine para esse e demais assentamentos.

Intervenção

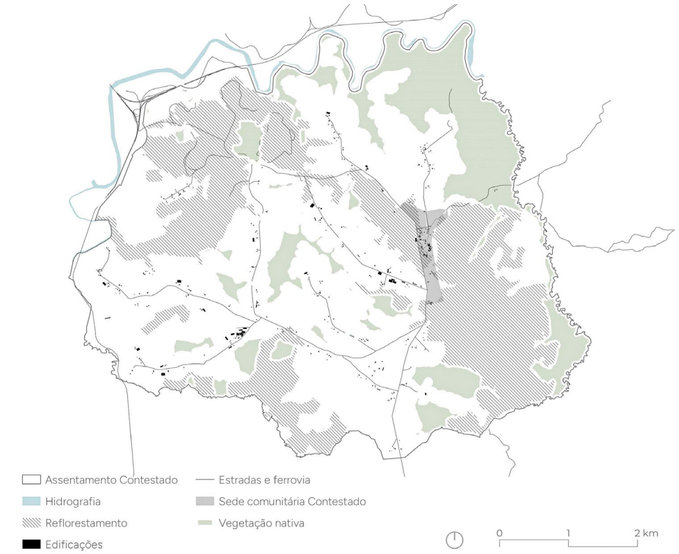
Para otimizar a organização espacial do projeto, são necessárias demolições estratégicas na casa existente. Entre os elementos a serem removidos está a antiga garagem, cuja proximidade às construções existentes dificulta uma adaptação funcional. Além disso, determinadas paredes internas e externas da casa serão demolidas para criar novos espaços e fluxos mais adequados às demandas do projeto.

Os materiais resultantes dessas demolições serão reaproveitados em diferentes partes da obra, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a redução de detritos. Elementos de alvenaria e outros resíduos de construção civil serão utilizados como fechamentos verticais e na execução de revestimentos horizontais dos pátios de recepção e do restaurante.

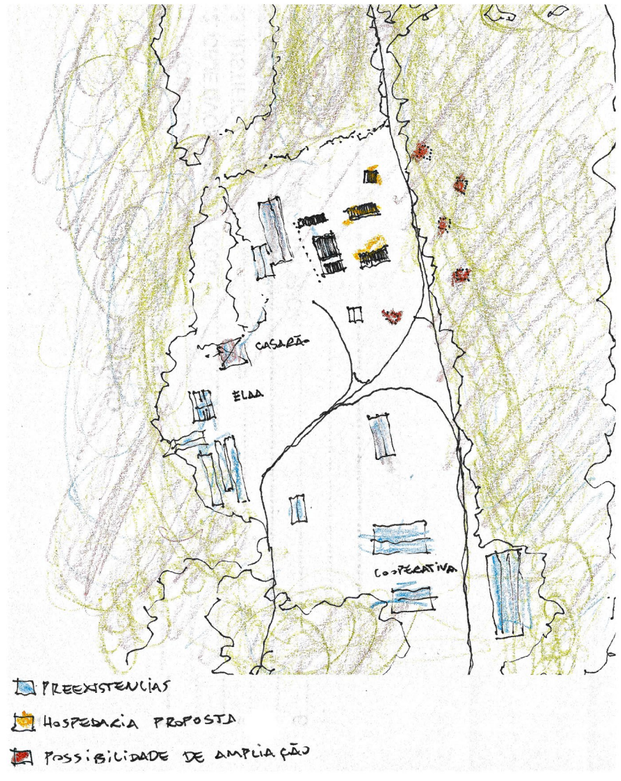
Os tijolos provenientes da demolição serão empregados na construção de uma nova escadaria de alvenaria, projetada para vencer o desnível de 1,5 m entre a casa e os quartos. Essa abordagem não apenas reduz a geração de descarte, mas também integra os materiais preexistentes ao novo projeto, preservando a conexão com o contexto original da casa.

Implantação da Casa Hospedaria

A implantação da casa hospedaria será dividida em dois usos principais: a criação de um restaurante na antiga casa dos administradores da Fazenda Santa Amélia e a construção de quartos de hospedagem soltos no terreno. O restaurante atenderá tanto os hóspedes da hospedaria quanto o público externo, especialmente aos fins de semana, visando a demanda comum de turismo gastronômico em contextos rurais.



Mapa do assentamento



Possibilidade de expansão

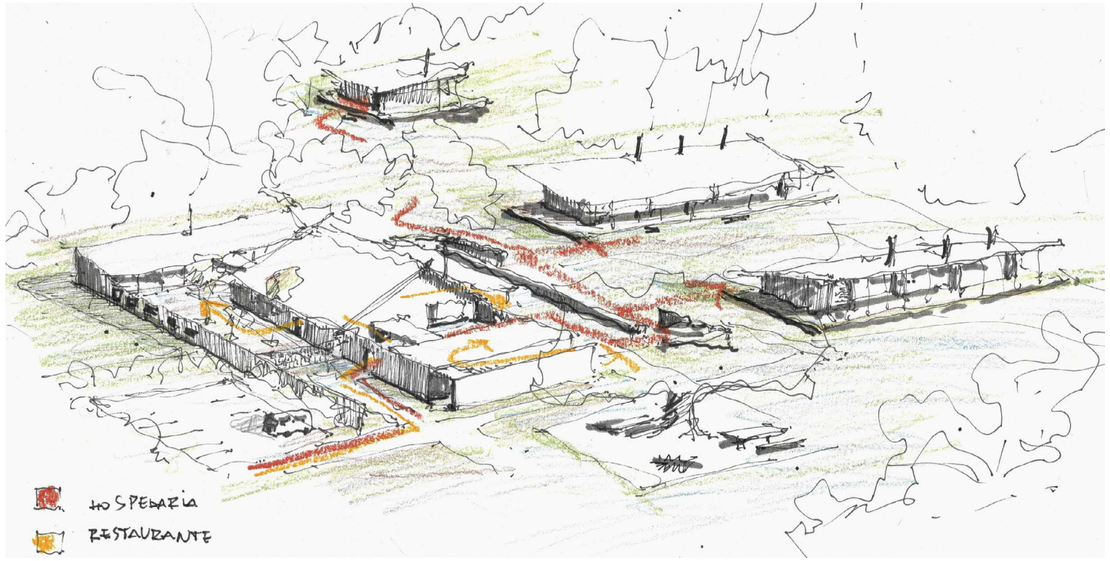
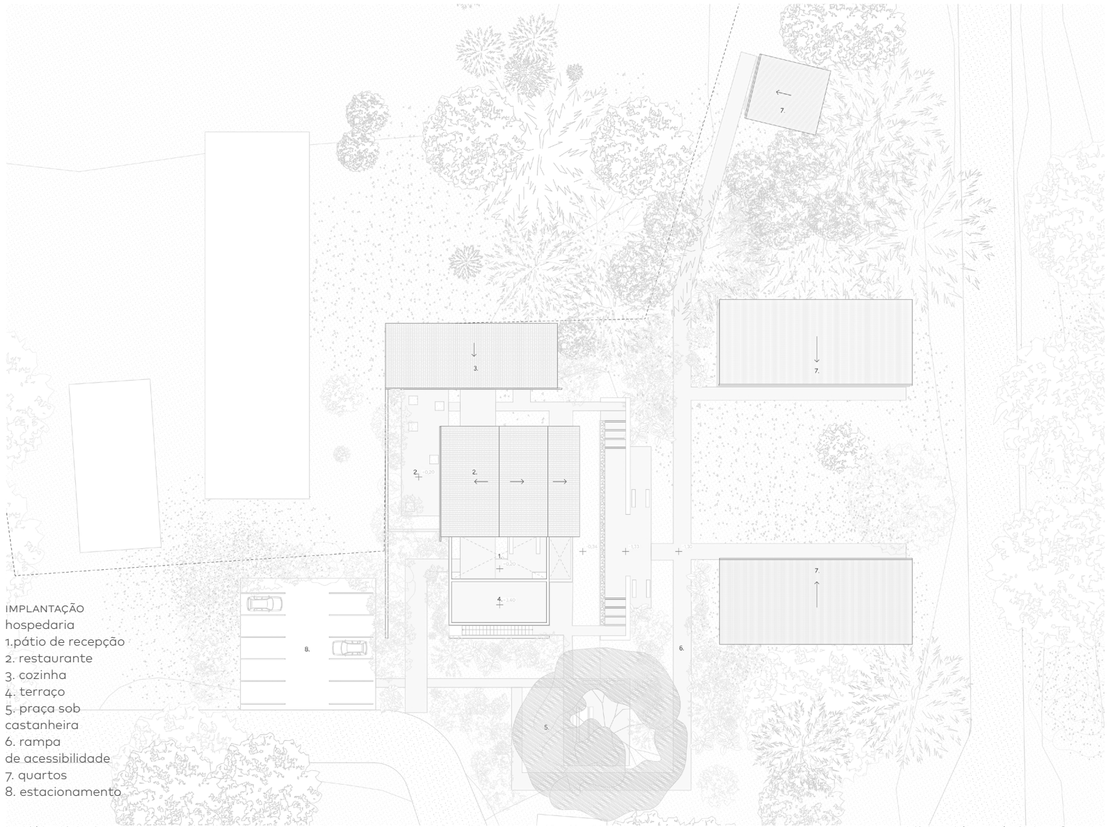
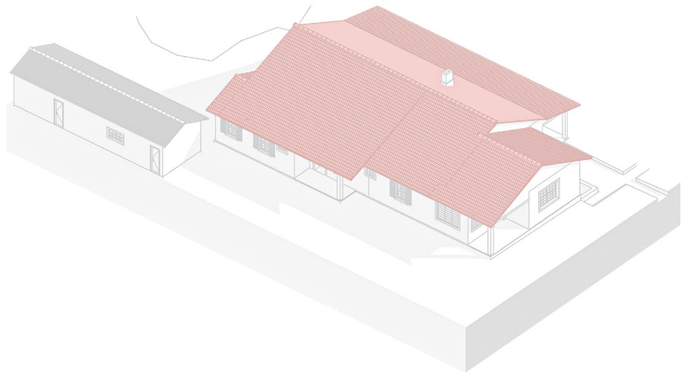


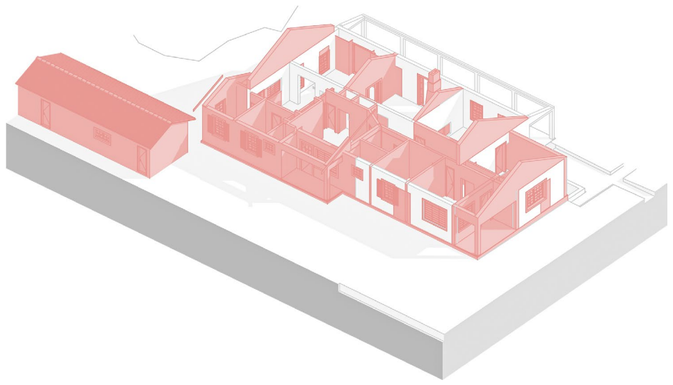
DIAGRAMA DE USOS



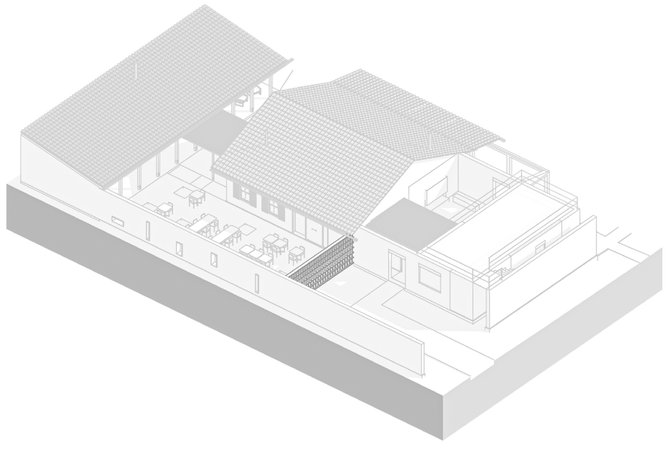
ISOMÉTRICA FASES



1. casa dos antigos | estado existente

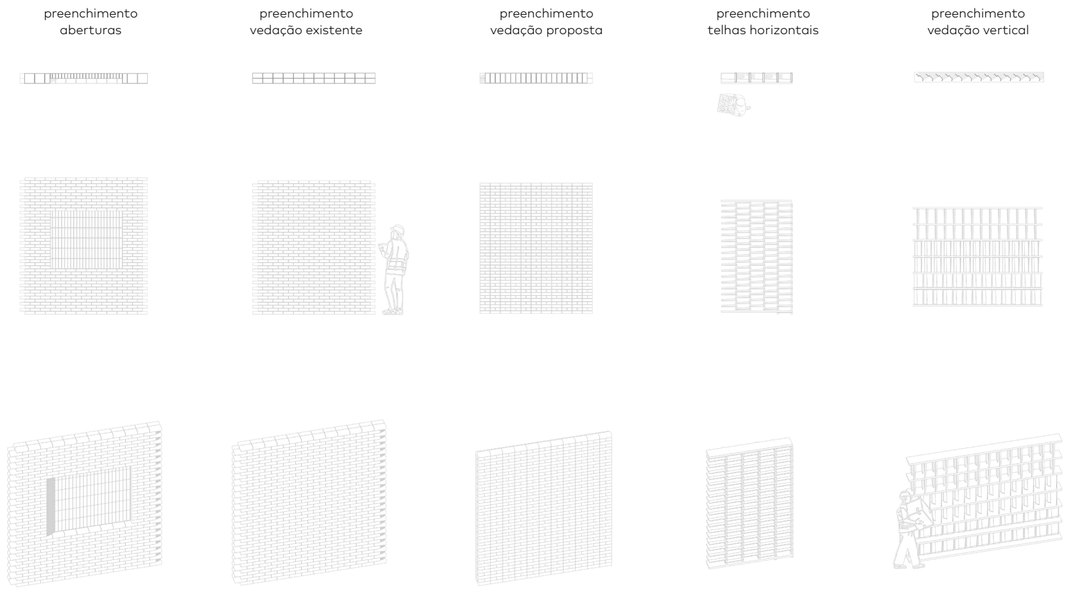


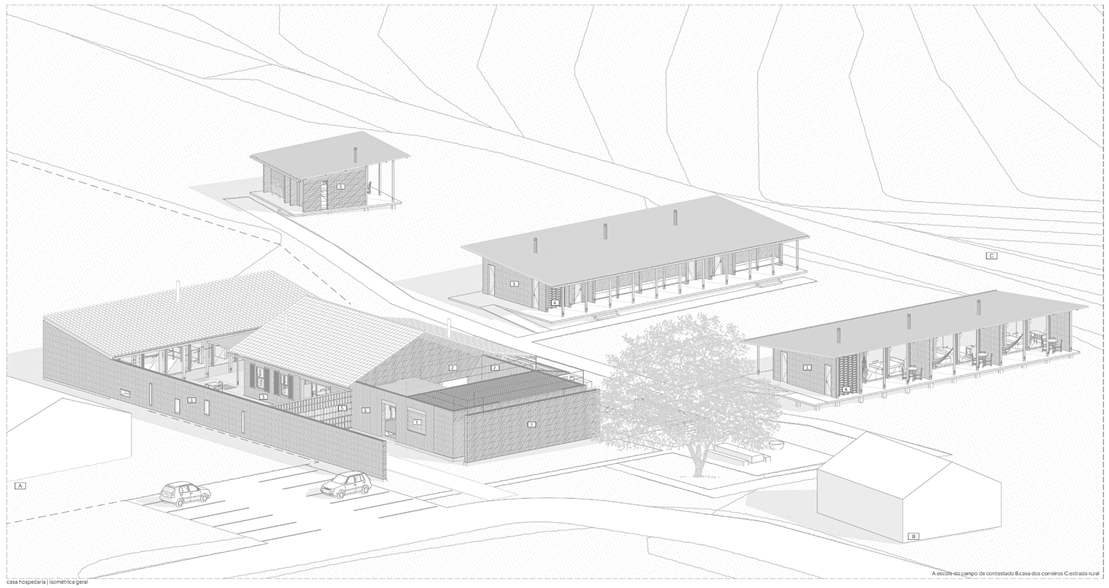
2. casa dos antigos | estado demolição



3. casa dos antigos | estado proposto

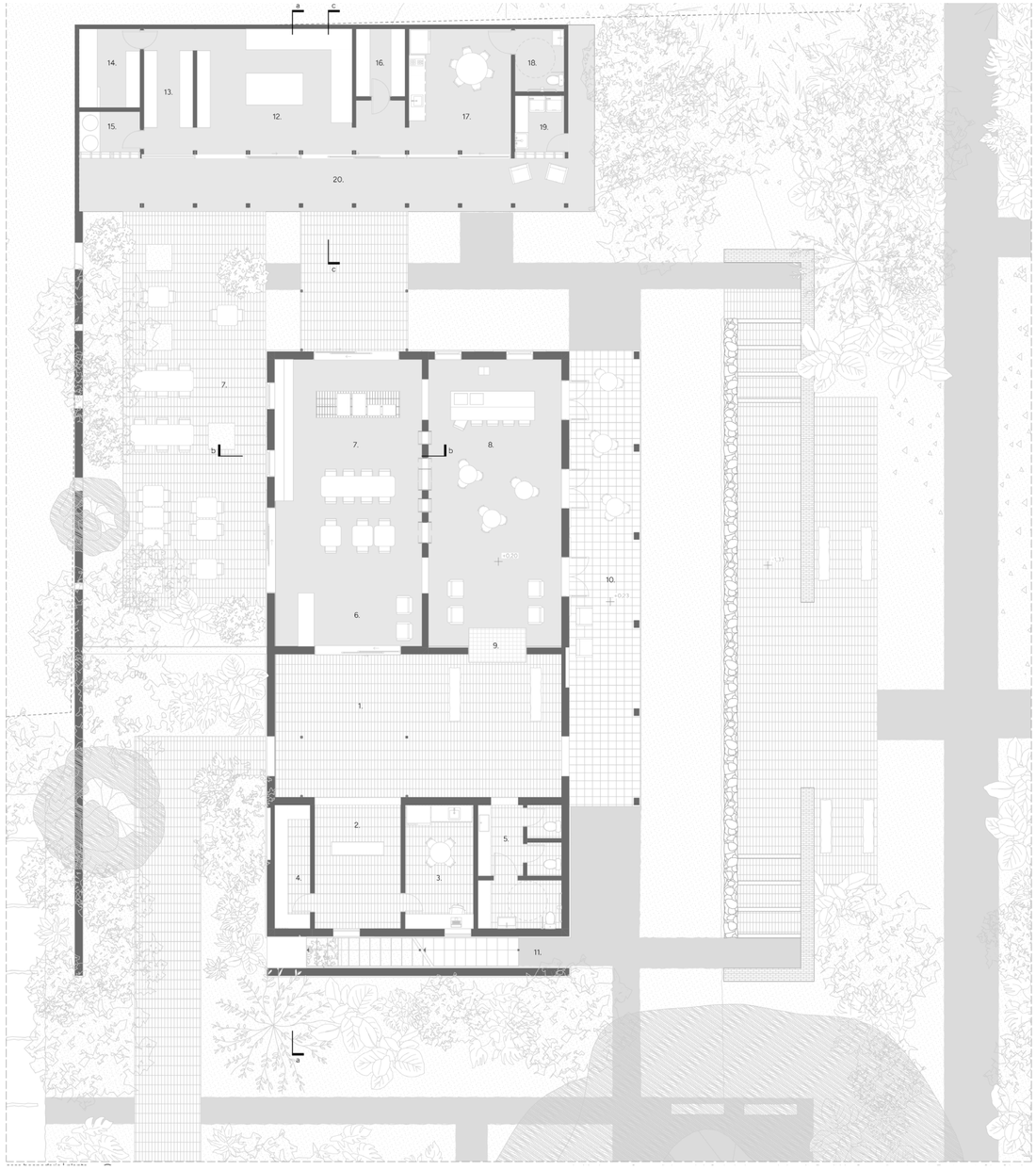
ESQUEMA PREENCHIMENTOS





casa hospedaria | isométrica geral

ISOMÉTRICA GERAL
hospedaria
A. escola do campo do contestado
B. casa dos correios
C. estrada rural



PLANTA BAIXA
HOSPEDARIA

1.pátio de acesso
2.recepção hospedaria
3.sala de descanso
4. deposito
5.sanitários
6.recepção restaurante
7.restaurante
8.bar
9.lareira
10.varanda
11. escada terraço
12.cozinha
13.lavagem
14.depósito
15.gás
16.depósito
17.descanso
18.vestiário
19.lavanderia
20.varanda

Para organizar o fluxo de hóspedes, clientes e funcionários, será criado um pátio de recepção na área da casa original. Este pátio ajudará a separar a recepção da hospedaria do atendimento do restaurante. Dividindo o fluxo dos hóspedes e o dos clientes do restaurante, facilitando a circulação no local e garantindo uma operação eficiente. Este pátio solta o volume gastronômico dos espaços de recepção, administração e sanitários, sobre os quais é proposto um terraço – com acesso próximo à praça sob a castanheira – que permitiria novas visuais do território.

Visando receber os turistas, será previsto um estacionamento com doze vagas para acomodar os veículos de hóspedes e visitantes. O estacionamento será posicionado de maneira a não interferir na paisagem do centro do assentamento, respeitando a harmonia do entorno.

Nas proximidades da casa objeto do projeto, situa-se um pé de castanha portuguesa, utilizado pelos assentados para fazer fogueira e realizar encontros. Nesse espaço, propõe-se a criação de uma praça aberta, que aproveita a presença da árvore para criação de uma área de convivência e refeições, proporcionando um local de encontro ao ar livre para a comunidade. Para vencer o desnível topográfico de 1,5 m entre os espaços, foram projetados caminhos que aproveitam o muro de arrimo de pedra existente à frente da varanda original da casa.

O paisagismo será baseado na recuperação da fauna e flora locais, buscando a preservação da vegetação nativa e a remoção de espécies invasoras como pinus e eucaliptos, que prejudicam a mata natural. Caminhos acessíveis serão criados para aproximar o usuário da área de mata, com trilhas que ligam os quartos-abrigo às demais áreas do projeto, oferecendo uma conexão direta com o ambiente natural.

Preenchimentos

A proposta de fechamento vertical busca aliar a diferenciação entre o existente e o novo à lógica de reuso de materiais da construção civil. A abordagem considera a realidade local, onde o acesso a materiais novos pode ser limitado e a flexibilidade dos recursos é essencial diante da dinâmica acelerada do ambiente. Para atender a essa mentalidade de reuso e flexibilidade, foram desenvolvidos diferentes preenchimentos verticais que integram materiais cerâmicos e elementos reutilizados, contribuindo para a sustentabilidade do projeto e reduzindo o impacto ambiental. Entre as soluções propostas está a nova alvenaria com fiadas distintas da original, que reforça a diferença temporal entre as intervenções e mantém a coerência estética à materialidade contemporânea da intervenção.

A alvenaria preexistente será preservada e restaurada. Já os materiais obtidos a partir da demolição da antiga garagem da casa serão reutilizados para o fechamento de aberturas em paredes a serem mantidas, garantindo o reaproveitamento máximo de recursos disponíveis no local. Outra solução proposta é o uso de telhas reaproveitadas do telhado original da casa, que se encontrava em ruínas. Essas telhas, já retiradas pelos assentados, serão utilizadas na criação de fechamentos ventilados, que servirão como limites de espaços externos e fechamento de áreas de serviço. Essa estratégia atende às necessidades de ventilação e privacidade, ao mesmo tempo que promove a valorização de materiais existentes. Com essa abordagem, o projeto reafirma seu compromisso com o uso responsável de recursos, integrando soluções econômicas e adaptadas ao contexto do assentamento, sem abrir mão da funcionalidade e da qualidade arquitetônica.

Sistema estrutural

Diante das condições estruturais da construção existente, com o comprometimento das tesouras e do madeiramento originais, propõe-se um novo sistema de cobertura que respeita a linguagem da preexistência, mas adota características contemporâneas. A solução consiste em utilizar duas vigas vagonadas inclinadas de modo a recompor a volumetria original, criando um ambiente amplo e integrado para acomodar o restaurante e o bar/descanso da hospedaria. O telhado foi projetado em duas águas, de modo a conformar um espaço interno iluminado e ventilado.

Como há na casa um desnível de 1,5 m entre o assoalho deteriorado e o solo do porão, é preciso prever um novo sistema de laje para o fechamento do piso do restaurante e da recepção. Para isso, propõe-se a execução de laje protendida de lajotas cerâmicas, sistema estrutural de fácil obtenção e execução, sobre a qual é prevista a aplicação de piso.

A parede central da casa será preservada, garantindo a separação física entre o restaurante e o bar. Contudo, para promover maior integração e funcionalidade, aberturas serão criadas nessa parede, permitindo a circulação entre os ambientes. Além disso, nichos de madeira serão incorporados à estrutura da parede central, proporcionando espaços para a exposição de produtos produzidos no assentamento, valorizando a produção local.

Para o volume da cozinha, o sistema estrutural proposto utiliza pilares, vigas e caibros de madeira padronizados conforme medidas comerciais, favorecendo uma construção eficiente e de baixo custo. A estrutura simples e funcional reforça o caráter econômico e sustentável da intervenção.

A cozinha possui um formato trapezoidal com cobertura de uma água, alinhando-se esteticamente aos volumes dos quartos de hospedagem. Esses quartos, dispostos em duas barras paralelas à frente da varanda da casa e também em meio à mata, compartilham a mesma lógica formal, criando unidade visual no conjunto arquitetônico. O sistema estrutural adotado, tanto para a casa quanto para os novos volumes, busca equilíbrio entre funcionalidade, estética e economia.

Quartos

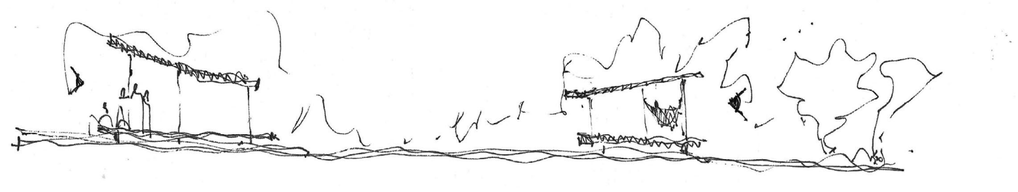
Este projeto propõe duas tipologias de quartos, o quarto conjunto e o quarto abrigo, com o intuito de proporcionar flexibilidade e viabilidade ao negócio da casa hospedaria. Dessa maneira, permite-se a execução da obra em fases, respeitando o tempo e os recursos disponíveis no assentamento. A proposta inclui a alternativa de expansão conforme a demanda do assentamento, o que permite ampliar o público-alvo atendido pelas duas tipologias e implantar quartos-abrigo além dos limites do lote, com maior possibilidade de inserção da hospedaria no assentamento.

Em relação à disposição dos volumes apresentados, tanto o quarto conjunto quanto o quarto abrigo apresentam conformação semelhante, visando a fácil execução dos espaços e também instigando a criação de uma unidade visual entre os volumes. O espaço é conformado por um volume trapezoidal de alvenaria, delimitado horizontalmente por uma base de concreto e um telhado de telha metálica termoacústica. A inclinação do telhado é projetada para proporcionar uma melhor vista e um maior contato com o entorno, atuando como uma abertura exploratória que convida o hóspede a se inserir no contexto rural presente.

Materialidade

A materialidade da casa destaca-se pela integração ao entorno, especialmente quanto à alvenaria de barro aparente, que contrasta com a vegetação densa do Assentamento Contestado. Essa escolha confere à construção uma aparência acolhedora e quente, estabelecendo um diálogo entre a construção e o ambiente rural. A intervenção utiliza esse mesmo material, mas com um tratamento contemporâneo, incorporando traços retos e a diferenciação de materiais para reforçar a identidade do novo edifício sem cair em imitações do passado.

Assim, a proposta busca evitar o saudosismo mimético, distinguindo claramente o que é novo e o que é preexistente. Essa diferenciação é feita através da variação das fiadas de alvenaria. A alvenaria original da casa, a ser restaurada, apresenta tons amarelados, característicos da construção inicial. Em contraste, a alvenaria proposta para as novas adições terá tons mais avermelhados, marcando de maneira clara e sutil a diferença temporal entre as partes existentes e as novas construções, mas sem perder a harmonia entre os elementos.



CROQUI
Relação entre quartos



Quartos conjuntos

SOBRE OS AUTORES
Leonardo Costa Monte é arquiteto e urbanista pela Universidade Federal do Paraná (2024). Tem experiência em pesquisa relacionada a técnicas sustentáveis e à arquitetura rural. Profissionalmente, atua em arquitetura residencial, de edificações e de interiores.

Marina Oba é arquiteta, doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná. Pelo Estúdio Fronteira, desenvolve atividades de ensino, pesquisa, projeto e extensão junto a Comunidades Indígenas e Tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Raildo Silva de. **Assentamento rural: conflitos internos e a territorialização do MST - um estudo de caso. 2005**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19092022-154039/. Acesso em: 01 maio 2024.

MALLMANN, Dalvan Joel Petry. BAGNARA, Tania Marcia. **A casa grande do assentamento contestado: a trajetória de um espaço privado e coletivo.** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2018. 22p.

MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

RIOS, José Arthur. **O Contestado: um centenário**. In: WEHLGIN, Arno et al (org.). 100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446p.

SOUZA, Lucas. **Luta por Reforma Agrária transforma "casa grande" em Centro Cultural, no Paraná**. MST: 7 de dezembro de 2020. Disponível em:<https://mst.org.br/2020/12/07/luta-por-reforma-agraria-transforma-casa-grande-em-centro-cultural-no-parana/>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **O MST e a questão agrária. Entrevista com João Pedro Stédile**, Revista Estudos Avançados, São Paulo: USP, v.11, n.31, set.-dez., 1997.

Casa de Praia
Igarapé do Papagaio

Marcelo Borborema

Localizada às margens do Igarapé do Papagaio, zona rural de Manaus, a Casa de Praia é um projeto para duas famílias compartilharem memórias num lugar com natureza abundante. O projeto está implantado em blocos dispostos alternadamente no terreno, produzindo uma continuidade da praia para um pátio de areia entre os blocos, no platô do terreno. Os ambientes sociais e íntimos estão distribuídos nos três blocos principais, que são construtivamente muito semelhantes entre si. Nos dois blocos acessórios estão os ambientes de serviço. A sala e cozinha estão no bloco principal mais perto do rio, num volume palafítico de estrutura mista. As fundações são em concreto armado. Os pilares inundáveis na época de cheia do rio são em concreto armado aparente e deles deriva uma laje maciça da varanda e vigas de apoio ao pavimento interno de madeira que possui juntas abertas para uma sutil a ventilação de ar. No pavimento habitável, em continuidade aos pilares de concreto, ergue-se uma estrutura porticada de madeira e sobre esta a estrutura de madeira da cobertura. As madeiras utilizadas são nativas amazônicas vindas de manejo florestal. O perfil do telhado é em quatro águas, com um lanternim quadrado venezianado no alto para garantir o fluxo ascendente do ar, seja qual for a direção do vento.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Praia; Amazônia; madeira.

CASA DE LA PLAYA IGARAPÉ DO PAPAGAIO

Ubicada a orillas del Igarapé do Papagaio, en la zona rural de Manaus, la Casa de Playa es un proyecto para dos familias que quieren compartir recuerdos en un lugar con abundante naturaleza. El proyecto se implementa en bloques dispuestos alternativamente en el terreno, produciendo una continuidad desde la playa hasta un patio de arena entre los bloques, en la meseta del terreno. Los ambientes sociales e íntimos se distribuyen en los tres bloques principales, que constructivamente son muy similares entre sí. En los otros bloques accesorios se encuentran los ambientes de servicio. El salón y la cocina se encuentran en el bloque principal más cercano al río, en un edificio sobre pilotes de estructura mixta. Los cimientos son de hormigón armado. Los pilares que se inundan durante la temporada de crecidas del río están hechos de hormigón armado visto y de ellos derivan una losa masiva para el balcón y vigas que sostienen el piso interno de madera, que tiene juntas abiertas para una ventilación sutil del aire. En la planta habitable, en continuidad con los pilares de hormigón, se sitúa una estructura de pórtico de madera y encima de ésta la estructura de madera de la cubierta. La madera utilizada es originaria de la Amazonia y proviene de prácticas de manejo forestal. El perfil del techo es a cuatro aguas, con una ventana cuadrada con lamas en la parte superior para garantizar el flujo de aire ascendente, sea cual sea la dirección del viento.

PALABRAS CLAVE: Casa de Playa; Amazonia; madera.

IGARAPÉ DO PAPAGAIO'S BEACH HOUSE

Located on the banks of the Igarapé do Papagaio, in the rural area of Manaus, the Beach House is a project for two families to share memories in a place with abundant nature. The project is implemented in blocks arranged alternately on the land, producing a continuity from the beach to a sand patio between the blocks, on the land's plateau. The social and intimate environments are distributed across the three main blocks, which are constructively very similar to each other. In the other two accessory blocks are the service environments. The living room and kitchen are in the main block closest to the river, in a stilt building with a mixed structure. The foundations are in reinforced concrete. The pillars that are flooded during the river's high season are made of exposed reinforced concrete and from them derive a massive slab for the balcony and beams supporting the internal wooden floor, which has open joints for subtle air ventilation. On the habitable floor, in continuity with the concrete pillars, there is a timber portico structure, and above this the timber structure of the roof. The wood used is from native Amazonian trees and comes from forest management practices. The roof profile is four-pitched, with a lantern roof vent with louvers at the top to ensure the upward flow of air, whatever the direction of the wind.

KEYWORDS: beach house; amazon; timber.



Contexto

O sítio de implantação do projeto proposto se encontra na área rural dentro do Assentamento Contestado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento está localizado a cerca de 20 km do centro da Lapa e a 70 km de Curitiba. Tem dimensões municipais, abrangendo uma área de 3.100 hectares. Destes, 1.240 hectares são remanescentes de floresta de pinus e eucalipto, espécies exógenas à flora local. Os demais são divididos entre moradia, produção agrícola e mata nativa.

Durante o século XIX, o território foi residência do Barão dos Campos Gerais (David dos Santos Pacheco), servindo ao comércio tropeiro. Com passado escravagista, a antiga Fazenda Santa Amélia foi adquirida pela Indústria Cerâmica Paraná S.A. (Incepa) em 1986, com foco na produção de lenha para fornos de cerâmica. A empresa manteve a posse das terras até 1999, quando foram desapropriadas por conta de dívidas e destinadas a ações de reforma agrária.

No âmbito do território do Contestado, destaca-se uma centralidade onde se concentram as edificações e os espaços de uso comunitário, fundamentais para a vida da comunidade. Entre as edificações educacionais, destacam-se o Centro Educacional Contestado, que oferece ensino fundamental e médio, e a Escola Latino-Americana de Agroecologia (Elaa), que inclui centro administrativo, alojamento, refeitório e cozinha. Ademais, evidencia-se a abrangência de todos os níveis de escolarização no assentamento, com os anos iniciais do ensino fundamental sendo oferecidos pela Escola Municipal do Campo Contestado, e os anos finais, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) sendo ministrados pelo Colégio Estadual do Campo Contestado. As demais instalações coletivas compreendem a sede da Cooperativa Terra Livre, a Unidade Básica de Saúde (UBS) Florescer Francisca Roberta – Chica Pelega, a Plenária, a Casa de Sementes, a Mercearia e os Correios. Ainda, a paisagem construída é formada por edificações de interesse patrimonial, como o conjunto de silos e o Centro Cultural Casarão. Além desses espaços, há a casa dos antigos administradores da Fazenda Santa Amélia, objeto de estudo deste trabalho.

A construção se encontra em estado crítico: o telhado desmoronou em três pontos diferentes, o que faz com que a chuva atinja o interior da casa, bem como algumas portas e janelas estão avariadas, com vidros quebrados e dobradiças destruídas. Alguns cômodos estão sendo utilizados improvisadamente para depósito de material escolar e lixo reciclável.

O objetivo do projeto compreende a recuperação da estrutura da casa dos administradores da antiga fazenda e sua conversão em hospedaria, visando atrair um público turístico interessado em usufruir de trilhas e cachoeiras no Contestado ou em participar de eventos do assentamento. O programa ainda prevê um restaurante, de modo a atender a casa hospedaria e também o público externo.

A nova estrutura possibilitaria a aproximação entre o assentamento e a população das cidades vizinhas, estimulando o diálogo entre as realidades urbana e rural, bem como a geração de empregos e inserção dos assentados no mercado de trabalho. Além disso, a hospedaria e o restaurante poderiam auxiliar no fomento da economia local ao servir de vitrine aos produtos produzidos no assentamento, gerando visibilidade às produções das famílias locais.

Ressalta-se que o Assentamento Contestado possui notoriedade nacional e internacional devido à sua história de luta e suas conquistas de infraestrutura. Dessa maneira, entende-se que é relevante voltar-se a essa comunidade e produzir uma proposta arquitetônica que possa servir de vitrine para esse e demais assentamentos.

Intervenção

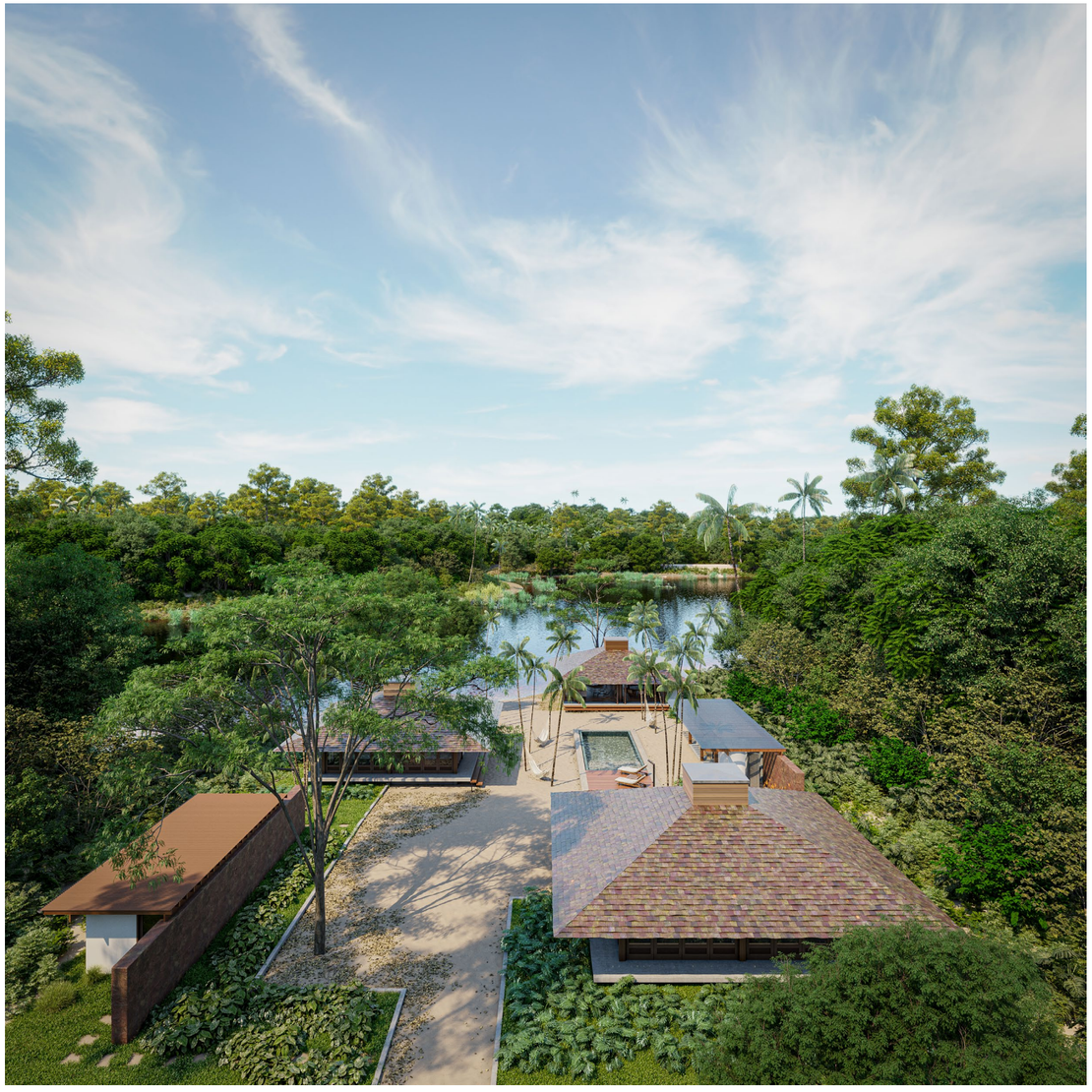
Para otimizar a organização espacial do projeto, fazem-se necessárias demolições estratégicas na casa existente. Entre os elementos a serem removidos está a antiga garagem, cuja proximidade às construções existentes dificulta uma adaptação funcional. Além disso, determinadas paredes internas e externas da casa serão demolidas para criar novos espaços e fluxos mais adequados às demandas do projeto .

Os materiais resultantes dessas demolições serão reaproveitados em diferentes partes da obra, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a redução de detritos. Elementos de alvenaria e outros resíduos de construção civil serão utilizados como fechamentos verticais e na execução de revestimentos horizontais dos pátios de recepção e do restaurante .

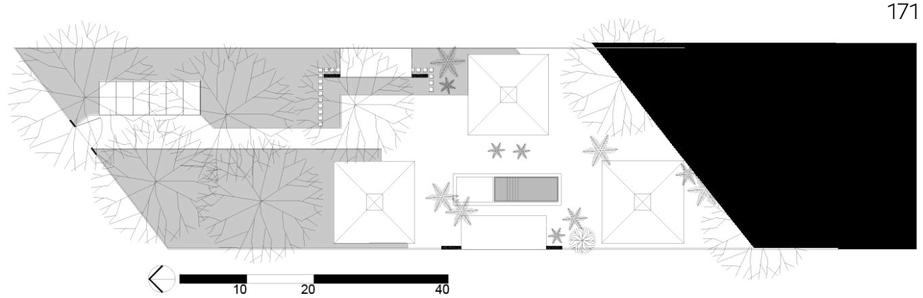
Os tijolos provenientes da demolição serão empregados na construção de uma nova escadaria de alvenaria, projetada para vencer o desnível de 1,5 metro entre a casa e os quartos. Essa abordagem não apenas reduz a geração de descarte, mas também integra os materiais preexistentes ao novo projeto, preservando a conexão com o contexto original da casa.

Implantação da Casa Hospedaria

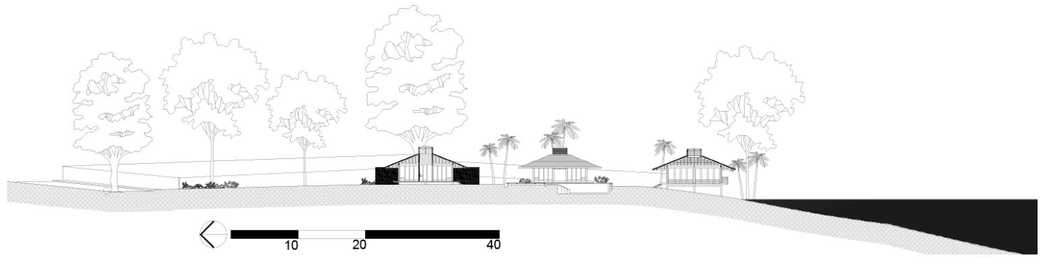
A implantação da casa hospedaria será dividida em dois usos principais: a criação de um restaurante na antiga casa dos administradores da Fazenda Santa Amélia e a construção de quartos de hospedagem soltos no terreno. O restaurante atenderá tanto os hóspedes da hospedaria quanto o público externo, especialmente aos fins de semana, visando a demanda comum de turismo gastronômico em contextos rurais.

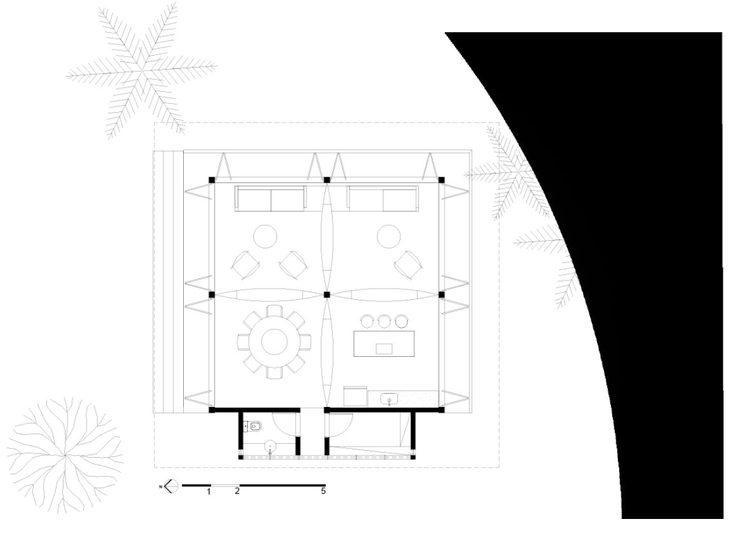




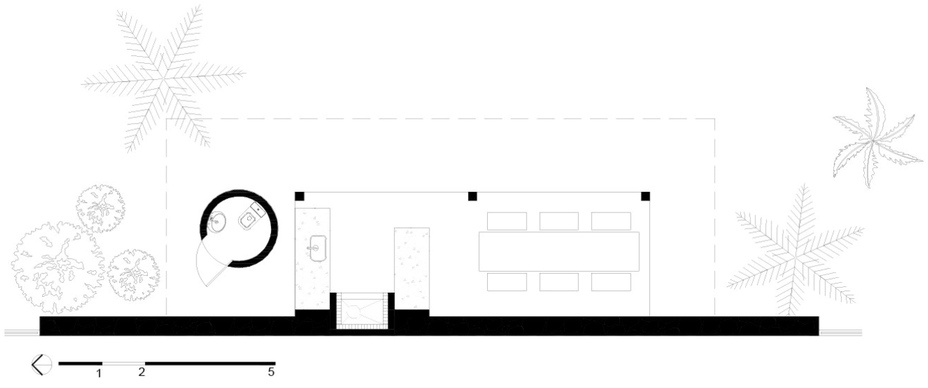


IMPLANTAÇÃO

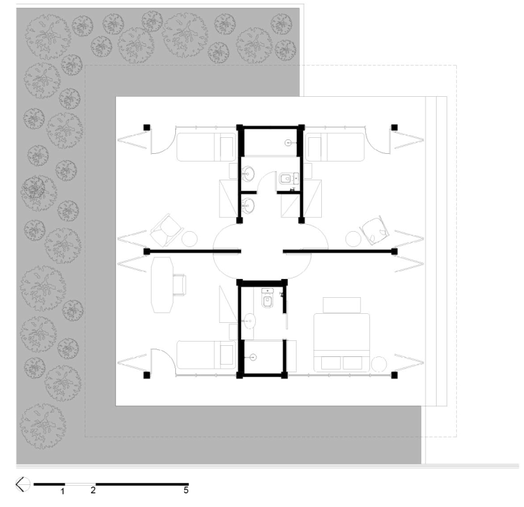


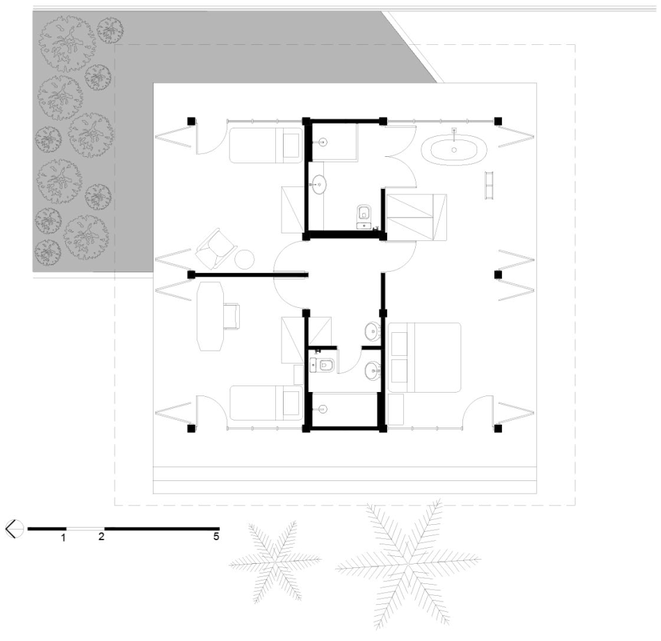


PLANTA BLOCO A

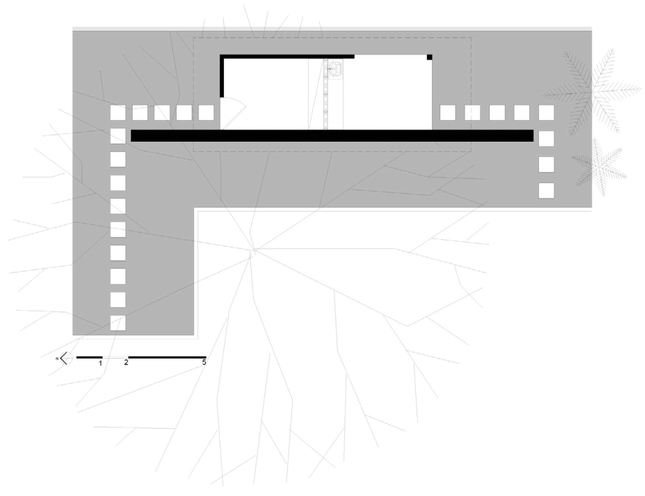


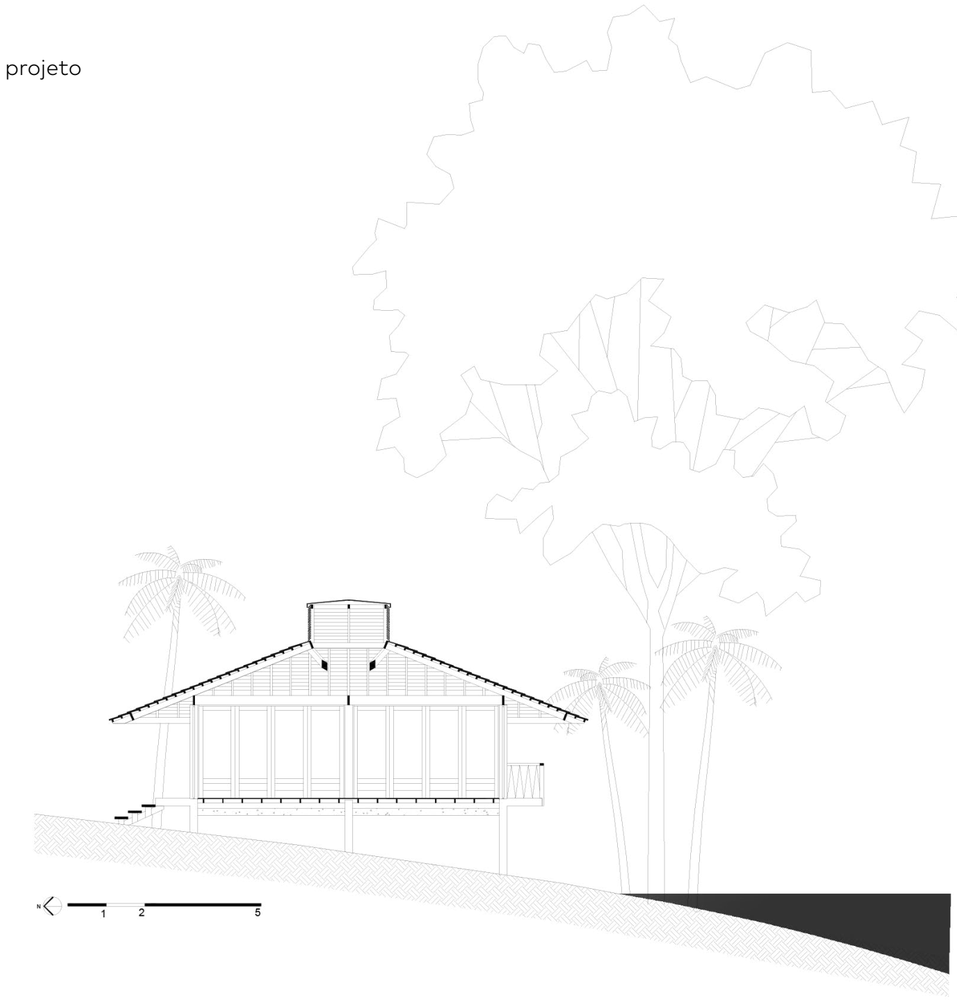
PLANTA BLOCO B

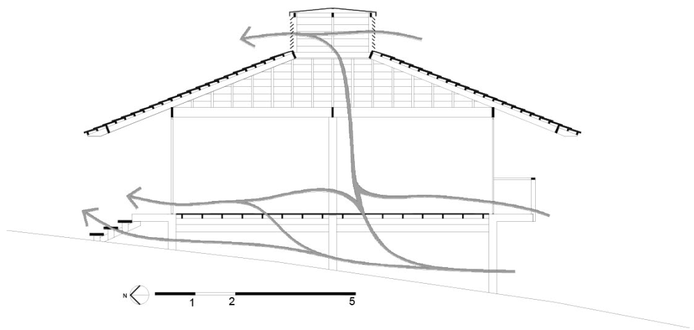




PLANTA BLOCO C







AUTOR
Marcelo Borborema é arquiteto e urbanista amazonense, graduado na Universidade do Porto em Portugal, com diploma revalidado pela UFRGS, e pós-graduado pela Escola da Cidade no curso Geografia, Cidade e Arquitetura. Especialista em Arquitetura Hospitalar. Avaliador convidado da Universidade da Virginia. Teve projetos expostos nas exposições: "Concurso Vila dos Mellos" em São Paulo, Exposição de Arquitetura Contemporânea na Amazônia "XAMA – 30 anos em 30 obras" nas capitais da região Norte, Seminário "SAMA II" em Palmas, "L'Amazonie en construction" em Paris e "Resilient Amazon Architecture" em Seul e Manaus. Tem experiência de trabalho no Brasil e em Portugal. Foi professor assistente na faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Ceulm (Ulbra) em Manaus e Uninorte. Foi conselheiro federal suplente do CAU-AM, presidente do IAB-AM e vice-presidente do IAB para a região Norte. Atualmente é o diretor criativo do escritório Borborema Arquitetura e presidente do IAB-AM.

EQUIPE
Marcelo Borborema, Gabriel Silva e Gabriel Coutinho.

COLABORADORES
MAO arquitetura (projeto executivo);
Visarq3D (imagens).

Manaus, Amazonas, 2022

Sabedoria Marginal: a cidade na ótica ancestral-periférica através do caso Ilê Asé Odé

João Pedro Manccini Fernandes



O projeto nasce de um rompimento. Em dezembro de 2022, o Ilê Asé Odé Ibualamo — um território tradicional de matriz africana — foi demolido para expansão de uma avenida sobre o Córrego do Cadaval, na Favela do Capriotti, em Carapicuíba. A obra, conduzida pelo poder público, repete a fórmula de danos socioambientais: prioriza o asfalto, apaga o rio e desconsidera a comunidade e seu direito à permanência. Diante desse cenário, propõe-se outra possibilidade de cidade, evidenciando alternativas viáveis. Ao desviar a avenida do curso do rio, ganha-se um parque linear que recupera a presença da água e da mata; no vazio deixado pela remoção, nasce um memorial vivo que marca a história do Ilê; e, no centro do percurso, um equipamento público dedicado aos saberes dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA). A proposta parte de uma investigação crítica ancorada em vivência territorial e pesquisa-ação, articulando a cosmopercepção ancestral dos POTMA a um olhar para a cidade desde potências e subjetividades periféricas como chaves projetuais. O projeto se coloca como ferramenta técnica de apoio à luta local e como contribuição à construção de repertórios contra-hegemônicos no campo do urbanismo.

Palavras-chave: periferia; matriz africana; urbanização.

El proyecto nace de una ruptura. En diciembre de 2022, el Ilê Asé Odé Ibualamo — un territorio tradicional de matriz africana — fue demolido para ampliar una avenida sobre el arroyo Cadaval, en la favela de Capriotti, en Carapicuíba, en la periferia de la metrópolis de São Paulo. La obra, promovida por el poder público, repite la fórmula de los daños socioambientales: prioriza el asfalto, borra el río y desconsidera a la comunidad y su derecho a permanecer. Ante este escenario, el proyecto propone otra posibilidad de ciudad, poniendo en evidencia alternativas viables. Al desviar el trazado de la avenida del cauce del río, se crea un parque lineal que recupera la presencia del agua y del bosque; en el vacío dejado por el desalojo, nace un memorial vivo que honra la historia del Ilê; y en el centro del recorrido, un equipamiento público dedicado a los saberes de los Pueblos Tradicionales de Matriz Africana — el CERPOTMA. La propuesta surge de una investigación crítica anclada en la vivencia territorial y en la investigación-acción, articulando la cosmopercepción ancestral de estos pueblos tradicionales y una mirada sobre la ciudad desde las potencias y subjetividades periféricas como claves proyectuales. El proyecto se posiciona como una herramienta técnica de apoyo a la lucha local y como una contribución a la construcción de repertorios contrahegemónicos en el campo del urbanismo.

Palabras clave: periferia; terreiro; urbanización.

The project begins with a rupture. In December 2022, Ilê Asé Odé Ibualamo — a traditional Afro-Brazilian territory — was demolished to make way for the expansion of an avenue over the Cadaval stream, in Favela do Capriotti in Carapicuíba, on the outskirts of São Paulo. The intervention, led by public authorities, repeats a familiar pattern of socio-environmental damage: it prioritizes asphalt, erases the river, and disregards the community and its right to remain. In response, the project proposes a different possibility for the city, demonstrating that viable alternatives exist. By diverting the avenue away from the stream, a linear park emerges, restoring the presence of water and native vegetation. In the void left by the demolition, a living memorial is born to honor the history of the Ilê. At the center of the path, a public facility dedicated to the knowledge of Afro-Brazilian Traditional Peoples — the CERPOTMA — is created. The proposal stems from a critical investigation anchored in territorial experience and action-research, articulating the ancestral cosmoperception of these traditional peoples and a view of the city shaped by peripheral powers and subjectivities as central design principles. This project aims to be a technical tool in support of the local struggle and to contribute for the construction of counter-hegemonic frameworks in the field of urbanism.

Keywords: periphery; afro-brazilian; urbanization.

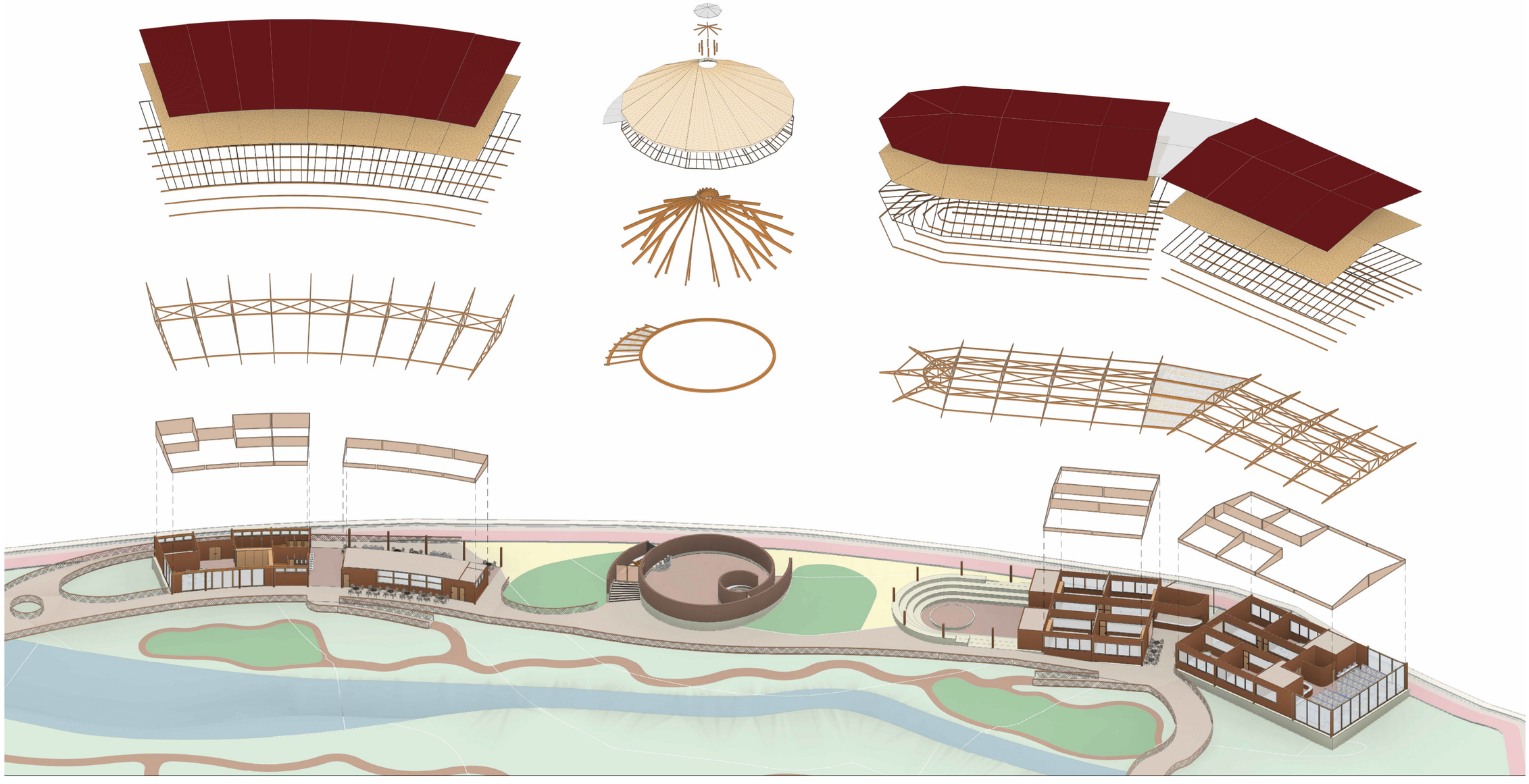
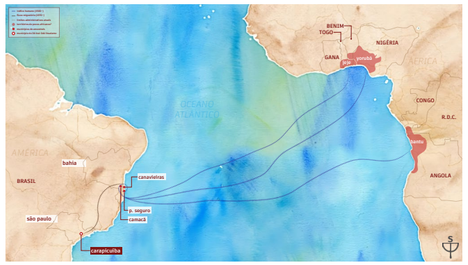


DIAGRAMA CERPOTMA

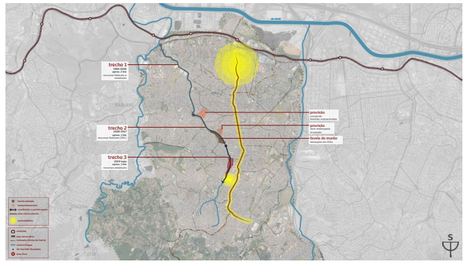


ATLÂNTICO



METRÓPOLE

Escovar a História a contrapelo é voltar ao passado para recuperar as lutas populares e seus personagens – aniquilados pelo peso do horror dominante – e redimensioná-las como *centelhas de esperança* [...]. A percepção de Benjamin sobre a necessidade de disputar o passado para acender a chama do presente e pavimentar futuros cruza com um dos orikis mais famosos de Exu – o orixá do movimento, do poder do corpo, da alegria e das grandes transformações: Exu acerta a pedra que lança hoje no pássaro que já voou. [...] O pássaro do passado só pode ser alcançado com a pedra que lançamos hoje; seu voo é incessante. Exu não vai ao ontem porque sabe que (nas espirais do tempo) é no presente que a pedra é lançada em busca do pássaro que, em seu voo incerto, pousará no futuro. (Simas, 2020)



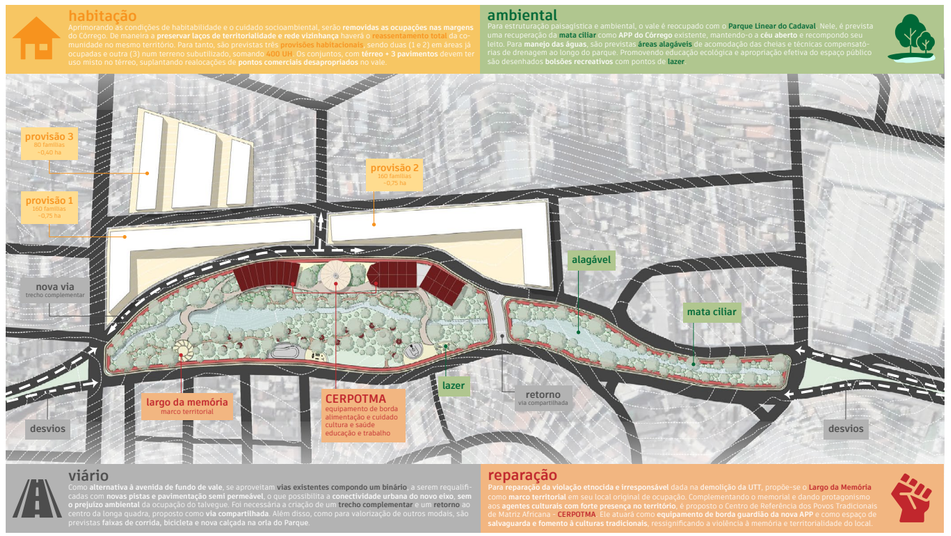
OBRAS

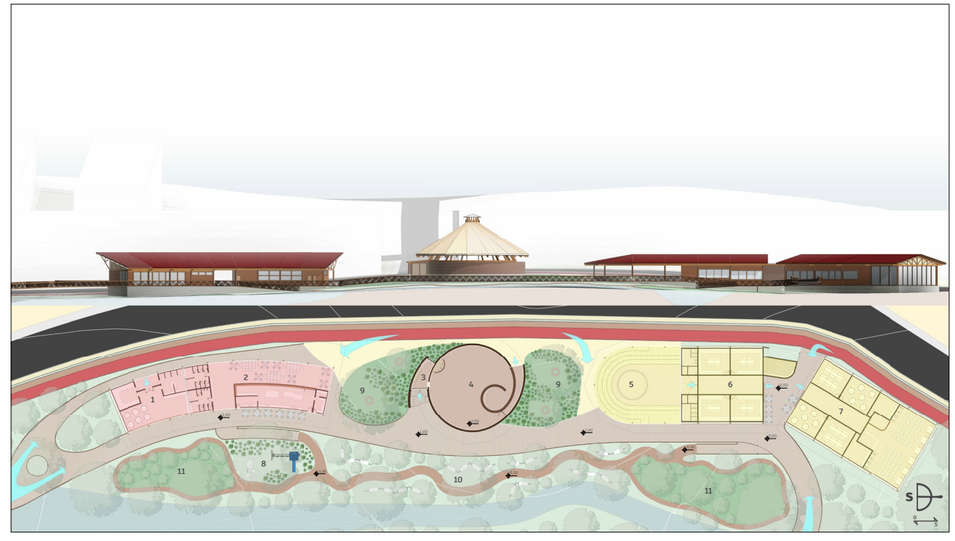


CONTEXTO

Abrimos os caminhos com uma reflexão sobre a memória nas cidades: quais histórias são contadas e quais são apagadas? Os diversos contextos marginalizados da metrópole paulistana são carregados de memórias das mais diversas. Resgatar e recontar essas histórias é uma das fontes de afeto para o projeto: observar o passado das cidades, seu "palimpsesto", com o devido cuidado de "escovar a história a contrapelo", para revelar outras narrativas ocultadas pela história urbana canônica. Assim, podemos lançar "novos" olhares, enriquecendo o debate e as ferramentas de superação dos modelos de cidade dominantes, que culminaram no caos urbano, ambiental e climático da atualidade.

Com essa premissa é que chegamos ao caso do Ilê Asé Odé Ibualamo: comunidade tradicional de matriz africana (ancestral), localizada nas bordas da metrópole paulistana, na Favela do Capriotti, em Carapicuíba (marginal), com sua existência ameaçada por ações baseadas em modelos de cidade rodoviaristas, higienistas e racistas – repetindo padrões históricos da formação da metrópole. A violência contra a comunidade do Ilê se intensificou em dezembro de 2022, quando ele foi demolido durante uma obra urbana para canalização e pavimentação de uma avenida sobre o leito do Córrego do Cadaval, corpo d'água que corta a cidade de Carapicuíba. A pesquisa identifica como essa obra praticou remoções irresponsáveis, sem a adequada realocação das famílias, desconsiderou a consulta prévia às comunidades tradicionais impactadas, prevista em lei, e atuou num para-











digma de desenho urbano já ultrapassado e ambientalmente danoso, adotando a tipologia de avenida de fundo de vale, que corroborou no agravamento de enchentes à jusante da obra.

O projeto, enquanto resposta técnica e sensível a esse contexto, passou a subsidiar importantes ações de articulação política da Frente Ilê Odé – coletivo organizado em defesa do Ilê – junto a instâncias governamentais nas áreas da justiça, da cultura e do planejamento urbano, fortalecendo reivindicações da comunidade. A partir desses diálogos, contribuiu para a formulação de propostas de políticas públicas para Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA)[1] e pela garantia de direitos nas tratativas de mitigação dos danos da demolição. Esses desdobramentos conferem ao trabalho uma função que foi além da dimensão estritamente acadêmica, servindo como instrumento concreto para o ativismo em defesa de territórios tradicionais.[2]

O viés metodológico é centrado em duas referências: 1) um olhar para a cidade a partir da periferia enquanto lócus crítico e político, que produz e enuncia outras epistemologias – perspectiva discutida por D'Andrea (2022), ao analisar a potência cultural e política dos sujeitos periféricos na metrópole paulistana –; e 2) a integração da cosmopercepção ancestral dos POTMA na interpretação e produção do espaço urbano, entendendo seus valores civilizatórios como contribuições para novos modelos de cidade. A prática da pesquisa se ancorou na vivência territorial e na pesquisa-ação construída na Frente Ilê Odé, junto à comunidade e à sua líder, a Iyalorixá Odecidarewa Zana de Odé, valorizando o saber enraizado no território e a utilidade para os objetivos do coletivo.

Corpo, memória e território: o viés e a potência ancestral

> A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (Krenak, 2019)

O ponto de partida deste percurso projetual é a compreensão dos processos históricos que tem reminiscências nas periferias urbanas, considerando dois importantes elementos: o tráfico transatlântico de povos africanos durante o período colonial e o êxodo rural do século XX. A violência colonial dada no primeiro elemento provocou dinâmicas de resistência, reinvenção e transmissão de saberes ancestrais africanos, processo que marca a formação social e cultural brasileira. Já o êxodo rural, intensificado pela industrialização tardia e pelas desigualdades estruturais no campo, deslocou milhões de pessoas de regiões interioranas, os sertões, sobretudo do Norte e Nordeste, para as franjas da metrópole paulistana. A soma dessas duas forças históricas define a presença das culturas de matriz afro-indígena na periferia metropolitana, cujas expressões se mantêm vivas em tendas, terreiros, *ilês* e *nzos*,[3] os territórios tradicionais, aqui referidos como Unidades Territoriais Tradicionais (UTT).

A ancestralidade do Ilê Asé Odé Ibualamo remonta a três matrizes africanas (bantu, jeje e iorubá), cuja memória seguiu viva em comunidades rurais do sul da Bahia, e na família de Zana, que migra em direção à metrópole paulistana nos anos 1970. O Ilê representa uma continuidade das redes ancestrais, e a história de sua violação não é isolada: ecoa os processos mais amplos de formação das periferias, marcados por deslocamentos forçados, construção de pertencimento e resgate de identidades e culturas constantemente ameaçadas.

Esses processos históricos têm como principal motor as políticas estatais que guiaram o desenvolvimento da metrópole. Como aponta Berth (2023), as políticas urbanas do século XX foram estruturadas sob uma lógica racializada, marcada por um projeto de embranquecimento e modernização de referência europeia, que excluía

corpos negros e práticas culturais afro-brasileiras do ideal de cidade. Barone (2022) complementa esse entendimento ao mostrar como o modelo rodoviarista, que ditou o espraiamento metropolitano através da expansão da malha viária, promoveu a destruição de cortiços e favelas historicamente ocupados por populações negras e o consequente apagamento de suas memórias territoriais, sobretudo nas margens dos rios, transformadas em avenidas.

> Toda essa devastação não apenas destruía as moradias negras em cortiços e favelas, mas também apagava suas práticas culturais e memórias presentes nos arredores dos rios [...] que agora jazem sob as avenidas. A implantação sucessiva de melhorias no sistema viário [...] reforçou e consolidou a lógica da cidade tentacular, provendo lugares para reassentamento dessas populações nas zonas periféricas. (Barone, 2022, p.13)

Em Carapicuíba, esse processo tem clara continuidade: a canalização do Córrego do Cadaval e a construção da Avenida Marginal não apenas removeram habitações, mas demoliram um território tradicional consolidado – o Ilê Asé Odé Ibualamo – operando uma despossessão racial, conforme conceitua Neres (2023), que repete e atualiza lógicas coloniais no tecido urbano contemporâneo.

A salvaguarda dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA) e de todas as expressões culturais afro-diaspóricas é um dos objetivos que motiva o projeto, indo na contramão da obra em curso no território. Em primeiro lugar, isso significa o cumprimento da tarefa histórica de compromisso com a memória e a verdade sobre a escravidão e o tráfico transatlântico (conforme a Conferência de Durban, de 2001, da qual o Brasil é signatário). Em segundo lugar, vem à tona a missão específica à prática do urbanista, de reconhecer nas organizações coletivas, culturas e saberes dos territórios periféricos, sementes de cidades mais justas socialmente e ambientalmente.

As comunidades tradicionais de matriz africana, entendidas como expressões contemporâneas de quilombos urbanos, exercem papel político e social fundamental nos territórios em que se instalam, especialmente em contextos vulnerabilizados. Em Carapicuíba, os POTMA protagonizam iniciativas voltadas à segurança alimentar, à justiça racial e à defesa socioambiental. Suas práticas sagradas e culturais expressam uma perspectiva ecológica própria, centrada no cuidado com a vida e com a Terra, que se estende também à comunidade do entorno.

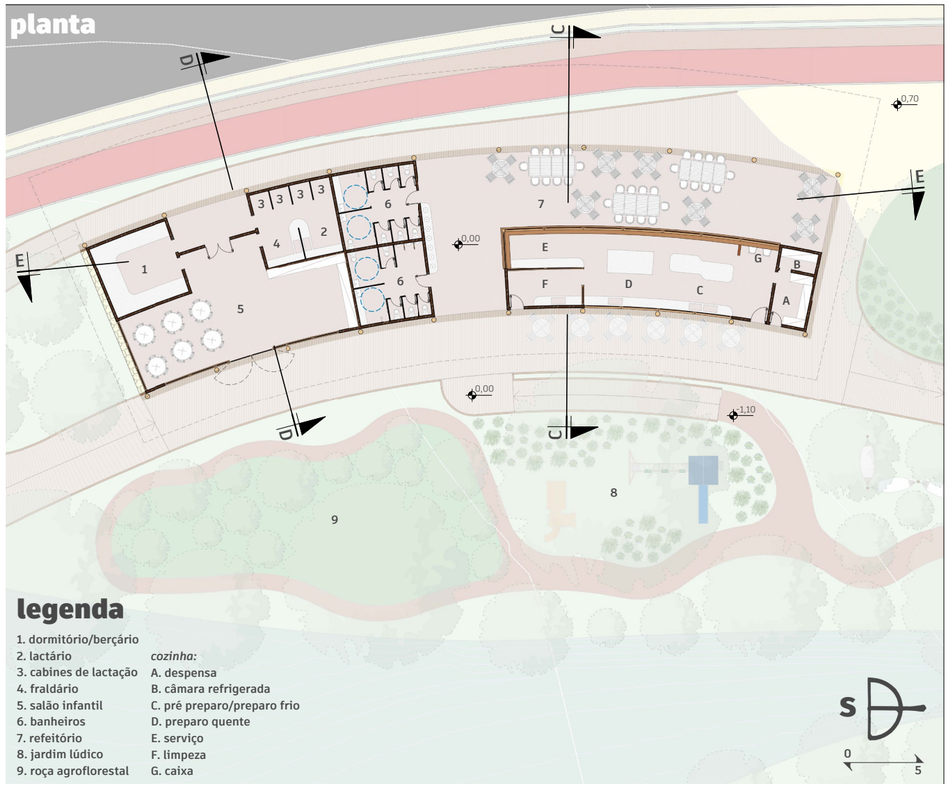
> Tempos atrás, vivi no terreiro baiano do Axé Opô Afonjá um instante radicalmente ecológico. Era uma tarde de meio de semana e eu levava a visitar o espaço da comunidade-terreiro alguns amigos meus. Depois da visita às casas, um ogã [...] conduziu-nos até o mato: queria presentear um dos visitantes com uma muda de planta. Ali, cercados de vegetação, todos viram-no abraçar um tronco – o velho Apaoká –, murmurar algumas palavras e pedir licença à arvore para arrancar lhe um broto. A cena ainda me é intensa na memória, talvez porque em sua simplicidade contraste a fundo com um discurso que vem ganhando foros na Urbs contemporânea [...] – o da ecologia. Não se tratava ali de falar sobre a relação que o indivíduo deve ter com o meio ambiente, não se tratava do discurso liberal do preservacionismo, mas de agir de tal maneira que o elemento natural, a árvore, se tornasse parceira do homem num jogo em que cosmos e mundo se encontram. (Sodré, 1988, p.151)

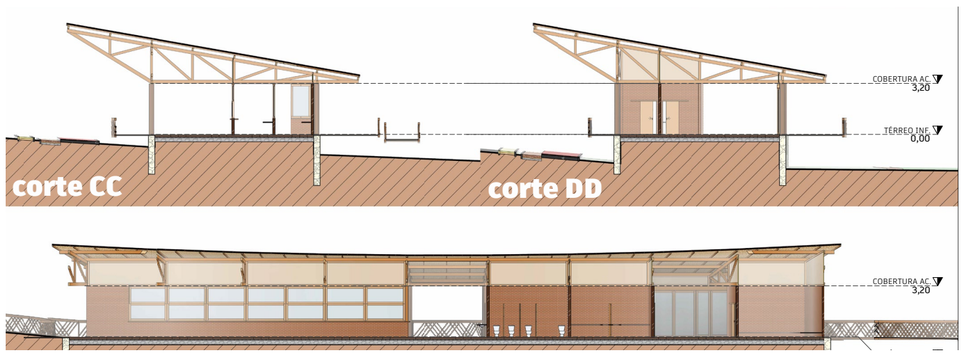
Diante da racionalidade técnica e política que rege a produção da cidade – muitas vezes geradora de fragmentações e prejuízo ambiental – essas comunidades sustentam formas de existência e organização baseadas em outros princípios. Conforme aponta Milton Santos (2006), trata-se de uma racionalidade distinta, que, por ter referência própria e estar às margens, escapa à lógica instrumental do Estado e do mercado e permite a emergência de novas leituras e usos do espaço, chamadas de contrarracionalidades.

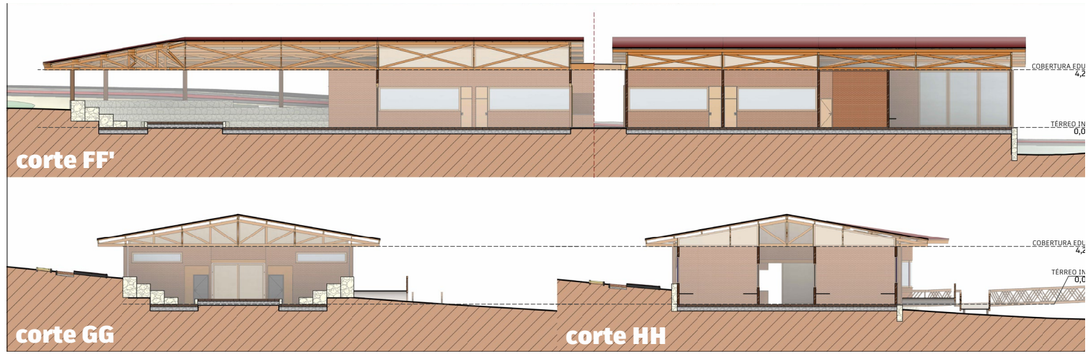
> Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Bispo, 2023, p.27)

Terreirizar a cidade: memorial de projeto

> Eu não encaro terreiro como espaço fixo de rito religioso. Ele pode até ser isso, mas vai além, é um espaço praticado na dimensão do encantamento do mundo. A Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, é uma avenida inóspita, feia, não tem árvores, é um espaço urbano desencantado, um território funcional. Mas quando uma escola de samba se prepara para entrar na avenida, o cavaco dá um acorde, o repique chama a bate-







> ria e o desfile começa, você terreirizou aquele espaço, ele foi praticado numa dimensão de encantamento do mundo. O primeiro terreiro é o corpo, encantar a vida começa fundamentalmente pelo encantamento do corpo. Quando começa uma roda de samba numa esquina, quando alguém cospe uma cachaça pro santo, quando um corpo dança soberanamente, você tá terreirizando um espaço e o seu próprio corpo. E a gente terreiriza a cidade. (Simas, 2020)

Partindo das reflexões apresentadas, o projeto se inspira num paradigma urbano terreirizado e encantado. O primeiro gesto foi encontrar a viabilidade para um grande parque linear, proposta-resposta à obra em curso no território, que planeja uma avenida sobre o córrego. No ponto exato onde existiu o Ilê, evocando o sagrado e garantindo o direito à memória viva, se propõe um largo como um memorial aberto. O elemento central do projeto é um equipamento público inserido no parque: o Centro de Referência dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (CERPOTMA), formado por três edifícios-pavilhão. Como percurso integrador entre o memorial e os pavilhões, se cria uma passarela que serpenteia junto ao rio, evocando o simbólico de Oxumarê, divindade ligada à transformação e aos ciclos.

A arquitetura celebra os POTMA enquanto guardiões da paisagem natural: da memória do rio, da mata, de algo que já foi outra coisa antes de ser cidade. As propostas buscaram referências formais, simbólicas e de materialidade inspiradas nas matrizes africanas. Terra, pedra e madeira são protagonistas nos sistemas construtivos, com inspiração no vernáculo comum em UTT de zonas rurais. As soluções de baixo impacto ambiental e execução simples possibilitam mão de obra em mutirão, considerando a coletividade como pilar das práticas tradicionais.

O projeto do CERPOTMA se organiza em torno de três eixos programáticos, definidos com inspiração nas práticas tradicionais: o cuidado, o sagrado e o saber-fazer, cada um abrigado em um pavilhão. O eixo do cuidado se materializa no centro de acolhimento, um espaço para assistência social inspirado nas perspectivas de soberania alimentar, pedagogia e infâncias dos terreiros, com um restaurante popular e uma creche. O eixo do sagrado é materializado no barracão, espaço que abrigará práticas culturais, sagradas, de cura, e grandes encontros para festividades e rituais, rodeado e protegido por jardins sagrados com ervas medicinais da tradição. O eixo do saber-fazer se dá no centro de educação, uma grande escola-oficina, que poderá acolher dinâmicas de trabalho e cultura já existentes, mas também fomentar novidades, estruturando a produção e o intercâmbio de saberes e incentivando a geração de renda. O paisagismo evoca saberes ancestrais da terra, da alimentação e da cura: complementando os jardins sagrados, agroflorestas repousam às margens do córrego, junto a jardins lúdicos que aproximam as infâncias do ambiente natural e aberto.

Conclusão

O conjunto de projeto e pesquisa busca perspectivas e ferramentas contra-hegemônicas para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. Apresentamos aqui uma visão possível para o território do Cadaval, abrindo o campo para a continuidade das investigações e desenvolvimento de mais propostas e projetos, num horizonte de regeneração da bacia do Cadaval e garantia de direitos para os POTMA e a população periférica de Carapicuíba. Uma vez apropriado pelo coletivo, o desenho continua sendo aprimorado e apresentado em debates, publicações e exposições. A intenção é de que teorias e práticas da Arquitetura e Urbanismo, atuantes na estrutura do Estado e em suas políticas territoriais, sejam cada vez mais atravessadas e enriquecidas pela realidade concreta do povo brasileiro. Um povo que tem história, cor, gênero e territorialidade, que habita às margens, mas que transita pelo todo, tecendo redes, criando potências e reinventando a vida coletiva a partir das culturas de borda, de fresta e de festa, e de suas ancestralidades e memórias.

Autor
João Pedro é Técnico em Edificações formado pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (LAOSP), Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-UPM) e especializando no curso de pós-graduação lato sensu Habitação e Cidade, na Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Sua prática profissional tem enfoque socioambiental, com atuação em projetos arquitetônicos e urbanísticos para diversas escalas e usos: do desenho urbano a projetos arquitetônicos para edifícios de uso cultural, comercial e residencial. É assessor técnico e articulador da Frente Ilê Odé Ibualamo para assuntos de arquitetura e planejamento urbano, além de pesquisador na Escola da Cidade, com ênfase nos temas Periferia e Povos Tradicionais de Matriz Africana.

Trabalho Final de Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, orientado pelo Professor Dr. Celso Aparecido Sampaio, que recebeu o prêmio "Projetando o Futuro" em 2024, do CAU/SP. O projeto também gerou o Plano para a Bacia do Córrego do Cadaval, pelo curso de pós graduação Habitação e Cidade (2024/2), e o website da Frente Ilê Odé, pela Plataforma de pesquisa Nas Ruas, no âmbito do projeto "A destruição do terreiro Ilê Asé Odé Ibualamo: patrimônios e caminhos de reparação" em parceria CAU/SP, Edital de Chamamento n. 005/2023, Termo de Fomento n. 020/2023. São Paulo, Brasil, 2024.

NOTAS

1. Aqui direcionamos uma compreensão das comunidades e territórios de matriz africana – popularmente conhecidas como terreiros – enquanto POTMA: povos com culturas, origens, valores e projetos civilizatórios próprios, em oposição à compreensão estritamente religiosa, que não dá conta da prática concreta e autodeterminada desses grupos. Para tanto, nos embasamos no acúmulo teórico e na prática política dos POTMA, reunidas e apresentadas por Silva Neto (2019), que se desdobram em implicações legais e nas políticas públicas nacionais desde a década de 2000.
2. A pesquisa e projeto aqui expostos tomaram corpo enquanto Trabalho Final de Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, orientado pelo Prof. Dr. Celso Aparecido Sampaio, que recebeu o prêmio Projetando o Futuro em 2024, do CAU/SP. O projeto se configurou como produto de assessoria técnica, se somando as já construídas pontes entre a Escola da Cidade e a mobilização da Frente Ilê Odé.
3. Os termos *ilé*, da língua yorúbá, e *nzo*, da língua kimbundo, podem ser traduzidos como casa. Dentre outros nomes, são utilizados pelas comunidades para se referir às UTTS.

REFERÊNCIAS

BARONE, Ana. **Through the bridges: the Black Cultural Association in São Paulo, urban planning and the contours of the white city**. Planning Perspectives, 2022. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02665433.2022.2152080. Acesso em 18 jun. 2023.
BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa.** São Paulo: Paz e Terra, 2023. Livro digital (Ebook), paginação irregular.
BISPO, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. Livro digital (PDF).
D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A Formação das Sujeitas e dos Sujeitos Periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Dandara, 2022.
KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Livro digital (Ebook), paginação irregular.
NERES, Felipe dos Santos. **Processos de despossessão no território negro do samba: O Vai- Vai do Bixiga.** *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL, 20., 2023, Belém. Disponível em: <http://anpur.org.br/wpcontent/uploads/2023/05/st12-20.pdf>. Acesso em 22 nov. 2023.
SANTOS, Milton. Capítulo 13. Os Espaços da Racionalidade. *In*:_____. **A Natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
SILVA NETO, José Pedro da. **Povos e Comunidades Tradicionais De Matriz Africana:** visgo para combater o racismo. Perseu: história, memória e política, São Paulo, n. 17, p. 91-120, 2019.
SIMAS, Luiz Antonio. **Luiz Antônio Simas:** Bato tambor, logo existo. [Entrevista concedida a] Nathalia Zaccaro e David Carneiro. Revista trip, UOL, dez. 2020. Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/luiz-antonio-simas-bato-tambor-logo-existo. Acesso em: 1 dez. 2023.
SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a Cidade:** A forma social negro-brasileira. 1 ed. Petrópoles: Editora Vozes, 1988.

Projetar na Encruzilhada: Carnaval, Arquitetura Negra e Representação no Concurso Centro Cultural Rio-África

Otávio Melo

Este artigo apresenta o projeto intitulado "Na Encruzilhada, o Mar Atravessa" elaborado para o Centro Cultural Rio-África, desenvolvido no contexto do primeiro concurso público internacional de arquitetura destinado exclusivamente a arquitetos e urbanistas negros naturais do Brasil e africanos nacionais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A proposta parte do lugar das Encruzilhadas com ponto fundamental no cruzamento de referências simbólicas-espaciais, a partir do arquétipo de figuras das religiões afro-brasileiras e africanas como Exu, para estruturar um espaço de memória, cultura e fabulação urbana. Também nos interessou, desde o início, pensar as narrativas do Carnaval não como metáforas estéticas-decorativas, mas como método de construção espacial, política e de memória. Entre lugares comuns do projeto como a praça, áreas de convivência e exposições, o projeto articula corporalidade, ritmo, festa e cosmologias como fundamentos projetuais, convocando outras epistemologias para o fazer arquitetônico. Ao assumir o desenho como ferramenta crítica e narrativa, o trabalho opera deslocamentos na representação disciplinar, abordando a arquitetura como gesto de reparação simbólica no espaço urbano e no próprio fazer do campo da arquitetura.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso de arquitetura, Arquitetura Negra, Carnaval

Este artículo presenta el proyecto titulado "En la Encrucijada, el Mar Atraviesa", elaborado para el Centro Cultural Rio-África en el contexto del primer concurso público internacional de arquitectura dirigido exclusivamente a arquitectos y urbanistas negros nacidos en Brasil y a nacionales africanos de Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP). La propuesta parte del lugar de las Encrucijadas como punto fundamental de intersección simbólico-espacial, tomando como referencia arquetipos de figuras de las religiones afrobrasileñas y africanas, como Exu, para estructurar un espacio de memoria, cultura y fabulación urbana. Desde el inicio, también se buscó pensar las narrativas del Carnaval no como metáforas estético-decorativas, sino como método de construcción espacial, política y de la memoria.Además de los elementos programáticos comunes, como la plaza pública, las áreas de convivencia y los espacios expositivos, el proyecto articula corporalidad, ritmo, fiesta y cosmologías como fundamentos proyectuales, convocando otras epistemologías para la práctica arquitectónica. Al asumir el dibujo como herramienta crítica y narrativa, el trabajo desplaza las formas convencionales de representación disciplinar y aborda la arquitectura como un gesto de reparación simbólica en el espacio urbano y en el propio campo de la arquitectura.

PALABRAS CLAVE: Concurso de arquitectura; Arquitectura Negra; Carnaval.

This article presents the project entitled "At the Crossroads, the Sea Crosses Over", developed for the Rio-Africa Cultural Center within the context of the first international public architecture competition exclusively for Black architects and urban planners born in Brazil and African nationals from Portuguese-speaking African countries (PALOP). The proposal is grounded in the notion of the Crossroads as a fundamental site of symbolic-spatial intersection, drawing on archetypal figures from Afro-Brazilian and African religions, such as Exu, to structure a space of memory, culture, and urban fabulation. From the outset, the project also sought to approach Carnival narratives not as aesthetic-decorative metaphors, but as a method of spatial, political, and mnemonic construction. Beyond common programmatic elements such as the public square, gathering areas, and exhibition spaces, the project articulates corporeality, rhythm, festivity, and cosmologies as design foundations, invoking alternative epistemologies for architectural practice. By adopting drawing as a critical and narrative tool, the work displaces conventional disciplinary representation and frames architecture as a gesture of symbolic reparation within urban space and within the architectural field itself.

KEYWORDS: Architecture competition; Black Architecture; Carnival.







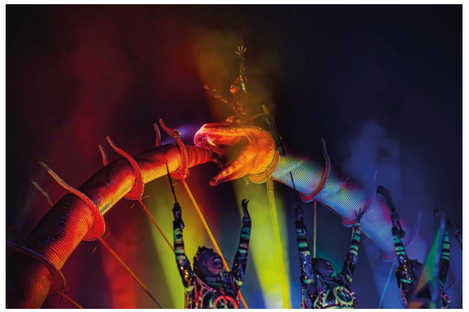
FIG.1: A Mangueira foi vice-campeã no ano do centenário da Lei Áurea. Fonte: Sebastião Marinho/ Agência O Globo, 1988.

FIG.2: O desfile de 1989 da Beija-Flor de Nilópolis apontou desigualdade brasileira logo após a promulgação da Constituição Brasileira, a "Constituição Cidadã". Fonte: Ricardo Leoni, 1988.

FIG.3: Exu no topo do mundo, na abertura do desfile da Grande Rio. Fonte: Dhavid Normando/Futura Press, 2022.

FIG.4: Dangbé, o vodum materializado em serpente, ao morder o próprio rabo dá luz às guerreiras do reino de Daomé, celebrando nascimentos e mortes. Fonte: Renata Xavier, 2024.





1. O CONCURSO COMO EVENTO DISCURSIVO

Os concursos de arquitetura são uma prática reconhecida no campo profissional desde pelo menos os anos finais do Império, concentrados principalmente nos grandes centros políticos, administrativos e financeiros do país, sendo as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro os locais que historicamente receberam a maior parte destas competições (Flynn, 2001).

Os concursos, na forma como são realizados atualmente, e como se deu o Concurso Rio-África, foram formatados a partir de meados dos anos 1930, quando a necessidade de estruturação clara se torna uma demanda contínua entre arquitetos: a formação de júris compostos por arquitetos, editais públicos, divulgação pública, avaliações criteriosas e sigilosas. Essa demanda já estava presente nos primeiros Congressos Panamericanos de Arquitetos e também a partir da fundação dos Instituto de Arquitetos do Brasil.

A partir de meados dos anos 1930, portanto, a consolidação dessa prática para a escolha de edifícios públicos de grande porte ajudou a consolidar no campo profissional nomes e edifícios fundamentais para a historiografia como o Edifício Esther em São Paulo (1936), de Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho; o Edifício Sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI (1936); o Terminal do Aeroporto Santos Dumont (1937), dos irmãos Marcelo e Milton Roberto; e o Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York (1938), de Lucio Costa e Oscar Niemeyer (Deddeca, 2012).

Com a consolidação também de um mercado editorial com revistas especializadas como a "Habitar", "Acrópole", "AD", além da divulgação na imprensa, os concurso foram responsáveis também por revelar talentos em todas as décadas como Lúcio Costa (anos 1940); Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Oswaldo Bratke (anos 1950); Sérgio Bernardes, Paulo Mendes da Rocha (anos 1950) em diante (Flynn, 2001). A publicação, difusão e discussão de projetos em circuitos especializados vem desde então reforçando o entendimento da profissão como arte e o capital simbólico de arquitetos participantes, sejam eles vencedores ou não das competições.

Assim, os concursos de arquitetura são eventos discursivos, na medida em que os projetos, editais, atas do júri e memoriais podem ser interpretados como retratos do campo profissional corrente e da produção arquitetônica, e revelam conflitos intelectuais, estéticos e associações correntes entre arquitetos. São eles que ajudam a revelar, a partir de toda estrutura, os discursos tanto dos entes promotores (o poder público, entes privados), de arquitetos (os organizadores e participantes) e da sociedade diante da possibilidade de transformação dos lugares, ora comemorando, ora rejeitando os próprios concursos e seus desdobramentos.

Os concursos, portanto, operam como eventos discursivos, revelando o lugar simbólico da profissão e os imaginários que moldam o projeto arquitetônico, ao mesmo tempo que também são reflexo das hierarquias sociais mais amplas que organizam o acesso, a visibilidade e a legitimidade no campo disciplinar.

2. AÇÃO E REPARAÇÃO

Se os concursos podem estabelecer retratos do campo simbólico e discursivo da profissão, eles também podem ser um retrato do lugar social da profissão e da própria sociedade. Comissões julgadoras e equipes premiadas sempre refletiram uma concentração racial e social que pouco dialoga com a diversidade da população brasileira.

É sintomático e notório de uma sociedade altamente desigual que, desde os anos finais do Império até os dias atuais, a presença de arquitetos e arquitetas negros(as) entre vencedores de concursos de grande visibilidade nacional tenha sido historicamente rara e pouco documentada, revelando mecanismos de invisibilização e exclusão simbólica no campo disciplinar.[1] As revistas e publicações especializadas, que historicamente revelaram nomes que definiram a pratica do campo profissional também não colocaram em debate a ausência quase completa de arquitetos negros, colaborando também para a exclusão desses profissionais do campo de reconhecimento simbólico.

Nesse sentido, o Concurso Centro Cultural Rio-África, promovido pela Companhia Carioca de Parceria e Investimentos (CCPAR) e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ), parte de um esforço pioneiro em estabelecer um lugar de reconhecimento para os profissionais negros. O concurso foi direcionado exclusivamente para arquitetos e urbanistas negros (pretos e pardos) brasileiros e também para profissionais africanos nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), sendo eles Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, sendo o primeiro realizado nacionalmente sob este recorte racial.

A iniciativa pode ser compreendida como um desdobramento das políticas de ação afirmativa implantadas a partir de 2012 no ensino superior público brasileiro, especialmente as cotas raciais, que desempenharam um papel central na ampliação do acesso de estudantes negros(as) às universidades. No campo da arquitetura, essa inflexão resultou, nos últimos anos, no aumento da presença de profissionais negros(as) na formação acadêmica e, gradualmente, em diferentes espaços de atuação profissional. Ainda assim, as desigualdades raciais no exercício da profissão permanecem marcantes (Matos, 2019).

Nesse cenário de desigualdade estrutural, a criação de concursos voltados exclusivamente a profissionais negros(as) representa não apenas uma reparação simbólica, mas também uma reorientação dos modos de imaginar e intervir na cidade. No caso do Centro Cultural Rio-África, essa reorientação ganha ainda mais potência por estar inserida em um território marcado por camadas intensas de apagamento, especulação e reinvenção urbana: a zona portuária do Rio de Janeiro.

3. PERMANÊNCIAS E IMPERMANÊNCIAS

O concurso para o Centro Cultural Rio-África está inserido no contexto de transformação e valorização urbana da área chamada de Porto Maravilha, conjunto de obras iniciadas como parte das preparações da cidade para sediar os Jogos Olímpicos Rio 2016, que teve como principais obras a substituição do elevado da Perimetral que cortava a região portuária por um sistema composto por vias expressas enterradas, um novo sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), ciclovias e renovação dos edifícios da infraestrutura portuária. Essas transformações urbanas foram consolidadas também pela inauguração de um novo conjunto de museus e atrações com forte apelo turístico (sendo os projetos arquitetônicos fundamentais para tal reconhecimento, como o do Museu de Arte do Rio (2013), de Claudio Bernardes e Paulo Jacobsen, e o Museu do Amanhã (2015), de Santiago Calatrava), também o AcquaRio (à época de sua inauguração, maior aquário marinho da América do Sul) e a Rio-Star (roda gigante, nos moldes de outras famosas pelo mundo, com a London Eye, em Londres.)

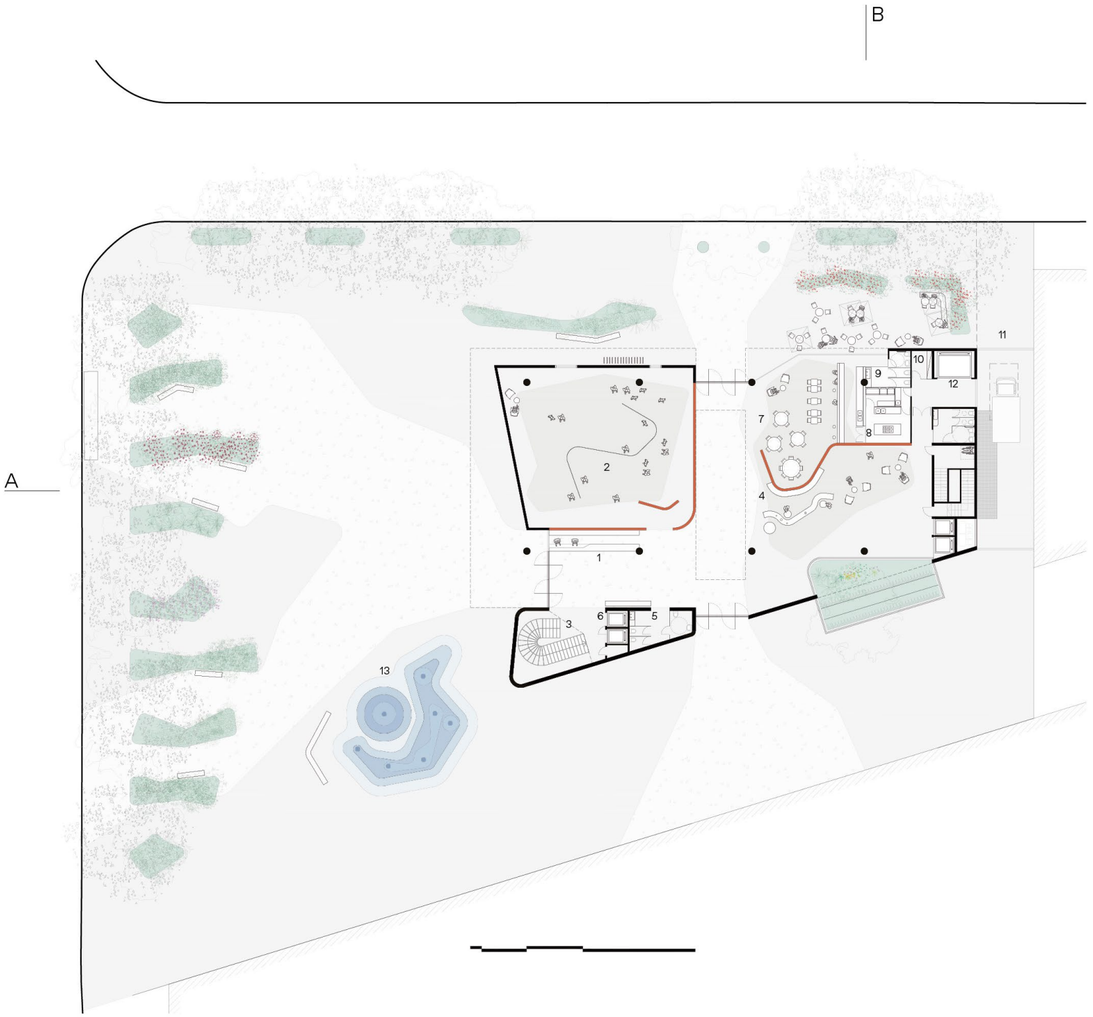
A euforia do setor público pelas reformas, e a aliança destes entes com o capital financeiro e imobiliário parecia correr a passos largos, até a descoberta durante essas obras de transformação dos vestígios materiais do Cais do Valongo, que assim como a própria história das transformações urbanas (e branqueamentos) na cidade do Rio, foi soterrado material e simbolicamente.

A região do Cais do Valongo foi a porta de entrada de cerca de um milhão de escravizados, segundo estimativas historiográficas, durante os mais de três séculos da vigência do regime escravagista. Além da estrutura física do cais, os achados materiais nas escavações das obras do Porto Maravilha consistiam em milhares de artefatos ligados à diáspora africana, como contas de colares, búzios e objetos ritualísticos, associados àqueles que desembarcaram oriundos das regiões do Congo, Angola e Moçambique.

A presença desses Africanos, tanto os que estavam em passagem pela região e os que se estabeleceram nos arredores da região portuária após a Abolição, e também a presenças de espaços e edificações que fazia parte do funcionamento do sistema escravocrata, formaram um verdadeiro *locus* urbano, um lugar de percepção, memória e reconhecimento, nomeado já no século XX por Heitor dos Prazeres (1898-1966) como Pequena África.

4. AS ENCRUZILHADAS

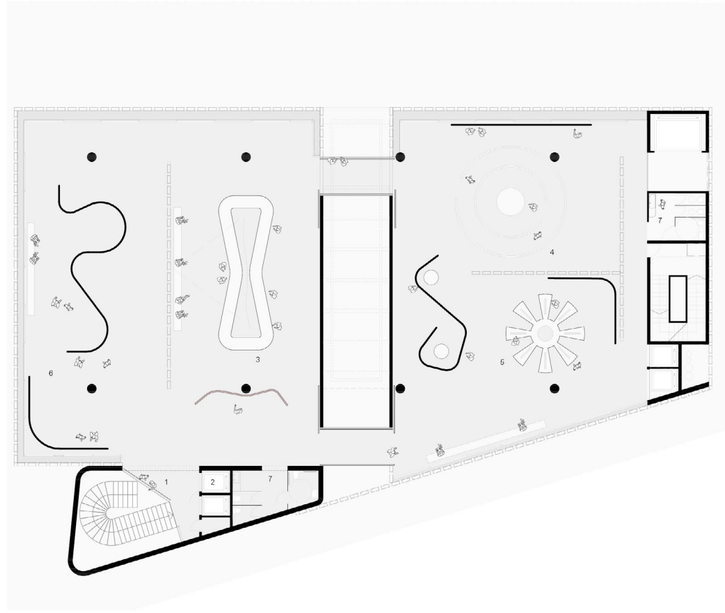
A cidade do Rio de Janeiro passou por diversas reformas urbanas ao longo dos séculos, quase sempre acompanhadas de deslocamentos intraurbanos em massa de suas populações mais pobres – em sua maioria, negras. A Pequena África, na visão de Heitor dos Prazeres, era este lugar imaginado e apropriado pela população negra



Térreo - N. 0,00

1. Bilheteria E Guarda Volumes
2. Sala De Exposições Temporárias
3. Escada - Exposição Sentidos Da Maternidade
4. Loja
5. Sanitários Público Geral
6. Elevadores Público Geral
7. Restaurante
8. Cozinha Restaurante
9. Sanitários Restaurante
10. Vestiários Funcionários Restaurante
11. Acesso De Serviço
12. Elevador Para Obras De Arte

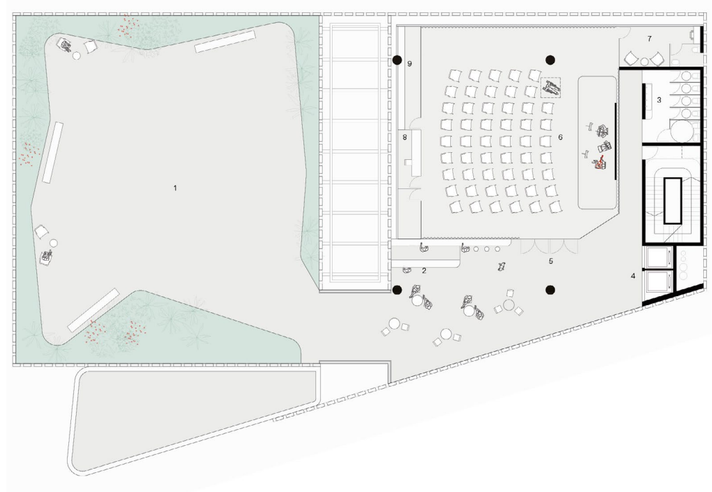
0 1



1º Pavimento - N. +4,70

1 - Escada - Exposição Sentidos Da Maternidade
2 - Elevadores Público Geral
3 - Exposição Cais Do Valongo
4 - Exposição O Porto, O Mar E A Cidade
5 - Exposição Gente, Cultura E Trabalho
6 - Exposição Arte Negra Contemporânea
7 - Sanitários

0 1



2º Pavimento - N. +9,40

1 - Terraço
2 - Café
3 - Sanitários Público Geral
4 - Elevadores
5 - Foyer
6 - Auditório
7 - Camarim
8 - Sala Controle Som
9 - Depósito

0 1



CORTE A



CORTE B

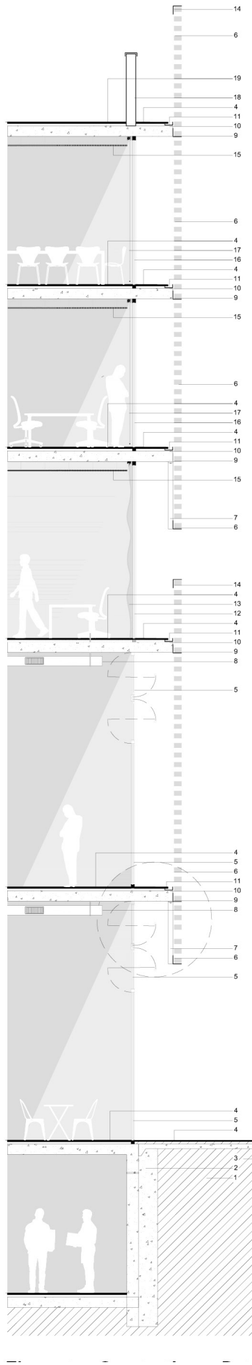
que, continuadamente expulsa do centro da cidade[2], encontrou na Zona Portuária um lugar de pertencimento e resistência aos processos de embranquecimento do espaço urbano, a Pequena África é a encruzilhada histórica da cidade.

Inspirado nessa histórica dinâmica de encontros e desencontros, pertencimentos e resistências, este projeto assume a ideia de Encruzilhada como seu conceito fundamental. A encruzilhada aqui não é apenas um cruzamento físico, mas um termo carregado de significados simbólicos, diretamente vinculado ao universo afro-brasileiro e ao orixá Exu, mestre das conexões, escolhas e possibilidades. Como espaço arquitetônico e cultural, a Encruzilhada do projeto reconhece e celebra essa sobreposição de origens, culturas e temporalidades, refletindo no presente as camadas históricas que deram forma à identidade afro-carioca.

Nesta encruzilhada de histórias, origens, e culturas diversas, reconhecida hoje pela área que envolve os atuais bairros da Gamboa, Saúde, Morro da Conceição, Cidade Nova e Morro da Providência, formou-se uma verdadeira diáspora intraurbana, nas palavras de Luís Antônio Simas (2016), formou-se "A Grande África do subúrbio carioca".

Nesse território, longe de significar apenas exílio, a diáspora se transformou em reafricanização constante, nutrida pelas práticas do candomblé, da capoeira, dos quitutes das baianas e das músicas que ecoavam nas ruas. Essa contínua reafricanização acontece principalmente em torno das casas das "tias baianas", que eram casas muitas vezes camufladas no casario da região, muitas com fachadas comerciais, mas que funcionaram como terreiros, centros de sociabilidade, resistência cultural e que são reconhecidas como lugares primordiais na criação do ritmo que moldaria a vida cultural carioca: o samba (Simas, 2016).

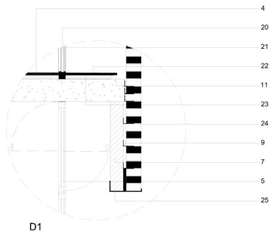
É nesta encruzilhada que surge o primeiro samba registrado em gravação "Pelo Telefone", registrado por Donga, em 1916, e gravado, em 1917, pela Casa Edison, no centro do Rio de Janeiro.[3] Outros sambistas que frequentavam essas casas foram Caninha, João da Baiana, o próprio Heitor do Prazeres (que fundou anos mais tarde a Escola de Samba Vai Como Pode, embrião da Portela) e Pixinguinha. Os sambas que surgiram na Encruzilhada da Pequena África, neste lugar de sobreposição de tempos, são os sambas que darão ritmo ao carnaval carioca e organizarão as instituições mais significativas para a



Legenda

1- Terreno natural
2- Muro de arrimo
3- Terra fertil
4- Piso em concreto pigmentado polido sobre contra-piso
5- Esquadria metálica com vidro fixo e bandeira pivotante
6- Pele externa em tijolinho de adobe
7- Perfil metalico (estrutura de suporte para pele de tijolos da fachada)
8- Duto metalico A/C
9- Perfil metalico de travamento da pele de tijolos da fachada
10- Laje em concreto armado protendido
11- Ralo seca-piso da laje/beiral
12- Esquadria metálica com vidro fixo acustico (auditório)
13- Cortina atenuadora de ruído
14- Acabamento de topo da pele de tijolos em perfil metálico L 3/4"
15- Forro microperfurado com desempenho acustico
16- Esquadria metálica de correr com vidro translúcido
17- Tela solar de proteçao tipo blackout com proteção UV
18- Platibanda interna em alvenaria rebocada e pintada com pingadeira
19- Piso em concreto impermeabilziado com acabamento anti-derrapante
20- Caixilho com vidro insulado translúcido de alto desempenho
21- Junta elástica de assentamento da esquadria
22- Piso em concreto pigmentado polido sobre contra-piso, com acbamento em pingadeira
23- Contrapiso de nivelamento sobre laje em concreto protendido
24- Junta de argamassa de assentamento dos tijolinhos de adobe
25- Perfil metálico 3/4" para acabamento de base da pele da fachada e do perdil de suporte

ESQUEMA DE ASSENTAMENTO DA
PELE DA FACHADA EM TIJOLINHO DE ADOBE



D1

organização deste grupo social, os pretos, pobres e favelados, nos desafios da sobrevivência na cidade cada vez mais segregada, as Escolas de Samba (Simas, 2012).

São essas academias, associações, agremiações do samba que, a partir da criação dos sambas-enredo, dão ritmo aos desfiles de carnaval. Inicialmente realizados na Praça Onze, demolida completamente para a construção da Avenida Presidente Vargas, os desfiles foram com o passar os anos crescendo em tamanho e influência, sempre mobilizando um arsenal simbólico das próprias comunidades, das culturas e das religiosidades afro-brasileiras, para construir um ritual celebrativo e estruturado que revela a própria estrutura social (Leopoldi, 1978).

Enredos como "Quilombo dos Palmares" (1960), de Fernando Pamplona para os Acadêmicos do Salgueiro; "Kizomba, festa da raça" (1988), de Martinho da Vila para a Unidos de Isabel; e "100 anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão?" (1988), de Julio Mattos para a Mangueira (Fig.1) entraram para a história ao reverenciar a ancestralidade negra e africana na formação povo preto brasileiro e questionar os ecos ainda da abolição da escravidão. Ou como em "Ratos e urubus, larguem a minha fantasia" (1989), de Joãosinho Trinta para a Beija-Flor de Nilópolis (Fig.2); "Peguei um Ita no norte" (1993) (do "Explode coração, na maior felicidade..."), de Mario Boriello para o Salgueiro, que trouxeram retratos ao mesmo tempo críticos e românticos de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais.

> O carnaval seria o sumário perfeito desta visão anticotidiana da vida brasileira. Um ritual que, ao romper com o continuum da vida diária, aponta gritantemente para alguns pontos básicos da nossa ordem social. (Da Matta, 1979)

Assim, mais do que evento festivo, o carnaval constitui, na cidade do Rio de Janeiro, uma forma de produção cultural, espacial e política profundamente vinculada às populações negras e periféricas. As Escolas de Samba, são então esses lugares aquilombados, de resistência, reconhecimento e fortalecimento de laços sociais entre a comunidade. A dialética dos enredos, entre desfilar, montar, fantasiar, narrar e ocupar, são ações que atravessam a própria escola e a comunidade que desfila, o povo que acompanha o ritual que se irradia para toda a cidade e a sociedade, que se confronta a partir de suas próprias desigualdades que desfilam na Avenida.

5.NA ENCRUZILHADA, O MAR ATRAVESSA - O PROJETO ENREDO

A construção dos carnavais das Escolas de Samba segue rigorosamente um calendário de preparação que antecede em muitos meses o desfile. Primeiro, se escolhe o tema do enredo. Os sambistas competem por um samba que vai musicar o enredo. Os carnavalescos aprofundam as pesquisas sobre os enredos, estudam cores, formas e estéticas que vão traduzir o tema no dia do desfile. Até a *data de entrega*, os barracões produzem as fantasias e nas quadras nas comunidades ocorrem infinidades de ensaios para que a história do enredo seja contada com máxima clareza, poesia e beleza. Para uma Escola de Samba cada Carnaval é também um *projeto*, e a partir deste, há o esforço de toda comunidade para dominar esta *linguagem projetual*, traduzida em encantamento, corporalidade, canto, ritmo e beleza. É inescapável não apreender desta empreitada carnavalesca um modo de pensar a arquitetura.

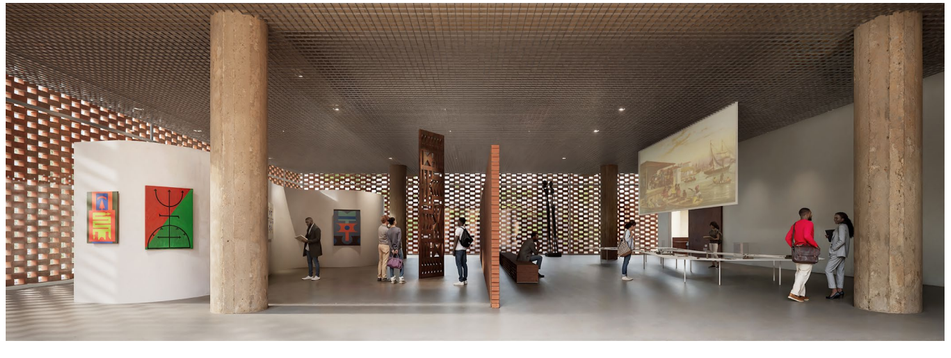
> Ê Bará ô, Elegbara
> Lá na encruza, onde a flor nasceu raiz...
> Laroyê, laroyê, laroyê
> As Sete Chaves vêm abrir meu caminhar
> (Fala Majeté! Sete Chaves de Exu, Acadêmicos do Grande Rio, 2022)

Ao assumir a Encruzilhada como eixo central do projeto, buscamos transpor para o campo do espaço construído as lógicas de sobreposição, as travessias e os encontros que se fazem e refazem na constituição da Pequena África. A Encruzilhada, para além de metáfora de tempos e entrecruzamentos, para além do lugar simbólico de encontros dos caminhos de Exu, é método e gesto de implantação: o edifício se organiza a partir do cruzamento de eixos que evocam caminhos e antigos e futuros, confirmando sobre um território em permanente construção, aberto à multiplicidade de usos, tempos e corpos.

Em uma esquina, o terreno do projeto se apresenta como a Encruzilhada, que se abre para uma grande praça pública, um terreiro, que permite múltiplas atividades e encontros. Exu, o orixá das encruzilhadas, dos cruzamentos, das escolhas e das bifurcações, que rege o intercâm-







bio entre os mundos material e espiritual é a figura simbólica que liga este tempo contínuo das histórias.

Ao abrir os caminhos sobre a praça, o projeto se constrói como gesto de acolhimento e também como desenho-ritual: o traço material da arquitetura se alinha ao fluxo imaterial da memória. Essa conexão entre o mundo metafísico e o material, o urbano, se inspira no enredo "Fala, Majeté! Sete Chaves de Exu" (Acadêmicos do Grande Rio, 2022) (Fig.3), que numa homenagem ao orixá, propõe uma visão exuística do mundo.[4] Ali, a encruzilhada é apresentada como espaço de transgressão, movimento e desnudamento das verdades hegemônicas, em uma fabulação sobre os entrecruzamentos, dos improvisos, em que tudo é transgressão e transformação, uma verdadeira ***pedagogia dos cruzos***, como propõe Luiz Rufino.[5]

O mar que atravessa o edifício, ainda nessa dialética entre o mundo metafísico e material, é o Atlântico materializado na ideia de Kalunga, o lugar que, nas cosmologias banto, separa o mundo dos vivos do mundo dos ancestrais. Kalunga é travessia e abismo. É também o território simbólico da diáspora, onde se inscrevem as memórias dos que fizeram a travessia. Ao incorporar essa água invisível no coração do edifício, a partir de um desenho que permeia o térreo, o projeto convoca a lembrança dos que ficaram ao mar durante o tráfico atlântico, mas também dos fluxos de resistência e reinvenção que cruzaram os oceanos. O edifício torna-se, assim, não apenas espaço físico, mas ponte ritual entre territórios e temporalidades.

No coração do edifício, o antigo espaço da maternidade é reativado como gesto de memória e resistência. A subida ao acervo permanente se dá através de uma escada em espiral – serpente cósmica – inspirada no vodum Dangbé, divindade serpente, símbolo do ciclo de vida, morte e renascimento. Como no samba-enredo "Arroboboi, Dangbé" (Unidos do Viradouro, 2024) (Fig.4), que celebra Dangbé como serpente arco-íris que atravessa oceanos, o projeto evoca uma maternidade negra ancestral e interrompida. Os registros seriam representados nas paredes que circundam a escada-serpente, propondo a discussão sobre o direito ao nascimento digno e ao registro civil e também sobre as maternidades e na constituição das famílias negras, como centrais na discussão decolonial.

Ao final do percurso, o edifício revela sua totalidade material e simbólica como espaço de memória e travessia, e também de formação, convivência e compartilhamento. Cada pavimento retoma uma dimensão da experiência negra no Brasil: o nascimento e a ausência dos registros; o saber e a oralidade que se espraia pela expografia desenhada a partir dos símbolos adinkras; o desenho de lugares de encontro, e nestes encontros, a curas e ressignificações. O projeto para Centro Cultural Rio-África se constitui, assim, como um organismo vivo, que se abre para o tempo e a paisagem da cidade, guarda as histórias e as revela através da materialidade da fachada de blocos, irradiando de volta para a cidade, para a Encruzilhada.

6. CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o projeto do Centro Cultural Rio-África como resposta espacial e simbólica ao primeiro concurso público de arquitetura destinado exclusivamente a profissionais negros. Partindo da Encruzilhada como figura fundadora – tanto no sentido geográfico quanto cosmológico –, a proposta articula diferentes dimensões do território, da cultura e da história negra na cidade do Rio de Janeiro. O projeto buscou incorporar referências das cosmologias afro-brasileiras e africanas para estruturar um espaço público que opera como lugar de memória, escuta e produção de conhecimento.

A articulação entre praça, edifício e percurso permite que o projeto se constitua como plataforma de encontros: entre tempos, entre práticas e entre saberes. A relação entre arquitetura e carnaval foi explorada como método de produção e fabulação do espaço, reforçando o papel das Escolas de Samba e das culturas periféricas em construir com linguagens próprias suas próprias visões sobre o mundo, a cidade, a sociedade e todo o campo imaginativo que se desdobra nos enredos, olhando as aproximações entre essa construção e o fazer projetual.

Além da homenagem e da reparação simbólica, o projeto assume uma posição crítica diante das exclusões históricas do campo da arquitetura, propondo um outro modo de narrar e desenhar a partir do projeto, a cidade. Ao articular elementos materiais e imateriais, rituais e institucionais, o edifício proposto se coloca como campo de disputa, de representação e de produção de novos sentidos urbanos. Em vez de operar sobre o território, ele se deixa atravessar por suas camadas, práticas e contradições.

Dessa forma, entende-se o projeto para o Centro Cultural Rio-África não apenas como edifício, mas como instrumento de reconfiguração simbólica e política do espaço urbano. Um espaço que reconhece, inscreve e projeta a presença negra na cidade e no próprio campo disciplinar da arquitetura.

AUTOR
Otávio Melo é arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo, com estudos complementares no Instituto Universitário de Lisboa e pós-graduando em Arquitetura, Educação e Sociedade pela Escola da Cidade. Foi estagiário no escritório GruposP Arquitetos e arquiteto no escritório Acayaba + Rosenberg Arquitetos, e desde 2020 desenvolve projetos autorais de forma autônoma.

CO-AUTORES
Cézar Augusto Silvino Figueredo é arquiteto Urbanista pela Universidade Federal de Ouro Preto e mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, atua como arquiteto e professor. Com projetos centrados na área de design circular e fabricação digital foi premiado na área de design de móveis e pelas suas participações em mostras de design de interiores.

Gabriel Correa da Silva, Arquiteto e Urbanista pelo Instituto Federal de São Paulo, com o trabalho de conclusão de curso "Projetando a partir de Carolina de Jesus: Proposta de memorial à escritora", que recebeu menção honrosa e destaque em Equidade e Diversidade no Prêmio Projetando o Futuro CAU/SP 2024. Atualmente, é arquiteto no Atelier Marko Brajovic.

Lucca Schmidt Osellame, arquiteto e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), prosseguiu seus estudos com a pós-graduação em Geografia, Cidade e Arquitetura pela Escola da Cidade em 2021 e o mestrado em Urbanismo Próximo pelo Instituto de Arquitetura Avançada da Catalunha (IAAC) em 2022. Profissionalmente tem experiência em colaborações com Sauermartins, Tellini Vontobel, Versa Urbanismo e atualmente é arquiteto no escritório Acayaba + Rosenberg, além de desenvolver projetos autorais.

Leonardo Gomes de Oliveira Soares, Beatmaker e arquiteto formado pela Universidade São Judas Tadeu. Desenvolve trabalhos na área de exposições (Bienal de Arquitetura de São Paulo), peças de teatro e apoio curatorial. Na música, integra o grupo Batuza que atualmente estuda e interpreta as obras da Orquestra Afro-Brasileira e Abigail Moura, com foco no álbum "Obaluayê.Rio de Janeiro, Brasil, 2024

NOTAS
1. Não há levantamento sistematizado e amplamente divulgado sobre a presença de arquitetos(as) negros(as) entre vencedores de concursos nacionais de grande visibilidade, o que por si só evidencia a fragilidade dos mecanismos de documentação e reconhecimento dessas trajetórias.
2. Sobre esse processo, ver: ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997. O autor descreve como a reforma modernizante implementou demolições em massa na área central da cidade, removendo cortiços e moradias populares, e substituindo-os por avenidas, boulevards e edifícios monumentais, em nome de uma ideologia de higienização e progresso urbano.
3. Frequentemente associado às rodas realizadas na casa de Tia Ciata, o samba é compreendido por diversos pesquisadores como fruto de um processo coletivo de criação, evidenciando o caráter comunitário da produção cultural da Pequena África.
4. O enredo da Acadêmicos do Grande Rio para o Carnaval de 2022, escrito por Gabriel Haddad e Leonardo Bora, propõe uma leitura simbólica e filosófica de Exu como senhor da comunicação, da travessia e da desestabilização de verdades fixas. A sinopse declara: "Exu é aquele que abre os caminhos para todos os mundos, pois a encruzilhada é o lugar onde se aprende a arte da escolha, da dúvida, do improviso e da criação". A proposta do desfile amplia o entendimento de Exu para além dos estigmas coloniais, apresentando-o como fundamento civilizatório e pedagógico. Disponível em: https://www.grioo.com/images/enredo_grande_rio_2022.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.
5. Segundo Luiz Rufino (2019), a encruzilhada não é apenas um lugar de passagem, mas um princípio epistemológico e pedagógico, onde saberes plurais se encontram, se tensionam e se transformam. É nela que "a dúvida vira caminho e o improviso vira método".

REFERÊNCIAS
ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro.** 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
BRASIL. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **1º Diagnóstico de Gênero e Raça na Arquitetura e Urbanismo.** Brasília: CAU/BR, 2022. Disponível em: https://transparencia.caubr.gov.br/diagnostico-genero-raca/. Acesso em: 30 jul. 2025.
DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
DEDECCA, Paula Gorenstein. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo(1945-1965).** 2012. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
FLYNN, Maria Helena de Moraes Barros. **Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000: sua contribuição ao desenvolvimento da arquitetura.** 2001. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
GOODEN, Mario. **Dark Space: Architecture, Representation, Black Identity.** New York: Columbia Books on Architecture and the City, 2016.
LEOPOLDI, José Sávio. **Escola de samba, ritual e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1978.
MATOS, Gabriela de. **"A arquitetura é branca, elitista e machista"**. Entrevista concedida a Ana Carolina Diniz. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 24 abr. 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-arquitetura-e-branca-elitista-e-machista/. Acesso em: 30 jul. 2025.
MELLO, Bruno César Euphrasio de. **"E o negro na arquitetura brasileira?"**. Vitruvius, Arquitextos, São Paulo, ano 13, n. 145.01, jun. 2012. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372 . Acesso em: 30 jul. 2025.
RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
SIMAS, Luiz Antonio. **Dos arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: uma cidade de Pequenas Áfricas.** Revista Z Cultural, Rio de Janeiro, n. 10, abr. 2016. Disponível em:https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/04/DOS-ARREDORES-DA-PRA%C3%87A-ONZE-AOS-TERREIROS-DE-OSWALDO-CRUZ_-UMA-CIDADE-DE-PEQUENAS-%C3%81FRICAS-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.
SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
SIMAS, Luiz Antonio. **Tantas páginas belas: histórias da Portela.** Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.
ACADÊMICOS DO GRANDE RIO. **Fala, Majeté! Sete Chaves de Exu.** Samba-enredo. Duque de Caxias: G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio, 2021 (Carnaval 2022).
UNIDOS DO VIRADOURO. **Arroboboi, Dangbé.** Samba-enredo. Niterói: G.R.E.S. Unidos do Viradouro, 2023 (Carnaval 2024).

Normas para submissão de trabalhos

A Revista América é uma publicação periódica vinculada aos cursos de pós-graduação da Escola da Cidade. Tem como objetivo promover a divulgação de pesquisas e práticas científicas que apresentem relevância para o campo da Arquitetura e do Urbanismo – bem como áreas afins – em seus múltiplos aspectos. Configura-se, dessa forma, como um espaço de debate e reflexão acadêmica. São publicados artigos científicos de caráter inédito e projetos não construídos, ambos submetidos à avaliação cega por pares (*blind peer review)*.

Nesse sentido, a revista procura contribuir com a compreensão do projeto arquitetônico como pesquisa e sua relevância acadêmica. A publicação caracteriza-se ainda pelo acesso livre e aceita submissões em português, espanhol e inglês. A Revista América também se coloca como um canal de extroversão das discussões promovidas pelos cursos de Pós-Graduação da Escola da Cidade publicadas na seção Dossiê Pós-Graduação, que não aceita submissões.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail: revista.america@escoladacidade.edu.br

1. Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- O cadastro no sistema OJS e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.
- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
- O texto segue os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e Política de Ética, disponível em https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about.
- Para a seção de Projetos, a contribuição deve se tratar de um projeto não construído.
- Os autores se responsabilizam integralmente pela autoria do artigo/projeto e pelos direitos autorais de imagens, fotos e dados incluídos no trabalho submetido. A autorização para uso de imagens e fotos de terceiros deve ser assinada pelo detentor dos direitos

La Revista América es una publicación periódica vinculada a los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade. Tiene como objetivo promover la difusión de investigaciones y prácticas científicas que presenten relevancia para el campo de la Arquitectura y del Urbanismo – así como sus áreas afines – en sus múltiples aspectos. Se configura, de esa manera, como un espacio de debate y reflexión académica. Son publicados artículos científicos de carácter inédito y proyectos no construidos, ambos sometidos a la apreciación por doble ciego (*blind peer review*). En ese sentido, la revista busca contribuir con la comprensión del proyecto arquitectónico como investigación y su relevancia académica. La publicación se caracteriza aun por el acceso libre y acepta sumisiones en portugués, español e inglés.
La Revista América también se coloca como un canal de extroversión de las discusiones promovidas por los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade, publicadas en la sección Dossier de Posgrado, que no acepta sumisiones.

Cualquier duda puede ser respondida por correo electrónico: revista.america@escoladacidade.edu.br

1. Preparación de envíos

Como parte del proceso de envío, los autores/as están obligados a comprobar que su envío cumpla todos los elementos que se muestran a continuación. Se devolverán a los autores/as aquellos envíos que no cumplan estas directrices.

- El registro en el sistema OJS y el acceso posterior, mediante inicio de sesión y contraseña, son obligatorios para la sumisión de trabajos, así como para monitorear el proceso editorial en curso.
- La contribución es original e inédita, y no está siendo evaluada para su publicación por otra revista.
- El texto sigue los estándares de estilo, los requisitos bibliográficos y Política de Ética, disponible en https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about .
- Para la sección Proyectos, la contribución debe ser un proyecto no construido.
- Los autores se responsabilizan integralmente por la autoría del artículo/proyecto y por los derechos de autor de las imágenes, fotos y datos incluidos en el trabajo sometido. La autorización para uso de imágenes y fotos de terceros debe ser firmada por el detentor de los derechos de autor de las mismas. Es responsabilidad del autor verificar la legalidad de los documentos de permiso de uso de

América is a journal articulated to the academic production of the graduate courses in Escola da Cidade. It aims to promote research and scientific practices that are of relevance to the Architecture and Urbanism field, as well as related areas, in the widest sense. Therefore, it constitutes a space for academic discussion and reflection. The journal welcomes the submission of unpublished scientific articles and unbuilt projects, both peer-reviewed through the blind refereeing system. In this sense, the journal seeks to contribute to the understanding of architectural projects as research and its academic relevance.
The publication stands for open access and accepts submissions in Portuguese, Spanish, and English. América also sets out to disseminate discussions undertaken in Escola da Cidade's graduate courses, published in the Post-Graduate Dossier section, which does not accept submissions.
Any questions can be answered by e-mail: revista.america@escoladacidade.edu.br

1. Submission preparation

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

- Registration in the OJS system and subsequent access, by means of login and password, are mandatory for the submission of papers, as well as to monitor the ongoing editorial process.
- The contribution is original and unpublished, and is not being evaluated for publication by another journal.
- The text follows the style standards, bibliographic requirements and Ethical Principles, described in https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about .
- For the Projects section, the contribution must be a non-built project.
- Authors are fully responsible for the authorship of the article/project and copyrights of all images, pictures and data included in the material. Authorization to use images and pictures of third parties must be signed by the copyright holder. Authors are also responsible for getting a written copyright permission to use images and pictures and keeping the original in case they are requested to present it.

autorais das mesmas. É responsabilidade do autor verificar a legalidade dos documentos de permissão de uso de imagens e fotos e manter os originais destes para apresentar à revista caso seja solicitado.
- Ao fazer a submissão autor(es) declara(m) estar ciente(s) de todas as normas e responsabilidades, bem como, a Política de Ética, disponível em https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about.

1.1. Diretrizes gerais para autores
1.1.1. A América – Revista da Pós-graduação da Escola da Cidade publica artigos científicos de caráter inédito e projetos não construídos em português, espanhol e inglês, ambos submetidos à avaliação cega por pares (*blind peer review*), provenientes de pesquisas de caráter diverso nas áreas de arquitetura e urbanismo ou afins.
1.1.2. É responsabilidade do autor encaminhar trabalhos em acordo com as normas estabelecidas pela revista, sob pena de não serem aceitos para publicação. O padrão de formatação tem por base as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme as orientações que se seguem.
1.1.3. O Conselho Editorial Executivo verifica se os trabalhos recebidos atendem os critérios das políticas específicas de cada seção, das diretrizes formais e normas de submissão. Cabe à revista e seus editores adequar os textos originais ao seu padrão editorial, submetendo os artigos à revisão gramatical e de estilo.
1.1.4. A América não se responsabiliza pela redação, nem pelas ideias emitidas pelos colaboradores e autores dos trabalhos publicados. Ao submeter trabalhos para publicação, os autores devem estar cientes e concordar com todas as prerrogativas éticas colocadas pela revista.
1.1.5. Os autores se responsabilizam integralmente por todas as aprovações éticas necessárias para desenvolvimento do artigo/projeto e afirmam que possuem as devidas aprovações. Caso o trabalho envolva pesquisa com seres humanos os autores devem dispor das devidas aprovações éticas de acordo com as regras da Plataforma Brasil ou similares em outros países. É necessário informar os dados da aprovação junto ao Conselho de Ética de Pesquisa e eventuais conflitos de interesse, quando pertinente ao conteúdo do trabalho.
1.1.6. Ao submeter o trabalho autor(es) declara(m) estar ciente de todas as normas e responsabilidades, bem como:
ser o único autor ou parte da equipe de elaboração do trabalho, garantindo que todos os colaboradores estão mencionados, cientes e de acordo com a submissão (na submissão de projetos é necessário encaminhamento de ficha técnica completa);
para artigos, garantir que o trabalho é inédito;
ser responsável pelos desenhos, redação, ideias e opiniões presentes no trabalho (não incorrendo de forma alguma em qualquer tipo de plágio);
cumprir princípios de ética e respeito no desenvolvimento da pesquisa e em relação a indivíduos e comunidades mencionadas e sempre que necessário possuir declaração de aprovação de comitê de ética da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida;
assumir total responsabilidade pelas imagens utilizadas, devidamente identificadas com fonte e crédito;
autorizar divulgação e distribuição da versão publicada do trabalho, desde que devidamente citada a autoria.

1.2. Dossiê Pós-Graduação
Seção que tem como objetivo extroverter e ampliar as discussões que acontecem no âmbito do programa de Pós-graduação *lato sensu* da Escola da Cidade, existente desde 2008 e organizado a partir da temática geral e abrangente "Civilização América: um olhar através da arquitetura". Propõe-se assim a articulação de materiais – transcrição de aulas, artigos de professores, entrevistas e reflexões sobre exercícios desenvolvidos, entre outros – em torno de tópicos mais específicos e que dialoguem com os demais conteúdos da edição da revista em pauta. Por se tratar de uma seção organizada pelo Conselho Editorial Executivo, esta seção não recebe submissões como as demais que integram a publicação.

1.3. Artigos
Seção composta por artigos científicos de caráter inédito recebidos em fluxo contínuo, resultantes de pesquisas e estudos relevantes pelo grau de amadurecimento, observando-se a pluralidade das áreas de interesse da revista e a exigência de que os autores estejam cursando ou tenham concluído curso de Pós-graduação. Os artigos submetidos serão sempre avaliados por ao menos dois membros do Conselho Editorial Científico de Artigos ou por pareceristas *ad hoc*.
1.3.1.Formatação
1.3.1.1. Os arquivos para submissão deverão estar em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF (desde que não ultrapasse 2Mb). Os arquivos devem ter formato A4 e todas as margens com 2cm. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.
1.3.1.2. O artigo deve apresentar uma folha de rosto com o título e eventual subtítulo, resumo (máximo de 1.300 caracteres com espaço) e até três palavras-chave – em português, inglês e espanhol. Destaca-se que nessa folha de rosto, assim como nas páginas subsequentes, não poderá haver qualquer menção sobre a autoria do trabalho.
1.3.1.3. O texto deve ter entre 35.000 e 50.000 caracteres (com espaço), com fonte Arial tamanho 11 para textos e títulos e 9 para referências bibliográficas, notas e citações, com alinhamento justificado, sem espaçamento entre parágrafos e entre linhas 1,5.
1.3.1.4. Enviar separadamente arquivo em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF contendo o título, subtítulo, dados biográficos, informações sobre o contexto de

imágenes y fotos y mantener los originales de estos para presentarlos a la revista si acaso sea solicitado.
- Al enviar el(los) autor(es) declara(n) que conoce(n) todas las normas y responsabilidades, así como la Política de Ética, disponible en https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about.

1.1. Directrices generales para autores
1.1.1. La revista América del Posgrado de la Escola da Cidade publica artículos científicos de carácter inédito y proyectos no construidos en portugués, español e inglés, ambos sometidos a la apreciación por par doble ciego (*blind peer review*), procedentes de investigaciones de carácter diverso en las áreas de arquitectura y urbanismo o afines.
1.1.2. Es responsabilidad del autor encaminar trabajos de acuerdo con las normas establecidas por la revista, so pena de no aceptación para publicación. El patrón de formateo tiene por base las normas de la Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de acuerdo con las orientaciones a seguir.
1.1.3. El Consejo Editorial Ejecutivo verifica si los trabajos recibidos atienden a los criterios de las políticas específicas de cada sección, de las directrices formales y normas de sumisión. Cabe a la revista y sus editores adecuar los textos originales a su patrón editorial, sometiendo los artículos a la revisión gramatical y de estilo.
1.1.4. La Revista América no se responsabiliza por la redacción, tampoco por las ideas emitidas por los colaboradores y autores de los trabajos publicados. Al someter trabajos para publicación, los autores deben estar informados y concordar con todas las prerrogativas éticas colocadas por la Revista.
1.1.5. Los autores se responsabilizan integralmente por todas las anuencias éticas necesarias para desarrollo de la investigación y certifican que poseen los debidos consentimientos. En caso de que el trabajo involucre investigación con seres humanos los autores deben disponer de las debidas anuencias éticas de acuerdo con las reglas de la Plataforma Brasil o similares en otros países. Es necesario informar en el artículo los datos de aprobación junto al Consejo de Ética de Investigación y eventuales conflictos de interés, cuando pertinente al contenido del trabajo.
1.1.6. Al enviar el trabajo, el(los) autor(es) declara(n) conocer todas las normas y responsabilidades, así como:
ser el único autor o parte del equipo que preparó el trabajo, asegurando que todos los colaboradores estén mencionados, conscientes y de acuerdo con el envío (al presentar proyectos, se debe enviar un expediente técnico completo);
para artículos, asegurarse de que el trabajo sea inédito;
ser responsable de los dibujos, escritos, ideas y opiniones presentes en el trabajo (de ningún modo incurriendo en ningún tipo de plagio);
cumplir con los principios de ética y respeto en el desarrollo de la investigación y en relación con las personas y comunidades mencionadas y cuando sea necesario, contar con una declaración de aprobación del comité de ética de la institución donde se realizó la investigación;
asumir toda la responsabilidad por las imágenes utilizadas, debidamente identificadas con fuente y crédito;
autorizar la difusión y distribución de la versión publicada de la obra, siempre que se cite debidamente la autoría.

1.2. Dossier Posgrado
Esta sección está organizada por el equipo de coordinación de los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade, y no recibirá sumisiones como las demás que integran la publicación. Esta sección tiene como objetivo abrir y ampliar las discusiones que ocurren en el ámbito de los cursos de Posgrado de la Escola da Cidade, existentes desde el 2008 y organizados a partir de la temática general y abarcadora "Civilización América: una mirada a través de la arquitectura". Se propone así la articulación de materiales – transcripción de clases, artículos de profesores, entrevistas y reflexiones sobre ejercicios desarrollados, entre otros – alrededor de tópicos más específicos y que dialoguen con los demás contenidos de la edición de la revista en pauta.

1.3. Artículos
Sección compuesta por artículos científicos de carácter inédito recibidos en flujo continuo, resultantes de investigaciones y estudios relevantes por el grado de maduración, observándose la pluralidad de las áreas de interés de la revista y la exigencia de que los autores estén cursando o hayan concluido el curso de Posgrado. Los artículos sometidos siempre serán apreciados al menos por dos miembros del Consejo Editorial Científico de Artículos o por evaluadores *ad hoc*.
1.3.1. Formato
1.3.1.1. Los archivos para sumisión deberán estar en formato Microsoft Word, Open Office o RTF (desde que no ultrapase 2Mb). Los archivos deben tener formato A4 y todos los márgenes con 2cm. La identificación de autoría del trabajo debe ser removida del archivo, garantizando de esta manera el criterio de sigilo de la revista.
1.3.1.2. El artículo debe presentar una hoja de portada con el título y eventual subtítulo, resumen (máximo de 1.300 caracteres con espacio) y tres palabras clave - en portugués, inglés y español. Se destaca que en esta hoja de portada, como en las páginas subsiguientes, no podrá haber cualquier mención sobre la autoría del trabajo.
1.3.1.3. El texto debe tener entre 35.000 y 50.000 caracteres (con espacio), con fuente Arial tamaño 11 para textos y títulos y 9 para referencias bibliográficas, notas y citas, con interlineado justificado, sin espacio entre párrafos y entre líneas 1,5.
1.3.1.4. Los autores deben enviar un archivo separado en formato Microsoft Word, OpenOffice o RTF que contenga el título, subtítulo, datos biográficos, información sobre el contexto de la elaboración del artículo y las agencias que promovieron o patrocinaron el trabajo.
1.3.2. Presentación
1.3.2.1. Secciones
El texto debe seguir la ABNT NBR 6024/2012

- When submitting the author(s) declare to be aware of all rules and responsibilities, as well as the Ethics Policy, available in https://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/about.

1.1. Author general guidelines
1.1.1. América is a publication from Escola da Cidade's Graduate Program. It is a peer-reviewed journal that welcomes unpublished scientific articles and unbuilt projects in Portuguese, Spanish and English within the multiple areas in the architecture and urbanism field.
1.1.2. Authors are responsible for submitting works that meet the editorial standards, which may not be approved for publication in case they do not comply with the policies required by the journal. Editorial standards follow the guidelines of Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), according to the following guidelines.
1.1.3. The Executive Editorial Board decides whether or not the article fits the scope of the journal, meets all submission criteria, and is suitable for peer review. Editors have the right to adapt original manuscripts to the journal's editorial standards, submitting articles to language editing services.
1.1.4. Revista América does not take responsibility for the content and opinions expressed by authors or collaborators in published articles and projects. By submitting their work for publication authors declare they are aware and familiar with all ethics standards required by the journal.
1.1.5. Authors take full responsibility for all ethical approvals. If human subjects or samples were used, authors must affirm that the research protocol was approved by the appropriate institutional review boards or similar ethics committees in their countries. Research Ethics Board must be informed of the approval and of any potential conflicts of interest.
1.1.6. When submitting material, the author(s) declare that they are aware of all rules and responsibilities, as well as:
be the sole author or part of the team responsible for the material presented, ensuring that all collaborators are mentioned, aware and in agreement with the submission (when submitting architectural projects, it is necessary to forward a complete technical file);
for articles, ensure that the work is unpublished;
be responsible for the drawings, writing, ideas and opinions present (in no way incurring any type of plagium);
comply with principles of ethics and respect in the development of research and in relation to individuals and communities mentioned and whenever necessary, have a statement of approval from the ethics committee of the institution where the research was carried out;
take full responsibility for the images used, duly identified with source and credit;
authorize dissemination and distribution of the published version of the work, provided that the authorship is duly cited.

1.2. Postgraduate Dossier
This section is organized by the coordination team of the Graduate Program of Escola da Cidade and does not receive submissions. The objective of this section is to disseminate and broaden out discussions that take place in Graduate Program of Escola da Cidade. The program was set up in 2008 and is organized under the general theme "America Civilization: a look through architecture". We seek the articulation of sources – transcript of talks, faculty articles, interviews and reflections on developed activities, among others – around specific topics that relate to the content to be published in each edition of the journal.

1.3. Articles
This section comprises unpublished original scientific articles received continuously throughout the year, as the outcome of high-quality researches and studies within the multiple areas of interest of the journal. Authors are expected to have graduated or to be attending a graduate program. All submitted articles are always assessed by at least two members of the Scientific Editorial Board of Articles or peer-reviewed by *ad hoc* experts.
1.3.1. Format
1.3.1.1. Files should be submitted in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (no larger than 2MB). Files should be in A4 format, all margins at 2cm (0.8 inches). To ensure blind peer review, any authorship identification must be removed from the file.
1.3.1.2. The title page must contain title, subtitle, abstract (of no more than 1300 characters with space) and a list up to three keywords - in Portuguese, English, and Spanish. To ensure blind peer review, all mentions to authorship in this and subsequent pages should be removed.
1.3.1.3. The text should be between 35.000 and 50.000 characters (with space); font Arial 11pt for the body and headings, and 9pt for references, endnotes and citations; justified alignment, line spacing 1.5, no paragraph spacing.
1.3.1.4. Author must send separately a file in Microsoft Word, OpenOffice or RTF format containing the title, subtitle, biographical data, information on the context of the article's elaboration and the agencies that promoted or sponsored the work.
1.3.2. Presentation
1.3.2.1. Sections
Text formatting should follow ABNT NBR 6024/2012 (*Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação*). Article sections are numbered in Arabic numerals.
1.3.2.2. Citations
Citations must follow the standard of ABNT NBR 10520/2023 (*Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação*). Please ensure that every reference cited in the text is also present in the reference list. Authors must use parenthetical citations for in-text citations according to the author-date system. In-text long quotations (more than three lines or longer than 40 words) should start on a new line, 9pt, indented 4cm (1.5 inch) from the left margin, no line spacing, omitting quotation marks and not italicized.
1.3.2.3. Notes
Notes should be explanatory and presented as

elaboração do artigo e as agências que fomentaram ou patrocinaram o trabalho.
1.3.2. Apresentação
1.3.2.1. Seções
O texto deve seguir a ABNT NBR 6024/2012 (Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação). As divisões do artigo são numeradas com algarismos arábicos.
1.3.2.2.Citações
As citações devem seguir o padrão da ABNT NBR 10520/2023 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação). Todos os textos citados devem constar na lista de referências. As citações diretas ou indiretas no corpo do texto devem seguir o sistema de chamada autor-data. As citações diretas com mais de três linhas devem ser formatadas em Arial 9, entre linhas simples, recuo de 4cm da margem esquerda e sem aspas ou itálico.
1.3.2.3. Notas explicativas
As notas devem ser exclusivamente explicativas e deverão ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Todas as notas deverão ser listadas no final do trabalho, usando fonte Arial 9.
1.3.3. Imagens
1.3.3.1. Serão aceitas até 10 imagens para cada artigo.
1.3.3.2. Os autores devem numerar e encaminhar as imagens separadamente com resolução mínima de 300dpi e tamanho mínimo de 20x30cm.
1.3.3.3. As imagens devem ser acompanhadas de documento formato Microsoft Word com legendas que devem seguir a mesma numeração. As legendas das imagens devem seguir o seguinte padrão: Fig. (número em ordem crescente), texto da legenda e fonte (referência da publicação original, autor, nome de museu, coleção, data etc.).
1.3.3.4. As tabelas, gráficos, figuras e imagens devem ser legíveis e de boa qualidade.
1.3.3.5. A revista se reserva o direito de não publicar imagens sem a qualidade necessária para sua correta impressão. A formatação final dos artigos aceitos é realizada pela revista. Quando pertinente o autor deve indicar a localização da imagem junto ao texto enviado em formato Microsoft Word.
1.3.4. Referências
As referências deverão estar completas conforme a ABNT NBR 6023/2018 (Informação e documentação – Referências – Elaboração). As referências devem ser listadas no final do trabalho, em ordem alfabética, utilizando fonte Arial 9. Todos os endereços de páginas da Internet (URLs), incluídas no texto, devem ser informadas e estarem ativas.

1.4. Projetos
Seção que se configura como espaço para a discussão e divulgação de projetos de arquitetura e urbanismo entendidos como pesquisa. São aceitas submissões em fluxo contínuo de projetos não construídos elaborados profissionalmente por arquitetos e urbanistas. Entende-se aqui a relevância dos projetos a serem publicados em função de suas contribuições: projetos que por meio do desenho tencionam ou colocam novas questões para

(Información y documentación – Numeración progresiva de las secciones de un documento escrito – Presentación). Las divisiones del artículo son numeradas con números arábigos, sin utilizar cualquier otra señal (punto, paréntesis o raya).
1.3.2.2. Citas
Las citas deben seguir el patrón de la ABNT NBR 10520/2023 (Información y documentación – Citas en documentos – Presentación). Todos los textos citados deben constar en la lista de referencias. Las citas directas o indirectas en el cuerpo del texto deben seguir el sistema llamado autor-fecha. Las citas directas con más de tres líneas deben ser formateadas en Arial 9, entre líneas simple, sangría de 4cm del margen izquierdo y sin comillas o itálico.
1.3.2.3. Notas explicativas
Las notas deben ser exclusivamente explicativas y deberán ser indicadas por números arábigos en orden creciente. Todas las notas deberán estar listadas al final del trabajo, usando fuente Arial 9.
1.3.3. Imágenes
1.3.3.1. Serán aceptadas hasta 10 imágenes para cada artículo.
1.3.3.2. Los autores deben numerar y encaminar las imágenes de forma separada como "documento suplementario" en la plataforma OJS, con resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo 20x30cm.
1.3.3.3. Las imágenes deben ir acompañadas de documento formato Microsoft Word con subtítulos que sigan la misma numeración. Los subtítulos de las imágenes deben seguir el siguiente patrón: Fig. (número en orden creciente), fuente (referencia de publicación original, autor, nombre de museo, colección, fecha, etc.).
1.3.3.4. Las tablas, gráficos, figuras e imágenes deben ser legibles y de buena calidad.
1.3.3.5. A la revista se reserva el derecho de no publicar imágenes sin la calidad necesaria para su correcta impresión. El formateo final de los artículos aceptados es realizado por la revista, cuando pertinente el autor debe indicar la localización de la imagen en el trabajo, en el documento formato Microsoft Word.
1.3.4. Referencias
Las referencias bibliográficas deberán estar completas, de acuerdo con ABNT NBR 6023/2018 (Información y documentación – Referencias – Elaboración). Las referencias deben ser listadas al final del trabajo, en orden alfabético, utilizando fuente Arial 9. Todos los enlaces de páginas de Internet (URLs), incluidos en el texto, deben ser informados y activos.

1.4. Proyectos
Sección que se configura como espacio para la discusión y difusión de proyectos de arquitectura y urbanismo entendidos como investigación en sus diversas escalas. Serán aceptadas sumisiones en flujo continuo de proyectos no construidos elaborados profesionalmente por arquitectos y urbanistas. Se entiende aquí la relevancia de los proyectos que serán publicados en función de sus contribuciones al campo, sea a partir de la forma como se entiende o tensiona los límites, atribuciones y papel social de la arquitectura; sea por las estrategias gráfico-textuales de representación propuestas. Los proyectos sometidos serán siempre apreciados al menos por dos miembros del Consejo Editorial Científico de Proyectos.
1.4.1. Formato
1.4.1.1. Los archivos deben ser sometidos en

endnotes. They must follow ascending numeric sequence in Arabic numerals, in Arial 9pt.
1.3.3. Images
1.3.3.1. For each article will be accepted up to 10 images.
1.3.3.2. All figures must be provided separately as "supplementary file" on OJS platform with resolution of at least 300dpi and with size at least 20x30 cm.
1.3.3.3. It is also required to send a Microsoft Word file that contains the number of the images and their descriptive subtitle. Images subtitles should meet the following standard: Fig. (number in ascending order), source (reference of the original publication, author, museum name, collection, date etc.).
1.3.3.4. Tables, figures, images, and pictures must be easily readable.
1.3.3.5. If a figure is not easy to understand or does not appear to be of a suitable quality, the journal may omit it. Final formatting of the submitted articles is carried out by the journal, when relevant, the author should indicate the location of the images in the paper, in the Microsoft Word format document.
1.3.4. References
Any references cited in the text must be given in full according to ABNT NBR 6023/2018 (*Informação e documentação – Referências – Elaboração*). References must be listed in the end of the paper, alphabetical order, font Arial 9pt. Electronic sources as website pages should be active and given the full URL, as well as the date when the reference was last accessed.

1.4. Projects
This section consists of a space for discussing and disseminating architectural and urbanistic projects perceived as research at its various scales. The Journal accepts submissions of unbuilt architecture projects carried out by professional architects and urbanists. The major criteria in the review and the selection process concern how significant the research is to the field. As how it conceives architecture or pushes forward its limits and social role. As well as the graphic-textual representation strategies that are proposed. All submitted projects are always assessed by at least two members of the Scientific Editorial Board of Projects.
1.4.1. Format
1.4.1.1. The files for submission must be in Portable Document Format (PDF), not larger than 2MB. The files must have A4 format and all margins with 2 cm (0.8 inches).
1.4.1.2. The project presentation should contain images that are relevant to its comprehension (about 10 for each project), as well as a text that sets the context of its elaboration and points out the most significant reflection being proposed. After approved, authors will be asked to provide all figures and text separately within necessary standards. Final formatting of the project is carried out by the journal.
1.4.1.3. The title page of submitted projects must have a title, subtitle, abstract (of no more than 1.300 characters with space) and a list up to three keywords - in Portuguese, English, and Spanish. To ensure blind peer review, all mentions to authorship in this and subsequent pages should be removed.
1.4.1.4. The text must have between 5.000 and 2.000 characters (with space); font Arial 11pt. (body and titles) and 9pt. (references, notes and citations); justified alignment, no paragraph spacing, line spacing 1.5.
1.4.2. Presentation
1.4.2.1. Citations
Citations must follow the standard of ABNT NBR 10520/2023 (*Informação e documentação*

debate no campo profissional ou para além desse; que trazem novas possibilidades de inserção do desenho arquitetônico e da atuação do arquiteto através da abordagem, dos discursos ou prerrogativas inerentes ou mesmo de suas estratégias de representação. Os projetos submetidos serão sempre avaliados por ao menos dois membros do Conselho Editorial Científico de Projetos ou por pareceristas *ad hoc*.
1.4.1.Formatação
1.4.1.1. Os arquivos para submissão deverão estar em formato *Portable Document Format* (PDF), sem ultrapassar 2Mb. Os arquivos devem ter formato A4 e todas as margens com 2cm.
1.4.1.2. A apresentação deve conter imagens pertinentes à compreensão do projeto (cerca de 10 imagens por projeto) e um texto que localize o contexto de elaboração do projeto e aponte o caráter mais relevante da reflexão colocada em pauta. Se aprovado, a revista solicitará o envio das imagens e texto em separado dentro dos parâmetros necessários para a condução do processo editorial. A formatação final dos projetos aceitos é realizada pela revista.
1.4.1.3. O projeto submetido deve conter uma folha de rosto com o título, um resumo introdutório sobre o trabalho (máximo 1.300 caracteres com espaço) e até três palavras-chave - em português, inglês e espanhol. Destaca-se que nessa folha de rosto, assim como nas páginas subsequentes, não poderá haver qualquer menção sobre a autoria do projeto.
1.4.1.4. O texto deve ter entre 5.000 a 20.000 caracteres (com espaço), com fonte Arial tamanho 11 (para textos e títulos) e 9 (referências bibliográficas, notas e citações), com alinhamento justificado, sem espaçamento entre parágrafos e entre linhas 1,5.
1.4.2. Apresentação
1.4.2.1. Citações
Caso existam citações, elas devem seguir o padrão da ABNT NBR 10520/2023 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação). Todos os textos citados devem constar na lista de referências. As citações diretas ou indiretas no corpo do texto devem seguir o sistema de chamada autor-data. As citações diretas com mais de três linhas devem ser formatadas em arial 9, entre linhas simples, recuo de 4cm da margem esquerda e sem aspas ou itálico.
1.4.2.2. Notas explicativas
Se necessárias, as notas devem ser exclusivamente explicativas e deverão ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Todas as notas deverão ser listadas no final do trabalho, usando fonte Arial 9.
1.4.2.3. Referências
As referências bibliográficas deverão estar completas conforme a ABNT NBR 6023/2018 (Informação e documentação – Referências – Elaboração). As referências devem ser listadas no final do trabalho, em ordem alfabética, utilizando fonte Arial 9. Todos os endereços de páginas da Internet (URLs), incluídas no texto, devem ser informadas e estarem ativas.

formato Portable Document Format (PDF), que no ultrapase 2Mb. Los archivos deben tener formato A4 y todos los márgenes con 2cm.
1.4.1.2. La presentación debe contener imágenes pertinentes a la comprensión del proyecto (cerca de diez) y un texto que localice el contexto de elaboración del proyecto y apunte el carácter más relevante de la reflexión puesta en pauta. Si aprobado, la revista solicitará el envío de las imágenes y texto por separado dentro de los parámetros necesarios para la conducción del proceso editorial. El formateo final de los proyectos aceptados es realizado por la revista.
1.4.1.3. El proyecto sometido debe contener una hoja de portada con el título, un resumen introductorio sobre el trabajo (máximo 1.300 caracteres con espacio) y tres palabras clave - en portugués, inglés y español. Se destaca que, en esa hoja de portada, así como en las páginas subsiguientes, no podrá haber cualquier mención sobre la autoría del proyecto.
1.4.1.4. El texto debe tener entre 5.000 a 20.000 caracteres (con espacio), con fuente Arial tamaño 11 (para textos y títulos) y 9 (referencias bibliográficas, notas y citas), con interlineado justificado, sin espacios entre párrafos y entre líneas 1,5.
1.4.2. Presentación
1.4.2.1. Citas
Las citas deben seguir el patrón de la ABNT NBR 10520/2023 (Información y documentación – Citas en documentos – Presentación). Todos los textos citados deben constar en la lista de referencias. Las citas directas o indirectas en el cuerpo del texto deben seguir el sistema llamado autor-fecha. Las citas directas con más de tres líneas deben ser formateadas en Arial 9, entre líneas simple, sangría de 4cm del margen izquierdo y sin comillas o itálico.
1.4.2.2. Notas explicativas
Si necesarias, las notas deben ser exclusivamente explicativas y deberán ser indicadas por números arábigos en orden creciente. Todas las notas deberán ser listadas en el final del trabajo, usando la fuente Arial 9.
1.4.2.3. Referencias
Las referencias bibliográficas deberán estar completas según la ABNT NBT 6023/2018 (Información y documentación – Referencias – Elaboración). Las referencias deben ser listadas al final del trabajo, en orden alfabético, utilizando fuente Arial 9. Todos los enlaces de páginas de Internet (URLs), incluidos en el texto, deben ser informados y activos.

– *Citações em documentos – Apresentação*). Please ensure that every reference cited in the text is also present in the reference list. Authors must use parenthetical citations for in-text citations according to the author-date system. In-text long quotations (more than three lines or longer than 40 words) should start on a new line, 9pt, indented 4cm (1.5 inch) from the left margin, no line spacing, omitting quotation marks and not italicized.
1.4.2.2. Notes
If necessary, notes should be explanatory and presented as endnotes. They must follow ascending numeric sequence in Arabic numerals, in Arial 9pt.
1.4.2.3. References
Any references cited in the text must be given in full according to ABNT NBR 6023/2018 (*Informação e documentação – Referências – Elaboração*). References must be listed in the end of the paper, alphabetical order, font Arial 9pt. Electronic sources as website pages should be active and given the full URL, as well as the date when the reference was last accessed.

ASSOCIAÇÃO ESCOLA DA CIDADE
Marta Moreira (Presidência)
Alvaro Luis Puntoni (Presidência)
Fernando Felippe Viégas (Presidência)
Cristiane Muniz (Diretoria Escola)
Juliana Braga (Diretoria Escola)
Anália M. M. de C. Amorim (Diretoria Conselho Científico)
Maira Rios (Diretoria Conselho Científico)
Anderson Fabiano Freitas (Diretoria Conselho Social)
Vinicius Andrade (Diretoria Conselho Técnico)
Ciro Pirondi (Diretoria Escola de Humanidades)
Jenifer Santos Souza (Diretoria Escola de Humanidades)

EDITORA EXECUTIVA
Profa. Dra. Glória kok e Profa.Dra Amália Cristóvão dos Santos

EDITORA PROJETOS
Profa. Ms. Maira Rios

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO
Profa. Dra. Amália Cristóvão dos Santos
Profa. Dra. Anália M. M. de C. Amorim
Profa. Dra. Carolina Tonetti
Prof. Ms. Daniel Trench Bastos
Prof. Ms. Fernando Felippe Viégas
Profa. Dra. Marta Maria Lagreca de Sales
Prof. Dr. Ruben Otero

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO DE ARTIGOS
Profa. Dra. Ana Luiza Nobre (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro)
Profa. Dra. Ana Paula Koury (Universidade São Judas Tadeu, São Paulo)
Profa. Dra. Ana Vaz Milheiro (Universidade do Porto, Porto)
Profa. Dra. Claudia Piantá Costa Cabral (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)
Prof. Dr. Daniele Pisani (Politecnico di Milano, Milão)
Prof. Dr. David Moreno Sperling (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Prof. Dr. Enrique X. de Anda (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Prof. Dr. Fernando Atique (Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos)
Prof. Dr. Fernando Luiz Lara (University Pennsylvania)
Prof. Dr. Francisco Sales Trajano Filho (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira (Universidade Federal da Bahia, Salvador)
Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Profa. Dra. Gisela Barcellos de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte)
Prof. Dr. Horácio Torrent (Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago)
Prof. Dr. Jorge Figueira (Universidade de Coimbra, Coimbra)
Prof. Dr. Jose Canziani (Pontificia Universidad Catolica del Peru, Lima)
Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Mauricio Tenorio (University of Chicago, Chicago)
Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior (Universidade Federal da Bahia, Salvador)
Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins (Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Paulo Dam (Pontificia Universidad Católica del Peru, Lima)
Profa. Dra. Sarah Feldman (Universidade de São Paulo, São Carlos)
Prof. Dr. Sharif S.Kahatt (Pontificia Universidad Católica del Peru, Lima)

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO DE PROJETOS
Prof. Arq. Alejandro Echeverri (Universidad EAFIT, Medellín)
Prof. Dr. Alexandre Alves Costa (Universidade do Porto, Porto)
Profa. Dra. Ana Maria Tagliari Florio (Universidade Estadual de Campinas, Campinas)
Profa. Ms. Beatriz Coeffé (Universidad San Sebastian, Santiago)
Prof. Dr. Carlos Alberto Maciel (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte)
Profa. Dra. Catherine Otondo (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Prof. Dr. Eduardo de Almeida (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Enrique Encabo (Universidad Europea, Madri)
Prof. Dr. Felipe de Souza Noto (Escola da Cidade/Centro Universitário SENAC, São Paulo)
Profa. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Profa. Dra. Inmaculada Maluenda (Universidad Europea, Madri)
Prof. Dr. José Luis Abásolo Llaría (Universidad de las Américas, Santiago)
Prof. Dr. Juan Pablo Aschner (Universidad del Rosario, Bogotá)
Prof. Arq. Luciano Andrades (Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre)
Profa. Dra. Marta Vieira Bogéa (Universidade de São Paulo, São Paulo)
Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo)
Prof. Dr. Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich (Universidade Estadual de Campinas, Campinas)
Prof. Arq. Solano Benitez (Universidad Nacional de Asunción, Assunção)

PARECER AD HOC
Prof. Dr. Luciano Bernardino da Costa (IAU-USP)
Prof. Ms. Elisabete Mitiko (PUC-SP)
Prof. Dra. Claudia Muniz (FAAP)
Prof. Ms. Thiago Benucci (Escola da Cidade)
Prof. Ms. Valdemir Lucio Rosa (Escola da Cidade)
Prof. Ms. Bruno Firmino (Escola da Cidade)

ASSISTENTE EDITORIAL
Bruna Bonfim Guimarães

DIAGRAMAÇÃO
Débora Filippini

REVISÃO DE TEXTO
MPMB

PROJETO GRÁFICO
Núcleo de Design Escola da Cidade
Celso Longo e Daniel Trench (Coordenação)

PESQUISA
Carol Heldt (Coordenação)

EDITORA DA CIDADE
Alvaro Luis Puntoni (Coordenação)

CAPA
Luana Macari, *Princípio do verso e do inverso*, 2024.
Óleo, grafite, carvaõ e impressão com argila sobre tela.
80x200 cm
Crédito das imagens: Mayra Azzi.

FONTE: Mark OT

AMÉRICA – REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DA CIDADE #5 / mar. 2026
ISSN Impresso 1982-1212
ISSN Eletrônico 2675-9926
Rua General Jardim, 65 - Vila Buarque
CEP 01223-011, São Paulo, SP, Brasil
revista.america@escoladacidade.edu.br
www.ec.edu.br

ISSN 1982-1212 | 2675-9926